ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 20 Brasília - DF, quarta-feira, 29 de janeiro de 2020 SEÇÃO 1

## Sumário

Presidência da República ..... 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 8
Ministério da Cidadania ..... 9
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ..... 9
Ministério da Defesa ..... 12
Ministério do Desenvolvimento Regional ..... 14
Ministério da Economia ..... 15
Ministério da Educação ..... 21
Ministério da Infraestrutura ..... 21
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 25
Ministério do Meio Ambiente ..... 32
Ministério de Minas e Energia ..... 32
Ministério das Relações Exteriores ..... 41
Ministério da Saúde ..... 41
Ministério do Turismo ..... 44
Poder Legislativo ..... 44
Poder Judiciário ..... 46
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... 95

..... Esta edição completa do DOU é composta de 97 páginas .....

## Presidência da República

### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

**SÚMULA Nº 84, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, caput, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º, do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, tendo em vista os autos do Processo nº 00405.003878/2017-09, e

Considerando, no presente caso, a leitura dos atos regimentais à luz das alterações ocorridas na legislação processual civil brasileira, que passou a adotar a técnica de julgamento por amos tragem dos recursos excepcionais (especial e extraordinário) e, portanto, o conceito de precedente obrigatório, edita a seguinte Súmula:

"A anulação, pela Administração Pública, de ato administrativo do qual já decorreram efeitos concretos deve ser precedida de regular processo administrativo."

Legislação pertinente: artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Manifestação consultiva exarada na NOTA JURÍDICA nº 00017/2019/DAE/SGCT/AGU, NUP: 00405.003878/2017-09.

Precedente: Julgamento do Recurso Extraordinário nº 594.296, Rel. Min. Dias Tofolli, apelo submetido à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos (arts. 1.035 e 1.036 do Código de Processo Civil), com trânsito em julgado certificado em 23 de fevereiro de 2012.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

**SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

**CONSOLIDAÇÃO DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Consolidar as Súmulas da Advocacia-Geral da União, em vigor nesta data, de observância obrigatória para os órgãos de Consultoria e de Contencioso da AGU, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

**SÚMULA Nº 1, DE 27 DE JUNHO DE 1997**
Publicada no DOU, Seção 1, 30/06, 1º/07 e 02/07/1997.

"A decisão judicial que conceder reajustes referentes à URP de abril e maio de 1988 na proporção de 7/30 (sete trinta avos) de 16,19 %, incidentes sobre a remuneração do mês de abril e, no mesmo percentual, sobre a do mês de maio, não cumulativos, não será impugnada por recurso."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Decreto-lei nº 2.335, de 12/06/87, Decreto-lei nº 2.425, de 7/04/88.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal RE nº 145183-1/DF, Rel. Min. Marco Aurélio; RE n.º 146749-5/DF, Rel. Min. Paulo Brossard, (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 2, DE 27 DE AGOSTO DE 1997** (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

**SÚMULA Nº 3, DE 5 DE ABRIL DE 2000** (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 3, de 19/07/2004.

**SÚMULA Nº 4, DE 5 DE ABRIL DE 2000** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"Salvo para defender o seu domínio sobre imóveis que estejam afetados ao uso público federal, a União não reivindicará o domínio de terras situadas dentro dos perímetros dos antigos aldeamentos indígenas de São Miguel e de Guarulhos, localizados no Estado de São Paulo, e desistirá de reivindicações que tenham como objeto referido domínio".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituições de 1891 (art. 64), de 1934 (arts. 20, 21 e 129), de 1937 (arts. 36 e 37), de 1946 (arts. 34 e 35), de 1967 (arts. 4º e 5º), Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (arts. 4º e 5º) e Constituição de 1988 (art. 20); Decreto-lei nº 9.760, de 18/09/1946 (art. 1º) e Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001 (art. 17).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Súmula nº 650; RE nº 219983-3/SP, Rel. Min. Marco Aurélio (Plenário). Acórdãos RE's nº 212251/SP, nº 226683/SP, nº 220491/SP, nº 226601/SP, nº 219542/SP, nº 231646/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão; RE nº 285098/SP, Rel. Min. Moreira Alves (Primeira Turma); RE's nº 219983/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, nº 197628/SP, nº 194929/SP, nº 170645/SP, nº 215760/SP, nº 222152/SP, nº 209197/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 126784/SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro (Terceira Turma).

**SÚMULA Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2001** (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 4, de 19/07/2004.

**SÚMULA Nº 6, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 28/09, 29/09 e 30/09/2005.

(*) Redação alterada pelo ato de 27 de setembro de 2005.

"A companheira ou companheiro de militar falecido após o advento da Constituição de 1988 faz jus à pensão militar, quando o beneficiário da pensão esteja designado na declaração preenchida em vida pelo contribuinte ou quando o beneficiário comprove a união estável, não afastadas situações anteriores legalmente amparadas."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição de 1988 (art. 226); Leis nº 3.765, de 4/05/1960, e 6.880, de 09/12/1980.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Acórdãos REsp's nº 246244/PB, Rel. 228379/RS, 182975/RN, Rel Min. Felix Fischer (Quinta Turma); nº 161979/PE, Rel. Min. Vicente Leal, nº 181801/CE, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, nº 240458/RN, Rel. Min. Fernando Gonçalves, nº 31185/MG, Rel. Min. Pedro Acioli, nº 477590/PE, Rel. Min. Vicente Leal, nº 354424/PE, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 7, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 02/08, 03/08 e 04/08/2006.

(*) Redação alterada pelo Ato de 1º de agosto de 2006.

"A aposentadoria de servidor público tem natureza de benefício previdenciário e pode ser recebida cumulativamente com a pensão especial prevista no art. 53, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devida a ex-combatente (no caso de militar, desde que haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente - art.1º da Lei nº 5.315, de 12/09/1967)".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição de 1988 (art. 53 do ADCT), Lei nº 5.315, de 12/09/1967, e Lei nº 8.059, de 04/07/1990.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Acórdãos RE's nº 263.911/PE, Rel. Min. Ilmar Galvão, nº 293.214/RN, nº 358.231/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, nº 345.442/PE, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Primeira Turma); e nº 236.902/RJ, Rel. Min. Néri da Silveira (Segunda Turma).

LOA 2020

Já se encontra disponível pelo endereço **www.in.gov.br** o Suplemento ao DOU nº 13, contendo a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

**SÚMULA Nº 8, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 28/09, 29/09 e 30/09/2005.

(*) Redação alterada pelo Ato de 27 de setembro de 2005.

"O direito à pensão de ex-combatente é regido pelas normas legais em vigor à data do evento morte. Tratando-se de reversão do benefício à filha mulher, em razão do falecimento da própria mãe que a vinha recebendo, consideram-se não os preceitos em vigor quando do óbito desta última, mas do primeiro, ou seja, do ex-combatente."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição de 1988 (art. 53 do ADCT); Leis nº 3.765, de 4/05/1960, nº 4.242, de 17/07/1963, e nº 8.059, de 4/07/1990.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Mandado de Segurança nº 21707/DF, Rel. Min. Carlos Velloso (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 492445/RJ, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma).

**SÚMULA Nº 9, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001** (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 5, de 19/07/2004.

**SÚMULA Nº 10, DE 19 DE ABRIL DE 2002** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"Não está sujeita a recurso a decisão judicial que entender incabível a remessa necessária nos embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública, ressalvadas aquelas que julgarem a liquidação por arbitramento ou artigo, nas execuções de sentenças ilíquidas."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Código de Processo Civil (arts. 475, inciso I, 520, inciso V, e 585, inciso VI); Lei nº 2.770, de 4/05/1956 (art. 3º, com a redação dada pela Lei nº 6.071, de 3/07/1974), e Lei nº 9.469, de 10/07/1997 (art. 10).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp's nº241.875/SC, Rel. Min. Garcia Vieira, nº 258.097/RS, Rel. Min. José Delgado, nº 233.630/RS, Rel. Min. Felix Fischer, e nº 226.156/SP, Rel. Min. Hélio Mosimann (Corte Especial); EREsp nº 226.551/PR, Rel. Min. Milton Luiz Pereira (Terceira Seção); REsp nº 223.083/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 11, DE 19 DE ABRIL DE 2002** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"A faculdade, prevista no art. 557 do CPC, de se negar seguimento, monocraticamente, a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou dos Tribunais Superiores, alcança também a remessa necessária." (NR)

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Código de Processo Civil (arts. 475, 496 e 557).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 258.881/RS, Rel. Min. Edson Vidigal (Corte Especial); REsp nº 190.096/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma); REsp's nº 205.342/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Turma); REsp nº 156.311/BA, Rel. Min. Adhemar Maciel (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 12, DE 19 DE ABRIL DE 2002** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"É facultado ao segurado ajuizar ação contra a instituição previdenciária perante o Juízo Federal do seu domicílio ou nas Varas Federais da capital do Estado-membro. "

REFERÊNCIAS:
Legislação: Constituição de 1988 (art. 109).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 285.936/RS, Rel. Min. Ellen Gracie (Primeira Turma); RE nº 288.271/RS e AGRGRE nº 288.271/RS, Rel. Min. Nelson Jobim, AGRGRE nº 292.066/RS, Rel. Min. Maurício Corrêa, (Segunda Turma); RE nº 293.246/RS, Rel. Min. Ilmar Galvão (Tribunal Pleno) e Súmula nº 689.

**SÚMULA Nº 13, DE 19 DE ABRIL DE 2002** (*)
Republicada no DOU de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(*) Redação alterada pelo Ato de 06 de fevereiro de 2007.

"A multa fiscal moratória, por constituir pena administrativa, não se inclui no crédito habilitado em falência regida pela legislação anterior à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005."

REFERÊNCIAS:
Legislação: Lei nº 11.101, de 9.2.2005 (art. 83, VII, e 192), e Decreto nº 6.042, de 12/02/2007 (altera o art. 239, § 9º, do Decreto nº 3.048, de 6/05/1999).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Súmula nº 565. Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 208.107/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Primeira Seção); REsp nº 255.678/SP, nº 312.534/RS, Rel. Min. Milton Luiz Pereira e AGREsp nº 422.760/PR, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); REsp nº 235.396/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins e nº 315.912/RS, Rel. Min. Castro Meira, AG 347.496/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 14, DE 19 DE ABRIL DE 2002** (*)
Republicada no DOU de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(*) Redação alterada pelo Ato de 06 de fevereiro de 2007.

"Aplica-se apenas a taxa SELIC, em substituição à correção monetária e juros, a partir de 1º de janeiro de 1996, nas compensações ou restituições de contribuições previdenciárias."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.212, de 24/07/1991 (art. 89), e Lei nº 9.250, de 26/12/1995 (art. 39).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 199.643/SP, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Seção); REsp nº 308.176/PR, Rel. Min. Garcia Vieira e nº 267.847/SC, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Turma); REsp nº 205.092/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, nº 414.960/SC, nº 460.644/SP e nº 246.962/RS, Rel. Min. Castro Meira (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 15, DE 16 DE OUTUBRO DE 2002** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 20/10, 21/10 e 22/10/2008.

(*) Redação alterada pelo Ato de 16 de outubro de 2008.

"A suspeita de fraude na concessão de benefício previdenciário não enseja, de plano, a sua suspensão ou cancelamento, mas dependerá de apuração em procedimento administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 (art. 179), com a redação dada pelos Decretos nº 4.729, de 09 de junho de 2003 e nº 5.699, de 13 de fevereiro de 2006.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp's nº 172.869/SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, nº 149.205/SP, Rel. Min. Edson Vidigal (Quinta Turma); REsp's nº 174.435/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves; nº 140.766/PE, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 16, DE 19 DE JUNHO DE 2002** (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"O servidor estável investido em cargo público federal, em virtude de habilitação em concurso público, poderá desistir do estágio probatório a que é submetido com apoio no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ser reconduzido ao cargo inacumulável de que foi exonerado, a pedido."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.112, de 20/12/1990 (arts. 20 e 29). Outros: Informações nº AGU/WM11/2002, adotadas pelo Advogado-Geral da União e encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal com a Mensagem nº 471, de 13/06/2002, do Presidente da República.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Mandados de Segurança nº 22933/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti, nº 23577/DF e nº 24271/DF Rel. Min. Carlos Velloso (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: Mandado de Segurança nº 8339/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 17, DE 19 DE JUNHO DE 2002** (*)
Republicada no DOU de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(*) Redação alterada pelo Ato de 6 de fevereiro de 2007.

"Suspensa a exigibilidade do crédito pelo parcelamento concedido, sem a exigência de garantia, esta não pode ser imposta como condição para o fornecimento da certidão positiva de débito com efeito de negativa, estando regular o parcelamento da dívida, com o cumprimento, no prazo, das obrigações assumidas pelo contribuinte. "

REFERÊNCIA:
Legislação pertinente: Código Tributário Nacional (arts. 205 e 206), e Lei nº 8.212, de 24/07/1991 (art. 47).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 95.889/SP, Rel. Min. Garcia Vieira, AG-REsp, nº 247.402/PR, Rel. Min. José Delgado e nº 328.804/SC, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); REsp nº 227.306/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, AG nº 211.251/PR, Rel. Min. Ari Pargendler, nº 310.429/MG, Rel. Min. Paulo Gallotti, nº 333.133/SP, Rel. Min. Laurita Vez (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 18, DE 19 DE JUNHO DE 2002**
Publicada no DOU, Seção 1, de 28/06, 1º/07 e 02/07/2002.

"Da decisão judicial que determinar a concessão de Certidão Negativa de Débito (CND), em face da inexistência de crédito tributário constituído, não se interporá recurso. "

REFERÊNCIA:
Legislação pertinente: Código Tributário Nacional (arts. 205e 206).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp's nº 180.771/PR, Rel. Min. Franciulli Netto e nº 202.830/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Seção); AGResp nº 303.357/RS, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); AGREsp nº 255.749/RS, Rel. Min. Eliana Calmon (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 19, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002** (*)
(*) Revogada pelo Ato de 1º de agosto de 2006, publicado no DOU de 02, 03 e 04 de agosto de 2006.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 5, de 1º/08/2006.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL**

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

**SEÇÃO 1** • Publicação de atos normativos
**SEÇÃO 2** • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
**SEÇÃO 3** • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

**SÚMULA Nº 20, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002** (*)
(*) Alterada pela Súmula AGU nº 42, de 31 de outubro de 2008.

**SÚMULA Nº 21, DE 19 DE JULHO DE 2004**
Publicada no DOU, Seção 1, de 20/07; 21/07 e 22/07/2004.

"Os integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais têm direito às gratificações previstas no art. 4º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, concedidas igualmente aos Policiais Federais."

REFERÊNCIA:
Legislação pertinente: Lei nº 9.266, de 15/03/1996.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 236.089/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa e AI nº 222.118/DF, Rel. Min. Marco Aurélio. Superior Tribunal de Justiça: Mandados de Segurança nº 6.722/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; nº 7.494/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar; nº 6.415/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar; e nº 6.046/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 22, DE 5 DE MAIO DE 2006**
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/05; 11/05 e 12/05/2006.

"Não se exigirá prova de escolaridade ou habilitação legal para inscrição em concurso público destinado ao provimento de cargo público, salvo se a exigência decorrer de disposição legal ou, quando for o caso, na segunda etapa de concurso que se realize em duas etapas".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (arts. 5º, XIII, e 37, I e II); Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (arts. 5º, IV, 7º e 11).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: ADI nº 1.188/DF, Rel. Min. Carlos Velloso; ADI nº 1.040, Rel. Min. Néri da Silveira (Tribunal Pleno); RE nº 184.425/RS, Rel. Min. Carlos Velloso (Segunda Turma); RMS nº 22.790/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão; RE's nº 423.752/MG e nº 392.976/MG, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Primeira Turma). Superior Tribunal de Justiça: Enunciado 266 da Súmula do STJ; REsp's nº 131.340/MG e ED no AgRg no AI nº 397.762/DF Rel. Min. Gilson Dipp; 173.699/RJ e AgRg no Ag nº 110.559-DF, RMS nº 10.764/MG Rel. Min. Edson Vidigal; RMS nº 12.763/TO, REsp's nº 532.497/SP e nº 527.560, Rel. Min. Felix Fischer, (Quinta Turma); RMS's nº 9.647/MG, Rel. Min. Vicente Leal, nº 15.221/RR, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma); MS's nº 6.200/DF, Rel. Min. Vicente Leal; nº 6.559/DF, nº 6.855/DF, e nº 6.742/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; nº 6.867/DF, Rel. Min. Edson Vidigal, e nº 6.479/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 23, DE 6 DE OUTUBRO DE 2006**
Publicada no DOU, Seção 1, de 09/10; 10/10 e 11/10/2006.

"É facultado a autor domiciliado em cidade do interior o aforamento de ação contra a União também na sede da respectiva Seção Judiciária (capital do Estado-membro). "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (arts. 109, § 2º, e 110).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 233.990/RS, AgRg nº RE 364.465/RS (DJ de 15/08/2003), Rel. Min. Maurício Corrêa, RE nº 451.907/PR, Rel. Min. Marco Aurélio (Segunda Turma); e Decisão monocrática no RE nº 453.967/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

**SÚMULA Nº 24, DE 9 DE JUNHO DE 2008** (*)
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

(*) Mantida, apenas, a jurisprudência dos Tribunais Superiores (art. 2º do Decreto nº 2.346/97).

"É permitida a contagem, como tempo de contribuição, do tempo exercido na condição de aluno-aprendiz referente ao período de aprendizado profissional realizado em escolas técnicas, desde que comprovada a remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento público e o vínculo empregatício. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e Instrução Normativa nº 11, de 20 de setembro de 2006 (art. 113).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRE/SP nº 831.258/RS, Rel. Min. Gilson Dipp, (Quinta Turma); e REsp nº 336.797/SE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); Turma Nacional de Uniformização: PU nº 200335007132220, Súmula 18 (DJ de 07/10/2004)*.

**SÚMULA Nº 25, DE 9 DE JUNHO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Será concedido auxílio-doença ao segurado considerado temporariamente incapaz para o trabalho ou sua atividade habitual, de forma total ou parcial, atendidos os demais requisitos legais, entendendo-se por incapacidade parcial aquela que permita sua reabilitação para outras atividades laborais. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (art. 59, caput).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 699.920/SP, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca (Quinta Turma); REsp nº 272.270/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, REsp nº 501.267/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 26, DE 9 DE JUNHO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para a concessão de benefício por incapacidade, não será considerada a perda da qualidade de segurado decorrente da própria moléstia incapacitante."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (arts. 102, §1º, e 15, I).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgREsp nº 721.570/SE, Rel. Min. Gilson Dipp; REsp nº 956.673/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); AgREsp nº 529.047/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; e REsp nº 864.906/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 27, DE 9 DE JUNHO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para concessão de aposentadoria no RGPS, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, independente do recolhimento das contribuições sociais respectivas, exceto para efeito de carência. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (art. 55, § 2º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 643.927/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; EREsp nº 576.741/RS, Rel. Min. Hélio Guaglia Barbosa (Terceira Seção). Turma Nacional de Uniformização: PU nº 200372020503266/SC, Súmula 24 (DJ de 10/03/2005).

**SÚMULA Nº 28, DE 9 DE JUNHO DE 2008** (*)
(*) Alterada pela Súmula AGU nº 38, de 16 de setembro de 2008.

**SÚMULA Nº 29, DE 9 DE JUNHO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Atendidas as demais condições legais, considera-se especial, no âmbito do RGPS, a atividade exercida com exposição a ruído superior a 80 decibéis até 05/03/97, superior a 90 decibéis desta data até 18/11/2003, e superior a 85 decibéis a partir de então. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Instrução Normativa nº 11, de 20 de setembro de 2006 (art. 180).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 412.351/RS, Min. Rel. Paulo Gallotti e nº EREsp 441.721/RS, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção). Turma Nacional de Uniformização: PU 200351510120245, Súmula 32 (DJ 04/0/2006).

**SÚMULA Nº 30, DE 9 DE JUNHO DE 2008** (*)
(*) Revogada pelo Ato de 31 de janeiro de 2011, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

**SÚMULA Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06, 11/06 e 12/06/2008.

"É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 100, §§ 1º e 2º). Código de Processo Civil (art. 739, § 2º).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 458.110/MG, Rel. Min. Marco Aurélio; REAgR nº 504.128/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE-AgR nº 511.126/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; RE-AgR nº 484.770/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Primeira Turma); REAgR nº 502.009/PR, RE-AgR nº 607.204/PR, RE-AgR nº 498.872/RS, Rel. Min. Eros Grau (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 721.791/RS, Rel. Min. Ari Pargendler (Corte Especial).

**SÚMULA Nº 32, DE 9 DE JUNHO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos artigos 39, inciso I e seu parágrafo único, e 143 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares dotados de fé pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (art. 55, § 3º; art. 106; e art. 143, II). Instrução Normativa do INSS nº 11, de 20/09/2006, (art. 133, §§ 1º, 2º e 3º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 637.437/PB, Rel. Min. Laurita Vaz (DJ de 13/09/2004), REsp nº 603.202/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini (Quinta Turma); REsp nº 439.647/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); EAR/SP nº 719, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (DJ 24/11/2004) e AR nº 1.166/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 33, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"É devida aos servidores públicos federais civis ativos, por ocasião do gozo de férias e licenças, no período compreendido entre outubro/1996 e dezembro/2001, a concessão de auxílio-alimentação, com fulcro no art. 102 da Lei nº 8.112/90, observada a prescrição quinquenal".

Legislação pertinente: Lei nº 8.112/90 (art. 102).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 745.377/PE e REsp nº 614.433/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima; AgRg no REsp nº 643.236/PE, Rel. Min. Felix Fischer; REsp nº 577.647/SE, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca (Quinta Turma); REsp nº 674.565/PE e AgRg no REsp nº 610.628/PE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; AgRg no REsp nº 643.938/CE, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 34, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Resp. nº 643.709/PR e AgRg no REsp nº 711.995, Rel. Min. Felix Fischer; REsp nº 488.905/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; AgRg no REsp nº 679.479/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); RMS nº 18.121/RS, Rel. Min. Paulo Medina; REsp nº 725.118/RJ e AgRg no REsp nº 597.827/PR, Rel. Min. Paulo Gallotti; REsp nº 651.081/RJ, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma); MS nº 10.740/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 35, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"O exame psicotécnico a ser aplicado em concurso público deverá observar critérios objetivos, previstos no edital, e estará sujeito a recurso administrativo".

REFERÊNCIAS
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 5º, XXXV, e 37, caput e incisos I e II).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgRgRE nº 466.061/RR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; nº RE 243.926-6/CE, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 10/08/2000 (Primeira Turma); RE nº 188.234/DF, Rel. Min. Neri da Silveira; AgAI nº 318.367/BA, Rel. Min. Celso de Melo; AgAI nº 660.815/RR, Rel. Min. Eros Grau; AgRgRE nº 433.921/CE, Rel. Min. Carlos Velloso (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça: AgRg EDcl. no RESP nº 525.611/DF, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG); ROMS nº 17103/SC, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima (Quinta Turma); AgRg no REsp nº 335.731/RS, Rel Min. Hélio Quaglia Barbosa; REsp nº 462.676/RS e ROMS 20480/DF, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma); MS nº 9183/DF Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG) (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 36, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"O ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, tem direito à assistência médica e hospitalar gratuita, extensiva aos dependentes, prestada pelas Organizações Militares de Saúde, nos termos do artigo 53, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 53, IV).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 417.871-AgR/RJ e nº 421.197-AgR/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE nº 414.256-AgR/PE, Rel. Min. Carlos Velloso (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 37, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Incidem juros de mora sobre débitos trabalhistas dos órgãos e entidades sucedidos pela União, que não estejam sujeitos ao regime de intervenção e liquidação extrajudicial previsto pela Lei nº 6.024/74, ou cuja liquidação não tenha sido decretada por iniciativa do Banco Central do Brasil".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 6.024/74 (art. 18, alínea "d").

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-721.280/2001.9, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos (Primeira Turma); TST-AIRR-6689100-24.2002.5.04.0900, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula (Terceira Turma); TST-AIRR176840-51.1990.5.01.0036. Rel. Juiz Convocado: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho; AIRR e RR - 5023600-39.2002.5.09.0900, Rel. Min. Maria de Assis Calsing (Quarta Turma); E-RR-345325-48/1997.3, Rel. Min. Rider de Brito (Quinta Turma); E-RR495383/1998, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula; E-RR-17472/2002-900-09-00.6, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais), Orientação Jurisprudencial Transitória nº 10 (SBDI-1); TST-RXOFAR-98017/2003-900-1100.3, Rel. Min. Barros Levenhagen (SBDI-2).

**SÚMULA Nº 38, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Incide a correção monetária sobre as parcelas em atraso não prescritas, relativas aos débitos de natureza alimentar, assim como aos benefícios previdenciários, desde o momento em que passaram a ser devidos, mesmo que em período anterior ao ajuizamento de ação judicial. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1981

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 529708/RS e REsp nº 734261/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); REsp nº 226907/ES, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma); EREsp nº 102622/SP, Rel. Min. Felix Fischer; AR nº 708/PR, Rel. Min. Paulo Gallotti; AR nº 693/PR, Rel. Min. Gilson Dipp (Terceira Seção); EREsp nº 92867/PE, Rel. Min. Edson Vidigal e EREsp nº 96177/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Corte Especial).

**SÚMULA Nº 39, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"São devidos honorários advocatícios nas execuções, não embargadas, contra a Fazenda Pública, de obrigações definidas em lei como de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição Federal)."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição da República (art. 100, § 3º); Lei nº 9.494/1997 (art. 1º-D).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE-AgR nº 402079/RS e RE-AgR nº 412134, Rel. Min. Eros Grau; RE-AgR nº 480958/RS, Rel. Min. Carlos Britto (Primeira Turma); RE-AgR nº 412891/SC, Rel. Min. Ellen Gracie; RE-AgR nº 483257/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; (23/06/2006); RE-AgR nº 490560/RS e RE-AgR nº 501480/RS, Rel. Min. Eros Grau (Segunda Turma); RE 420816/PR, Rel. para o Acórdão Min. Sepúlveda Pertence; RE-ED nº 420816/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: EREsp n º 653270/RS, Rel. Min. José Delgado; EREsp nº 659629/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves; EREsp nº 720452/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Corte Especial).

**SÚMULA Nº 40, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Os servidores públicos federais, quando se tratar de aposentadoria concedida na vigência do Regime Jurídico Único, têm direito à percepção simultânea do benefício denominado 'quintos', previsto no art. 62, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, com o regime estabelecido no art. 192 do mesmo diploma. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.112, de 11 de setembro de 1990 (arts. 62, § 2º e 192).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 577.259/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima; REsp nº 586.826/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; REsp nº 516.489/RN, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma); REsp nº 380.121/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves; REsp nº 194.217/PE, Rel. Min. Vicente Leal (Sexta Turma). MS nº 8.788/DF, Rel. Min. Paulo Gallotti; MS nº 9.067/DF, Rel. Min. Paulo Medina (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 41, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 09/10; 10/10 e 13/10/2008.

"A multa prevista no artigo 15, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.025/90, relativa à ocupação irregular de imóvel funcional, será aplicada somente após o trânsito em julgado da ação de reintegração de posse, ou da ação em que se discute o direito à aquisição do imóvel funcional. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 767.038-DF, Rel. Min. Luiz Fux; REsp nº 511.280-DF, Rel. Min. Denise Arruda (Primeira Turma); REsp nº 975.132-DF, Rel. Min. Castro Meira; AgRg no AI nº 717.689/DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha (Segunda Turma); MS nº 8.483-DF, Rel. Min. Luiz Fux (Primeira Seção).

**SÚMULA Nº 42, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008**
Publicada no DOU, Seção 1, de 31/10; 03/11 e 04/11/2008.

I - A Súmula 20, da Advocacia-Geral da União, passa a vigorar com a seguinte redação: "Os servidores administrativos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União têm direito ao percentual de 11,98%, relativo à conversão de seus vencimentos em URV, por se tratar de simples recomposição estipendiária, que deixou de ser aplicada na interpretação das Medidas Provisórias nºs 434/94, 457/94 e 482/94."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 168), Medida Provisória nº 482/94, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994 (art. 22).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE-AgR nº 529.559-1/MA, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); AgR-RE's nº 394.770-2/SC, Rel. Min. Ellen Gracie; nº 416.9401/RN, Rel. Min. Joaquim Barbosa; nº 440.171-2/SC, Rel. Min. Ayres Britto; RE-AgRAI nº 482.126-1/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes (Segunda Turma). ADIMC nº 2321/DF e nº 2323/DF, Rel. Min. Celso de Mello (Tribunal Pleno).

(*) O Min.-Rel. das ADI 's nº 2321 e nº 2323, Celso de Mello, explicitou que as tabelas de vencimentos dos servidores administrativos do Poder Judiciário, constante do Anexo III da Lei 9.421/1996, continham valores relativos à Agosto/95, aos quais não havia sido aplicado o percentual de 11,98%, por erro de cálculo na conversão da URV. Igual falha ocorreu em relação às tabelas dos servidores do Ministério Público Federal, que reproduziam valores de Agosto/95, conforme Anexo IV, da Lei nº 9.953/2000. Os 11,98% desaparecem, portanto, com a reestruturação das carreiras dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, a partir das Leis nº 10.475, de 27 de junho de 2002, e nº 10.476, de 27 de junho de 2002.

**SÚMULA Nº 43, DE 30 DE JULHO DE 2009**
Publicada no DOU, Seção 1, de 31/07; 03/08 e 04/08/2009.

"Os servidores públicos inativos e pensionistas, com benefícios anteriores à edição da Lei nº 10.404/2002, têm direito ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA nos valores correspondentes a:

37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 (art. 6º da Lei nº 10.404/2002 e Decreto nº 4.247/2002);

10 (dez) pontos, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, art. 1º da Lei nº 10.971/2004 e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003); e

60 (sessenta) pontos, a partir do último ciclo de avaliação de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 até a edição da Lei nº 11.357, de 16 de outubro de 2006."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 40, § 8º); Lei nº 10.404/2002 (art. 5º e 6º, parágrafo único), Lei nº 10.971/2004 (art. 1º), Lei nº 11.357/2006; Emenda Constitucional nº 41/2003. art. 7º)

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 476.279/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (DJ de 15/06/2007); RE nº 476.390/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 44, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009** (*)
Publicada no DOU, Seção 1, de 15/09; 16/09 e 17/09/2009.

(*) Alterada pela Súmula AGU nº 65, de 05 de Julho de 2012.

**SÚMULA Nº 45, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009**
Publicada no DOU, Seção 1, de 15/09; 16/09 e 17/09/2009.

"Os benefícios inerentes à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência devem ser estendidos ao portador de visão monocular, que possui direito de concorrer, em concurso público, à vaga reservada aos deficientes. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 37, inciso VIII); Lei nº 8.112/90 (art. 5º, § 2º); Lei nº 7.853/89; Decreto nº 3.298/99, com a redação dada pelo 5.296/2004 (art. 4º, inciso III).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: ROMS nº 26.071-1/DF, Rel. Min. Ayres Britto (Primeira Turma); Superior Tribunal de Justiça: RMS nº 19.257-DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); AgRg no Mandado de Segurança nº 20.190-DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma) ; Súmula nº 377, de 22/04/2009, DJe. de 05/05/2009 ( Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 46, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**
Publicada no DOU, Seção 1, de 24/09; 25/09 e 28/09/2009.

"Será liberada da restrição decorrente da inscrição do município no SIAFI ou CADIN a prefeitura administrada pelo prefeito que sucedeu o administrador faltoso, quando tomadas todas as providências objetivando o ressarcimento ao erário."
Legislação pertinente: Instrução Normativa nº 01/1997 (art. 5º, §§ 2º e 3º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgReg no RESP nº 756.480-DF, Rel. Min. Luiz Fux, AgRg no AI nº 1.123.467-DF, Rel. Min. Denise Arruda; RESP nº 1.054.824MT, Rel. Min. Teori Albino Zavascki (Primeira Turma); REsp 's nº 870.733-DF e nº 1079.745-DF, Rel. Min. Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.065.778-AM, Rel. Min. Herman Benjamin (Segunda Turma); MS nº 11.496-DF, Rel. Min. Luiz Fux (Primeira Seção).

**SÚMULA Nº 47, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**
Publicada no DOU, Seção 1, de 24/09; 25/09 e 28/09/2009.

"Os militares beneficiados com reajustes menores que o percentual de 28,86%, concedido pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, têm direito ao recebimento da respectiva diferença, observada a limitação temporal decorrente da MP n° 2.131/2000, bem assim as matérias processuais referidas no § 3º do art. 6º do Ato Regimental nº 1/2008."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.622, de 19.01.1993; Lei 8.627, de 19.02.1993; MP nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgRgRE nº 398.778-0/BA, Rel. Min. Sydney Sanches (Primeira Turma), AgRgRE nº 444.505-1/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso, AgRgRE nº 291.701-0/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: REsp 's nº 839.278/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, nº 940.141/RS, Rel. Min. Jorge Mussi, nº 967.421/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); REsp nº 835.761/RS e REsp nº 990.284, Rel. Maria Thereza de Assis Moura, AgRgREsp nº 905.135/RS, Rel. Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado TRF 1ª Região), AgRgAI nº 706.118/SC, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 48, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009** (*)
(*) Alterada pela Súmula AGU nº 56, Publicada no DOU, Seção 1, de 08/07; 11/07 e 12/07/2011.

**SÚMULA Nº 49, DE 20 DE ABRIL DE 2010**
Publicada no DOU Seção 1, de 20/04/2010.

"A regra de transição que estabelece o percentual de 80% do valor máximo da GDPGTAS, a ser pago aos servidores ativos, deve ser estendida aos servidores inativos e pensionistas, até a regulamentação da mencionada gratificação."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: EC nº 41/2003 (art. 7º); Lei nº 11.357/2006 (art. 7º, § 7º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: MS nº 12.215 / DF, Rel. Min. Felix Fischer (Terceira Seção). Supremo Tribunal Federal: Ag Reg no AI 715.549, Rel. Min. Cármen Lúcia (Primeira Turma); Ag Reg no RE nº 585.23/PE, Rel. Min. Celso de Mello, Ag Reg no RE nº 591.303/SE, Rel. Min. Eros Grau (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 50, 13 DE AGOSTO DE 2010**
Publicada no DOU Seção 1, de 16/08, 17/08 e 18/08/2010.

"Não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 9.782/99 (art. 6º e art. 8º, § 8º); Resolução RDC nº 17, de 21 de novembro de 2001; Lei nº 6.437/77 (arts. 3º e 10, inciso XXIII).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp nº 719.446/RS, Rel. Min. Denise Arruda; AgRg no REsp nº 1.042.703/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves; REsp nº 826.637/RS, Rel. Min. Francisco Falcão; AgRg no AI nº 1.039.595, Rel. Min. Denise Arruda (Primeira Turma); REsp nº 665.950/PE, Rel. Min. Franciulli Netto; REsp nº 731.226/PE, Rel. Min. Eliana Calmon; AgRg no REsp nº 1.058.368/RS, Rel. Min. Castro Meira; AgRg no REsp nº 981.545/SP, Rel. Min. Herman Benjamin; AgRg no REsp nº 1.165.103/PR, Rel. Min. Castro Meira (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 51, 26 DE AGOSTO DE 2010**
Publicada no DOU Seção 1, de 27/08, 30/08 e 31/08/2010.

"A falta de prévia designação da (o) companheira (o) como beneficiária (o) da pensão vitalícia de que trata o art. 217, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não impede a concessão desse benefício, se a união estável restar devidamente comprovada por meios idôneos de prova. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 226, § 3º); Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (art. 217, inciso I, alínea "c").

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 176.405/RS e nº 397.134/RN, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; REsp's nº 240.209/PE e nº 236.980/RN, Rel. Min. Edson Vidigal; REsp's nº 396.853/RS, nº 413.956/SC e nº 443.055/PE, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma); REsp's nº 254.673/RN e nº 311.826/PE, Rel. Min. Vicente Leal; AgRg no REsp nº 1.041.302/RS, Rel. Min. Og Fernandes (Sexta Turma); MS nº 8.153/DF, Rel. Min. Felix Fischer (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 52, DE 3 DE SETEMBRO DE 2010**
Publicada no DOU Seção 1, de 09/09, 10/09 e 13/09/2010.

"É cabível a utilização de embargos de terceiros fundados na posse decorrente do compromisso de compra e venda, mesmo que desprovido de registros. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 6.015/73 (arts. 167, item 25, 169 e 172); Código Civil (art. 1.245, § 1); Código Civil de 1916 (art. 530, I); e Código de Processo Civil de 1973 (arts. 267, Vl, 593, e 1.046)

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 848.070/GO e REsp nº 638.664/PR, Rel. Min. Luiz Fux; REsp nº 35.815/SP, Rel. Min. Garcia Vieira (Primeira Turma); REsp nº 775.425/PB, Rel. Min. Castro Meira (Segunda Turma). Supremo Tribunal Federal: RE nº 119937/SP, Rel. Min. Sydney Sanches, (Primeira Turma).

**SÚMULA Nº 53, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010**
Publicada no DOU Seção 1, de 11/11/2010.

"O acordo ou a transação realizada entre o servidor e o Poder Público sobre o percentual de 28,86%, sem a participação do advogado do autor, não afasta o direito aos honorários advocatícios na ação judicial. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 e Lei 8.622/93 (arts. 23 e 24, § 4º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRgEDcl no REsp nº 850313/PA, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no Ag nº 814736/MG, Rel. Min. Laurita Vaz, AgRg no REsp nº 797108/DF, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma); AgRg no REsp nº 1121368/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura; AgRg no REsp nº 826078/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, AgRg no Ag nº 908407/DF, Rel. Min. Og Fernandes; AgRg no REsp nº 477002/PR, Rel. Min. Paulo Gallotti, AgRg no REsp nº 837072/MG, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (juiz convocado do TRF 1ª Região), AgRg no Ag nº 584458/MG, Rel. o Min. Nilson Naves (Sexta Turma); EREsp nº 542166/SC, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção);

**SÚMULA Nº 54, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010**
Publicada no DOU Seção 1, de 11/11/2010.

"A indenização de campo, criada pelo artigo 16 da Lei nº 8.216/91, deve ser reajustada na mesma data e no mesmo percentual de revisão dos valores das diárias, de modo que corresponda sempre ao percentual de 46,87% das diárias"

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.270/91 (art. 15); Lei nº 8.216/191 (art. 16).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 690309/PB e Decl. no REsp nº 603.010/PB, Rel. Min. Gilson Dipp, Resp nº 844780/PB, Rel. Min. Felix Fischer; Ag. nº 1241346/GO, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; Ag. nº 1237360/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho; Ag. nº 1214830/BA, Rel. Min. Laurita Vaz; Ag nº 1241323/BA, Rel. Min. Jorge Mussi; (Quinta Turma); REsp nº 726962/RN, Rel. Min. Nilson Naves; Ag nº 1242401/PA, Rel. Min. Og Fernandes; AI 887307/BA, Rel. Min. Paulo Gallotti; Ag nº 1241555/AP, Rel. Min. Haroldo Rodrigues (Desembargador Convocado) (Sexta Turma); AgRg na Pet nº 7.148/GO, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Terceira Seção); Supremo Tribunal Federal: AI nº 715139, Rel. Min. Cármen Lúcia; AI nº 722306 AgR/ES, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); AI nº 743681 RG/BA, Rel. Min. Cezar Peluso (Plenário virtual).

**SÚMULA Nº 55, DE 29 DE JUNHO DE 2011**
Publicada no DOU Seção 1, de 1/07/, 04/07 e 05/07/2011.

"A não observância do prazo estabelecido na Instrução Normativa n. 06/2002 para o recadastramento do criador amadorista de passeriforme não inviabilizará a efetivação do ato pelo IBAMA, desde que preenchidos os demais requisitos legais. "

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Art. 225, § 1º, inciso VII, da CF/1988; art. 6º, inciso IV, da Lei 6.938/81; arts. 7º, 8º, "b", 9º, 10, "j", da Lei 5.197/67; Portaria IBAMA nº 57/96; arts. 1º, § 1º, 2º, §§ 1º e 2º, 3º, 5º e 16 da IN-IBAMA nº 06/2002.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgReg no RE nº 573.384-0/MG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); RE nº 529.849/MG, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE nº 559.956/MG, Rel. Min. Ayres Britto. Superior Tribunal de Justiça: REsp's nº 890.033/MG e nº 965.644/MG, Rel. Min. Denise Arruda (Primeira Turma); REsp. 972.979-MG, Rel. Min. Humberto Martins; REsp. nº 860.615-DF, Rel. Min. Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.020.022MG, Rel. Min. Herman Benjamin. (Segunda Turma)

**SÚMULA Nº 56, DE 7 DE JULHO DE 2011**
Publicada no DOU Seção 1, de 08/07, 11/07 e 12/07/2011.

Altera a Súmula AGU nº 48, da Advocacia-Geral da União, publicada nos dias 09, 14 e 15 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para fins de concessão do reajuste de 28,86%, a incidência da correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento administrativo de cada parcela, previsto na MP 2.169/2001, ou judicial, nos termos do art. 1º da Lei 6.899/81, observado o disposto no artigo 6º e §§ do Ato Regimental nº 1/2008- AGU c/c os artigos 1º e 6º do Decreto nº 20.910/32."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 6.899/81; Lei nº 8.622/93; Lei nº8.627/93; MP 2.131/2000; MP 2.169-43/2001; Decreto nº 20.910/32.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 967.421/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, REsp nº 508.093/RS, Rel. Min. Laurita Vaz (Quinta Turma); AgRg no AI nº 395.462/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves; AgR-Ag nº 756.888/RS, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, REsp nº 835.761/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Sexta Turma); REsp nº 990.284/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 57, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 9.494/97 (art. 1º-D); Medida Provisória nº 2.180-35/2001; CPC (art. 20, § 4º), Constituição Federal (art. 730).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp nº 1232068/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Primeira Turma); REsp nº 1242580/RS, Rel. Min. Castro Meira (Segunda Turma); AgRg no REsp nº 1117028/RS, Rel. Min. Gilson Dipp (Quinta Turma); AgRg no REsp nº 693525/SC, Rel. Min. Paulo Galotti; REsp. nº 654312/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; AgRg no REsp nº 720033/RS, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma); EREsp. nº 653270/RS, Rel. Min. José Delgado; EREsp. nº 691563/RS, Rel. Min. Ari Pargendler; EREsp. nº 721810/RS, Rel. Min. José Delgado (Corte Especial). Supremo Tribunal Federal: RE nº 599.903/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 58, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"O percentual de 28,86% deve incidir sobre o vencimento básico dos servidores públicos civis ou do soldo, no caso dos militares, bem como sobre as parcelas que não possuam como base de cálculo o próprio vencimento, observada a limitação temporal decorrente da MP nº 2.131/2000 e as disposições da MP 2.169-43/2001, bem assim as matérias processuais referidas no § 3º do art. 6º do Ato Regimental nº 1/2008".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, Medida Provisória nº 2.169-43, de 24 de agosto de 2001.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no Resp nº 1.187.568-DF, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRg no Resp nº 1.023.832-RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima e EmDcl no Recurso Especial nº 957.413-PR, Rel. Min. Laurita Vaz (Quinta Turma); AgRg no Resp nº 959.248-RS, Rel. Min. Nilson Naves (Sexta Turma); Resp nº 990.284-RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 59, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"O prazo prescricional para propositura da ação executiva contra a Fazenda Pública é o mesmo da ação de conhecimento".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: CTN (art. 168 e art. 169); Decreto nº 20.910/32 (art. 1º, art. 4º e art. 9º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Primeira Turma: AgRg no Ag nº 1361333/PI, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; Segunda Turma: AgRg no Ag nº 1330239/RS, Rel. Min. Hermann Benjamin; e Terceira Seção: AgRg nos EmbExeMS nº 4565/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. Supremo Tribunal Federal: Primeira Turma: RE nº 632535 AgR/PE, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de 3 16.05.2011; Segunda Turma: RE nº 131140/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; e Plenário: ACO nº 408 Embargos à Execução-AgR/SP, Rel. Min. Marco Aurélio.

**SÚMULA Nº 60, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12/, 12/12 e 13/12/2011.

"Não há incidência de contribuição previdenciária sobre o vale transporte pago em pecúnia, considerando o caráter indenizatório da verba".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: CF, artigos 5º, II, 7º, IV, XXVI, 150, I, 195, I, "a", 201, § 11; Lei nº 7.418/85, artigo 2º; Lei nº 8.212/91, artigo 28, I e 9º, "f"; Decreto nº 95.247/87, artigos 5º e 6º; Decreto nº 3.048/99, artigo 214, § 10.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-234140-44.2004.5.01.0241, Rel. Min. Vieira de Mello Filho (Primeira Turma); TST-RR-95840-79.2007.5.03.0035, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva (Segunda Turma); TST-AIRR-76040-07.2006.5.15.0087, Rel. Min. Alberto Luiz Bersciani de Fontan Pereira (Terceira Turma); TST-RR-8930012.2006.5.15.0004, Rel. Min. Maria de Assis Calsing (Quarta Turma); AIRR- 35340-21.2008.5.03.0097, Rel. Min. João Batista Brito Pereira (Quinta Turma); TST-RR-1610063.2006.5.15.0006, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho (Sexta Turma); TST-RR131200-26.2004.5.15.0042, Rel. Min. Pedro Paulo Manus (Sétima Turma); TST-RR-4300-57.2008.5.04.0561, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula; e SESBDI-1: TST-E-RR1302/2003-383-02-00.7, Rel. Min. Vieira de Mello Filho (Oitava Turma). Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 1180562/RJ, Rel. Min. Castro Meira (Segunda Turma); EREsp nº 816.829/RJ, Rel. Min. Castro Meira, (Primeira Seção). Supremo Tribunal Federal: RE nº 78410/SP, Rel. Min. Eros Grau (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 61, DE 30 DE MARÇO DE 2012**
Publicada no DOU Seção 1, de 04/04, 05/04 e 09/04/2012.

"É cabível a inclusão de expurgos inflacionários, antes da homologação da conta, nos cálculos, para fins de execução da sentença, quando não fixados os índices de correção monetária no processo de conhecimento".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: art. 1.062 do Código Civil de 1916; art. 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional; art. 3º do Decreto-lei nº 2.322/87, 1º-F da Lei nº 9494/97, e a Lei 9.250/95.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 962973/PR, Rel. Min. Teori Albino Zzavascki, DJ 04/10/2007 (Primeira Turma); AgRg no Ag nº 415430/DF, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ 22/04/2002, (Quinta Turma); REsp nº 475173/RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 10/05/2004, (Sexta Turma); AgRg no EREsp nº 440.727-MG, Rel. Min.

Laurita Vaz, DJe de 08/02/2010; AgRg nos EREsp nº 438.303-MG, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJ de 22/10/2007; AgRg nos EREsp nº 566.665-AL, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 04/04/2005; AgRg nos EREsp nº 365.468-DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 13/12/2004; EAg nº 538602, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 27/09/2004; AgRg nos EAg nº 517.111/DF, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 09/09/2004 (Corte Especial.)

**SÚMULA Nº 62, DE 26 DE ABRIL DE 2012**
Publicada no DOU Seção 1, de 27/04, 30/04 e 02/05/2012.

"Não havendo no processo relativo à multa de trânsito a notificação do infrator da norma, para lhe facultar, no prazo de trinta dias, o exercício do contraditório e da ampla defesa, opera-se a decadência do direito de punir para os órgãos da União, impossibilitado o reinício do procedimento administrativo".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), artigos 280 a 282; e Resolução nº 149, de 19 de setembro de 2003, do Conselho Nacional de Trânsito.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Primeira Seção: Emb. Div. no Recurso Especial nº 660.447-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 29/09/2010; Emb. Div. no Recurso Especial nº 711.965-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 16/04/2007; Emb. Div. no Recurso Especial nº 803.487-RS, Rel. Min. José Delgado, DJ de 06/11/2006; Emb. Div. no Recurso Especial nº 856.086-RS, Rel. Min. José Delgado, DJe de 03/03/2008; Recurso Especial nº 1.092.154-RS, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 31/08/2009; Primeira Turma: Recurso Especial nº 911.359-RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 26/04/2007; Recurso Especial nº 964.105-RS, Rel. Min. José Delgado, DJ de 20/09/2007; AgRg no Recurso Especial nº 1.009.322-RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 28/05/2008; AgRg no Agravo de Instrumento nº 1.239.193-SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 17/10/2010; Segunda Turma: Recurso Especial nº 910.798-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 19/08/2008; Recurso Especial nº 938.694-RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 19/10/2007; Recurso Especial nº 947.223-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 08/02/2011; AgRg no Recurso Especial nº 952.122-RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 30/10/2007; Recurso Especial nº 1.054.470-RS, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região), DJe de 05/08/2008; Recurso Especial nº 1.057.303-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 18/08/2008; Recurso Especial nº 1.283.366-RS, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 10/11/2011.

**SÚMULA Nº 63, DE 14 DE MAIO DE 2012**
Publicada no DOU Seção 1, de 16/05, 17/05 e 18/05/2012.

"A Administração deve observar o devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório para proceder ao desconto em folha de pagamento de servidor público, para fins de ressarcimento ao erário".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e Artigo 46, da Lei 8.112/1990 e suas alterações.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Tribunal Pleno- MS nº 24182/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 03-09-2004 PP-00009; Primeira Turma- MS nº 27851/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, Rel. p/ Acórdão Min. Luiz Fux, DJe-222 divulg 22-11-2011 public 23-11-2011; RE nº 613367 AgR/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe-174 divulg 09-09-2011 public 12-09-2011; AI nº 794.759 AgR/SC, Rel. Min. Luiz Fux, DJe-088 divulg 11-05-2011 public 12-05-2011. Superior Tribunal de Justiça: Primeira Turma: AgRg nos EDcl no Resp nº 1.224.995/CE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 18/04/2011; Segunda Turma: AgRg no Ag nº 1.423.791/DF, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 29/02/2012; Resp nº 1.239.362/SC, Rel. Min. Mauro Campbell MArques, DJe de 15/04/2011; AgRg no AgRg no nº 1.300.827/RR, Rel. Min Mauro Campbell Marques, DJe de 29/11/2010 Quinta Turma: AgRg no Resp nº 1.116.448/RJ, Rel. Min. Tro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe de 12/09/2011; AgRg no Resp nº 1.116.855/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 02/08/2010; AgRg no Resp nº 979.050, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 06/10/2008; Sexta Turma: AgRg no Resp nº 802.252/RS, Rel. Min. Celso Limongi, DJe de 23/08/2010.

**SÚMULA Nº 64, DE 14 DE MAIO DE 2012**
Publicada no DOU Seção 1, de 16/05, 17/05 e 18/05/2012.

"As contribuições sociais destinadas às entidades de serviço social e formação profissional não são executadas pela Justiça do Trabalho".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (arts. 114, inciso VIII, 195 incisos I, alínea "a" e II, e 240); Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho: E-RR - 134300-50.1998.5.15.0025, Rel. Min.: Lélio Bentes Corrêa, DEJT 21/10/2011, (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais); RR - 14800-50.2009.5.09.0096, Rel. Min.: Walmir Oliveira da Costa, DEJT 09/03/2012 (1ª Turma); (RR - 1000-90.2007.5.08.0115, Rel. Min.: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 16/03/2012, RR - 146800-66.2006.5.09.0242, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 23/03/2012 (2ª Turma); RR - 6470050.2007.5.13.0002, Rel. Min. Rosa Maria Weber, DEJT: 04.11.2011 (3ª Turma); RR - 1061-54.2010.5.06.0000, Rel. Min.: Delaíde Miranda Arantes, DEJT 09/03/2012, (7ª Turma); RR - 7300-69.2008.5.13.0026, Rel. Min.: Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 23/03/2012, (8ª Turma).

**SÚMULA Nº 65, DE 5 DE JULHO DE 2012**
Publicada no DOU Seção 1, de 06/07, 09/07 e 10/07/2012.

Altera a Súmula AGU nº 44, da Advocacia-Geral da União, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, a lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria devem ser anteriores as alterações inseridas no art. 86 § 2º, da Lei 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: CF/88, art. 5º, XXXVI; Lei nº 8.213/91, art. 86, § 2º; alterado pela MP nº 1.59614/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e Decreto nº 3.048/99, art. 167.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AI nº 490365-AgR/RS, Rel.Min. Sepúlveda Pertence, AI nº 439136-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE nº 440818-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau, AI nº 471265-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 431249/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG), EREsp. nº 481921/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, EREsp nº 406969/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, EREsp. nº 578378, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção); REsp nº1244257, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRREsp nº 753119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, AgR-REsp nº 599396/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no REsp nº 979.667/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); e EDcl-REsp nº 590428/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, (Sexta Turma).

(*) RETIFICAÇÃO

Na Súmula nº 44, de 5 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial, de 6 de julho de 2012, Seção 1, página 1, onde se lê: "...SÚMULA Nº 44 ...", leia-se: "... SÚMULA 65, de 5 de julho de 2012.

**SÚMULA Nº 66, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012** (*)
Publicada no DOU Seção 1, de 04/12, 05/12 e 06/12/2012.

(*) Alterada pela Súmula AGU nº 73, de 18 de dezembro de 2013.

**SÚMULA Nº 67, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**
Publicada no DOU Seção 1, de 04/12, 05/12 e 06/12/2012.

"Na Reclamação Trabalhista, até o trânsito em julgado, as partes são livres para discriminar a natureza das verbas objeto do acordo judicial para efeito do cálculo da contribuição previdenciária, mesmo que tais valores não correspondam aos pedidos ou à proporção das verbas salariais constantes da petição inicial".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: art. 43, § 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e art. 475N, do Código de Processo Civil.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho: E-RR - 3021/2003-005-12-00, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paulo, DEJT de 07/11/2008; E-RR- 24610072.2004.5.02.0013, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT de 21/05/2010 (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais); RR - 946/2003-003-22-00, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa, DEJT de 29/05/2009 (1ª Turma); RR - 880/1997-244-01-00, Rel. Min. Vantuil Abdalla, DEJT de 07/08/2009 (2ª Turma); RR - 1043/2006451-01-00, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 14/08/2009 (3ª Turma); RR - 3355/2002-241-01-00, Rel. Min. Barros Levenhagen, DEJT de 14/08/2009 (4ª Turma); AIRR - 687/2005-01-04-40, Rel.a Min. Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 13/02/2009 (5ª Turma); RR - 766/2004-451-01-00, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 22/05/2009 e RR 1460/1994-023-02-40, Rel. Min. Maurício Godinho Delgado, DEJT de 16/10/2009 (6ª Turma); RR - 819/2008-002-18-00, Rel.a Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT de 13/11/2009 e RR - 1496/2005-332-02-00, Rel.a Min. Dora Maria da Costa, DEJT de 13/11/2009 (8ª Turma).

**SÚMULA Nº 68, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013**
Publicada no DOU Seção 1, de 06/02,07/02 e 08/02/2013.

"Nos contratos de prestação de serviços médico-hospitalares no âmbito do SUS, o fator para conversão de cruzeiros reais em reais, a partir de 1º de julho de 1994, deve ser de Cr$ 2.750,00, como determinado pelo art. 1º, § 3º, da MP 542/95, convertida na Lei nº 9.069/95, combinado com o Comunicado nº 4.000, de 29.06.94, do BACEN, obedecida a prescrição das parcelas relativas ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, bem como a limitação da condenação até outubro de 1999".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: art. 1º, § 3º da MP nº 542/95 convertida na Lei nº 9.069/95, art. 23; Lei nº 8.880/94, art. 15; Comunicado Bacen nº 4.000/94.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Primeira Turma: Resp. nº 730433/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ de 04.02.09; AgRg no Resp. nº 1057025/CE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02.10.08; AgRg no Resp. nº 527013/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 13.03.06; Segunda Turma: AgRg no Ag nº 843030/SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 21.10.08; Resp nº 530661/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 26.02.07; Primeira Seção: MS nº 8.501/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 27.09.04; dentre muitos outros. Supremo Tribunal Federal: 1ª Turma: AI nº 656062 AgR/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de 13.03.09; no mesmo sentido, em decisões monocráticas: AI nº 778739/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 22.06.10; AI nº 714025/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 29.06.10; RE nº 479431/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ de 21.06.10; AI nº 608652/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ de 26.05.10; dentre muitos outros; Plenário: RE nº 602324 RG/SC, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 18.12.09.

**SÚMULA Nº 69, DE 5 DE JUNHO DE 2013**
Publicada no DOU Seção 1, de 17/06,18/06 e 19/06/2013.

"A partir da edição da Lei n. 9.783/99, não é devida pelo servidor público federal a contribuição previdenciária sobre parcela recebida a título de cargo em comissão ou função de confiança".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 150 incisos I e IV, art. 145 § 1º); Lei 9.783/1999, (arts. 1º e 2º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp nº 961.274/RS, Rel. Min. Luiz Fux (Primeira Turma); AgRg no Ag nº 1.394.751/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 10/06/2011; AgRg no AI nº 1.087.634/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 30/09/2010 (Segunda Turma); EREsp nº 549.985/PR, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16/05/2005; EREsp nº 524.711/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 01/10/2007 (Primeira Seção). Supremo Tribunal Federal: ADI-MC 2010, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 11/10/1999 (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 70, DE 14 DE JUNHO DE 2013**
Publicada no DOU Seção 1, de 17/06,18/06 e 19/06/2013.

"Os embargos do devedor constituem-se em verdadeira ação de conhecimento, autônomos à ação de execução, motivo pelo qual é cabível a fixação de honorários advocatícios nas duas ações, desde que a soma das condenações não ultrapasse o limite máximo de 20% estabelecido pelo art. 20, § 3º, do CPC".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Código de Processo Civil (art. 20, § 3º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no EREsp nº 1.275.496/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 28/05/2010 (Corte Especial); AgRg nos EREsp nº 1.268.627/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 09/02/2012; AgRg nos REsp nº 1.220.571-SC, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 11/10/2011 (Primeira Turma); AgRg no Ag nº 1.424.446-DF, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 27/10/2011; AgRg no REsp nº 960.281/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 15/05/2009 (Segunda Turma); AgRg no REsp nº 1.123.359/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 04/10/2011, AgRg no REsp nº 1.117.028/RS, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 01/02/2011 (Quinta Turma); AgRg no AI nº 1.226.312/PR, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/06/2011, AgRg no REsp nº 1.100.674/RS, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 19/04/2011 (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 71, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013** (*)
Publicada no DOU Seção 1, de 10/09,11/09 e 12/09/2013.

(*) Cancelada pela Súmula de nº 72, de 26 de setembro de 2013.

**SÚMULA Nº 72, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013**
Publicada no DOU Seção 1, de 27/09,30/09 e 01/10/2013.

Cancela a Súmula nº 71, da Advocacia-Geral da União, publicada no DOU, Seção 1, de 10/09; 11/09 e 12/09/2013, restabelecendo os efeitos da Súmula AGU nº 34 com a seguinte redação:

"Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 6.899/81; Lei nº 8.622/93; Lei nº 8.627/93; MP 2.131/2000; MP 2.169-43/2001; Decreto nº 20.910/32.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Resp nº 643.709/PR e AgRg no REsp nº 711.995, Rel. Min. Felix Fischer; REsp nº 488.905/RS, Rel. Min. José Arnaldo; AgRg no REsp nº 679.479/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); RMS nº 18.121/RS, Rel. Min. Paulo Medina; REsp nº 725.118/RJ e AgRg no REsp. nº 597.827/PR Rel. Min. Paulo Gallotti; REsp nº 651.081/RJ, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma); MS nº 10.740/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 73, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013**
Publicada no DOU Seção 1, de 19/12, 20/12 e 23/12/2013.

Altera a Súmula AGU nº 66, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Nas ações judiciais movidas por servidor público federal contra a União, as autarquias e as fundações públicas federais, o cálculo dos honorários de sucumbência deve levar em consideração o valor total da condenação, conforme fixado no título executado, sem exclusão dos valores pagos na via administrativa."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: art. 24, § 4º da Lei nº 8.906/94.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp nº 1.250.945-RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 01/07/2011 (Primeira Turma); AgRgAg no REsp nº 31.791-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 26/09/2011; AgRg nos AI nº 1.093.583-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 24/09/2009; AgRg nos EDcl no REsp nº 1.241.913-RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 04/11/2011 (Segunda Turma); AgRgAg no REsp nº 1.097.033-RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 01/08/2011, AgRg no REsp nº 1.179.907-RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho; AgRg no REsp nº 1.173.974/RS, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 09/03-2011 e AgRg no REsp nº 1.169.978/RS, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 14/06/2010 (Quinta Turma); AgRg no REsp nº 998.673/RS, Rel. Min. Celso Limongi, Dje de 03/08/2009 (Sexta Turma). Supremo Tribunal Federal: ADI 2527 MC/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 23/11/2007, (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 74, DE 31 DE MARÇO DE 2014**
Publicada no DOU Seção 1, de 03/04, 04/04 e 07/04/2014.

"Na Reclamação Trabalhista, quando o acordo for celebrado e homologado após o trânsito em julgado, a contribuição previdenciária incidirá sobre o valor do ajuste, respeitada a proporcionalidade das parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Consolidação das Leis do Trabalho (art. 832, § 6º).

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho: OJ nº 376 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais; TST-AIRR-27100-56.2002.5.02.0202 - 2ª Turma; TST-RR-25500026.2007.5.02.0082 - 3ª Turma; TST-AIRR-34900-44.2002.5.02.0006 - 4ª Turma; TSTAIRR117800-53.1998.5.02.0482 - 5ª Turma; TST-RR-10400-75.2008.5.17.008 - 7ª Turma; TSTRR-251100-49.2004.5.02.0079 - 8ª Turma.

**SÚMULA Nº 75, DE 2 DE ABRIL DE 2014**
Publicada no DOU de 03/04, 04/04 e 07/04/2014.

"Para a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, a consolidação das lesões decorrentes de acidentes de qualquer natureza, que resulte sequelas definitivas, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91, e a concessão da aposentadoria devem ser anteriores às alterações inseridas no art. 86, § 2º da Lei nº 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 5º, XXXVI); Lei nº 8.213/91 (art. 86, § 2º); alterado pela MP nº 1.596-14/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e Decreto nº 3.048/99 (art. 167).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AI nº 490365-AgR/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, AI nº 439136-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE nº 440818-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau, AI nº 471265-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 431249/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG), EREsp. nº 481921/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, EREsp. nº 406969/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, EREsp. nº 578378, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção); REsp nº 1244257, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRREsp. nº 753119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, AgR-REsp nº 599396/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no REsp nº 979.667/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); e EDcl-REsp nº 590428/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 76, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014**
Publicada no DOU de 08/12, 09/12 e 10/12/2014.

"O reajuste de 28,86%, extensivo aos militares, incide sobre a parcela denominada complementação do salário mínimo, instituída pelo artigo 73 da Lei nº 8.237/1991".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: artigos 73 da Lei nº 8.237/1991 e 32 do Decreto nº 722/1993.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no AREsp nº 220.786/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 23/04/2013, DJe de 07/05/2013; AgRg no AgRg no REsp nº 1.081.590/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 18/12/2012, DJe de 1º/02/2013; AgRg no REsp nº 1.145.285/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Sexta Turma, julgado em 09/04/2013, DJe de 26/04/2013; AgRg no REsp nº 1.212.720/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 23/08/2011, DJe de 26/08/2011; REsp nº 1.222.904/PR, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 24/04/2014, DJe de 20/05/2014; AgRg no REsp nº 1.223.118/PR, Primeira Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 1º/03/2011, DJe de 18/03/2011; AgRg no REsp nº 1.236.117/SC, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 07/06/2011, DJe de 13/06/2011; AgRg no REsp nº 1.236.134/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 24/04/2012, DJe de 02/05/2012; AgRg no REsp nº 1.237.688/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 05/04/2011, DJe de 13/04/2011; AgRg no REsp nº 1.248.734/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 16/06/2011, DJe de 24/06/2011; AgRg no Ag nº 1.255.289/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 30/06/2011; AgRg no REsp nº 1.338.181/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 04/10/2012, DJe de 19/12/2012; REsp nº 1.404.897/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 24/09/2013, DJe de 1º/10/2013. Supremo Tribunal Federal: AgRg no AI nº 707.142, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 19/02/2009; AI 719.795, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 11/03/2011; AI nº 743.899, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 02/04/2012.

**SÚMULA Nº 77, DE 21 DE JANEIRO DE 2015**
Publicada no DOU de 22/01, 23/01 e 26/01/2015.

"No período compreendido entre 1º/3/2002 e 25/06/2002, a remuneração dos integrantes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional era composta de: I - vencimento básico, fixado nos termos do art. 3º da Medida Provisória nº 43, de 24 de julho de 2002, convertida na Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; II - pró-labore, devido em valor fixo; III - representação mensal, incidente sobre o novo vencimento básico, nos percentuais previstos no Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987; e IV - gratificação temporária, conforme a Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987; Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995; Medida Provisória nº 43, de 24 de julho de 2002 e Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Terceira Seção-AR nº 4.032, Rel. Min. Sabastião Reis Júnior, DJe de 24/04/2014; EREsp nº 1.035.675, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 18/03/2014; Primeira Turma: AgRg no REsp nº 1.216.093, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 15/03/2011; AgRg no REsp nº 1.188.744, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 19/03/2014; Segunda Turma- Medida Cautelar nº 18.368, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17/11/2011; AgRg no REsp nº 1.250.919, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 08/11/2011; Quinta Turma: AgRg no REsp nº 1.137.145, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 22/11/2010; AgRg no REsp nº 1.105.054, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 09111/2009; REsp nº 963.680, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de Ol11212008; Sexta Turma: AgRg nos EDcl no REsp nº 812.409, Rel. Min. Celso Limongi, Dle de 02/08/2010; AgRg no REsp nº 1.137.059, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 21/11/2011; AgRg no Ag em REsp nº 70.971, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 05/03/2012; AgRg no REsp nº 1.074.315, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 25/04/2014. Supremo Tribunal Federal: Primeira Turma: AgR no RE nº 606.877, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 12/09/2010; ED no AgR no AI nº 838.819, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 09/11/2012; Segunda Turma: AgR no AI nº 811.716, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 07/02/2011.

**SÚMULA Nº 78, DE 15 DE MAIO DE 2015**
Publicada no DOU de 18/05, 19/05 e 20/05/2015.

"É reconhecido o direito dos docentes da carreira do magistério básico, técnico e tecnológico federal à progressão por titulação, sem a observância do interstício, até o advento do Decreto 7.806, publicado no D.O.U de 18/09/2012; observadas as regras estabelecidas nos artigos 13 e 14 da Lei 11.344/2006, a correlação disposta no Anexo LXIX à Lei nº 11.784/2008 e o limite máximo de progressão à Classe D-III, nível I."

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: artigo 120 da Lei 11.784/2008, artigo 11 do Decreto 7.806/2012 e Lei 11.344/2006, arts 13 e 14.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 1.343.128/SE, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 21/06/2013. Supremo Tribunal Federal: ARE nº 764.226/R5, Primeira Turma Rel. Min. Luís Roberto Barroso, acórdão de 11/02/2014; ARE nº 786239/AL, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, DJe 06/02/2014; ARE nº 743536/RS, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 20/08/2013.

**SÚMULA Nº 79, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015**
Publicada no DOU de 16/11, 17/11 e 18/11/2015.

"O termo inicial do prazo decadencial para impetração de Mandado de Segurança, no qual se discuta regra editalícia que tenha fundamentado eliminação de candidato em concurso público, é a data em que este toma ciência do ato administrativo que determina sua exclusão do certame".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei 12.016/2009 (art. 23).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: ERESP nº 1.124.254/PI, Corte Especial, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe de 12/08/2014, MS nº 17.433/DF, Re. Min. Arnaldo Esteves, DJe de 05/12/2012. Supremo Tribunal Federal: AgrMS nº 30.620/DF, Segunda Turma Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 27/09/2011; ARE nº 855147/CE, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 17/12/2014; RE nº 711.000/RN, Rel. Min. Dias Tóffoli, DJe de 20/11/2012.

**SÚMULA Nº 80, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015**
Publicada no DOU de 18/11, 19/11 e 20/11/2015.

"Para concessão de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a conversão de tempo de serviço/contribuição especial em comum deve observar o fator de conversão vigente à época em que requerido o benefício, devendo ser desconsiderado, para esta finalidade, o fator de conversão vigente à época da prestação da atividade laboral"

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 357, de 7 de dezembro de 1991; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Primeira Seção: REsp nº 1.310.034, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 19/12/2012; Terceira Seção: REsp nº1.151.363, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 05/04/2011; Primeira Turma: AgRg no REsp nº 1.399.678, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 25/06/2015; AgRg no REsp nº 1.401.326, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 29/05/2015; Segunda Turma: AgRg no AREsp nº 704.721, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 17/08/2015; AgRg no AREsp nº 666.891, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 06/05/2015; Quinta Turma: AgRg nos EDcl no REsp nº 1.248.476, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 14/05/2015.

**SÚMULA Nº 81, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016**
Publicada no DOU de 10/02, 11/02 e 12/02/2016.

"Não serão opostos embargos à execução para discutir a compensação do índice 28,86% com reajustes já concedidos aos servidores públicos federais pelas Leis nos 8.622/93 e 8.627/93, por violar a coisa julgada, se o título executivo não prever a possibilidade de compensação, ainda que genérica."

REFERÊNCIAS
Legislação pertinente: Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993; Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro 1993.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Primeira Turma: RE nº 423.082-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 17/12/2004; RE nº 694.510- AgR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 15/05/2014; Segunda Turma: AI nº 448.845-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 25/11/2005. Superior Tribunal de Justiça: Primeira Seção: REsp nº 1.235.513, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 20/08/2012; Terceira Seção: EREsp nº 553.379, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 20/11/2006; AgRg nos EREsp nº 366.455, Rel. Min. Celso Limongi, DJe de 25/04/2011; Quinta Turma: REsp nº 949.124, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 09/03/2009; AgRg no AgRg nos EDcl no REsp nº 963.043, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29/11/2010; Sexta Turma: EDcl no AgRg no REsp nº 978.716, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJe de 10/08/2009; AgRg no Ag nº 455.323, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 02/06/2008.

**SÚMULA Nº 82, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018**
Publicada no DOU, Seção 1, 09/02, 14/02 e 15/02/2018.

"O pensionista de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003, caso se enquadre na regra de transição prevista no art. 3º da EC nº 47/2005, tem direito à paridade, ou seja, a que sua pensão seja revista na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, mas não tem direito à integralidade, isto é, a que sua pensão corresponda ao valor total dos proventos do servidor falecido".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Plenário: RE nº 603.580, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJE 3.6.2016 (submetido à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos -Tema nº 396).

**SÚMULA Nº 83, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018**
Publicada no DOU, Seção 1, 31/10, 01/11 e 05/11/2018.

"Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT".

REFERÊNCIAS:
Legislação pertinente: Constituição Federal (art. 40, § 8º); Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 677.730/RS, Pleno, DJe de 24.10.2014.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### GABINETE DA MINISTRA

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 24 DE JANEIRO DE 2020**

Suspende por 120 (cento e vinte dias) os efeitos da Instrução Normativa nº 4, de 15 de janeiro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, com base no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no inciso XXI do art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, no inciso XXI do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, e o que consta do Processo nº 21000.062439/2019-14, resolve:

Art. 1º Suspender por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 17 de janeiro de 2020, os efeitos da Instrução Normativa nº 4, de 15 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 12, de 17 de janeiro de 2020, Seção 1, Página 2.

Art. 2º Manter a vigência da Instrução Normativa SEAP nº 24, de 26 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES CORDEIRO

**PORTARIA Nº 33, DE 24 DE JANEIRO DE 2020**

Revoga a Portaria nº 185, de 6 de março de 2014, que instituiu o Comitê de Cooperação Internacional da Agropecuária - CCIA no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, com base no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e o que consta do Processo nº 04212.000037/2019-11, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 185, de 6 de março de 2014, que instituiu o Comitê de Cooperação Internacional da Agropecuária - CCIA no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º As atribuições do órgão colegiado de que trata o art. 1º desta Portaria ficam transferidas à Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES CORDEIRO

### SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
### DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
### COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA INTERNACIONAL
### COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

**DECISÕES DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a):

Nº 13 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Van Zanten Breeding B.V., da Holanda, da cultivar de alstroemeria (Alstroemeria L.), denominada Zalsachic, Certificado de Proteção nº 20090082; e das cultivares de crisântemo (Chrysanthemum L.) denominadas Zanmuair, Certificado de Proteção nº 20150232 e Zanmuwen, Certificado de Proteção nº 20130185, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 14 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa OR Melhoramento de Sementes Ltda., do Brasil, das cultivares de trigo (Triticum aestivum L.), denominadas Jadeíte 11, Certificado de Proteção nº 20130135 e Topazio, Certificado de Proteção nº 20130137, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 15 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Dupont do Brasil S/A - Divisão Pioneer Sementes, do Brasil, das seguintes cultivares de soja (Glycine max (L.) Merr.), com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997:

| Denominação | Nº Certificado de proteção |
|---|---|
| 97R73 | 20160038 |
| BG4569 | 20170288 |
| 97Y07 | 20160039 |
| BG4377 | 20160037 |
| 97R21 | 20140110 |
| 98Y12 | 20150101 |
| P98Y11 | 1114 |

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

### INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA/INCRA/SR (28)GAB/Nº 37/2012, de 30/10/2012, publicada no DOU Nº 217 em 09 de novembro de 2012, que criou o Projeto de Assentamento Egídio Brunetto, onde se lê: "... com área total medida de 2.780,7026 ha (dois mil, setecentos e oitenta hectares, setenta ares e vinte e seis centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 2.778,8386 ha (dois mil, setecentos e setenta e oito hectares, oitenta e três ares e oitenta e seis centiares)..." e onde se lê: "... prevê a criação de 113 (cento e treze) unidades agrícolas familiares;...", leia-se: "... prevê a criação de 101 (cento e uma) unidades agrícolas familiares;...".

VISITE O MUSEU DA IMPRENSA
Aberto aos dias úteis, das 8h às 18h.




SIG - Quadra 6, Lote 800, Brasília-DF
www.in.gov.br/museu-da-imprensa

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

# Ministério da Cidadania

## SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 71, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
181671 - III PRÊMIO: SABE O LIXO? VIROU ARTE!
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Cidade: Barracão - RS;
Valor Complementado: R$ 6.880,00
Valor total atual: R$ 241.371,20

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
184960 - Museu Histórico de Araxá - Dona Beja
FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ
CNPJ/CPF: 20.054.268/0001-13
Cidade: Araxá - MG;
Valor Complementado: R$ 406.346,03
Valor total atual: R$ 1.917.010,65

### PORTARIA Nº 72, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
165011 - Energia em Cena 2017/18
Imagini do Brasil
CNPJ/CPF: 07.843.542/0001-75
Cidade: Santo André - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 29/02/2020

184600 - MUNDO IDEAL
BARROSO PIRES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 09.650.056/0001-66
Cidade: - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
172399 - Blues Festival
DANÇAR MARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 65.935.280/0001-75
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

184635 - Escola Arte do Bem
ARTICULAR CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.351.318/0001-29
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

185470 - Jóias Italianas do Século XIX
Lions Clube de Caxias do Sul Educação e Cultura - LionsEduC
CNPJ/CPF: 90.479.965/0001-00
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

191720 - A BANDA MARCIAl BOTUCATU AFRAPE
Associação Fraternal Pelicano -AFRAPE
CNPJ/CPF: 05.439.594/0002-36
Cidade: Botucatu - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
1310856 - APRESENTAÇÃO CULTURAL SAMUEL E GREICE
SAMUEL & GREICE PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 14.658.142/0001-55
Cidade: Luzerna - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/07/2020

### PORTARIA Nº 73, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
184620 - Séries Concertos Orquestra Unisinos Anchieta e Vida com Arte
CIDA CULTURAL - EIRELI
CNPJ/CPF: 07.408.873/0001-87
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 761.268,75
Valor total atual: R$ 813.945,00

### PORTARIA Nº 74, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração (ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 1510911 - DIAS DE TEATRO MUSICAL III, publicado na portaria nº 0303/16 de 25/05/2016, publicada no D.O.U. de 27/05/2016.

Onde se lê: O Projeto DIAS DE TEATRO MUSICAL III em sua terceira edição prevê a realização de 32 sessões, em horários alternativos e com ingressos a preços acessíveis, de montagens de teatro musical que circularão pelo ano de 2016 por 7 teatros no Brasil, nas cidades de Porto Alegre (RS), Novo Hamburgo (RS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN), Fortaleza (CE) e Salvador (BA). O projeto visa dar continuidade às iniciativas de ampliação e democratização do acesso ao gênero Teatro Musical e investir na formação de plateia com a distribuição de ingressos gratuitamente para a população de baixa renda, crianças, jovens, adultos e idosos carentes atendidos e orientados por instituições, fundações, ONGs e escolas públicas. Nesta edição o projeto pretende proporcionar o acesso da população em geral aos clássicos do teatro musical da Broadway, brindando o público com uma viagem sensorial única, remontando os palcos de Nova Iorque, do passado e da atualidade, mostrando as histórias, músicas e performances que compõem o universo mágico do musical.

Leia-se: O Projeto DIAS DE TEATRO MUSICAL III em sua terceira edição prevê a realização de 54 sessões, em horários alternativos e com ingressos a preços acessíveis, de montagens de teatro musical que circularão por teatros no Brasil, nas cidades de Porto Alegre (RS), Novo Hamburgo (RS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN), Fortaleza (CE) e Salvador (BA) e Curitiba (PR). O projeto visa dar continuidade às iniciativas de ampliação e democratização do acesso ao gênero Teatro Musical e investir na formação de plateia com a distribuição de ingressos gratuitamente para a população de baixa renda, crianças, jovens, adultos e idosos carentes atendidos e orientados por instituições, fundações, ONGs e escolas públicas.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

# Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
## CONSELHO DIRETOR

### ATO Nº 464, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, e pelo art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO a fixação dos valores tarifários máximos dos Planos Básicos de Serviço das Concessionárias do STFC, modalidade de Serviço Local e Longa Distância Nacional, para as chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Especializado (VC-1, VC-2 e VC-3), decorrente de reajuste tarifário, por meio do Ato nº 9.913, de 17 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO que o art. 3º do Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) envolvendo acessos do SMP ou do SME, aprovado pela Resolução nº 576, de 31 de outubro de 2011, determina a regra de reajuste das tarifas para as chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Especializado (VC-1, VC-2 e VC-3);

CONSIDERANDO a deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 10, de 27 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.038009/2019-37, resolve:

Art. 1º Homologar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos de Serviço das Concessionárias do STFC, na modalidade Local, nas chamadas destinadas aos acessos do SME - Serviço Móvel Especializado (VC-1), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 2º Homologar, na forma do Anexo II a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, modalidade Longa Distância Nacional, nas chamadas destinadas aos acessos do SME - Serviço Móvel Especializado (VC-2 e VC-3), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 3º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários das concessionárias TELEMAR NORTE LESTE S.A. e OI S.A. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de abril de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 4º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária TELEFÔNICA BRASIL S.A. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de agosto de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 5º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária SERCOMTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de março de 2018 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 6º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária ALGAR TELECOM será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de agosto de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 7º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária CLARO S.A. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de julho de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data da publicação de seu Extrato no Diário Oficial da União.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL - CHAMADAS SME
(VALOR DO MINUTO EM REAIS, LÍQUIDO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS)

| Concessionária | Área de Concessão | VC-1 | |
|---|---|---|---|
| | | Valor Normal | Valor Reduzido |
| Telemar Norte Leste S.A. | 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 | 0,42027 | 0,29418 |
| Oi S.A. | 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29 | 0,42027 | 0,29418 |
| Telefônica Brasil S.A. | 31 | 0,40489 | 0,28342 |
| Algar Telecom | 3, 22, 25 e 33 | 0,40428 | 0,28299 |
| Sercomtel | 20 | 0,43396 | 0,30377 |

ANEXO II

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - CHAMADAS SME
(VALOR DO MINUTO EM REAIS, LÍQUIDO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS)

| Concessionária | Área de Concessão | VC-2 | | VC-3 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Tarifa Normal | Tarifa Reduzida | Tarifa Normal | Tarifa Reduzida |
| Telemar Norte Leste S.A. | 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 | 0,80379 | 0,56265 | 0,91456 | 0,64019 |
| Oi S.A. | 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29 | 0,80379 | 0,56265 | 0,91456 | 0,64019 |
| Telefônica Brasil S.A. | 31 | 0,77438 | 0,54206 | 0,88110 | 0,61677 |
| Algar Telecom | 3, 22, 25 e 33 | 0,77321 | 0,54124 | 0,87977 | 0,61583 |
| Sercomtel | 20 | 0,94165 | 0,65915 | 1,07143 | 0,75000 |
| Claro S.A. | 1 a 33 | 0,77109 | 0,53976 | 0,87736 | 0,61415 |

**ATO Nº 479, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, e pelo art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO a fixação dos valores tarifários máximos dos Planos Básicos de Serviço das Concessionárias do STFC, modalidade de Serviço Local e Longa Distância Nacional, para as chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-1, VC-2 e VC-3), decorrente da revisão tarifária do Modelo de Custos, por meio do Ato nº 823, de 7 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO que o art. 3º do Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) envolvendo acessos do SMP, aprovado pela Resolução nº 576, de 31 de outubro de 2011, determina a regra de reajuste das tarifas para as chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-1, VC-2 e VC-3);

CONSIDERANDO a deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 10, de 27 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.038009/2019-37, resolve:

Art. 1º Homologar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos de Serviço das Concessionárias do STFC, na modalidade Local, nas chamadas destinadas aos acessos do SMP - Serviço Móvel Pessoal (VC-1), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 2º Homologar, na forma do Anexo II a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, na modalidade Longa Distância Nacional, nas chamadas destinadas aos acessos do SMP - Serviço Móvel Pessoal (VC-2 e VC-3), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 3º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários das concessionárias TELEMAR NORTE LESTE S.A. E OI S.A. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de abril de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 4º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária TELEFÔNICA BRASIL S.A. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de agosto de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 5º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária SERCOMTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de março de 2018 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 6º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária ALGAR TELECOM será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de agosto de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 7º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários da concessionária CLARO S.A. será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de junho de 2019 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data da publicação de seu Extrato no Diário Oficial da União.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL - CHAMADAS SMP
(VALOR DO MINUTO EM REAIS, LÍQUIDO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS)

| Concessionária | Área de Concessão | VC-1 | |
|---|---|---|---|
| | | Valor Normal | Valor Reduzido |
| Telemar Norte Leste S.A. | 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 | 0,17554 | 0,12287 |
| Oi S.A. | 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29 | 0,18030 | 0,12621 |
| Telefônica Brasil S.A. | 31 | 0,17447 | 0,12212 |
| Algar Telecom | 3, 22, 25 e 33 | 0,19016 | 0,13311 |
| Sercomtel | 20 | 0,18065 | 0,12645 |

ANEXO II

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL
(VALOR DO MINUTO EM REAIS, LÍQUIDO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS)

| Concessionária | Área de Concessão | VC-2 | | VC-3 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Tarifa Normal | Tarifa Reduzida | Tarifa Normal | Tarifa Reduzida |
| Claro S.A. | 1 a 33 | 0,54356 | 0,38049 | 0,67450 | 0,47215 |
| Telemar Norte Leste S.A. | 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 | 0,58329 | 0,40830 | 0,72991 | 0,51093 |
| Oi S.A. | 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29 | 0,63540 | 0,44478 | 0,78522 | 0,54965 |
| Telefônica Brasil S.A. | 31 | 0,56125 | 0,39287 | 0,70225 | 0,49157 |
| Algar Telecom | 3, 22, 25 e 33 | 0,49070 | 0,34349 | 0,63023 | 0,44116 |
| Sercomtel | 20 | 0,59933 | 0,41953 | 0,73884 | 0,51718 |

**ACÓRDÃO Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 53500.038009/2019-37.
Recorrente/Interessado: CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC)

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 5/2020/VA (SEI nº 5108900), integrante deste acórdão: a) homologar o reajuste das tarifas do plano básico do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) das concessionárias Telemar Norte Leste S.A., Oi S.A., Telefônica Brasil S.A., Sercomtel Telecomunicações Ltda. e Algar Telecom S.A., nas modalidades local (VC-1) e longa distância nacional (VC-2 e VC-3), envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP), bem como o reajuste tarifário do plano básico do STFC da concessionária Claro S.A., na modalidade longa distância nacional (VC-2 e VC-3), envolvendo acessos do SMP, nos termos da Minuta de Ato CPAE SEI nº 4856703; e, b) homologar o reajuste das tarifas do plano básico do STFC das concessionárias Telemar Norte Leste S.A., Oi S.A., Telefônica Brasil S.A., Sercomtel Telecomunicações Ltda. e Algar Telecom S.A., nas modalidades local (VC-1) e longa distância nacional (VC-2 e VC-3), envolvendo acessos do Serviço Móvel Especializado (SME), bem como o reajuste tarifário do plano básico do STFC da concessionária Claro S.A., na modalidade longa distância nacional (VC-2 e VC-3), envolvendo acessos do SME, nos termos da Minuta de Ato VA SEI nº 5115545.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

**ATO Nº 394, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 53554.000031/2020-12.

Expede autorização à M G TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 05.388.259/0001-75, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

**ATOS DE 24 DE JANEIRO DE 2020**

Nº 416 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA, CNPJ 13.970.322/0001-05, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 417 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à CARGILL AGRÍCOLA SA, CNPJ 60.498.706/0025-24, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

**ATO Nº 474, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 53554.000060/2020-84.

Expede autorização à SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRANSITO, CNPJ nº 12.755.884/0001-73, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
## UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**ATO Nº 163, DE 13 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 53548.001621/2019-16.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à BROOKS AGROPECUARIA LTDA, CNPJ 00023704000856, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

**ATOS DE 17 DE JANEIRO DE 2020**

Nº 272 - Processo nº 53548.000038/2020-13.

Expede autorização à JOAO FERNANDO TISOTT, CPF 03244858163, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 273 - Processo nº 53548.000037/2020-79.

Expede autorização à JOAO CARLOS TISOTT, CPF 41284267091, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

**ATO Nº 341, DE 21 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 53548.000040/2020-92.
Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SEGGUARD VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ 19246520000107, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

**ATO Nº 396, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 53548.000272/2019-15.
Expedir autorização à SOCIEDADE RADIO PINDORAMA LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ 15.911.613/0001-58, na localidade de Campo Grande/MS, para execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, no referido município.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

**ATOS DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Nº 5.076 - Processo nº 53500.027091/2019-74.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, CNPJ 27.165.687/0001-71, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Muniz Freire/ES.

Nº 5.077 - Processo nº 53500.027433/2019-56.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, CNPJ 27.165.687/0001-71, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Muniz Freire/ES.

Nº 5.078 - Processo nº 53500.027434/2019-09.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, CNPJ 27.165.687/0001-71, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Muniz Freire/ES.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATO Nº 5.136, DE 23 DE AGOSTO DE 2019**

Processo nº 53500.030768/2019-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Congonhas/MG.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATO Nº 5.463, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019**

Processo nº 53500.031474/2019-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VITORIA REGIA LTDA, CNPJ 00.277.036/0001-17, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cáceres/MT.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2019**

Nº 5.664 - Processo nº 53500.034729/2019-23.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE DE COMUNICACAO CIDADE LTDA, CNPJ 34.459.933/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ji-Paraná/RO.

Nº 5.666 - Processo nº 53500.034734/2019-36.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE DE COMUNICACAO CIDADE LTDA, CNPJ 34.459.933/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cerejeiras/RO.

Nº 5.667 - Processo nº 53500.035095/2019-26.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE DE COMUNICACAO CIDADE LTDA, CNPJ 34.459.933/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Machadinho D Oeste/RO.

Nº 5.669 - Processo nº 53500.035097/2019-15.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE DE COMUNICACAO CIDADE LTDA, CNPJ 34.459.933/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Vilhena/RO.

Nº 5.672 - Processo nº 53500.033619/2019-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Campinápolis/MT.

Nº 5.673 - Processo nº 53500.033621/2019-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cocalinho/MT.

Nº 5.675 - Processo nº 53500.033627/2019-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Confresa/MT.

Nº 5.676 - Processo nº 53500.033633/2019-48.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Figueirópolis D Oeste/MT.

Nº 5.677 - Processo nº 53500.033635/2019-37.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cotriguaçu/MT.

Nº 5.678 - Processo nº 53500.033639/2019-15.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Indiavaí/MT.

Nº 5.679 - Processo nº 53500.033641/2019-94.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Diamantino/MT.

Nº 5.680 - Processo nº 53500.033645/2019-72.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Itaúba/MT.

Nº 5.681 - Processo nº 53500.033655/2019-16.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Lacerda/MT.

Nº 5.682 - Processo nº 53500.033660/2019-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Juruena/MT.

Nº 5.683 - Processo nº 53500.033666/2019-98.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Lucas do Rio Verde/MT.

Nº 5.684 - Processo nº 53500.033669/2019-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Paranaíta/MT.

Nº 5.685 - Processo nº 53500.033672/2019-45.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Monte Verde/MT.

Nº 5.686 - Processo nº 53500.033674/2019-34.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Brasilândia/MT.

Nº 5.687 - Processo nº 53500.033676/2019-23.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Porto Alegre do Norte/MT.

Nº 5.688 - Processo nº 53500.033678/2019-12.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Querência/MT.

Nº 5.689 - Processo nº 53500.033681/2019-36.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São José do Xingu/MT.

Nº 5.690 - Processo nº 53500.033682/2019-81.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Sapezal/MT.

Nº 5.691 - Processo nº 53500.033684/2019-70.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tabaporã/MT.

Nº 5.692 - Processo nº 53500.033687/2019-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Castanheira/MT.

Nº 5.693 - Processo nº 53500.033689/2019-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GAZETA PUBLICIDADE E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 03.915.493/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tapurah/MT.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATO Nº 5.764, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019**

Processo nº 53500.032349/2019-54.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à JET RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 07.714.595/0001-96, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Picos/PI.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATO Nº 5.803, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019**

Processo nº 53500.024638/2019-80.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CAMPO LARGO DO PIAUI, CNPJ 09.345.011/0001-88, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campo Largo do Piauí/PI.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2019**

Nº 6.018 - Processo nº 53500.037227/2019-54.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA RADIOFONICA OURO BRANCO LTDA, CNPJ 92.172.634/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Teutônia/RS.

Nº 6.019 - Processo nº 53500.037593/2019-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Coromandel/MG.

Nº 6.020 - Processo nº 53500.037595/2019-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Patos de Minas/MG.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATOS DE 30 DE SETEMBRO DE 2019**

Nº 6.080 - Processo nº 53500.034252/2019-86.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Espumoso/RS.

Nº 6.081 - Processo nº 53500.034255/2019-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ijuí/RS.

Nº 6.082 - Processo nº 53500.034256/2019-64.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Espumoso/RS.

Nº 6.083 - Processo nº 53500.034257/2019-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Júlio de Castilhos/RS.

Nº 6.084 - Processo nº 53500.034498/2019-58.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cruz Alta/RS.

Nº 6.085 - Processo nº 53500.034519/2019-35.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Erechim/RS.

Nº 6.086 - Processo nº 53500.034601/2019-60.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Pinheiro Machado/RS.

Nº 6.087 - Processo nº 53500.034613/2019-94.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Passo Fundo/RS.

Nº 6.088 - Processo nº 53500.036046/2019-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Carazinho/RS.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATO Nº 6.125, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019**

Processo nº 53500.037526/2019-99.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Formiga/MG.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATO Nº 6.227, DE 4 DE OUTUBRO DE 2019**

Processo nº 53500.030624/2019-03.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TRANSAMERICA FM LTDA, CNPJ 01.552.389/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ponta Porã/MS.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATO Nº 6.376, DE 12 DE OUTUBRO DE 2019**

Processo nº 53500.040692/2019-72.
Reconhece a Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO FORTALEZA LTDA, CNPJ 91.038.273/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Rio Pardo/RS.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

**ATOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Nº 6.797 - Processo nº 53500.042877/2019-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tefé/AM.

Nº 6.798 - Processo nº 53500.042929/2019-50.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bom Jesus da Lapa/BA.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

## GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

**ATO Nº 382, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 53500.041559/2019-33.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à IBV TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 08.966.104/0001-67, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

**ATOS DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Nº 445 - Autoriza LUCAS LEMES GONDIM, CPF nº 76187713168, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 01/02/2020 a 29/02/2020.

Nº 453 - Processo nº 53500.001894/2020-32.
Expede autorização à NOSSA REDE TELECOMUNICACOES BRASIL EIRELI, CNPJ/MF nº 35.750.309/0001-83, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 461 - Processo nº 53500.044764/2019-51.
Expede autorização à FLEX TELECOM EIRELI, CNPJ/MF nº 33.900.676/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

# Ministério da Defesa

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA NORMATIVA Nº 5/GM-MD, DE 20 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre os procedimentos para a captação de patrocínio para apoio às atividades relacionadas à inclusão social, à sustentabilidade social, ao desporto militar e à equoterapia militar no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e suas organizações militares.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto, de 1º de janeiro de 2019, os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o que consta no Processo nº 60501.000183/2019-62, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece os procedimentos para captação de patrocínio para apoio às atividades relacionadas à inclusão social, à sustentabilidade social, ao desporto militar e à equoterapia militar no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e suas organizações militares.

§ 1º Para os fins desta Portaria Normativa, considera-se:

I - patrocínio: a transferência gratuita, em caráter definitivo, à administração central do Ministério da Defesa, às Forças Singulares e suas organizações militares de bens, serviços, e, excepcionalmente, recursos financeiros necessários ao apoio das atividades citadas no caput, tendo como contrapartida a divulgação promocional e institucional de publicidade do patrocinador;

II - inclusão social: conjunto de ações que procuram propiciar à população excluída socialmente, por razão de fatores diversos, acesso aos benefícios da vida em sociedade, quais sejam, saúde, educação, emprego, segurança e qualidade de vida, garantindo o exercício efetivo dos direitos sociais, do acesso à justiça, da cidadania e da representação política;

III - sustentabilidade social: termo dado a um dos três ramos da sustentabilidade, quais sejam, ambiental, econômica e social e, de forma integrada com os demais, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas e comunidades, economizando recursos, diminuindo a desigualdade social e ampliando o acesso aos direitos;

IV - desporto militar: atividade desportiva praticada pelos militares, em consonância com as diretrizes da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, necessária à higidez psicofísica requerida ao combatente; e

V - equoterapia militar: atividade educacional e social desenvolvida em ambiente militar, utilizando método terapêutico com o uso do cavalo, numa abordagem multidisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, visando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência.

§ 2º Para a consecução das demandas de patrocínio de que trata o caput, deverão ser elaborados projetos específicos, os quais comporão o processo de credenciamento das entidades interessadas.

§ 3º Os projetos relacionados às demandas de patrocínio devem ser elaborados e conduzidos nos moldes desta Portaria Normativa, em setores designados por autoridades competentes e aprovados pelos respectivos escalões superiores, observando-se as exigências legais aplicadas a cada caso específico.

§ 4º No âmbito da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Singulares, considera-se autoridade competente oficiais-generais ou, se civis, servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança equivalente ou superior ao nível 101.5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS ou das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

§ 5º No âmbito das organizações militares, considera-se autoridade competente o oficial em cargo de comando, chefia ou direção.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos da presente Portaria Normativa, caberá aos setores interessados identificar as oportunidades, conveniências e potenciais parceiros, bem como conduzir tratativas preliminares com esses, a fim de viabilizar futura formalização da demanda de patrocínio.

CAPÍTULO II

PROJETOS

Art. 3º Os projetos para captação de patrocínio deverão conter o conjunto de elementos necessários para caracterizar o objeto do apoio pretendido, indicando-se as atividades com suas periodicidades e, quando aplicável, os ciclos esportivos por modalidades.

§ 1º Na composição dos projetos deverão constar, dentre outras informações:

I - o levantamento global do apoio pretendido em bens, serviços ou recursos financeiros, nesse caso somente para a modalidade de patrocínio, considerando o conjunto das missões, os períodos designados e as modalidades esportivas com seus ciclos de campeonatos estabelecidos nas respectivas programações ou nos eventos sociais;

II - a planilha detalhada contendo os bens, serviços ou recursos financeiros pretendidos, nesse caso somente para a modalidade de patrocínio, e o respectivo cronograma de atendimento da demanda de patrocínio;

III - a fixação do valor demandado, com o estabelecimento de quotas, estas quantificáveis monetariamente, quando aplicável;

IV - a descrição de suas fases e etapas para atingimento dos objetivos e metas a alcançar, devidamente identificáveis; e

V - a minuta do contrato de patrocínio.

§ 2º Para o fim do disposto no inciso IV do § 1º, conceitua-se como fase ou etapa a divisão existente na execução de uma meta, correspondendo a uma parcela do objeto descrito nos projetos ou planos de trabalho.

§ 3º A minuta do contrato de patrocínio a que se refere o inciso V do § 1º deverá conter, no que couber:

I - a identificação das partes;

II - o objeto do contrato;

III - a indicação do número de quotas;

IV - os direitos e obrigações das partes;

V - a vigência;

VI - a indicação dos eventos;

VII - informações das contrapartidas a serem oferecidas pela administração; e

VIII - outras informações julgadas relevantes para o projeto.

§ 4º Os setores designados para a elaboração do projeto nos departamentos da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e suas organizações militares serão responsáveis pela manifestação técnica acerca do apoio pretendido, para a composição do processo e a consequente aprovação pela autoridade competente.

CAPÍTULO III

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 4º A seleção das entidades interessadas nas demandas de patrocínio será realizada por chamamento público.

Art. 5º O edital de chamamento público ficará ao encargo do órgão interessado e observará, no que for aplicável, o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O edital do chamamento público de que trata o caput conterá, no mínimo:

I - a data e a forma de recebimento das propostas;

II - os requisitos para a apresentação das propostas;

III - as condições de participação das pessoas físicas ou jurídicas;

IV - as datas e os critérios de seleção e de julgamento das propostas;

V - os critérios e as condições de recebimento dos patrocínios;

VI - a minuta do contrato de patrocínio;

VII - a relação dos bens móveis e dos serviços demandados;

VIII - em caso de recursos financeiros, o total a patrocinar; e

IX - a possibilidade de mais de um patrocinador.

§ 2º Poderão participar do processo seletivo de que trata o caput as pessoas físicas ou jurídicas de direito público e privado em situação regular, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, no que for aplicável.

§ 3º Fica vedado o recebimento de patrocínio nas seguintes hipóteses:

I - quando o patrocinador for pessoa física condenada por ato de improbidade administrativa ou por crime contra a administração pública;

II - quando o patrocinador for pessoa jurídica:

a) declarada inidônea;

b) suspensa ou impedida de contratar com a administração pública;

c) condenada por ato de improbidade administrativa ou pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos do disposto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; ou

d) cujo sócio majoritário tenha sido condenado por ato de improbidade administrativa;

III - quando o patrocínio caracterizar conflito de interesses;

IV - quando o recebimento do patrocínio gerar obrigação futura de contratação para fornecimento de bens, insumos e peças de marca exclusiva ou de serviços por inexigibilidade de licitação;

V - quando o recebimento do patrocínio puder gerar despesas adicionais, presentes ou futuras, certas ou potenciais, que venham a tornar antieconômico o patrocínio; ou

VI - quando o patrocinador estiver em débito com a seguridade social, nos termos do disposto no § 3º do art. 195, da Constituição Federal.

§ 4º Fica vedada a participação de pessoa jurídica em editais de chamamento público que possua, entre seus sócios e dirigentes, servidores ou militares ou parentes de servidores ou militares até o terceiro grau em linha reta ou colateral, em exercício nos órgãos proponentes.

Art. 6º Os candidatos habilitados no chamamento público serão credenciados pelos órgãos contratantes, considerado o objeto específico da demanda de patrocínio.

§ 1º O edital do chamamento público estabelecerá os critérios objetivos para a definição da ordem de precedência para a contratação, sendo possível, a critério da administração, a contratação simultânea de todos os habilitados.

§ 2º O credenciamento a que se refere o caput terá validade de um ano, podendo ser prorrogável por até sessenta meses, mediante justificativa da administração, por meio de termo aditivo.

CAPÍTULO IV

DOS PATROCÍNIOS

Art. 7º Na apropriação dos bens, serviços ou recursos financeiros captados em virtude dos patrocínios pelos setores demandantes da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares ou das organizações militares, deverá ser aplicada a legislação pertinente a cada caso específico.

§ 1º Nos casos em que o patrocínio se der com o apoio de mais de um patrono, as contrapartidas deverão ocorrer de forma proporcional às quotas adquiridas pelo patrocinador, conforme estabelecido no edital de chamamento público.

§ 2º A despeito da inexistência de exclusividade de patrocinador, é facultado ao interessado adquirir o total das quotas disponibilizadas, desde que não contrarie as exigências estabelecidas no edital de chamamento público.

Art. 8º Para fim de conversão em valores quantificáveis monetariamente, caso aplicável, a divisão dos bens ou serviços por quotas será objeto de análise pelo setor demandante, conforme dispõe o art. 3º desta Portaria Normativa, devendo cada quota corresponder a uma percentagem do valor a captar.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Deverão ser considerados, no que couber, os conceitos, as instruções e demais diretrizes contidas no Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 10. Atendendo ao princípio da publicidade, após a aprovação, o edital de chamamento público deverá ser encaminhado para publicação no Diário Oficial da União, inserido nas páginas eletrônicas da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e no Portal da Transparência, dentre outros meios de divulgação.

Art. 11. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

## PORTARIA NORMATIVA Nº 6/GM-MD, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, considerando o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 60521.000088/2019-21, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre a Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CPSSMEA), colegiado que tem por finalidade promover e subsidiar o exercício da competência do Ministério da Defesa na área de saúde dirigida aos Comandos das Forças Singulares.

Art. 2º À CPSSMEA compete:

I - assessorar o Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, nas questões relativas à saúde;

II - subsidiar a formulação de políticas e diretrizes específicas voltadas para desenvolver o atendimento à saúde no âmbito das Forças Armadas;

III - contribuir com a coordenação de ações necessárias à implementação de políticas e diretrizes na área de saúde no âmbito das Forças Armadas;

IV - apreciar os assuntos técnicos que lhe forem submetidos, desde que afetos à sua área de atribuições; e

V - desenvolver ações de interoperabilidade, por meio da discussão, harmonização e elaboração de políticas e estratégias de saúde no âmbito das Forças Armadas.

Art. 3º A CPSSMEA é composta pelos seguintes membros:

I - Diretor do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa;

II - Diretor de Saúde da Marinha;

III - Diretor de Saúde do Exército; e

IV - Diretor de Saúde da Aeronáutica.

§1º Cada membro da CPSSMEA terá um suplente, profissional da área de saúde, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os suplentes da CPSSMEA serão indicados pelos respectivos Comandantes das Forças Singulares e designados pelo Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

Art. 4º A CPSSMEA será presidida pelo oficial-general mais antigo integrante da Comissão.

Parágrafo único. O Presidente da CPSSMEA será substituído, em seus impedimentos ou faltas eventuais, pelo oficial-general que o seguir na escala hierárquica.

Art. 5º A CPSSMEA se reunirá em caráter ordinário semestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocada pelo seu Presidente, por intermédio do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

§1º As reuniões da CPSSMEA ocorrerão obrigatoriamente com a participação de todos os representantes, titulares ou suplentes.

§2º Os membros da CPSSMEA poderão participar da reunião preferencialmente por meio de videoconferência.

Art. 6º As decisões da CPSSMEA serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Art. 7º A CPSSMEA poderá convidar militares e civis de reconhecido saber e comprovada competência técnica para participar das reuniões, sem direito a voto, conforme a especificidade do assunto em discussão.

Parágrafo único. O Diretor Técnico de Saúde e o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas participam como convidados, sem direito a voto, das reuniões da CPSSMEA.

Art. 8º A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da CPSSMEA por meio do Departamento de Saúde e Assistência Social.

§1º O Departamento de Saúde e Assistência Social submeterá ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto a proposta de pauta da reunião e a ata decorrente.

§2º A Divisão de Saúde do Departamento de Saúde e Assistência Social exercerá as funções de Secretaria-Executiva da CPSSMEA.

Art. 9º A participação na CPSSMEA será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 1.432/MD, de 22 de outubro de 2008;

II - a Portaria nº 1.473/MD, de 29 de outubro de 2008;

III - a Portaria nº 1835/MD, de 9 de dezembro de 2010; e

IV - a Portaria nº 1.836/MD, de 9 de dezembro de 2010.

Art. 11. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

## PORTARIA Nº 237/GM-MD, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto no art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 6º, § 6º, do Decreto nº 1.590, de 1º de agosto de 1995, e na Instrução Normativa nº 1, de 31 de agosto de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 60550.025576/2019-01, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o Hospital das Forças Armadas a realizar programa de gestão em experiência-piloto, na modalidade semipresencial, nas atividades inerentes à sua competência, em conformidade com o Plano de Trabalho constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO

PLANO DE TRABALHO

(Embasamento legal: art. 8º, Instrução Normativa nº 1/SGP/MP, de 2018)

Unidade: Hospital das Forças Armadas - Seção de Neurologia

Modalidade de execução: Semipresencial (art. 9º, inciso II, Instrução Normativa nº 1/SGP/MP, de 2018)

Quantidade de servidores públicos na unidade: 8 servidores

Quantitativo de servidores que poderão participar do programa de gestão em experiência-piloto: 1

Meta institucional relacionada: Diminuição do tempo de espera para laudos de Eletroencefalograma (EEG) e de mapeamentos cerebrais, o que importa em economicidade e eficiência do serviço.

| ATIVIDADE | | META |
|---|---|---|
| 1 | Emissão de laudos de Eletroencefalograma e mapeamento cerebral | Laudos emitidos e disponibilizados na internet em até 24 horas |
| | Analisar e emitir os laudos de Eletroencefalograma (EEG) remotamente, a partir dos exames realizados durante atendimento ambulatorial, por Técnicos de Eletroencefalografia, disponibilizados via internet, após a realização dos mesmos. | |
| | Resultados e benefícios esperados para a instituição | |
| | Espera-se a diminuição do tempo para liberação de laudos, relativos aos exames de EEG e mapeamento cerebral que são emitidos atualmente no prazo médio de 3 dias. Com essa atividade, seria viabilizada a liberação dos mesmos laudos em um prazo de até 24 horas. | |
| | A maior agilidade na emissão de laudos permitirá intervenções mais rápidas e acuradas nos casos de pacientes internados, bem como reduzirá o tempo de espera por resultados de exames no atendimento de pacientes ambulatoriais. | |
| | Mensuração | |
| | A atividade será medida mensalmente, a fim de comprovação da meta pretendida, levando em conta a quantidade de laudos e o tempo de realização destes laudos, a partir da verificação de data e hora da realização do exame, da disponibilização do mesmo para o profissional que emitirá os laudos e da consequente entrega do respectivo laudo. | |
| | Perfil do servidor | |
| | Médico Neurologista com especialização em neurofisiologia. | |
| | Periodicidade da presença do servidor junto ao Hospital das Forças Armadas. | |
| | 2 horas semanais e 18 horas trabalhadas em regime de teletrabalho. | |

Cronograma trimestral de entregas de resultados: o resultado da atividade será entregue à chefia imediata até o quinto dia útil de cada mês e a consolidação de cada trimestre deverá ser entregue até o quinto dia útil do próximo trimestre.

Cronograma de reuniões com o chefe imediato: as reuniões com a chefia imediata devem ocorrer uma vez ao mês, preferencialmente, na terceira semana de cada mês. Dessa forma, será possível avaliar o desempenho parcial na execução das atividades do mês.

## ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

### CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

**PORTARIA Nº 424/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O CHEFE DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e o que consta no Processo NUP 60000.008686/2019-27, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa GEODADOS Geoprocessamento e Serviços Aéreos Especializados Ltda., com sede social à Rua Inglaterra, 840 - Vila Nossa Senhora de Fátima, São José do Rio Preto/SP, CEP: 15.015-510, inscrito no CNPJ sob o nº 03.338.574/0001-62, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 31 de janeiro de 2023.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 301/CHELOG/EMCFA/MD, de 5 de fevereiro de 2015.

Vice-Almirante SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

## COMANDO DA AERONÁUTICA

### GABINETE DO COMANDANTE

**PORTARIA Nº 105/GC3, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Altera a nomenclatura de Organização de Ensino Assistencial.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67500.008978/2019-78, procedente da Diretoria de Ensino, resolve:

Art. 1º Alterar a nomenclatura da Escola Tenente Rêgo Barros (ETRB) para Colégio Tenente Rêgo Barros (CTRB).

Art. 2º A Diretoria de Ensino deverá aprovar novo Regimento Interno das Escolas Assistenciais da Aeronáutica (RICA 21-304), no prazo de 120 dias após a publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

**PORTARIA Nº 106/GC3, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Altera o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto na ICA 700-1 "Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica", aprovada pela Portaria nº 839/GC3, de 29 de agosto de 2006, e considerando o que consta do Processo nº 67600.063458/2019-08, procedente do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, resolve:

Art. 1º Alterar o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), instituído pela Portaria nº 99/GM3, de 20 de fevereiro de 1997, e reformulado pela Portaria nº 1.162/GC3, de 19 de outubro de 2005, com a finalidade de empregar os meios necessários ao provimento do Serviço de Busca e Salvamento, em consonância com os documentos afins editados pela Organização de Aviação Civil Internacional e pelo Comando da Aeronáutica (COMAER).

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, as atividades do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico são as que visam ao cumprimento das operações de Busca e Salvamento (SAR), ou seja, a localização e o socorro de ocupantes de aeronaves ou de embarcações em perigo, o resgate e o retorno à segurança de tripulantes de aeronaves abatidas ou sobreviventes de acidentes aeronáuticos e marítimos.

Art. 2º O SISSAR é constituído de:

I - Órgão Central;

II - Órgãos e Elos de execução; e

III - Órgãos de Coordenação.

Art. 3º O Órgão Central do SISSAR é o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), pertencente à estrutura organizacional do COMAER, tendo sua constituição e competências definidas em Regulamento e Regimento Interno próprios.

Art. 4º Ao DECEA compete:

I - fornecer a orientação normativa, a supervisão técnica e operacional, a coordenação e o controle das atividades do SISSAR;

II - realizar a formação, o treinamento e o provimento de recursos de pessoal especializado e de material necessários à coordenação das operações SAR;

III - fornecer o apoio de comunicações e o guarnecimento dos Órgãos de Coordenação de Salvamento com pessoal especializado, quando ativados em um Teatro de Operações, de acordo com as necessidades da Força Aérea Brasileira;

IV - representar o COMAER nos trabalhos nacionais e internacionais relativos ao SISSAR, nos assuntos de sua competência; e

V - celebrar acordos e convênios com entidades consideradas elos do SISSAR, não pertencentes à estrutura do COMAER, diretamente ou por intermédio dos seus órgãos regionais, visando ao emprego de seus recursos nas atividades do SISSAR.

Art. 5º Os órgãos de execução são o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) e o Comando de Preparo (COMPREP), pertencentes à estrutura organizacional do COMAER, tendo suas constituições e competências definidas em Regulamento e Regimento Interno próprios.

Art. 6º Ao COMAE compete fornecer os recursos aéreos e aeroterrestres necessários às atividades SAR.

Art. 7º Ao COMPREP compete manter a capacitação técnico-operacional dos recursos aéreos e aeroterrestres a serem disponibilizados para serem engajados em atividades SAR.

Art. 8º Os elos do SISSAR são os localizados na estrutura organizacional do COMAER, de acordo com a realização da atividade-meio correspondente e têm suas constituições e competências definidas em Regulamentos e Regimentos Internos próprios ou nos das Organizações a que pertencem.

Parágrafo único. Poderão ser, também, considerados elos do SISSAR os órgãos e entidades não pertencentes ao COMAER, detentores de meios aéreos, marítimos e terrestres passíveis de serem empregados nas atividades do SISSAR, quando formalizados por Acordo Operacional.

Art. 9º Aos elos do SISSAR compete:

I - cumprir as normas elaboradas pelo Órgão Central; e

II - fornecer ao Órgão Central as informações necessárias, para o planejamento e elaboração de projetos e atividades de interesse do SISSAR.

Art. 10. Os órgãos de coordenação são os Centros de Coordenação de Salvamento Aeronáutico, sigla em inglês ARCC, pertencentes à estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica (COMAER), tendo suas constituições e competências definidas em Regulamento e Regimento Interno dos CINDACTA a que estão subordinados.

Art. 11. Aos órgãos de coordenação compete planejar e executar a coordenação das operações SAR.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revoga-se a Portaria nº 1.162/GC3, de 19 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 202, de 20 de outubro de 2005.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

## SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

### CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

**PORTARIA CAE Nº 4/ARC, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

O COMANDANTE DO CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS, usando da competência que lhe foi delegada em Decreto presidencial, de 25 de outubro de 2018, publicado na seção 2 do Diário Oficial da União nº 207, de 26 de outubro de 2018, em conformidade com o inciso XIX, do artigo 47, do RCA 12-1/2019 - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados nos Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 05/CAE/2018, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa JOAVIC 1000 IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ 07.571.856/0001-66, nas modalidades de multa, cumulada com impedimento de licitar e contratar com a União no âmbito do COMAER. A aplicação da sanção se dá em razão do descumprimento do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do Contrato, para a entrega dos objetos especificados nas Notas de Empenho n° 2017NE800688 e 2017NE8800689, infringindo assim o disposto nos subitens 12.1.1 e 4.2 do Termo de Referência ao Contrato 110/CELOG/2017, assim como os Art.7° da Lei 10.520/2002 e Art.28° do Decreto 5.450/2005, à similaridade ao disposto na ICA 12-23/2017.

Art. 2º Determinar o recolhimento, por intermédio de emissão de GRU, no site do Tesouro Nacional, usando Unidade Gestora (UG): 120195, Gestão: 0001 - Tesouro Nacional, Nome da Unidade: Centro de Aquisições Específicas, Código de Recolhimento (22053-1), no valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), cumulada com o impedimento de licitar e contratar com a União no âmbito do COMAER, pelo período de 12 (doze) meses, ratificado pelo Despacho Decisório nº 1/AJUR/56506, de 09 de janeiro de 2020, da DIRAD.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO

# Ministério do Desenvolvimento Regional

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

### ÁREA DE REGULAÇÃO

### SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

**DESPACHO**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, torna público que, no período de 20 a 26/01/2020, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos:

A MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, rio Itabapoana, Município de Mimoso do Sul/ES, outros usos.

ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUI S.A, rio Parnaíba, Município de Murici dos Portelas/PI, esgotamento sanitário.

ANTONIO ABDIAS DE MORAIS, rio Sabugi, Município de Caicó/RN, irrigação.

AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA - EPP, UHE Itumbiara, Município de Tupaciguara/MG, mineração.

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PISCICULTORES DO ASSENTAMENTO BORDA DA MATA, rio São Francisco, Município de Canhoba/SE, irrigação.

ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES RURAIS DO UMBUZEIRO E CIRCUNVIZINHANCAS, rio São Francisco, Município de Abaré/BA, irrigação.

BENEDITO NUNES DA COSTA, UHE Sobradinho, Município de Sento Sé/BA, irrigação.

CANDIDO FERRAZ ALVES, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/MG, irrigação.

CARLOS ALEXANDRE NOLASCO DE OLIVEIRA, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/BA, irrigação.

CARLOS ANTONIO MENDES, rio José Pedro, Município de Pocrane/MG, irrigação.

CARLOS LUIZ DA SILVA COVA, UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales, Município de Paulo Afonso/BA, irrigação.

CILSO RODRIGUES DE ALMEIDA, UHE Chavantes, Município de Fartura/SP, irrigação.

COMERCIAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PRECO BAIXO LTDA, rio Guamá e Baía de Guajará, Município de Belém/PA, consumo humano.

DANYELLI RONI, rio Jequitinhonha, Município de Itapebi/BA, mineração.

EDIMAR LUIZ MARGOTTO, rio Pardo, Município de Itapetinga/BA, irrigação.

ELISA RODRIGUES DE MORAIS SOUZA, rio Preto, Município de Unaí/MG, irrigação.

EMERSON RENATO VALENTIM, rio Doce, Município de Conselheiro Pena/MG, irrigação.

ESPEDITA VENERANDA PEREIRA, UHE Sobradinho, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

FABIO DE SALLES MEIRELLES, UHE Queimado, Município de Cabeceira Grande/MG, irrigação.

FERNANDO JOSE CARNEIRO RIBEIRO, rio Doce, Município de Conselheiro Pena/MG, irrigação.

FERNANDO JOSE CARNEIRO RIBEIRO, rio Doce, Município de Conselheiro Pena/MG, irrigação.

FREDERICO ARANTES SANTOS, UHE Ilha Solteira, Município de Santa Vitória/MG, mineração.

FUNDACAO RENOVA, UHE Risoleta Neves, Municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG, outros usos.

G R MINERADORA DE AREIA LTDA - EPP, rio Iguaçu, Município de Porto União/SC, mineração.

HILTON CORINGA DE MOURA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

IRACEL FREITAS MOREIRA, rio Vermelho, Município de Goiatins/TO, criação animal.

ISTEFANI DE SA NUNES, rio São Francisco, Município de Abaré/BA, irrigação.

ITALO NUNES BARBOSA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

JADISLAN RAMOS PACHECO DE ARAUJO, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

JANICLAUDIO CONCEICAO OLIVEIRA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.

JANILSON FELIZALI BARBOSA, UHE Furnas, Município de Boa Esperança/MG, irrigação.

JOAQUIM ALVES MOREIRA, PCH Machado Mineiro, Município de Ninheira/MG, irrigação.

JOSE CARLOS DE QUEIROZ SILVA, rio Piancó, Município de Pombal/PB, irrigação.

JOSE MEDEIROS NETO, riacho Jurubeba, Município de Arapiraca/AL, aquicultura.

LUCAS AGROINDUSTRIAL LTDA, rio Guamá, Município de Bujaru/PA, aquicultura.

M CASSAB COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, rio Grande, Município de Rifaina/SP, aquicultura.

MAIARA GOMES DO NASCIMENTO, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.

MANOEL DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

MARCIO ALVES COSTA, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/MG, irrigação.

MILTON SILVEIRA, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

MINERADORA BELO VALE LTDA, rio Aiuruoca, Município de São Vicente de Minas/MG, mineração.

MRV PRIME PROJETO MT L INCORPORACOES SPE LTDA, rio Cuiabá, Município de Várzea Grande/MT, consumo humano.

MRV PRIME PROJETO MT L2 INCORPORACOES SPE LTDA, rio Cuiabá, Município de Várzea Grande/MT, consumo humano.

NELSON MAKOTO ISHIBASHI, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

NOVA UNIAO EMPREENDIMENTOS LTDA, rio Tocantins, Município de Itapiratins/TO, irrigação.

ROBERTO CALDAS PEREIRA DE CARVALHO, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

RONE FERREIRA DOS SANTOS, rio Carinhanha, Município de Montalvânia/MG, aquicultura.

RP MINERAÇÃO LTDA-ME, rio Sapucaí, Município de Piranguinho/MG, mineração, alteração.
SAVIO MATEUS SOUZA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.
SEBASTIAO BISPO SARAIVA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Cana Brava, Município de Colinas do Sul/GO, preventiva, aquicultura.
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Jupiá, Município de Três Lagoas/MS, preventiva, aquicultura.
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Moxotó, Municípios de Glória/BA e Jatobá/PE, preventiva, aquicultura.
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Salto Caxias, Município de Três Barras do Paraná/PR, preventiva, aquicultura.
TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A, rio Guaju, Município de Mataraca/PB, mineração, alteração de razão social.
VILMAR DE SOUZA BARBOSA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

# Ministério da Economia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 36, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Portaria MF nº 352, de 24 de julho de 2018, que dispõe sobre a indicação e seleção de conselheiros para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a criação, a composição e funcionamento do Comitê de Avaliação e Seleção de Conselheiros do CRSFN, altera o Regimento Interno do CRSFN.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 12, parágrafo único, IV, e 15, III, do Decreto nº 9.889, de 27 de junho de 2019, e considerando o que consta do Processo SEI nº 10372.1000019/2019-07, resolve:

Art. 1º O art. 26 da Portaria MF nº 352, de 24 de julho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. O CAS-CRSFN submeterá ao Ministro de Estado da Economia proposta de revisão da Portaria MF nº 246, de 2 de maio de 2011, até 31 de julho de 2020.
....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

## CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

### RETIFICAÇÃO

Na 434ª Pauta de Julgamento, publicada no D.O.U. de 28/01/2020, Seção 1, Pág. 29.

Onde se lê: "1. Recurso 13.585 (Processo Eletrônico 10372.000051/2016-32) - BCB 0701393931 - Recorrente: BRB - Banco de Brasília S.A. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Alexandre Henrique Graziano. Advogado: Davi Beltrão de Rossiter Corrêa - OAB/DF 36.998.

2. Recurso 13.603 (Processo Eletrônico 10372.000064/2016-10) - BCB 1101537581 - Recorrente: Kátia Rabello. Relator: Alexandre Henrique Graziano. Advogada: Caetano Vasconcellos Neto - OAB/MG 41.973.

3. Recurso 13.803 (Processo Eletrônico 10372.000055/2016-11) - CVM 30/2005 - I - Recorrentes: Banco BRJ S.A., Banco Schahin S.A. (atual BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.), Bruno Grain de Oliveira Rodrigues, Carlos Eduardo Carneiro Lemos, Cristiano Costa Beber, Eric Davy Bello, Fabianna Carneiro Carnaval Espírito Santo, Luis Alberto Siso, Renato Lima Silva e Rodrigo Bezerra de Melo Paraense. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Industrial do Brasil DTVM Ltda., Massa Falida de São Paulo Corretora de Valores S.A., Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda., Schahin Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Atual BCV Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. - Em Liquidação Ordinária), Abílio Nascimento Neto, Adalto Carmona Cortes, Carlos Eduardo Schahin, Carolyne Moura Munhoz, Eduardo Cunha Telles, Fernando Suzuki, Hélio Castilho Martins, Horácio Pires Adão, Jorge Ribeiro dos Santos, Luiz Augusto de Queiroz, Paulo Roberto Almeida Figueiredo, Renato Lima Silva e Sandro Rogério Lima Belo. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogados: Alexandre Naoki Nishioka - OAB/SP 138.909, Antonio Carlos Verzola - OAB/SP 92.410, Eduardo da Rocha Schmidt - OAB/RJ 98.035, Fernanda Cirne Montorfano Gibson - OAB/RJ 140.744, Fernando Luiz da Rocha Freire - OAB/RJ 60.793, Glória Maria Cunha de Macedo Soares Porchat - OAB/SP 88.325-B, Guilherme Valdetaro Mathias - OAB/RJ 75.643, João Carlos Castellar Pinto - OAB/RJ 39.805, João Carlos de Andrade Uzêda Acciolly - OAB/RJ 152.983, Jorge Luiz Monteiro de Freitas - OAB/RJ 94.591, Luciano Alvarenga Cardoso - OAB/RJ 105.395, Rafael Bessa Focques - OAB/SP 253.963 e Renata Cunha Santos Pinheiro - OAB/RJ 126.462. Julgamento convertido em diligência na 409ª sessão."

Leia-se: "1. Recurso 13.585 (Processo Eletrônico 10372.000051/2016-32) - BCB 0701393931 - Embargos de Declaração - Embargante: BRB - Banco de Brasília S.A. Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Relator: Alexandre Henrique Graziano. Advogado: Davi Beltrão de Rossiter Corrêa - OAB/DF 36.998.

2. Recurso 13.603 (Processo Eletrônico 10372.000064/2016-10) - BCB 1101537581 - Recorrente: Kátia Rabello. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Alexandre Henrique Graziano. Advogado: Caetano Vasconcellos Neto - OAB/MG 41.973.

3. Recurso 13.803 (Processo Eletrônico 10372.000055/2016-11) - CVM 30/2005 - I - Recorrentes: Banco Schahin S.A. (atual BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.), Massa Falida do Banco BRJ S.A. (Administrador Judicial: R2A Serviços Empresariais Ltda.), Bruno Grain de Oliveira Rodrigues, Carlos Eduardo Carneiro Lemos, Cristiano Costa Beber, Eric Davy Bello, Fabianna Carneiro Carnaval Espírito Santo, Luis Alberto Siso, Renato Lima Silva e Rodrigo Bezerra de Melo Paraense. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Industrial do Brasil DTVM Ltda., Massa Falida de São Paulo Corretora de Valores S.A., Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda., Schahin Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Atual BCV Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. - Em Liquidação Ordinária), Abílio Nascimento Neto, Adalto Carmona Cortes, Carlos Eduardo Schahin, Carolyne Moura Munhoz, Eduardo Cunha Telles, Fernando Suzuki, Hélio Castilho Martins, Horácio Pires Adão, Jorge Ribeiro dos Santos, Luiz Augusto de Queiroz, Paulo Roberto Almeida Figueiredo, Renato Lima Silva e Sandro Rogério Lima Belo. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogados: Alexandre Naoki Nishioka - OAB/SP 138.909, Antonio Carlos Verzola - OAB/SP 92.410, Eduardo da Rocha Schmidt - OAB/RJ 98.035, Fernanda Cirne Montorfano Gibson - OAB/RJ 140.744, Fernando Luiz da Rocha Freire - OAB/RJ 60.793, Glória Maria Cunha de Macedo Soares Porchat - OAB/SP 88.325-B, Guilherme Valdetaro Mathias - OAB/RJ 75.643, João Carlos Castellar Pinto - OAB/RJ 39.805, João Carlos de Andrade Uzêda Acciolly - OAB/RJ 152.983, Jorge Luiz Monteiro de Freitas - OAB/RJ 94.591, Luciano Alvarenga Cardoso - OAB/RJ 105.395, Marcello Ignácio Pinheiro de Macêdo - OAB/RJ 65.541, Rafael Bessa Focques - OAB/SP 253.963 e Renata Cunha Santos Pinheiro - OAB/RJ 126.462. Julgamento convertido em diligência na 409ª sessão. "

## SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

## COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

### PORTARIA Nº 72, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre prorrogação de prazo no Simples Nacional para contribuintes com sede nos Municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul e Vargem Alta (ES).

A SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL (CGSN/SE), no uso da competência que lhe conferem os incisos VI e VII do art. 16 do Regimento Interno do Comitê Gestor do Simples Nacional, aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 1º da Resolução CGSN nº 97, de 1º de fevereiro de 2012, e no Decreto (Estadual-ES) nº 92-S, de 20 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogadas as datas de vencimento dos tributos apurados no Simples Nacional, devidos pelos sujeitos passivos com sede nos Municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul e Vargem Alta (ES), em relação aos seguintes períodos de apuração (PA):

I - PA dezembro de 2019, vencido em 20 de janeiro de 2020, terá sua data de vencimento prorrogada para 31 de julho de 2020;

II - PA janeiro de 2020, a vencer em 20 de fevereiro de 2020, terá sua data de vencimento prorrogada para 31 de agosto de 2020; e

III - PA fevereiro de 2020, a vencer em 20 de março de 2020, terá sua data de vencimento prorrogada para 30 de setembro de 2020.

Parágrafo único. A prorrogação do prazo a que se refere o caput não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO SORIANO LOUSADA
Secretário-Executivo

## SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

## SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

### PORTARIA Nº 2.249, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Tornar pública a distribuição de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT relativos ao Orçamento de 2020, da ação orçamentária 20JT - Gestão do Sistema Nacional de Emprego - SINE, para cofinanciamento do bloco de serviços de gestão e manutenção da rede de atendimento do SINE, por meio de transferências automáticas aos respectivos fundos do trabalho dos estados, Distrito Federal e municípios.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, no uso de suas atribuições e observado o disposto na Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, na Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, e suas alterações, e na Resolução CODEFAT nº 721, de 30 de outubro de 2013, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Tornar pública, na forma do Anexo I desta Portaria, a distribuição de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, relativos ao Orçamento de 2020, da ação orçamentária 20JT - Gestão do Sistema Nacional de Emprego - SINE, para o cofinanciamento do bloco de serviços de gestão e manutenção da rede de atendimento do SINE, por meio de transferências automáticas aos respectivos fundos do trabalho dos Estados, Distrito Federal e municípios.

Parágrafo único. A realização das transferências automáticas de recursos de que trata esta Portaria é condicionada à observância dos requisitos estabelecidos no art. 7º da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, e suas alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO

ANEXO I

Anexo I
Distribuição dos recursos orçamentários da ação orçamentária 20JT, exercício de 2020

| ORD | Ente com convênio plurianual do SINE vigente na data de publicação da Lei nº 13.667/2018 | Valor |
|---|---|---|
| 1 | Estado do Acre - AC | R$ 64.129,65 |
| 2 | Estado de Alagoas - AL | R$ 168.087,93 |
| 3 | Estado do Amapá - AP | R$ 65.052,52 |
| 4 | Estado do Amazonas - AM | R$ 190.110,29 |
| 5 | Estado da Bahia - BA | R$ 1.241.808,25 |
| 6 | Estado do Ceará - CE | R$ 1.031.456,55 |
| 7 | Distrito Federal - DF | R$ 323.601,82 |
| 8 | Estado do Espírito Santo - ES | R$ 240.725,81 |
| 9 | Estado de Goiás - GO | R$ 954.302,88 |
| 10 | Estado do Maranhão - MA | R$ 241.108,79 |
| 11 | Estado do Mato Grosso - MT | R$ 594.959,09 |
| 12 | Estado de Mato Grosso do Sul - MS | R$ 447.288,88 |
| 13 | Estado de Minas Gerais - MG | R$ 2.398.622,57 |
| 14 | Estado do Pará - PA | R$ 399.891,55 |
| 15 | Estado da Paraíba - PB | R$ 221.728,09 |
| 16 | Estado do Paraná - PR | R$ 2.381.641,39 |
| 17 | Estado do Pernambuco - PE | R$ 604.584,02 |
| 18 | Estado do Piauí - PI | R$ 111.932,05 |
| 19 | Estado do Rio de Janeiro - RJ | R$ 869.353,59 |
| 20 | Estado do Rio Grande do Norte - RN | R$ 180.442,70 |
| 21 | Estado do Rio Grande do Sul - RS | R$ 1.753.379,07 |
| 22 | Estado de Rondônia - RO | R$ 109.312,52 |
| 23 | Estado de Roraima - RR | R$ 29.831,38 |
| 24 | Estado de Santa Catarina - SC | R$ 1.093.653,53 |
| 25 | Estado de São Paulo - SP | R$ 6.257.301,24 |
| 26 | Estado de Sergipe - SE | R$ 79.263,68 |
| 27 | Estado do Tocantins - TO | R$ 271.212,15 |
| 28 | Município de Belém/PA | R$ 16.777,09 |
| 29 | Município de Belford Roxo/RJ | R$ 24.026,06 |
| 30 | Município de Belo Horizonte/MG | R$ 144.281,85 |
| 31 | Município de Camaçari/BA | R$ 108.219,75 |
| 32 | Município de Campina Grande/PB | R$ 26.803,97 |
| 33 | Município de Campinas/SP | R$ 92.124,06 |
| 34 | Município de Campo Grande/MS | R$ 93.065,38 |
| 35 | Município de Caucaia/CE | R$ 21.396,37 |
| 36 | Município de Cuiabá/MT | R$ 62.705,42 |
| 37 | Município de Curitiba/PR | R$ 173.359,13 |
| 38 | Município de Feira de Santana/BA | R$ 46.175,52 |
| 39 | Município de Fortaleza/CE | R$ 72.578,13 |

| | | |
|---|---|---|
| 40 | Município de Goiânia/GO | R$ 77.971,43 |
| 41 | Município de Imperatriz/MA | R$ 24.017,65 |
| 42 | Município de Itaboraí/RJ | R$ 34.104,54 |
| 43 | Município de Jaboatão dos Guararapes/PE | R$ 171.675,89 |
| 44 | Município de João Pessoa/PB | R$ 41.211,13 |
| 45 | Município de Londrina/PR | R$ 93.224,03 |
| 46 | Município de Maceió/AL | R$ 19.940,69 |
| 47 | Município de Manaus/AM | R$ 109.119,40 |
| 48 | Município de Maringá/PR | R$ 115.840,11 |
| 49 | Município de Mauá/SP | R$ 81.505,41 |
| 50 | Município de Natal/RN | R$ 38.360,42 |
| 51 | Município de Osasco/SP | |
| 52 | Município de Piracicaba/SP | R$ 42.735,52 |
| 53 | Município de Ponta Grossa/PR | R$ 107.579,88 |
| 54 | Município de Porto Alegre/RS | R$ 108.346,93 |
| 55 | Município de Porto Velho/RO | R$ 28.400,79 |
| 56 | Município de Recife/PE | R$ 129.938,76 |
| 57 | Município do Rio de Janeiro/RJ | R$ 187.334,04 |
| 58 | Município de Salvador/BA | R$ 187.643,62 |
| 59 | Município de Santo André/SP | R$ 33.703,84 |
| 60 | Município de Santos/SP | R$ 47.768,44 |
| 61 | Município de São Bernardo do Campo/SP | R$ 117.545,89 |
| 62 | Município de São Carlos/SP | R$ 44.609,10 |
| 63 | Município de São João de Meriti/RJ | R$ 24.381,06 |
| 64 | Município de São Paulo/SP | R$ 1.110.034,65 |
| 65 | Município de Serra/ES | R$ 77.189,34 |
| 66 | Município de Uberaba/MG | R$ 57.303,67 |
| 67 | Município de Vila Velha/ES | R$ 50.519,52 |
| 68 | Município de Vitória/ES | R$ 40.736,13 |
| Total | | R$ 26.637.985,00 |

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Aplica a pena de perdimento de veículos objetos do processo que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 104, V, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, declara:

Art. 1º Findo administrativamente o processo relacionado no Anexo Único.

Art. 2º O perdimento do veículo objeto desse processo, tornando-o disponível para destinação na forma da legislação vigente.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO ÚNICO

| SEQ. | PROCESSO | AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO |
|---|---|---|
| 01 | 13150.720099/2019-14 | 0130151-41091/2019 |

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto nos artigos 22 e 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11 outubro de 2019, e considerando o que consta no dossiê digital nº 10265.053472/2019-26, resolve:

Art. 1º Conceder HABILITAÇÃO DEFINITVA a empresa LATICÍNIOS BELA VISTA LTDA, CNPJ nº 02.089.969/0005-30, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, com período de execução de 01/08/2019 a 31/01/2021.

Art. 2º Como corolário da presente concessão fica cessada a vigência da habilitação provisória e convalidados os seus efeitos.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º da Lei 10.593/2002 (e alterações), regulamentada pelo Decreto nº 6.641/2008, e na Portaria RFB nº 1.098/2013 e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto nos art. 28 a 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e alterações), e nos art. 83 e 84 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018 (e alterações), e considerando ainda, o que consta no Processo digital nº 10746.720123/2020-52, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica PATRICK JOAO VENANCIO GONÇALVES LOPES EIRELI, CNPJ 22.303.263/0001-02, em virtude de ter incorrido na hipótese de exclusão de ofício prevista no §4º, inciso IV, do art. 3º, combinado com o art. 29, inciso I, todos da Lei Complementar 123/06.

Art. 2º - Por força do §6º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, os efeitos da exclusão de ofício do SIMPLES NACIONAL dar-se-ão a partir de 01/01/2016, ficando o contribuinte impedido da opção pelo regime diferenciado e favorecido desta lei complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendários seguintes. A exclusão sujeitará o contribuinte, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, conforme dispõe o artigo 32 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º - A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF), assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa à interessada.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tratada neste ADE tornar-se-á definitiva.

RODRIGO BARBALHO GUERREIRO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

## SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018 (publicada no D.O.U. de 28/12/2018).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 12, 41, inciso II, e 43, inciso I e § 1º e 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480.720194/2020-13, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa INDUSTRIA DE SACOS DE PAPEL SA ISAPEL - CNPJ 10.815.306/0001-50, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral no CNPJ.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 46, 47 e 48 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018 (publicada no D.O.U. de 28/12/2018).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 12, 41, inciso II, e 43, inciso I e § 1º e 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10320.720426/2020-76, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa ITABERABA AGROPECUARIA LTDA - CNPJ 05.747.134/0001-94, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral no CNPJ.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 46, 47 e 48 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018 (publicada no D.O.U. de 28/12/2018).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 12, 41, inciso II, e 43, inciso I e § 1º e 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480.720499/2020-25, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa ITAMARACA S/A - CNPJ 27.367.721/0001-90, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral no CNPJ.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 46, 47 e 48 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto n° 5.649, de 29 de dezembro de 2005, e na Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo eletrônico n° 13502.722957/2019-10, declara:

Art. 1° Fica habilitada a pessoa jurídica BRACELL BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A., CNPJ n° 69.037.133/0001-39, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora a que se refere os arts. 12 a 16 da Lei n° 11.196/2005, regulamentados pelo Decreto n° 5.649/2005 pela da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 2° O prazo para fruição do benefício de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o § 2° do art. 572 da IN RFB n° 1.911/2019, extingue-se após decorridos 3 (três) anos, contados a partir da presente habilitação.

Art. 3° Esta habilitação poderá ser cancelada de ofício na hipótese de ficar demonstrado que a pessoa jurídica beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4° Ficam Revogados os seguintes Atos Declaratórios Executivos da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal:

I- Ato Declaratório Executivo n° 7, de 6 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2019; e

II- Ato Declaratório Executivo n° 1, de 23 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 24 de janeiro de 2020.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto n° 5.649, de 29 de dezembro de 2005, e na Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo eletrônico n° 15504.726514/2018-22, declara:

Art. 1° Fica habilitada a pessoa jurídica SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA., CNPJ n° 22.103.965/0001-42, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), a que se referem os arts. 12 a 16 da Lei n° 11.196/2005, regulamentados pelo Decreto n° 5.649/2005 pela da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 2° O prazo para fruição do benefício de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o § 2° do art. 572 da IN RFB n° 1.911/2019, extingue-se após decorridos 3 (três) anos, contados a partir de 8 de janeiro de 2020.

Art. 3° Esta habilitação poderá ser cancelada de ofício na hipótese de ficar demonstrado que a pessoa jurídica beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4° Ficam Revogados os seguintes Atos Declaratórios Executivos da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal:

I- Ato Declaratório Executivo n° 2, de 7 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2020;

II- Ato Declaratório Executivo n° 2, de 7 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2020; e

III- Ato Declaratório Executivo n° 2, de 23 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 24 de janeiro de 2020.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a partir de 8 janeiro de 2020.

VITOR SILVANY RAMOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto n° 5.649, de 29 de dezembro de 2005, e na Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo eletrônico n° 10580.724432/2019-06, declara:

Art. 1° Fica habilitada a pessoa jurídica MFX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n° 13.060.983/0001-01, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), a que se referem os arts. 12 a 16 da Lei n° 11.196/2005, regulamentados pelo Decreto n° 5.649/2005 pela da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 2° O prazo para fruição do benefício de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o § 2° do art. 572 da IN RFB n° 1.911/2019, extingue-se após decorridos 3 (três) anos, contados a partir de 8 de janeiro de 2020.

Art. 3° Esta habilitação poderá ser cancelada de ofício na hipótese de ficar demonstrado que a pessoa jurídica beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4° Ficam Revogados os seguintes Atos Declaratórios Executivos da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal:

I- Ato Declaratório Executivo n° 3, de 7 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2020;

II- Ato Declaratório Executivo n° 3, de 7 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2020; e

III- Ato Declaratório Executivo n° 3, de 23 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 24 de janeiro de 2020.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a partir de 8 janeiro de 2020.

VITOR SILVANY RAMOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Concede habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o artigo 40 da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista no art. 40 da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004, e alterações, disciplinado pela Instrução Normativa (IN) RFB n° 1911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo nº 10530.722218/2017-31, declara:

Art. 1° Fica habilitada a pessoa jurídica EMBRAFIOS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO EIRELI, CNPJ n° 07.267.068/0001-80, ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para fins de aquisição de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, por se enquadrar no conceito de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, conforme definido no artigo 40 da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004, e alterações.

Art. 2° Esta autorização, que se aplica a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, implica no cumprimento das obrigações contidas na IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 3° Ficam Revogados os seguintes Atos Declaratórios Executivos da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal:

I- Ato Declaratório Executivo n° 1, de 2 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 3 de janeiro de 2020; e

II- Ato Declaratório Executivo n° 5, de 23 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 24 de janeiro de 2020.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a partir de 3 janeiro de 2020.

VITOR SILVANY RAMOS

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

**PORTARIA Nº 4, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem - MG e da Agência da Receita Federal do Brasil em Betim - MG.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de novembro de 2017 e tendo em vista o disposto nos art. 4º, art.7º §1º e art. 8º, I e II da Portaria RFB nº457, de 28 de março de 2016, e Portaria SRRF06 n 20, de 14 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º No âmbito da Delegacia da Receita Federal em Contagem-MG, o atendimento aos contribuintes será efetuado, de forma ininterrupta, de segunda-feira a sexta-feira, dias úteis, nos seguintes horários:

I - no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), no período de 12 (doze) horas, das 7 h às 19 h;

II - na Agência da Receita Federal do Brasil em Betim/MG (ARF), no período 4 (quatro) horas, das 13 h às 17 h;

Art. 2º O gerenciamento do atendimento, a definição das grades de agendamento e liberação de senhas presenciais, no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte e da Agência da Receita Federal na jurisdição desta Delegacia, competem ao Chefe da seção e ao Agente, respectivamente, ou, em sua falta, a seus substitutos.

Art. 3º O atendimento se dará mediante prévio agendamento de senha, pela internet ou por outro meio disponibilizado pela RFB, e por retirada de senha presencial no setor de triagem.

§ 1º Haverá restrição à liberação de senhas agendadas para Pessoa Jurídica, quando o serviço solicitado estiver disponibilizado na página da RFB na internet.

§ 2º Observados os padrões estabelecidos na Portaria RFB nº 457, de 28 de março de 2016, a fixação do número de senhas para agendamento e de senha para retirada presencial será definida pelos responsáveis pelo gerenciamento levando-se em consideração:

I - Dados gerenciais do SAGA;

II - Complexidade dos serviços efetuados;

III - Capacitação dos atendentes;

IV - Sazonalidades que possam causar aumento na demanda de determinados serviços durante o ano;

V - Capacidade operacional de atendimento;

VI - Disponibilidade de atendimento dos serviços através da página da RFB na internet .

Art. 4º As senhas presenciais serão distribuídas durante todo o período de funcionamento:

§ 1º A distribuição das senhas presenciais poderá ser interrompida pelos responsáveis, sempre que o número de senhas já distribuídas e de senhas previamente agendadas atinjam o limite da capacidade operacional de atendimento.

§ 2º A interrupção poderá ser total, englobando todos os serviços atendidos, ou parcial, quando abranger apenas um ou determinado grupo de serviços.

§ 3º Serão emitidas preferencialmente senhas com horário.

§ 4º O contribuinte que possuir senha e se encontrar no interior das instalações de uma das unidades de atendimento após o horário de encerramento do expediente deverá ser atendido no mesmo dia.

Art. 5º O atendimento de serviços relativos às Pessoas Físicas poderá ser efetuado mediante prévio agendamento ou pela retirada de senhas presenciais.

Art. 6º O atendimento de serviços relativos às Pessoas Jurídicas deverá ser efetuado exclusivamente mediante prévio agendamento, pela internet ou por outro meio disponibilizado pela RFB.

§ 1º A liberação de senhas presenciais para serviços relativos às Pessoas Jurídicas somente poderá ser efetuada quando o caso for urgente ou excepcional.

§ 2º A urgência ou excepcionalidade citada no parágrafo anterior deverá ser comprovada através de documentos hábeis para este fim, os quais deverão ser apresentados aos responsáveis pelo atendimento.

Art. 7º As grades de agendamento deverão disponibilizar vagas para atendimento via agendamento:

I - No caso de pessoa física, para todos os serviços; e

II - No caso de pessoa jurídica, no mínimo para os serviços não disponíveis no sítio da RFB.

§ 1º Não será prestado o atendimento ao interessado cujo CPF, CNPJ ou serviço pretendido for distinto daquele indicado por ocasião do agendamento;

§ 2º O desbloqueio de contribuinte, previsto no § 3º do art 10 da Portaria RFB nº 457/2016, será efetuado exclusivamente pelo chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal em Contagem e pelo agente da Agência da Receita Federal em Betim, ou seus substitutos, quando em exercício da substituição.

Art. 8º Ao contribuinte que compareça ao atendimento para atender a intimação ou cumprir outra exigência da RFB para a qual exista prazo legal, deverá ser fornecida senha presencial, desde que comprovado o vencimento do prazo na data do comparecimento.

Parágrafo único. Mesmo que o prazo mencionado no caput não vença na data do comparecimento, poderá ser liberada senha presencial em razão da localização do domicílio do contribuinte ou outro fator que possa gerar dificuldade ao comparecimento do mesmo em outra data, desde que haja tempo hábil para efetuar-se o atendimento, a critério do responsável pelo atendimento.

Art. 9º O Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal em Contagem e a Agência da Receita Federal em Betim devem ter estrutura adequada e devem promover o Autoatendimento Orientado, para acesso:

I - a informações e serviços disponíveis no sítio da RFB na Internet;

II - ao ambiente virtual de atendimento e-CAC;

III - a folhetos informativos e boletins.

§1º As pessoas físicas terão preferência e prioridade no Autoatendimento Orientado.

§2º O Autoatendimento Orientado não abrange o acesso a serviços disponíveis no ambiente virtual e-CAC que exijam certificação digital.

Art. 10 O Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal em Contagem e a Agência da Receita Federal em Betim devem divulgar, para os contribuintes hipossuficientes, a lista dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal signatários de Convênio com a DRF-Contagem, com respectivos endereços, horários de atendimento e serviços atendidos.

Art. 11 Fica revogada a Portaria DRF/Contagem nº 27, de 18 de maio de 2016, publicada no DOU nº 149, de 20/05/2016.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 03/02/2020.

WILLIAM AMORIM CORREA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 10010.021064/0719-39, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS COALHADAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.380.283/0001-07, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/06/2019 a 01/05/2022, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.005597/2019-69.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

GUILHERME FERNANDO SCANDELAI

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Desabilita a operar o Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado a empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 7° da Instrução Normativa SRF n° 409, de 19 de março de 2004, e em vista do constante nos autos do Processo MF nº 10814.724110/2017-04, declara:

Art. 1° Fica desabilitada a empresa OCEANAIR LINHAS AÉREAS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02.575.829/0001-48, a operar O Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado (DAF).

Art. 2° Fica revogado o Ato Declaratório Executivo n° 26, de 27 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2018, de habilitação da empresa, sem interrupção de sua força executiva.

Art. 3° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA
## EQUIPE REGIONAL DE PARCELAMENTOS FAZENDÁRIOS

### PORTARIA Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERVISOR DA EQUIPE REGIONAL DE PARCELAMENTOS FAZENDÁRIOS, tendo em vista a competência delegada pelas Portaria SRRF08 nº 436, publicada no diário oficial da união de 16/07/2019 e Portaria DRF/SOR nº 72, de 25/09/2019, publicada no diário oficial da união de 26/09/2019, em conjunto com a Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

| CNPJ | NOME EMPRESARIAL | PROCESSO | DT. EFEITO |
|---|---|---|---|
| 66.499.401/0001-46 | UNISEG ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS EIRELI | 10845-722.015/2017-09 | 01/02/2020 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO PAES DE CAMARGO

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 9 DE JANEIRO DE 2020

Reconhece à empresa abaixo identificada o direito à redução do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e o constante do processo administrativo nº 13811.723866/2018-27, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, conforme incentivo fiscal estabelecido pela Medida Provisória (MP) n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Nome empresarial: PEPSICO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Nº Inscrição no CNPJ : 02.957.518/0001-43
CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 02.957.518/0014-68

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

GUILHERME HENRIQUE DE ANDRADE, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1815707, no exercício da competência delegada pelo art. 8º, inciso III, da Portaria DELEX/SPO nº 73, de 19 de abril de 2018, publicada no DOU de 23 de abril de 2018, que revogou a Portaria DELEX nº 5/2014, de 3 de fevereiro de 2014, bem como todas as suas alterações, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 41, inciso II e art. 43, inciso II, da IN RFB nº 1.863/2018, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: CORFU ASSESSORIA E INVESTIMENTOS EIRELI
CNPJ: 08.413.682/0001-76
Processo: 10314.720025/2020-03

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

GUILHERME HENRIQUE DE ANDRADE

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, lotada na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6° da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei n° 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1° e 4° da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 11516.720095/2020-40, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa CLWP EOLICA PARQUE XII S.A., CNPJ nº 17.846.141/0001-22, relativa ao projeto de geração de energia elétrica EOL Campo Largo XII, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 23, de 7 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia (DOU Nº 5, de 08/01/2020, Seção 1, Pág. 32), com período de execução previsto de 01/06/2019 a 31/07/2021.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Fica inscrita no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, a seguinte pessoa física:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| VANDERSON AMARAL | 034.514.599-22 | 10921.720326/2019-37 |

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro acima mencionados, deverá incluir seus dados cadastrais no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE COANA nº 16 de 08 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDWILSON PASCOAL DA MOTA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros e cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL -SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Fica inscrita no Registro de Despachantes Aduaneiros, com automática exclusão do Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, a seguinte pessoa física:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| JULIANO LOBO DA SILVEIRA | 039.961.259-92 | 10921.720001/2020-98 |

Art. 2º O Despachante Aduaneiro acima mencionado, deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDWILSON PASCOAL DA MOTA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE
## SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria DRF/JOI nº 26, de 31 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2018, de acordo com o art. 340, incisos III e VIII, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 2.231.334 (dois milhões, duzentos e trinta e hum mil, trezentos e trinta e quatro) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca Comercial | Característica do Produto |
|---|---|---|---|
| 665.712 | 55.476 | Johnie Walker Red Label | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade até 8 anos. |
| 47.040 | 3.920 | Johnnie Walker Black Label | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade acima de 12 anos. |
| 523.404 | 43.617 | White Horse | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade até 8 anos. |
| 75.264 | 6.272 | Grand Old Parr | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade até 8 anos. |
| 238.788 | 19.899 | Black & White | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade acima de 12 anos. |
| 91.176 | 7.598 | Buchanan's | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade até 12 anos. |
| 28.944 | 2.412 | Johnnie Walker Double Black Label | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade acima de 12 anos. |
| 33.870 | 5.645 | Johnnie Walker Red Label | Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750ml, 40 GL, idade até 8 anos. |
| 8.958 | 1.493 | Johnnie Walker Blue Label | Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750ml, 40 GL, idade acima de 12 anos. |
| 30.108 | 2.509 | Grand Old Parr | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750ml, 40 GL, idade até 12 anos. |
| 24.822 | 4.137 | Johnnie Walker Green Label | Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750ml, 40GL, idade até 18 anos. |
| 18.816 | 1.568 | Logan | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700ml, 40GL, idade até 8 anos. |
| 15.264 | 1.272 | J&B Rare | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade até 8 anos. |
| 113.064 | 9.422 | Bell's | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700ml,40 GL, idade até 8 anos. |
| 129.672 | 10.806 | Johnnie Walker Red Label | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750ml, 40 GL, idade até 8 anos. |
| 42.336 | 3.528 | Johnnie Walker Black Label | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750ml, 40 GL, idade acima de 12 anos. |
| 39.084 | 3.257 | Grand Old Parr | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750ml, 40 GL, idade até 12 anos. |
| 56.448 | 4.704 | Johnnie Walker Red Label | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500ml, 40 GL, idade até8 anos. |
| 29.460 | 2.455 | White Horse | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500ml, 40 GL, idade até 8 anos. |
| 19.104 | 1.592 | Grand Old Parr | Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750ml, 40 GL, idade até 18 anos. |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HOMERO COELHO FILHO

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
## EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n°4085, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, como Exportador e Importador, RENAULT DO BRASIL S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 00.913.443/0001-73.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n°4086, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, como Exportador e Importador, RENAULT DO BRASIL S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 00.913.443/0001-73.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na IN RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, e no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

| NOME | CPF | Processo |
|---|---|---|
| Marcos da Silva Costa | 838.997.900-49 | 11050.721160/2019-35 |

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS GONÇALVES COLARES

## SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS

### PORTARIA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Dá publicidade ao resultado obtido pelos servidores da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de Teletrabalho na atividade de "Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros" nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), referente ao 4º trimestre de 2019.

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, e no inciso I do § 1º do art. 21 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dá publicidade ao resultado obtido pelos servidores da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de Teletrabalho na atividade "Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros" nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), referente ao 4º trimestre de 2019, conforme Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor encontram-se divulgados no Boletim de Serviço da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLOVIS BELBUTE PERES

ANEXO ÚNICO

| Atividade | Meta | Resultado |
|---|---|---|
| Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros | 1,15 | 1,46 |

## SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E ESTUDOS

### PORTARIA Nº 4, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do 4º trimestre de 2019, referente à atividade supervisionada por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

O COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E ESTUDOS - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do artigo 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e no inciso VIII do art. 23 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do 4º trimestre de 2019, referente à atividade supervisionada por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor serão divulgados no Boletim de Serviços da RFB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação na Seção 2 do Diário Oficial da União.

PEDRO DE SOUZA DE MENEZES BASTOS

ANEXO ÚNICO

| ATIVIDADE | META | RESULTADO |
|---|---|---|
| ANÁLISE DE INTERESSE FISCAL | 1,15 | 1,55 |

## BANCO CENTRAL DO BRASIL
## ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
## DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

### CARTA CIRCULAR Nº 4.000, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Altera as Instruções de Preenchimento do Documento 3050 - Estatísticas Agregadas de Crédito e Arrendamento Mercantil, de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018.

O Chefe do Departamento de Estatísticas (Dstat), no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 23, inciso I, alínea "a", e 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto na Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, resolvem:

Art. 1º Passa a vigorar, a partir da data-base de 03 de julho de 2020, com informações relativas ao período de 29 de junho a 03 de julho de 2020, a nova versão das Instruções de Preenchimento do Documento 3050 - Estatísticas Agregadas de Crédito e Arrendamento Mercantil, disponível na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdoc3050.

Art. 2º A nova versão das Instruções de Preenchimento do Documento 3050 contempla modificações de procedimentos no item 6.6 - Renegociação e composição de dívidas, subitens I, II e III, descritas nas instruções de preenchimento do referido documento e podem ser consultadas no "Histórico das revisões". Os três itens passam a constar com a seguinte redação:

"I. Nas renegociações de dívidas no segmento de pessoas jurídicas deve-se apenas atualizar as informações relativas a saldo da carteira ativa, saldo da carteira ativa por níveis de atraso, prazo médio da carteira ativa em curso normal e quantidade de contratos por níveis de atraso com os dados das operações renegociadas. Caso seja criada uma nova operação em outra modalidade em decorrência de renegociação, os dados das operações originais devem ser baixados da modalidade anterior, devendo as informações da operação renegociada serem lançadas na nova modalidade. Em qualquer caso, se forem concedidos valores adicionais aos saldos das operações pré-existentes ("troco"), somente esses valores devem compor a base de cálculo das concessões, taxas médias, prazo médio a decorrer das concessões e quantidade de novos contratos;"

"II. Nas composições de dívidas de diferentes modalidades no segmento de pessoas físicas, com a realização de um novo contrato de crédito pessoal, o saldo das operações que sejam objeto da composição deve ser baixado das modalidades originais e lançado na modalidade crédito pessoal não consignado vinculado a composição de dívidas. O novo contrato deve compor a base de cálculo para todas as informações demandadas no item 2 deste manual;"

"III. Nas renegociações de dívidas de uma mesma modalidade de crédito no segmento de pessoas físicas, assim como nas operações adquiridas de outras instituições financeiras utilizando-se o recurso da portabilidade de crédito (sem prejuízo das instruções contidas no item 6.7 deste manual), deve-se apenas atualizar as informações relativas a saldo da carteira ativa, saldo da carteira ativa por níveis de atraso, prazo médio da carteira ativa em curso normal e quantidade de contratos por níveis de atraso com os dados da renegociação. Se forem concedidos valores adicionais aos saldos das operações pré-existentes ("troco"), somente esses valores devem compor a base de cálculo das concessões, taxas médias, prazo médio a decorrer das concessões e quantidade de novos contratos.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ALBERTO G SAMPAIO C ROCHA
Chefe do Dstat

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
Chefe do Desig

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

### INSTRUÇÃO Nº 618, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Altera o prazo de entrada em vigor de dispositivos da Instrução CVM nº 612, de 21 de agosto de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, com fundamento no disposto no art. 18, inciso II, alíneas "a" e "c" da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, aprovou a seguinte Instrução:

Art. 1º O art. 5º da Instrução CVM nº 612, de 21 de agosto de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 5º Esta Instrução entra em vigor em 1º de setembro de 2020, com exceção:

I - da nova redação dada ao § 1º do art. 25 da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, que passa a se aplicar a partir de 2 de março de 2020; e

II - da nova redação dada aos §§ 5º a 8º do art. 4º da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, que passa a se aplicar a partir de 4 de maio de 2020." (NR)

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor em 2 de março de 2020.

MARCELO BARBOSA

### DELIBERAÇÃO Nº 841, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Esclarece o posicionamento da CVM quanto à aplicação do art. 16 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta o art. 3º, caput, incisos I e IX, § 1º, inciso I e § 8º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, com base no art. 16 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, no art. 3º, caput, incisos I e IX, § 1º, inciso I e § 8º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no uso da competência que lhe conferem os arts. 16, inciso XI, e 17, inciso XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 327, de 11 de julho de 1977, do Ministro da Fazenda, torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, e considerando que:

a) o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, estabelece que os órgãos e entidades da administração pública federal devem editar atos normativos para estabelecer prazos máximos de análise de requerimentos de liberação de atividades econômicas;

b) a ausência da regulamentação acima implica na adoção do prazo padrão de 30 (trinta) dias para que a aprovação ocorra de maneira tácita, caso o órgão ou a entidade da administração pública federal não se manifeste; e

c) a CVM já possui, em sua regulamentação, ritos de aprovação detalhados com a existência de prazos máximos para manifestação, prevendo, inclusive, o deferimento automático dos pleitos na ausência de resposta da Autarquia; deliberou:

I - que, para fins dos efeitos da aprovação tácita prevista no Decreto nº 10.178, de 2019, nos casos de ausência de determinação de prazos de análise por parte dos órgãos e entidades da administração pública para concessão de atos de liberação de atividades econômicas, devem ser considerados os ritos e prazos de concessão de autorizações já previstos nas regulamentações especificas editadas pela CVM para cada tipo atividade; e

II - que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
## DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

### PORTARIA Nº 7, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pela Senhora Presidente do Inmetro por meio Portaria Inmetro nº 94, de 08 de março de 2019, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro, resolve:

Autorizar a Elster Medição de Energia Ltda., sob o código nº EA049, a declarar conformidade de medidor de gás, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pea/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
## DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

### PORTARIA Nº 44, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006377/2019-37, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão da empresa Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda, CNPJ nº 05.356.949/0001-42, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria GEBSA-PREV - CNPB nº 1993.0034-11, e a entidade GEBSA-PREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

ANA CAROLINA BAASCH

### PORTARIA Nº 48, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007989/2019-47, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo a convênio de adesão celebrado entre a Current Iluminação do Brasil Comercio de Lâmpadas Ltda., CNPJ nº 10.140.586/0001-43, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria - CNPB nº 1993.0034-11, e a entidade GEBSA-PREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

### PORTARIA Nº 63, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004705/2019-61, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo a convênio de adesão da empresa APTIV Manufatura e Serviços de Distribuição Ltda. CNPJ nº 00.857.758/0001-40, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Previ-Delphi, CNPB nº 2008.0002-65, e a entidade MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

### PORTARIA Nº 66, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.008046/2019-31, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Associação Atlética Acadêmica Monetária da Universidade Federal de Viçosa, CNPJ nº 26.255.879/0001-06, na condição de instituidora do Plano de Instituidor Agros-CD-01, CNPB nº 2008.0010-83, e a entidade Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

### DIRETORIA TÉCNICA 1

### COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria SUSEP nº 178, de 30 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2020, página 33, Seção 1, onde se lê: "09 de janeiro de 2020", leia-se: "30 de Dezembro de 2019".

## SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

**PORTARIA Nº 61, DE 24 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 9º; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 2/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.010936/2019-54, de 21 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. (CNPJ nº 04.161.047/0001-98 e Inscrição SUFRAMA nº 20.0159.24-0) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 2/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de CARBURADOR PARA MOTORES À EXPLOSÃO PARA VEÍCULOS DE DUAS RODAS, TRICÍCLOS E QUADRICÍCLOS (código SUFRAMA: 1214), concedendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 3º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

| Discriminação | Valor em US$ 1.00 | | |
|---|---|---|---|
| | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 |
| CARBURADOR PARA MOTORES À EXPLOSÃO PARA VEÍCULOS DE DUAS RODAS, TRICÍCLOS E QUADRICÍCLOS | 4,092,024 | 5,370,782 | 9,207,055 |

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 171- MICS/MCTIC, de 1º de julho de 2016;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

# Ministério da Educação

## SECRETARIA EXECUTIVA

**PORTARIA Nº 250, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Estabelece procedimentos para a abertura de ordens de serviço de serviços de tecnologia da informação baseadas na métrica de Pontos de Função Sustentados no âmbito do Contrato nº 25/2019 - Processo nº 23000.015136/2019-38.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 4°, inciso II e parágrafo único, do Anexo I do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 23000.015136/2019-38 e 23000.030183/2019-10, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos internos para a abertura de Ordens de Serviço (OS) de Tecnologia da Informação baseadas na métrica de Pontos de Função Sustentados (PFS) previstos no item 2 do grupo 1 do subitem 1.3 do Contrato nº 25/2019 - Processo nº 23000.015136/2019-38.

Art. 2º As regras desta Portaria não excluem ou reduzem as obrigações e responsabilidades da equipe de fiscalização do contrato definidas na Instrução Normativa SGD/ME n° 01, de 4 de abril de 2019, aplicando-se exclusivamente aos sistemas de informação cuja sustentação pertença ao escopo do item 2 do grupo 1 do subitem 1.3 do Contrato nº 25/2019, não alterando o objeto contratual pactuado.

Art. 3º Grupo técnico composto pelo Diretor e pelos Coordenadores-Gerais da Diretoria de Tecnologia da Informação, com participação de representantes da Equipe de Fiscalização do Contrato n° 25/2019, deverá elaborar proposta bimestral de sustentação de sistemas contendo, no mínimo:

I - identificação dos sistemas a serem sustentados, juntamente com seu tamanho funcional;

II - custo financeiro da sustentação por sistema, observando os valores contratados;

III - demonstração da sazonalidade dos programas finalísticos do Ministério; e

IV - relatório com histórico de demandas por sistema.

§1° A proposta elaborada pelo grupo técnico será submetida a avaliação e deliberação do Comitê de Governança Digital - CGD instituído pela Portaria SE/MEC nº 1.959, de 29 de dezembro de 2016, constando como item de pauta em suas reuniões ordinárias.

§2° A relação de sistemas de informação a serem sustentados comporá as Ordens de Serviços Mensais de Sustentação durante o período aprovado pelo Comitê de Governança Digital.

§3º Eventuais acréscimos ou supressões na relação de sistemas sustentados, conforme disposto no caput deste artigo, deverão ser justificados na reunião subsequente do Comitê de Governança Digital.

§4° As ordens de serviço de sustentação sob demanda observarão as necessidades e os critérios técnicos definidos pelo grupo técnico, não se submetendo à necessidade de aprovação pelo Comitê de Governança Digital.

§5° O(s) fiscal(is) administrativo(s) do Contrato ficam dispensados da participação no grupo técnico de que trata o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

**PORTARIA Nº 165, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O Reitor da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.015348/2018-21, resolve:

Prorrogar pelo período de 28/02/2020 a 27/02/2021, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado através do Edital nº 01/2019, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 17/2019, de 26/02/2019, publicado no DOU de 28/02/2019, Seção 3, fl. 58.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

**PORTARIA Nº 144, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O Reitor em Exercício da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, em decorrência das alterações regimentais de 11 de novembro de 2019, resolve:

I-Revogar a Portaria nº 470, de 29 de março de 2019, publicada no DOU de 1 de abril de 2019;

II-Revogar a Portaria nº 595, de 15 de abril de 2019, publicada no DOU de 17 de abril de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCEL FERNANDO DA COSTA PARENTONI

# Ministério da Infraestrutura

## SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

**PORTARIA Nº 274, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Altera o cronograma dos procedimentos de consulta pública relativa à adaptação da área do Porto Organizado do Rio Grande.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere a competência delegada por meio da Portaria n° 581, de 4 de dezembro de 2019, do Ministro de Estado da Infraestrutura, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 6 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 581, de 4 de dezembro de 2019, do Ministro de Estado da Infraestrutura, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4°.....

I - 30/01/2020 a 09/03/2020 - prazo para apresentação de contribuições pelos interessados na fase da consulta pública;

II - 10/03/2020 a 13/04/2020 - prazo para a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

III - 14/04/2020 - divulgação, pelo Departamento de Gestão e Modernização Portuária/SNPTA/MINFRA, das respostas às contribuições no sítio 'https://www.infraestrutura.gov.br/poligonais.html', em 'Consultas públicas em andamento';

IV - 15/04/2020 a 24/04/2020 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido ao Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, por meio do endereço eletrônico poligonais.riogrande@infraestrutura.gov.br;

V - 25/04/2020 a 24/05/2020 - prazo para avaliação e encaminhamento da resposta aos recursos, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, na forma do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999."

Art. 2º As contribuições enviadas entre os dias 10/12/2019 e 27/01/2020 deverão ser novamente encaminhadas para o e-mail poligonais.riogrande@infraestrutura.gov.br, entre os dias 30/01/2020 e 09/03/2020, em virtude de problemas técnicos deste órgão no recebimento das mensagens, apresentados no curso da consulta pública inaugurada pela Portaria n° 581, de 4 de dezembro de 2019, do Ministro de Estado da Infraestrutura.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DIOGO PILONI E SILVA

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

### SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

**PORTARIA Nº 242, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do processo nº 00058.031820/2019-04, resolve:

Art. 1º Aprovar a Revisão 01 do Programa de Segurança Aeroportuária do operador Fraport Brasil S.A., CNPJ nº 27.059.460/0001-41, responsável pela operação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (RS) (código CIAD: RS0001), nos termos do RBAC nº 107, Emenda 02, e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão D (IS nº 107-001D), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-3;

II - Serviços aéreos: voos domésticos e internacionais; e

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

### GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

**PORTARIA Nº 244, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 2/2020/GFIC/SIA, de 27 de janeiro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00058.001414/2020-42, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público de São Francisco do Sul, Código Identificador de Aeródromo - CIAD SC0022, indicador de localidade OACI SSSS, localizado em São Francisco do Sul (SC).

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso, exceto no caso de operações de emergência médica ou de transporte de valores realizadas mediante prévia coordenação com o Operador do Aeródromo.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

## SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

### PORTARIA Nº 227, DE 23 DE JANEIRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC n° 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.043033/2019-16, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 24 de janeiro de 2020, em favor da sociedade empresária ACADEMIA CEU AZUL ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Tito Bittencourt, 45 - Sala 201A, Bairro São Francisco, Manaus (AM), CEP 69.079-130.

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
## GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

### PORTARIA Nº 237, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(vi) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nºs 00065.527649/2017-75 e 00065.002153/2020-99, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a médica Dra. Carla Montenegro Marcondes, CRM-RJ 52.68436-8, MC 226, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Jornalista Jorge Curi, nº 550, bloco A, sala 330, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

# AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
## GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

### DESPACHO Nº 4, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 50300.000999/2016-56. Fiscalizada: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Conhecer o recurso, dada a sua tempestividade e, no mérito, negar-lhe provimento, aplicando-se a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 665.500,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais), sendo R$ 45.375,00 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais) pela infração descrita no fato 1, R$ 196.625,00 (cento e noventa e seis mil seiscentos e vinte e cinco reais) pela infração relatada no fato 2, R$ 45.375,00 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais) relativo à infração descrita no fato 3, R$ 151.250,00 (cento e cinquenta e um mil duzentos e cinquenta reais) pela infração descrita no fato 4 e R$ 226.875,00 (duzentos e vinte e seis mil oitocentos e setenta e cinco reais) para a infração relatada no fato 6 e arquivamento em relação à infração descrita no fato 5.

FÁBIO QUEIROZ FONSECA
Gerente

## UNIDADE REGIONAL DE MANAUS-AM

### DESPACHO Nº 74, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 50300.011191/2019-47. Fiscalizada: J. R. FONSECA DE SOUZA - ME, CNPJ nº 10.140.097/0001-91. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), pelo cometimento da infração capitulada no inciso IV do art. 24 da Resolução n° 1.558/2010-ANTAQ.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO
Chefe

### DESPACHO Nº 79, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 50300.011186/2019-34. Fiscalizada: J. C. TABOSA FILHO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.284.462/0001-52. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), pelo cometimento da infração capitulada no inciso IV do art. 24 da Resolução n° 1.558/2010-ANTAQ.

LUIZ CARLOS DE SOUZA JUNIOR
Chefe
Substituto

# AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

## DIRETORIA COLEGIADA

### DELIBERAÇÃO Nº 43, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 015, de 23 de janeiro de 2020, no que consta do Processo nº 50500.000340/2020-20;

CONSIDERANDO que a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - CCR ViaSul cumpriu o disposto na subcláusula 17.2.1 do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 01/2018; e

CONSIDERANDO que o Reajuste Anual da Tarifa Básica de Pedágio - TBP foi aprovado pela Deliberação nº 195, de 12 de fevereiro de 2019, delibera:

Art. 1º Autorizar o início da cobrança de pedágio nas Praças P1, P4, P5, P6 e P7.

Art. 2º Aprovar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio - TBP reajustada, após arredondamento, para a categoria de veículo 1, de R$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor a partir de zero hora do dia 30 de janeiro de 2020.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças de Pedágio P1, P4, P5, P6 e P7

| Categoria de veículo | Tipos de veículos | Número de eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem praticados |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Automóvel, caminhonete e furgão | 2 | Simples | 1 | 4,40 |
| 2 | Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão | 2 | Dupla | 2 | 8,80 |
| 3 | Automóvel e caminhonete com semirreboque | 3 | Simples | 1,5 | 6,60 |
| 4 | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus | 3 | Dupla | 3 | 13,20 |
| 5 | Automóvel e caminhonete com reboque | 4 | Simples | 2 | 8,80 |
| 6 | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque | 4 | Dupla | 4 | 17,60 |
| 7 | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque | 5 | Dupla | 5 | 22,00 |
| 8 | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque | 6 | Dupla | 6 | 26,40 |
| 9 | Motocicletas, motonetas e bicicletas moto | 2 | Simples | 0,5 | 2,20 |
| 10 | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático | - | - | - | - |

### DELIBERAÇÃO Nº 44, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 012, de 22 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.410578/2019-26, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para a supressão da linha Fortaleza/CE - Palmas/TO, prefixo nº 03-0097-00, com a paralisação dos mercados abaixo listados a partir de 17 de fevereiro de 2020:

I- De: Fortaleza/CE, Sobral/CE, Piripiri/PI e Caxias/MA, para: Palmas/TO.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 66 da empresa Expresso Guanabara S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 45, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 013, de 22 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.410517/2019-69, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para a supressão da linha Fortaleza/CE - Pelotas/RS, prefixo nº 03-1637-00, com a paralisação dos mercados abaixo listados a partir de 17 de fevereiro de 2020:

I - De: Fortaleza/CE, para: Camaqua/RS, Pelotas/RS, Curitiba/PR, Itajaí/SC e Joinville/SC;

II - De: Governador Valadares/MG, para: Florianópolis/SC, Joinville/SC e Pelotas/RS;

II - De: Muriaé/MG e Teófilo Otoni/MG, para: Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Joinville/SC, Porto Alegre/RS e Pelotas/RS.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 66 da empresa Expresso Guanabara S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 46, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 010, de 22 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.410661/2019-03, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Expresso Guanabara Ltda, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para supressão da linha Pedreiras/MA - Teresina/PI, prefixo nº 15-0013-00, com a paralisação dos seguintes mercados, a partir de 17 de fevereiro de 2020:

I - De: Pedreiras/MA, para: Teresina/PI; e

II - De: Lima Campos/MA, para: Teresina/PI.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 66 da empresa Expresso Guanabara Ltda, conforme modificações operacionais deferidas, em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 45 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 47, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 011, de 22 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.004204/2020-17, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas anexo, para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| Razão Social | TAF | CNPJ |
|---|---|---|
| AM DOS SANTOS TRANSPORTES PAZUTI EIRELI ME | 35.1417 | 15.057.586/0001-06 |
| CIARELLI VIAGENS E TURISMO LTDA | 31.4677 | 06.296.474/0001-09 |
| CMX SERVIÇO DE TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA | 33.2931 | 26.253.624/0001-04 |
| KIN-GUIN TURISMO E TRANSPORTES LTDA | 35.0067 | 67.431.650/0001-62 |
| LÍDER TRANSPORTE & SERVIÇOS ARAGUARI LTDA - ME | 31.1022 | 18.647.493/0001-11 |
| MAIWATUR AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA- EPP | 42.8821 | 00.752.115/0001-32 |
| MDK LOCAÇÃO E VIAGENS EIRELI | 33.1913 | 24.671.161/0001-75 |
| MOURA & ROSÁRIO SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA | 00.1599 | 08.170.092/0001-60 |
| REPÚBLICA TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 41.1151 | 26.569.462/0001-18 |
| SÃO MATHEUS BADY BASSITT TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 35.8799 | 16.951.036/0001-90 |
| TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA EIRELI | 31.0787 | 17.209.520/0001-01 |

**DELIBERAÇÃO Nº 50, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 014, de 22 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.740555/2017-81, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de recuperação e contenção de talude, no km 030+000 m, da Rodovia BR-050/MG, no Município de Araguari/MG, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.1.5 - Terraplenos e estruturas de contenção.

Art. 2º Fica a Concessionária de Rodovias de Minas Gerais Goiás S/A - MGO (ECO 050) autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária de Rodovias de Minas Gerais Goiás S/A - MGO (ECO 050) fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo desta deliberação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 51, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 013, de 22 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.001639/2020-00, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| RAZÃO SOCIAL | TAR | CNPJ | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| ARAU CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA | 41.1150 | 78.168.622/0001-10 | 50500.001641/2020-71 |
| BÓSIO BRANCO TURISMO LTDA - ME | 31.0869 | 01.704.704/0001-08 | 50500.001643/2020-60 |
| EFAPITUR TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA | 42.1785 | 02.881.646/0001-50 | 50500.001646/2020-01 |
| GIROTUR TRANSPORTES EIRELI - ME | 50.7669 | 15.151.851/0001-02 | 50500.001645/2020-59 |
| JUMBO TURISMO LTDA | 35.0762 | 43.872.274/0001-83 | 50500.001647/2020-48 |
| PERON TUR - VIAGENS E TURISMO LTDA | 51.1286 | 03.017.988/0001-90 | 50500.001640/2020-26 |
| TRANSVALE TURISMO FRETAMENTO E LOCAÇÃO LTDA - ME | 35.0664 | 25.011.490/0001-52 | 50500.001642/2020-15 |
| TURISMO ARCHANJO LTDA | 31.2134 | 19.157.262/0001-92 | 50500.001644/2020-12 |

**DELIBERAÇÃO Nº 52, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 11, de 20 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.369282/2019-12, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena de multa no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em face do sócio administrador empresa Mioto Turismo e Viagens Ltda, Sr. Ildemar Mioto, CPF nº 499.874.020-20, conforme art. 78-E da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 53, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 012, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.001657/2020-83, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| RAZÃO SOCIAL | TAF | CNPJ | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| AGÊNCIA ADVENTURE VIAGENS E TURISMO EIRELI | 00.3582 | 08.803.711/0001-06 | 50500.001661/2020-41 |
| ALCIR IVARRAS CHAPARRO EIRELI | 00.3583 | 35.177.381/0001-63 | 50500.001672/2020-21 |
| ALIANÇA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. | 00.3584 | 35.712.468/0001-93 | 50500.001687/2020-90 |
| ALIANÇA TRANSPORTES E LOCAÇÃO EIRELI | 00.3585 | 21.008.382/0001-70 | 50500.001686/2020-45 |
| ALT - TRANSPORTES E FRETAMENTOS EIRELI | 00.3586 | 34.714.526/0001-55 | 50500.001677/2020-54 |
| BALBE & NORO LTDA. - ME | 00.3607 | 14.168.347/0001-52 | 50500.001658/2020-28 |
| BARUEL VAN EIRELI | 00.3587 | 02.666.257/0001-02 | 50500.001682/2020-67 |
| C F DE LUCENA TRANSPORTES EIRELI | 00.3588 | 04.439.148/0001-88 | 50500.001662/2020-96 |
| CARINHO - TUR TURISMO EIRELI - ME | 00.3608 | 19.695.249/0001-97 | 50500.001676/2020-18 |
| COSTA LESTE TURISMO LTDA. | 00.3589 | 02.390.257/0001-22 | 50500.001667/2020-19 |
| COTEGIPE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA. | 00.3590 | 31.840.080/0001-17 | 50500.001678/2020-07 |
| DAVI DOS SANTOS SILVA TRANSPORTE EIRELI | 00.3591 | 35.634.178/0001-79 | 50500.001671/2020-87 |
| DHAS AGÊNCIA DE VIAGEM E TRANSPORTES EIRELI | 00.3592 | 17.782.465/0001-44 | 50500.001675/2020-65 |
| EXPRESSO BOM SUCESSO EIRELI | 00.3593 | 24.618.445/0001-06 | 50500.001679/2020-43 |
| G8 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS EIRELI | 00.3594 | 30.264.432/0001-70 | 50500.001666/2020-74 |
| HAWAII TURISMO EIRELI | 00.3595 | 97.547.465/0001-07 | 50500.001663/2020-31 |
| LEONEL EXCURSÕES E EVENTOS LTDA. | 00.3596 | 23.021.198/0001-95 | 50500.001670/2020-32 |
| LOPES E OLIVEIRA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. | 00.3609 | 05.423.509/0001-60 | 50500.001660/2020-05 |
| MBC TURISMO E TRANSPORTES LTDA. | 00.3610 | 26.317.347/0001-56 | 50500.001684/2020-56 |
| ORLEIDE DA SILVA RIBEIRO EIRELI | 00.3597 | 10.849.732/0001-04 | 50500.001664/2020-85 |
| PROGRESSO VANS EIRELI | 00.3598 | 27.920.124/0001-41 | 50500.001674/2020-11 |
| R F SOUZA & SOUZA TRANSPORTES LTDA. | 00.3599 | 35.295.835/0001-09 | 50500.001681/2020-12 |
| RH TRANSPORTES EIRELI | 00.3600 | 31.308.409/0001-01 | 50500.001669/2020-16 |
| SAMIR JOSÉ CARGNIN EIRELI | 00.3601 | 91.864.009/0001-04 | 50500.001688/2020-34 |
| SANTOS E NERES TURISMO LTDA. | 00.3602 | 20.818.814/0001-45 | 50500.001683/2020-10 |
| SÃO MATEUS LOGISTICA HUMANA LTDA. - ME | 00.3611 | 11.816.630/0001-55 | 50500.001659/2020-72 |
| SEVEN TURISMO PRODUCÕES E EVENTOS EIRELI | 00.3603 | 35.400.355/0001-52 | 50500.001673/2020-76 |
| TELEVAN LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI | 00.3604 | 20.700.288/0001-14 | 50500.001680/2020-78 |
| TRANSMACEIO TURISMO LTDA. | 00.3605 | 35.170.276/0001-00 | 50500.001668/2020-63 |
| VITÓRIA RÉGIA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA. | 00.3606 | 35.572.238/0001-76 | 50500.001685/2020-09 |

**DELIBERAÇÃO Nº 54, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 013, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.005400/2020-09, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| RAZÃO SOCIAL | TAF | CNPJ | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| A COSTA DA SILVA EIRELI | 00.3638 | 35.656.655/0001-05 | 50500.005425/2020-02 |
| A L DE MELO TURISMO LTDA. | 00.3639 | 20.437.475/0001-57 | 50500.005429/2020-82 |
| AC VIAGENS E TURISMO LTDA. - ME | 00.3663 | 05.388.223/0001-91 | 50500.005410/2020-36 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| ALPHATUR VIAGENS & TURISMO LTDA. | 00.3640 | 20.406.045/0001-78 | 50500.005428/2020-38 |
| C L TRANSPORTE ESPECIAL EIRELI | 00.3641 | 29.441.328/0001-25 | 50500.005414/2020-14 |
| CARLOS ROBERTO FERREIRA TRANSPORTES EIRELI - ME | 00.3664 | 13.651.116/0001-32 | 50500.005419/2020-47 |
| CLEYTON SILVA TELES EIRELI | 00.3642 | 20.808.455/0001-45 | 50500.005415/2020-69 |
| CRISTINA SALETE CERESOLI EIRELI | 00.3643 | 16.685.912/0001-84 | 50500.005406/2020-78 |
| D. G. SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS PASSAGEIROS LTDA. | 00.3644 | 08.879.300/0001-02 | 50500.005404/2020-89 |
| ECCO TRANSPORTE E TURISMO LTDA. | 00.3645 | 10.521.401/0001-40 | 50500.005403/2020-34 |
| GERSON RODRIGUES TURISMO EIRELI | 00.3646 | 13.438.272/0001-10 | 50500.005408/2020-67 |
| GUERRO TRASNPORTES E VIAGENS EIRELI | 00.3647 | 34.762.386/0001-90 | 50500.005424/2020-50 |
| JOSE AILTON DA COSTA EIRELI | 00.3648 | 13.834.177/0001-35 | 50500.005411/2020-81 |
| KEMILY TUR LOCADORA EIRELI | 00.3649 | 15.798.112/0001-07 | 50500.005427/2020-93 |
| LUCIANO MARTINS RIBEIRO TRANSPORTES LTDA. | 00.3650 | 07.542.807/0001-03 | 50500.005423/2020-13 |
| LUIZ CARLOS RODRIGUES EIRELI | 00.3651 | 06.537.956/0001-03 | 50500.005417/2020-58 |
| M.R. FERNANDES - TRANSPORTE LTDA. | 00.3652 | 14.699.949/0001-36 | 50500.005426/2020-49 |
| NELOTUR ROCHA TRANSPORTES EIRELI | 00.3653 | 27.427.629/0001-79 | 50500.005413/2020-70 |
| PANDA TRANSPORTE RODOVIÁRIO EIRELI | 00.3654 | 35.913.309/0001-57 | 50500.005422/2020-61 |
| PISOM TOUR TRANSPORTE EIRELI | 00.3655 | 26.107.707/0001-95 | 50500.005409/2020-10 |
| RAYDAN & MARCELO TURISMO LTDA. | 00.3656 | 32.826.912/0001-03 | 50500.005407/2020-12 |
| REIS E OLIVEIRA TURISMO LTDA. | 00.3657 | 35.616.132/0001-27 | 50500.005430/2020-15 |
| RÔMULO CARDOSO DE JESUS EIRELI | 00.3658 | 35.847.549/0001-09 | 50500.005416/2020-11 |
| ROSILENE DE LURDES MENDONÇA LTDA. | 00.3659 | 19.522.514/0001-35 | 50500.005412/2020-25 |
| SOFIA TRANSPORTES E LOCADORA LTDA. | 00.3660 | 06.128.960/0001-18 | 50500.005420/2020-71 |
| THIAGO ANTONINI MARES SANTOS LTDA. | 00.3661 | 35.652.093/0001-13 | 50500.005421/2020-16 |
| TRANSPORTES - TURISMO E SERVIÇOS JP GRANDINO EIRELI | 00.3665 | 05.024.274/0001-34 | 50500.005401/2020-45 |
| TRANSTOM TURISMO EIRELI | 00.3662 | 25.166.594/0001-36 | 50500.005405/2020-23 |
| VIAÇÃO SANTA SOPHIA LTDA. | 00.3666 | 23.743.505/0001-41 | 50500.005418/2020-01 |

**DELIBERAÇÃO Nº 55, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 011, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.337958/2019-17, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa Real Maia Transportes Terrestres Eireli, CNPJ nº 01.945.637/0001-13, para implantar da linha Palmas/TO - Canaã dos Carajás/PA, com os mercados a seguir como seções:

I - De: Palmas/TO, Paraíso do Tocantins/TO, Miranorte/TO, Guaraí/TO e Colmeia/TO, para: Conceição do Araguaia/PA, Redenção/PA, Rio Maria/PA, Xinguara/PA, Eldorado dos Carajás/PA, Curionópolis/PA, Parauapebas/PA e Canaã dos Carajás/PA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 56, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 10, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.005381/2020-11, delibera:

Art. 1º Aprovar, nos termos da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, o recadastramento do Termo de Autorização das empresas relacionadas no Anexo desta Deliberação para a prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando do deferimento do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| Razão Social | CNPJ | TAF | Numero Processo |
|---|---|---|---|
| A. C BECKER TRANSPORTES DE PASSAGEIROS - EIRELI - ME | 26.409.767/0001-62 | 41.1583 | 50500.005395/2020-26 |
| BERGABUS - EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA - EPP | 09.432.662/0001-05 | 43.6039 | 50500.005386/2020-35 |
| CALITUR TRANSPORTES E TURISMO EIRELI | 20.037.789/0001-62 | 41.1036 | 50500.005382/2020-57 |
| CGK VIAGENS E TURISMO LTDA. | 06.001.798/0001-72 | 43.4442 | 50500.005387/2020-80 |
| DHAGES AGÊNCIA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP | 23.167.053/0001-05 | 15.0710 | 50500.005390/2020-01 |
| DORVALINO BARETA TURISMO EIRELI ME | 00.515.153/0001-71 | 42.1775 | 50500.005393/2020-37 |
| FÉRIAS RIO VIAGENS E TURISMO LTDA - ME | 11.428.529/0001-27 | 33.2772 | 50500.005385/2020-91 |
| HELDER JOSÉ ARANTES EIRELI | 25.008.429/0001-56 | 31.0945 | 50500.005388/2020-24 |
| LOG RIO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI | 26.198.828/0001-90 | 33.0981 | 50500.005384/2020-46 |
| MANOS TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 00.272.996/0001-94 | 31.4916 | 50500.005394/2020-81 |
| NC TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA | 05.933.520/0001-70 | 31.3641 | 50500.005389/2020-79 |
| SAINT-CLAIR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA | 05.275.023/0001-22 | 31.2433 | 50500.005391/2020-48 |
| SANTA JÚLIA TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 07.391.051/0001-30 | 53.4706 | 50500.005383/2020-00 |
| SANTA LUZIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP | 83.180.943/0001-70 | 42.0627 | 50500.005392/2020-92 |

**DELIBERAÇÃO Nº 57, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 009, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.004251/2020-52, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| RAZÃO SOCIAL | TAF | CNPJ | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| AG BRAUNA OPERADORA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI | 00.3633 | 04.885.871/0001-90 | 50500.004252/2020-05 |
| AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO OLIVEIRA & PEREIRA LTDA | 00.3634 | 94.393.931/0001-40 | 50500.004258/2020-74 |
| COOPERVILA - COOPERATIVA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO, FRETAMENTO E TURISMO DA VILA DA PENHA LTDA | 00.3624 | 01.435.969/0001-58 | 50500.004255/2020-31 |
| DELVAI TURISMO LTDA | 00.3625 | 35.516.982/0001-53 | 50500.004257/2020-20 |
| G & S LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA | 00.3626 | 28.788.226/0001-18 | 50500.004264/2020-21 |
| GWG TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 00.3635 | 15.751.434/0001-09 | 50500.004253/2020-41 |
| HUMBERTO DE ALCÂNTARA ARAUJO SOBRINHO EIRELI | 00.3627 | 21.992.678/0001-78 | 50500.004254/2020-96 |
| LEDIANE REGINA DE SOUZA EIRELI | 00.3628 | 35.206.675/0001-76 | 50500.004256/2020-85 |
| LOR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME | 00.3636 | 01.299.915/0001-02 | 50500.004260/2020-43 |
| MONTREAL SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI | 00.3629 | 11.009.570/0001-69 | 50500.004259/2020-19 |
| OLIVEIRA & MELLO LTDA | 00.3630 | 02.484.763/0001-80 | 50500.004261/2020-98 |
| S & R GOLD LTDA | 00.3631 | 09.462.921/0001-40 | 50500.004262/2020-32 |
| VPGM TRANSPORTES EIRELI | 00.3632 | 34.580.297/0001-23 | 50500.004263/2020-87 |

**DELIBERAÇÃO Nº 58, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 13, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.410645/2019-11, delibera:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, de alteração da Licença Operacional - LOP nº 66, para suprimir a linha Quixada/CE - Santa Inês/MA, prefixo nº 03-0048-00, com paralisação dos seguintes mercados:

I - Quixada/CE - Santa Inês/MA; e

II - Quixada/CE - Bacabal/MA.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional no dia 17 de fevereiro de 2020, conforme as modificações operacionais previstas no art. 1º, em observância ao disposto no art. 45, § 1º, da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 59, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 014, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.410670/2019-96, delibera:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, de alteração da Licença Operacional - LOP nº 66, para suprimir a linha Barra do Corda /MA - Alto Longa/PI, prefixo nº 15-0015-00, com paralisação dos seguintes mercados:

I - Barra do Corda/MA - Alto Longa/PI;
II - Tuntum/MA - Teresina/PI;
III - Tuntum/MA - Alto Longa/PI;
IV - Presidente Dutra/MA - Alto Longa/PI;
V - Dom Pedro/MA - Alto Longa/PI;
VI - Santo Antônio dos Lopes/MA - Alto Longa/PI;
VII - Capinzal do Norte/MA - Teresina/PI;
VIII - Peritoró/MA - Alto Longa/PI; e
IX - Caxias/MA - Alto Longa/PI.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional no dia 17 de fevereiro de 2020, conforme as modificações operacionais previstas no art. 1º, em observância ao disposto no art. 45, § 1º, da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 60, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 12, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.410656/2019-92, delibera:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, de alteração da Licença Operacional - LOP nº 66, para suprimir a linha Colinas/MA - Teresina/PI, prefixo nº 15-0010-00, com paralisação dos seguintes mercados:

I - Teresina/PI - Colinas/MA; e

II - Teresina/PI - São Domingos do Maranhão/MA.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional no dia 17 de fevereiro de 2020, conforme as modificações operacionais previstas no art. 1º, em observância ao disposto no art. 45, § 1º, da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 61, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 016, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50515.313490/2019-06, delibera:

Art. 1º Aplicar a multa prevista no Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 005/2007 celebrado com a Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S/A no valor de 100 (cem) Unidades de Referência de Tarifa - URT, em caráter definitivo, devido o descumprimento parcial do Termo de Ajuste de Conduta - TAC.

Art. 2º Determinar a Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade, em conformidade com o Contrato de Concessão referente ao Edital nº 005/2007.

Art. 3º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento parcial do TAC, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016 contados a partir do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária Transbrasiliana, a providenciar o processo visando à execução da Garantia de Execução das Obrigações, conforme prevê o Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 005/2007.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 62, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 008, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.368148/2017-32, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena de cassação da Autorização, com sua declaração de inidoneidade, à empresa Regina Martins Barbosa Faria - ME, CNPJ nº 00.192.988/0001-38, pelo prazo de 3 (três) anos, conforme art. 86, II, do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, e art. 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS instaure processo administrativo ordinário também em face dos administradores da empresa, com fulcro no disposto no art. 78-E da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e no art. 4º da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 63, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 007, de 28 de janeiro de 2020, e no que consta do Processo nº 50501.027141/2018-34, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena de declaração de inidoneidade à empresa Pérola Turismo Ltda - ME, CNPJ nº 19.503.834/0001-48, pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

## SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

**RETIFICAÇÃO**

Na Retificação da Portaria nº 351, de 31.10.2019, publicada no DOU nº 19, seção 1, de 28.1.2020, pág. 52. Onde se lê: " Na Portaria nº 351 (...)" leia-se: "Na Portaria nº 356 (...)"

# Ministério da Justiça e Segurança Pública

## SECRETARIA EXECUTIVA

**PORTARIA Nº 115, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto no art. 3º da Portaria nº 675, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União nº 252-D, de 31 de dezembro de 2019, Seção 1, Edição Extra, página 16, resolve:

Art. 1º Delegar a responsabilidade pela realização do concurso público para os cargos de agente federal de execução penal e especialista federal em assistência à execução penal, conforme autorizado pela Portaria nº 675, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, a quem caberá dar cumprimento, devendo editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários, de acordo com as disposições do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA

## POLÍCIA FEDERAL
## DIRETORIA EXECUTIVA
## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

**ALVARÁ Nº 459, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/117216 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO ALPHAVILLE RESIDENCIAL 11, CNPJ nº 59.053.751/0001-19 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3042/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 460, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/118084 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.457.677/0004-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 5/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 461, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/118259 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTER SECURITY SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 66.063.256/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 34/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 462, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/118325 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RECONSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA ARUJÁ LTDA, CNPJ nº 04.869.534/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 26/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 463, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/119042 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa F.A SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.776.460/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 96/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 464, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/119116 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa URUTU SISTEMA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 01.721.355/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 36/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 465, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/119186 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORTH SECURITY SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.042.651/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 37/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 466, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/119294 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa PERITUS ESCOLA DE FORMAÇÃO, EXTENSÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA-EPP, CNPJ nº 25.065.258/0001-05, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
16002 (dezesseis mil e duas) Munições calibre .380
2192 (duas mil e cento e noventa e duas) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38
50000 (cinquenta mil) Estojos calibre 38
13000 (treze mil) Gramas de pólvora
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38
16602 (dezesseis mil e seiscentas e duas) Espoletas calibre .380
16602 (dezesseis mil e seiscentos e dois) Estojos calibre .380
16602 (dezesseis mil e seiscentos e dois) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
50 (cinquenta) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
10 (dez) Granadas fumígenas de sinalização
10 (dez) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
20 (vinte) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
50 (cinquenta) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
20 (vinte) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
100 (cem) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
50 (cinquenta) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
10 (dez) Armas de choque elétrico de contato direto
10 (dez) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
1 (uma) Máquina de recarga calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 467, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/119407 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 11.866.801/0002-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 84/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 468, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/234 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 26.535.662/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 109/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 469, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/421 - DPF/AQA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI SAO CARLOS, CNPJ nº 03.008.173/0001-44 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 470, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/546 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO NOSSA FAZENDA, CNPJ nº 20.462.198/0001-32 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 471, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/900 - DPF/LGE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa JF SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 27.615.896/0001-70, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 473, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/1003 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO CONJUNTO COMERCIAL MARKET PLACE, CNPJ nº 00.102.759/0001-85 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 90/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 474, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/1444 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve: AUTORIZAR a empresa CALDAS SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 26.459.741/0001-29, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser CALDAS SEGURANCA EIRELI

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 475, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/1527 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: AUTORIZAR a empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ Nº 03.492.494/0001-67, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES EIRELI

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 476, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/2062 - DPF/ANS/GO, resolve: AUTORIZAR a empresa DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 16.649.674/0001-51, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser DEFENSIVA FREITAS SEGURANÇA EIRELI

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 477, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/2191 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL ARUJA COUNTRY CLUB, CNPJ nº 74.503.483/0001-83 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 478, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/2377 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa ARASEG ESCOLA DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES EIRELLI, CNPJ nº 31.131.165/0001-26, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
500 (quinhentas) Munições calibre 12
1000 (uma mil) Munições calibre .380
10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 479, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/2409 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO JARDINS GENOVA, CNPJ nº 12.550.979/0001-50 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 480, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/3810 - DPF/GOY/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa ACADEFOR CENTRO ESPECIALIZADO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 32.468.697/0001-16, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5192 (cinco mil e cento e noventa e duas) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Estojos calibre 38
956 (novecentos e cinquenta e seis) Gramas de pólvora
5192 (cinco mil e cento e noventa e dois) Projéteis calibre 38
560 (quinhentos e sessenta) Estojos calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 481, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/3976 - DPF/MOC/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTSEG CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 04.623.946/0001-65, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre .380
25000 (vinte e cinco mil) Espoletas calibre 38
8632 (oito mil e seiscentos e trinta e dois) Gramas de pólvora
25000 (vinte e cinco mil) Projéteis calibre 38
2500 (duas mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
2500 (dois mil e quinhentos) Projéteis calibre .380
2000 (duas mil) Buchas calibre 12
50 (cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12
2000 (duas mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 482, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/3978 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO ACREANO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES CAFV LTDA, CNPJ nº 04.874.832/0001-98, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
700 (setecentas) Munições calibre .380
1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12
12000 (doze mil) Espoletas calibre 38
3110 (três mil e cento e dez) Gramas de pólvora
12000 (doze mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 483, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4050 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa NÓRCIA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 11.393.595/0002-90, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
60 (sessenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 484, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4068 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa AÇÃO TÁTICA ACADEMIA DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES -EIRELI, CNPJ nº 20.067.465/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
19804 (dezenove mil e oitocentas e quatro) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
19804 (dezenove mil e oitocentos e quatro) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Espargidor de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
1 (um) Espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 485, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4310 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PLATOON CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 27.849.788/0001-61, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente T.I.G.E.R.S. FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 08.882.997/0001-62:
3 (três) Revólveres calibre 38
2 (duas) Pistolas calibre .380
1 (uma) Espingarda calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9000 (nove mil) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Gramas de pólvora
9000 (nove mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 486, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4447 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa CANALSEG ESCOLA DE SEGURANÇA EIRELI., CNPJ nº 22.627.257/0001-00, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
11903 (onze mil e novecentas e três) Munições calibre 38
1323 (uma mil e trezentas e vinte e três) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 487, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4589 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização, à empresa FRONTEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 19.666.425/0001-62, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 488, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4645 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa TREINAVIL CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 73.591.851/0002-00, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3714 (três mil e setecentas e quatorze) Munições calibre 12
63019 (sessenta e três mil e dezenove) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre 38
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
63019 (sessenta e três mil e dezenove) Projéteis calibre 38
7738 (sete mil e setecentas e trinta e oito) Espoletas calibre .380
7738 (sete mil e setecentos e trinta e oito) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 489, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4708 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização, à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.457.677/0007-62, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Distrito Federal.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 490, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4730 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0093-53, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
810 (oitocentas e dez) Munições calibre .380
1371 (uma mil e trezentas e setenta e uma) Munições calibre 12
1458 (uma mil e quatrocentas e cinquenta e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 491, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4739 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MALBORK SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 32.649.381/0001-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
100 (cem) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 492, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4750 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0005-28, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 493, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4777 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa A2DPS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 09.412.018/0001-75, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
160 (cento e sessenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 494, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4784 - DPF/JPN/RO, resolve:

Conceder autorização à empresa CIESE CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0002-39, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 495, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4823 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0007-90, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2522 (duas mil e quinhentas e vinte e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 496, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4839 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0009-51, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

276 (duzentas e setenta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 497, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4907 - DPF/CXS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa G&S GARRA ESCOLA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 92.875.558/0001-39, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

792 (setecentas e noventa e duas) Munições calibre .380

432 (quatrocentas e trinta e duas) Munições calibre 12

15000 (quinze mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 498, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4909 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa OLIMPO SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI. - EPP, CNPJ nº 17.141.880/0001-19, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

4 (quatro) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 499, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/4975 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa E.R SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 13.506.821/0001-46, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Pistola calibre .380

45 (quarenta e cinco) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**PORTARIA Nº 3.094, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 32184/2019, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a PROEVI PROTECAO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 58.005.513/0010-66, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83952.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**PORTARIA Nº 3.204, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33289/2019, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a MONTANHA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.516.678/0001-82, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 E 3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2019/88169.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**PORTARIA Nº 3.205, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33290/2019, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a MONTANHA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.516.678/0001-82, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 E 3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2019/88207.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
## COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

**DESPACHOS DE 24 DE JANEIRO DE 2020**

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, publicado no DOU n° 123, de 28/06/2019, Seção 1, p.113, Processo: 08505.009471/2019-22, onde se lê: Imigrante: SIMA MBAYE NIASSE O MPULU, leia-se: Imigrante: SIMAO MPULU Passaporte: N1866067.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, publicado no DOU n° 236, de 06/12/2019, Seção 1, p.107, Processo: 47040.000595/2019-17 onde se lê: Imigrante: ABDOULIE YIRAJAMG, leia-se: Imigrante: ABDOULIE YIRAJANG.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

## COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

**DESPACHOS**

Despacho nº 13793/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): MUHAMMAD YASIR
Processo: 08280.013767/2019-20

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto nos incisos II e III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): ANAS HANI DARWISH AL KHALILI
Processo: 08491.000854/2019-31

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo mínimo previsto em lei, nos termos do Art. 65, inciso II da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 589/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): RAHAF ALDAHHAN
Processo: 08797.000727/2019-06

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente não comprovou residência nos termos do disposto no art. 65, inciso II, c/c 66, inciso II da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 473/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): KAMILIA AKMINASI
Processo: 08385.014602/2018-16

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do Art. 65 da Lei 13.445/2017 e inciso V do Art. 234 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 254/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: RIM HAMIDALLAH
Processo: 08097.000297/2019-10

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, já que a estrangeira não atende as exigências contidas no art. 65, inciso III da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 431/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): EISA ASHOUR EISA ABOUDAIA
Processo: 08389.000128/2020-20

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o recorrente não atende o disposto no art. 70, da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 282/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessada: GERTHA ANNULYSSE DAUPHIN
Processo: 08451.004418/2019-16

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a estrangeira não atende a exigência contida no inciso III, do Artigo 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 11841/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08389.006794/2019-38
Interessado: HASSAN MAHMOUD HAIDAR

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos, nos termos do Art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 253/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: KHALED AL AHDAB
Processo: 08097.001103/2019-95

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, já que o estrangeiro não atende as exigências contidas no art. 65, inciso III da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 235/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): BASSEM RIDA
Processo: 08389.003937/2019-50

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o estrangeiro não atende as exigências contidas no inciso III, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

## COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

### PORTARIA Nº 215, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.066978/2017-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALI JOSE BOSCAN PEREIRA, de nacionalidade venezuelana, filho de Ali Jose Boscan Porra e Maydelen Pereira, nascido em Maracaibo, na República Bolivariana da Venezuela, em 13 de setembro de 1996, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 216, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009830/2016-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ADAMER ALANIA SACRAMENTO, de nacionalidade bahamense, filho de Tomaz Sacramento e Suzana Alania, nascido na Comunidade das Bahamas, em 1º de julho de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 217, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08500.303904/2016-31, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SAMSON MARTINS, de nacionalidade nigeriana, filho de Ganin Kasumu e de Taiwo Martins, nascido em Lagos, na República Federal da Nigéria, em 9 de agosto de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 19 (dezenove) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 218, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.028421/2016-00, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, SANDRA ALBERTO CHIRINDJA, de nacionalidade moçambicana, filha de Gabriel Chirindja e de Benedita Machie, nascida na República de Moçambique, em 26 de outubro de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 219, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.028158/2016-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GUSTAVO ARIEL VERA, de nacionalidade paraguaia, filho de Carlos Gonzales e de Etevilda Vera Moreno, nascido na República do Paraguai, em 19 de junho de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 220, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.010189/2016-45, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AWET KESETE KALAB, de nacionalidade eritreia, filho de Kesete Kaleab Semere e de Mulu Gebru Kebede, nascido no Estado da Eritreia, em 20 de março de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 221, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08500.002988/2015-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JOHANA ANDREA CASTILLO FIGUEROA, de nacionalidade colombiana, filha de Asdrubal Figueroa Patino e de Nohema Figueroa Castro, nascida em Bogotá, República da Colômbia, em 3 de julho de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 222, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000925/2015-68, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANTONIO GARCIA CARTAGENA, de nacionalidade peruana, filho de Antonio Cartagena Quispen e Eunicia Garcia Bustamante, nascido na República do Peru, em 30 de julho de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 223, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003376/2013-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, HECTOR DANILO POSADA GARCERANT, de nacionalidade colombiana, filho de Birrilo Posada e de Clara Posada, nascido na República da Colômbia, em 9 de dezembro de 1949, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 224, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.002496/2013-63, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, PIYADA SAWANGSAENG, de nacionalidade tailandesa, filha de Burin Sawangsaeng e de Kampa Sawangsaeng, nascida no Reino da Tailândia, em 31 de julho de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 225, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.007135/2011-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, OLAF CZARNECKI, de nacionalidade alemã, filho de Karl Heinz Czarnecki e de Renate Czarnecki, nascido na República Federal da Alemanha, em 14 de janeiro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, 5 (cinco) meses e 22 (vinte e dois) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

### PORTARIA Nº 226, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002261/2011-37, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NILO DAGNER DIEZ ARZA, de nacionalidade boliviana, filho de Nilo Diez Flores e de Frida Arza Wuner, nascido em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 16 de maio de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos e 6 (seis) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 227, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017659/2009-64, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EUSEBIO RAMON CRISTALDO GALEANO, de nacionalidade paraguaia, filho de Carlos Cristaldo e de Marta Galeano, nascido em Concepción, na República do Paraguai, em 15 de dezembro de 1964, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 228, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.016585/2006-95, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EMILIANO SERGIO RODRIGUEZ GONZALEZ, de nacionalidade argentina, filho de Ricardo Rodriguez e de Silvia Susano Gonzalez Veron, nascido em Buenos Aires, na República da Argentina, em 28 de agosto de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 229, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.004457/2002-75, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FERNANDO CONTE SUNCAR ou GOMES VICTOR DE SOUZA, de nacionalidade guineense, filho de Antonio Suncar e de Maria Antonia Conte Suncar, nascido na República Guiné-Bissau, em 12 de fevereiro de 1961, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 48 (quarenta e oito) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 230, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.007870/2000-68, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SONE GORDON SAKANG, de nacionalidade camaronesa, filho de Jonas Sone e de Lucy Sone, nascido em Kumba, na República dos Camarões, em 13 de abril de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 231, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008874/2007-00, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, KARLA ANDREA TRUJILLO FUENTES, de nacionalidade chilena, filha de Jaime Trujillo e de Jackeline Fuentes Tapia, nascida na República do Chile, em 9 de abril de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 232, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704005900201512, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a PORTARIA Nº 542, DE 30 DE ABRIL DE 2018, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de MANTJA LESALA, de nacionalidade sul-africana, filha de filha de Michael Lesala e de Evelyn Lesala, nascida na África do Sul, em 5 de julho de 1993, tendo em vista a comprovação de amparo legal pelo art. 55, II, alínea "a", da Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 233, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.027698/1997-73, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR o ato que determinou a expulsão do Território Nacional de JOSEPHE AMECHI MADUEKE ou FELIX DURHAM, de nacionalidade nigeriana, filho de John Okoye Madueke e de Margret Madueke, nascido em Draukwu, na República Federal da Nigéria, em 14 de janeiro de 1966, consubstanciado pelo Decreto Presidencial de 15.6.1998, nos termos do Art. 55, II, alínea ''a'', da Lei 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 234, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.020736/2018-43, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, NESTOR MURIEL LOPEZ, de nacionalidade peruana, filho de Samuel Muriel Quispe e de Maria Jesus Lopez Velasquez, nascido na República do Peru, em 22 de abril de 1993, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 235, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.000549/2018-54, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MARTIM ANIBAL FLEITAS MATIAUDA, denacionalidade paraguaia, filho de Reinaldo Fleitas Arce e de Maria Gloria Matiauda, nascido em Assunção, República do Paraguai, em 1º de dezembro de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 236, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.003018/2016-31, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, BETSABETH MILAGROS PEREZ BARRIGA, de nacionalidade peruana, filha de Juan Perez Saenz e de Mercedes Barriga Cabello, nascida na República do Peru, em 11 de abril de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 237, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000193/2015-14, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ARLET NUNES ANTONIO BARROSO, de nacionalidade moçambicana, filha de Nunes Antonio Barroso e de Regina Cossa, nascida na República de Moçambique, em 23 de agosto de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 238, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.011794/2014-25, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ISDORE CHINONSO IZURUM, de nacionalidade nigeriana, filho de Colluba Izurum e de Christana Uzurum, nascido na República Federal da Nigéria, em 1º de junho de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, 6 (seis) meses e 16 (dezesseis) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 239, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08099.000312/2008-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHARLEEN JOY EZEDU, de nacionalidade sul-africana, filha de Charles Jacobus e Catherine Jacobus, na República da África do Sul, em 26 de março de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 240, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.001558/2006-18, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, YAMILE BONILLA PULIDO, de nacionalidade colombiana, filha de Ildefonso Bonilla e de Ignez Pulido, nascida em Valparaíso, na República da Colômbia, em 14 de dezembro de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 21 (vinte e um) anos, 3 (três) meses e 2 (dois) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 241, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.016984/2005-75, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HASSAN OMARY LUKANGA, de nacionalidade tanzaniana, filho de Omary Lukanga e de Fatuma Abdallah, nascido em Dar-Es-Salaam, na República Unida da Tanzânia, em 6 de maio de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 242, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.008524/2004-92, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, SILVANA EGOAVIL CACHAY, de nacionalidade peruana, filha de Pedro Egoavil e de Tula Cachay, nascida em San Martin, República do Peru, em 14 de março de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 16 (dezesseis) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 243. DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANTONIA GERALDA DOS REIS SILVA - W194751-P, natural de Portugal, nascida em 19 de dezembro de 1949, filha de Antonio Reis Silva e de Ana Julia Ramos, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.011610/2019-88);

FOMBAYK DOLLEY - V178146-5, natural da Liberia, nascido em 29 de novembro de 1968, filho de Kalifa Dolley e de Kanifing Dolley, residente no Estado do Espírito Santo (Processo n° 08286.000579/2019-81) e

SILVIA RUTH PENALOZA DIEZ - W041452-D, natural da Bolívia, nascida em 20 de junho de 1951, filha de Victor Penaloza e de Raquel Chavez Penaloza, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.012197/2019-51).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 244, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADIL RIAZ - G394807-R, natural do Paquistão, nascido em 23 de outubro de 1991, filho de Muhammad Asif e de Rehana Bibi, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08794.002637/2019-71);

ALEXANDRE FONA CA - G452424-X, natural de Guiné-Bissau, nascido em 13 de fevereiro de 1983, filho de Domingos Ca e de Eva Ca, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.019023/2019-37);

ANA CRISTINA RODRIGUES ALMEIDA - G433454-V, natural de Cabo Verde, nascida em 08 de fevereiro de 1982, filha de Inacio Lopes de Almeida e de Arminda Sanches Rodrigues, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.019503/2019-06);

AHMET INANC ICEN - V781072-W, natural da Turquia, nascido em 06 de janeiro de 1990, filho de Fevzi Icen e de Zisan Icen, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.020950/2019-08);

BERNARDA CASSINDA DIANGO CAETANO - G220996-U, natural da Angola, nascida em 20 de agosto de 1990, filha de Cristiano Diango e de Luciana Cassinda, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.021343/2019-57);

BUKAKA MONA ANTONIO - G455406-K, natural da Angola, nascido em 08 de julho de 1979, filho de Bukaka Carlos e de Tulomba Maria, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.021516/2019-37);

CADIJATU DJALO - V569297-V, natural de Guiné-Bissau, nascida em 30 de outubro de 1988, filha de Mamadu Aliu Djalo e de Emilia da Silva, residente no Estado do Maranhão (Processo n° 08310.006237/2019-21);

CHRISTIAN MBOLO - G147552-Q, natural do Congo, nascido em 03 de fevereiro de 1996, filho de Gaspard Mabuya e de Marie Thereze, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.011379/2019-22);

CHRISTIAN SAKAJI KANGA - G172672-N, natural do Congo, nascido em 03 de dezembro de 1989, filho de Joseph Kanga Kalenga e de Gelatride Ngwej Ikomba, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.019345/2019-86);

GERARDO WLADIMIR GOMEZ BENAVIDES - G405172-C, natural da Venezuela, nascido em 16 de agosto de 1991, filho de Jose Gregorio Gomez Ramirez e de Yanin Violeta Benavides de Gomez, residente no Estado de Roraima (Processo n° 08485.028749/2019-46);

HAYAT HOUBBI - G202293-T, natural da Síria, nascida em 01 de janeiro de 1994, filha de Khaled Houbbi e de Manal Albacha, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.025435/2019-14);

INFAMARA CAUARA - G448793-F, natural de Guiné-Bissau, nascido em 05 de maio de 1967, filho de Bisente Cauara e de Carfa Mane, residente no Estado de Sã Paulo (Processo n° 08505.020986/2019-83);

ISSUFI SAMBI - G450711-3, natural de Guiné-Bissau, nascido em 11 de fevereiro de 1987, filho de Ansumane Sambi e de Silvina Lopes, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.020329/2019-36);

JOSE LUIS CASTILLO ROJAS - V970821-E, natural de Cuba, nascido em 04 de fevereiro de 1964, filho de Juan Castillo Diaz e de Maria Elena Rojas Rojas, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08491.001988/2019-70);

JULIA NTANGU CARLOS - G265875-U, natural da Angola, nascida em 28 de agosto de 1978, filha de João Francisco Ntangu e de Josefina Kimbolo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.021605/2019-83);

LILIANNA ANTUNEZ GONZALEZ CUTRIM - G480506-N, natural de Cuba, nascida em 22 de fevereiro de 1988, filha de Rolando Antunez Coca e de Migdalia Gonzalez Elias, residente no Estado do Maranhão (Processo n° 08310.006976/2019-12);

LUIS IDRISSA CUL - G305428-A, natural de Guiné-Bissau, nascido em 01 de agosto de 1990, filho de Cul Na Bidém e de Alapas Na Bitum, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08125.002014/2019-81);

MOHAMAD HOUBBI - G168488-T, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 2000, filho de Khaled Houbbi e de Manal Albacha, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.021496/2019-02);

NURBEIS EVALIER VINAJERA - G312828-3, natural de Cuba, nascida em 30 de maio de 1989, filha de Ernesto Evalier Martinez e de Cristina Vinajera Garcia, residente no Estado do Maranhão (Processo n° 08310.000049/2020-22);

OSVALDO COSTA RIBEIRO - G454614-I, natural de Guiné-Bissau, nascido em 04 de abril de 1989, filho de João Costa Ribeiro e de Sabado Sa,residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.021028/2019-20);

PAOLA PATRICIA INZA BLANCO BORGES - Z415802-W, natural da Bolívia, nascida em 14 de janeiro de 1989, filha de Juan Pablo Inza Alarcon e de Patricia Blanco Rojas de Inza, residente no Estado do Mato Grosso (Processo n° 08320.009112/2019-33);

SULPECIA MAXIMIANA ARMANDO DA COSTA - V566008-5, natural de Guiné-Bissau, nascida em 29 de maio de 1986, filho de Armando Alfredo da Costa e de Maria Paula Ramos, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024859/2019-53);

WANG YUNG TSAI - W029909-3, natural da China, nascido em 23 de dezembro de 1965, filho de Gilberto Kwang Ying Wang e de Wang Chiang Pi Lien, residente no Estado do Maranhão (Processo n° 08310.000130/2020-11) e

YULANA ODESSA MURPHY - G171560-2, natural da República Guiana, nascida em 24 de março de 1994, filho de Randolph Murphy e de Shawndell Niles, residente no Estado de Roraima (Processo n° 08485.029659/2019-72).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

**PORTARIA Nº 245, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

DIORSENKA SIMON - V974171-7, natural do Haiti, nascida em 22 de junho de 2011, filha de Renel Simon e de Victolene Benoit Simon, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08089.000164/2019-34).

ALEXANDRE RABELO PATURY

**DESPACHO Nº 10/2020**

Despacho nº 10/2020/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Expulsão de Estrangeiro
Interessado(a): MADUKA GEOFFREY UGWUDINDU
Processo nº 08505028378201674

O Coordenador de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, nos termos da fundamentação (10846378).

ALEXANDRE RABELO PATURY

**DESPACHOS**

Despacho nº 656/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: GONCALVES FERNANDO DA SILVA
Processo: 08505.021612/2019-85

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no art. 65, inciso II c/c com art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 642/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JOSEPH JOHNSON JEAN LOUIS
Processo: 08451.003283/2019-63

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigências, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 669/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: VLADIMIR DOMINGUEZ RODRIGUEZ
Processo: 08256.002907/2018-51

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigências, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 717/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: ALFUCENE DAFE
Processo: 08505.021068/2019-71

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende ao requisito contido no Inciso II, do Art. 65, da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 710/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: INACIANA CARLOS NUNES
Processo: 08320.008109/2017-31

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista a não comprovação do requisito da residência contínua previsto no Art. 65, inciso II c/c 66, inciso II da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 698/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: XIOMARA HINOJOSA FURONES
Processo: 08351.000138/2020-92

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou residência em território nacional pelo prazo mínimo legal, contrariando o disposto no artigo 65, inciso II c/c o artigo 66, inciso III da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 693/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: JUAN ESTEBAN SANCHEZ GALVIS
Processo: 08352.003360/2019-01

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SNJ Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui capacidade civil, nos termos do inciso I, do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 682/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ACACIA CARLOTA SALABIAKU FATAKI
Processo: 08460.006138/2019-25

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 695/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: BASEL MOHAISEN
Processo: 08460.004616/2019-62

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

ALEXANDRE RABELO PATURY

## DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

### DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome de Julio Siuna Queniasla, incluído na Portaria nº 169, de 22 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de janeiro de 2020, é JULIO SIUNA QUEMASLA e não como constou. 08385.019676/2019-20

Declara que a correta grafia do nome da genitora de BARBARA ISELY BERLANGA VIGAUD, incluída na Portaria nº 204, de 24 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2020, é MARTA VICTORIA VIGAUD PILOTO e não como constou. 08310.006808/2019-27.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

### DESPACHO Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 08700.001486/2017-74
Tipo de Processo: CADE ex officio
Representante: SDE ex officio
Representados: Faurecia Emissions Control Technologies do Brasil S.A., Magneti Marelli Sistemas Automotivos Indústria e Comércio Ltda., Tenneco Brasil Ltda., Caetano Piragine Zafra, Carlos Eduardo Sambinelli, Fernando Petrolino, Guillermo Luis Minuzzi, Juliano Alves Lindo, Manoel Ribeiro da Silva, Rafael Rampazzo, Renata Luci Durante, Roberto Carelli, Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.
Advogados: Lauro Celidônio, Barbara Rosenberg, Mariana Tavares de Araujo, Bruno de Luca Drago, Enrico Gutierres Lourenço, Hermes Nereu Cardoso Oliveira, Cláudio Felippe Zalaf, Felipe Schmidt Zalaf, Fábio Martins Bonilha Curi, Vitor Augusto Ceribino Pereira e outros.
Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

Tendo em vista instrução realizada por este gabinete no processo a partir de ofício encaminhado à Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. em 26/12/2019 (SEI 0699858), bem como a apresentação de manifestação e documentos a ele pertinentes (SEI 0708340), determino a intimação dos Representados para que, querendo, apresentem alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da data de publicação do presente Despacho, nos termos do art. 76, parágrafo único, da Lei nº 12.529/2011 e do art. 158 do Regimento Interno do CADE..

SÉRGIO COSTA RAVAGNANI
Conselheiro

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

### DESPACHO Nº 90, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Ato de Concentração nº 08700.000136/2020-96. Requerentes: Joint Stock Company United Chemical Company Uralchem e Public Joint Stock Company Uralkali. Advogadas: Cristianne Saccab Zarzur e Gláucia Gomes Menato. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

### DESPACHO Nº 95, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Ato de Concentração nº 08700.006163/2019-39. Requerentes: Telefônica Brasil S.A. e TIM S.A. Advogados: Leonor Cordovil, Beatriz Cravo, Lívia Melo, Cristianne Zarzur, Marcos Garrido e Marina Chakmati. Acolho a Nota Técnica nº 1/2020/CGAA5/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na nota técnica citada, decido pelo deferimento do pedido de intervenção como terceiro interessado da Claro S.A. (representada por Barbara Rosenberg, Sandra Terepins, Camila Paoletti e Lea Jenner de Faria).

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

# Ministério do Meio Ambiente

## INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

### PORTARIA Nº 244, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, nomeado pelo Decreto de 09 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria Ibama nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 02002.000033/2020-17;, resolve:

Art. 1º Delegar competência à Superintendente do Ibama no Estado do Acre, e em seus impedimentos, a seu substituto legal, para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor, realizar o recebimento do veículo Renault Duster Dynamique 2.0, ano/modelo 2016/2017, cor Branca, Chassi 93YHSR3JAHJ475994, doado pelo Tribunal de Contas da União ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, mediante assinatura do respectivo Documento Único de Transferência - DUT e do Termo de Doação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA Nº 69, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a não sujeição dos atos públicos de liberação de atividade econômica, no âmbito do ICMBio, à aprovação tácita prevista na Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019. (Processo nº. 02070.000145/2020-64)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 1.690/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União Edição Extra de 30 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Não se aplica, aos atos públicos de liberação de atividade econômica no âmbito desta autarquia, a aprovação tácita prevista no art. 3º, IX, da Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019 e no art. 10 do Decreto n.º 10.178, de 18 de dezembro de 2019, em virtude do entendimento quanto ao disposto no art. 3º, §12, da Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, com a redação dada pela Medida Provisória nº 915, de 27 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA

# Ministério de Minas e Energia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 23, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação da Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA como representante da União para avaliar os Volumes Excedentes aos Contratados em Cessão Onerosa das áreas de Atapu e Sépia e a negociação com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras sobre essa avaliação e sobre o cálculo dos valores da Compensação pela Licitação dos Volumes Excedentes.

A MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, no art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na Resolução CNPE nº 2, de 28 de fevereiro 2019, na Resolução CNPE nº 6, de 17 de abril de 2019, na Portaria MME nº 213, de 23 de abril de 2019, na Portaria MME nº 265, de 21 de junho de 2019, no Acórdão TCU nº 2.430/2019 Plenário, de 23 de outubro de 2019, e o que consta do Processo nº 48380.000021/2020-86, resolve:

Art. 1º Para os fins desta Portaria, consideram-se, além das definições contidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na Lei nº 12.351/2010, na Portaria MME nº 265/2019, no Contrato de Cessão Onerosa e no modelo de Contrato de Partilha de Produção dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, as seguintes:

I - Partes: significa, individualmente, a Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA ou a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Coletivamente, a PPSA e a Petrobras;

II - Estratégia de Desenvolvimento: significa a definição do número e localização de sistemas de produção e, para cada um deles, a data de início de produção, o número, características e cronograma de perfuração e completação de poços produtores e injetores, características das unidades de produção e dos sistemas de coleta e escoamento, e cronograma de entrada de poços, entre outras especificidades;

III - Volumes Excedentes aos Contratados em Cessão Onerosa: significa, para as áreas de Atapu e Sépia, o volume recuperável de petróleo equivalente que excede o volume contratado em regime de Cessão Onerosa; e

IV - Volume Recuperável: corresponde à estimativa, com base na Estratégia de Desenvolvimento definida, da produção acumulada total prevista de petróleo equivalente, considerando o corte econômico e o limite do contrato.

Art. 2º A Cessionária deverá compartilhar com a PPSA os dados e informações necessários para a definição dos valores das Participações e Compensação, que serão objeto de obrigação de confidencialidade a ser estabelecida em acordo específico.

§ 1º As Partes deverão acordar um Plano de Trabalho especificando os dados e informações necessários, a forma de compartilhamento, as reuniões técnicas de "data room" e o respectivo cronograma para essas atividades.

§ 2º Com base nos dados compartilhados, as Partes realizarão estudos para definir a Estratégia de Desenvolvimento da futura Área Coparticipada.

Art. 3º A PPSA é a representante da União para a avaliação e posterior negociação com a Cessionária a respeito dos Volumes Excedentes aos Contratados em Cessão Onerosa, nos campos de Atapu e Sépia, visando estabelecer:

I - as Participações nas futuras Áreas Coparticipadas; e

II - o valor da Compensação a ser paga pelos futuros Contratados em regime de Partilha de Produção à Cessionária, como contrapartida à aquisição parcial dos ativos das áreas em questão.

Art. 4º As Partes deverão chegar a um acordo em relação às Participações da União e da Cessionária nas áreas de Atapu e Sépia.

§ 1º Para o cálculo das Participações da União e da Cessionária será utilizada a proporção entre o Volume Excedente ao Contratado em Cessão Onerosa e o Volume Recuperável de hidrocarbonetos em petróleo equivalente das futuras Áreas Coparticipadas nos campos de Atapu e Sépia.

§ 2º Caso as Partes não submetam à avaliação e aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP laudo que ateste a equivalência energética entre os volumes de Petróleo e de Gás Natural, será utilizada a relação de 1 $m^3$ Equivalente de Petróleo para 1.000 $m^3$ de Gás Natural, medidos sob as condições de referência de 20°C de temperatura e 0,101325 MPa de pressão.

§ 3º A cada trinta dias, as Partes se reunirão presencialmente com a ANP e o Ministério de Minas e Energia para informar a evolução das negociações e apresentar os estudos, inclusive no que diz respeito aos dados, informações, interpretações e modelos estático e dinâmico de Reservatórios.

§ 4º As Participações acordadas entre as Partes deverão ser submetidas à avaliação e aprovação da ANP, que poderá solicitar alterações ou informações adicionais.

Art. 5º As Partes deverão efetuar o cálculo da Compensação devida à Cessionária pelo futuro Contratado em regime de Partilha de Produção, como contrapartida à aquisição parcial dos ativos da Cessionária nas áreas de Atapu e Sépia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA

**DESPACHO DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Processo DNPM nº 48415.846049/2004-06. Interessada: Desmontec Serviços Técnicos de Mineração Ltda. Assunto: Recurso Administrativo com Pedido de Reconsideração interposto com suporte no art. 59 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 31 de outubro de 2019, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 11/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 67/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 68/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA
Ministra
Substituta

**DESPACHO DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 48403.832528/2005. Interessada: Mineração Thomazini Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com fulcro no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão da Senhora Secretária-Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 21 de outubro de 2019, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 361/2019/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1596/2019/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1598/2019/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA
Ministra
Substituta

## SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

**RETIFICAÇÃO**

No extrato resumido de 19 de junho de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 118, Seção 1, página 42, em 21 de junho de 2019, que trata da Fase de Requerimento de Lavra onde se lê: "48410.800117/1995 - Portaria Nº 88/SGM - M. L. H. Vidal Mineração ME - Granito - Banabuiú - Ceará - 361,01 hectares", leia-se: "48410.800117/1995 - Portaria Nº 88/SGM - M. L. H. Vidal Mineração ME - Granito - Banabuiú - Ceará - 361,01 hectares" (Englobamento dos processos 800.158/2000 e 800.053/2003). (Cód. 1.786)

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

**PORTARIA Nº 38, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.000176/2020-99. Interessada: Central Eólica Monte Verde VI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.199.538/0001-09. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Monte Verde VI, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.RN.040585-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.462, de 17 de dezembro de 2019, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 39, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.000175/2020-44. Interessada: Central Eólica Boqueirão II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.232.196/0001-73. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Boqueirão II, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.RN.040818-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.461, de 17 de dezembro de 2019, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 40, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.000173/2020-55. Interessada: Central Eólica Boqueirão I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.252.889/0001-28. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Boqueirão I, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.RN.040816-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.460, de 17 de dezembro de 2019, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 41, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.006554/2019-24. Interessada: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, inscrita no CNPJ sob o nº 00.357.038/0001-16. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.348, de 5 de novembro de 2019, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 42, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.007112/2019-03. Interessada: Sol do Sertão OB III Energia Solar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.512.705/0001-11. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sol do Sertão XXXV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.032049-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.001, de 23 de julho de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 43, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.007106/2019-48. Interessada: Sol do Sertão OB I Energia Solar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.533.486/0001-57. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sol do Sertão XXXVI, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.032067-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.002, de 23 de julho de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 44, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.007107/2019-92. Interessada: Sol do Sertão OB II Energia Solar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.534.389/0001-89. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sol do Sertão XII, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.032050-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.999, de 23 de julho de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 45, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.007098/2019-30. Interessada: Sol do Sertão OB II Energia Solar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.534.389/0001-89. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sol do Sertão VIII, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.032066-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.996, de 23 de julho de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 46, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.007081/2019-82. Interessada: Sol do Sertão OB III Energia Solar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.512.705/0001-11. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sol do Sertão XIV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.032065-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.000, de 23 de julho de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

**PORTARIA Nº 47, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.007082/2019-27. Interessada: Sol do Sertão OB III Energia Solar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.512.705/0001-11. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sol do Sertão XIII, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.032052-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.997, de 23 de julho de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 148, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº: 48500.005703/2018-57. Interessado: Videolar-Innova S.A. Decisão: alterar as instalações de interesse restrito da UTE CGVE Innova, CEG UTE.FL.RS.040886-7.01, outorgada por meio da REA n° 8.011/2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 151, DE 22 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 48500.006228/2012-41. Interessada: Hidrelétrica Sens Ltda. Decisão: (i) aprovar os Estudos de Inventário do rio São Bento e seus afluentes Santo Antônio e Salto Veloso, localizado na sub-bacia 72, bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, no estado de Santa Catarina; e (ii) determinar que a Interessada poderá exercer o direito de preferência preconizado na Resolução ANEEL nº 672, de 4 de agosto de 2015, referente ao aproveitamento PCH Primeira, observado o prazo de 60 (sessenta) dias da publicação deste Despacho para solicitação do DRI e demais condições especificadas na Resolução Normativa nº 673/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 164, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº: 48500.003341/2014-36. Interessadas: Minas PCH S.A. e Guerra Lage Engenheiros Associados Ltda. Decisão: prorrogar, por 3 (três) anos, contados a partir de 20 de janeiro de 2020, a vigência do Registro de Adequabilidade aos Estudos de inventário e ao Uso do Potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Balsa da Cachoeira (PCH.PH.MG.037199-8.01), objeto do Despacho nº 166, de 18 de janeiro de 2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 166, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº: 48500.001754/2001-72. Interessado: Westrock, Celulose, Papel e Embalagens Ltda. Decisão: (i) registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Rigesa, CEG UTE.FL.SC.027395-3.01, localizada no município de Três Barras, estado de Santa Catarina, a fim de alterar para 79.193 kW sua potência instalada; e (ii) registrar a alteração da razão social da Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens Ltda. para Westrock, Celulose, Papel e Embalagens Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.989.050/0001-81. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 169, DE 24 DE JANEIRO DE 2020**

Processos nº 48500.001473/2014-23, 48500.001468/2014-11, 48500.002833/2015-95, e 48500.002869/2015-79. Interessados: Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A., Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A., Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A., e Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S.A. Decisão: ratificar a localização dos municípios das seguintes Centrais Geradoras Eólicas: EOL Ventos da Bahia XIII, Iraquara/BA; Ventos da Bahia XIV, Iraquara e Souto Soares/BA; Ventos da Bahia XXIII, Souto Soares/BA e Ventos da Bahia XXVII, Mulungu do Morro e Souto Soares/BA, constantes dos Despachos nº 2.087, 2.088, 2.085 e 2.086, de 30 de julho de 2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 187, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 48500.006297/2019-21. Interessado: IDEC Empreendimentos Hidrelétricos Ltda. Decisão: (i) conferir o Registro para realização dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica referentes à UHE JUI-008, cadastrada sob o CEG: UHE.PH.MT.046695-6.01, com potência instalada de 73.000 kW, localizada no rio Juína, no estado de Mato Grosso; e (ii) estabelecer que os mencionados estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até o dia 27/1/2022. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

**DESPACHO Nº 147, DE 22 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº: 48500. 003433/2019-21. Interessado: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Decisão: estabelecer o valor devido pela elaboração do relatório R5 relativo ao estudo R1 EPE-DEE-RE-011/2017-rev0, a ser utilizado no Leilão de Transmissão, no montante de R$ 31.186,25 referidos a dezembro de 2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Superintendente Adjunto

**DESPACHO Nº 188, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº: 48500. 003433/2019-21. Interessado: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Decisão: estabelecer o valor devido pela elaboração da atualização do relatório R5 relativa ao estudo R1 EPE-DEE-RE-105/2015-rev1, a ser utilizado no Leilão de Transmissão, no montante de R$ 51.017,93 referidos a dezembro de 2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 191, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 48500.002506/2014-52. Interessados: Caititu 3 Energia S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir do dia 29 de janeiro de 2020. Usina: EOL Caititu 3. Unidades Geradoras: UG1 a UG5, de 2.000 kW cada, totalizando 10.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pindaí, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

**DESPACHO Nº 192, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Processo nº 48500.000169/2019-73. Interessados: Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir do dia 29 de janeiro de 2020. Usina: EOL Vila Rio Grande do Norte I. Unidades Geradoras: UG03 e UG04, de 4.200 kW cada, totalizando 8.400 kW. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

## AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

**DESPACHO**
Relação nº 24/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

259/2020-850.512/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
260/2020-850.493/2019-C DE OLIVEIRA CORDEIRO EIRELI-
261/2020-850.660/2019-G.R.FROTA EIRELI-
262/2020-850.664/2019-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
263/2020-850.714/2019-MINERADORA VALE DO RIO TABOCÃO LTDA-
264/2020-850.715/2019-MINERADORA VALE DO RIO TABOCÃO LTDA-
265/2020-850.716/2019-MINERADORA VALE DO RIO TABOCÃO LTDA-
266/2020-850.717/2019-MINERADORA VALE DO RIO TABOCÃO LTDA-
267/2020-850.718/2019-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
268/2020-850.885/2019-ANDRE LUIS FONSECA FONTANA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DESPACHO**
Relação nº 9/2020

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

831.549/2015-MINERAÇÃO AREADO ABAETÉ LTDA- Área de 968,99 ha para 631,64 ha-Diamante-Carmo do Paranaíba e Tiros/MG

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de pesquisa(317)

830.182/2003-MINERÇÃO CEDRENSE LTDA-Água Potável de Mesa-Santana do Riacho/MG

834.172/2008-LIGA FORTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME-Areia (construção civil)-Itapagipe/MG

834.174/2008-LIGA FORTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME-Areia (construção civil)-Itapagipe/MG

834.175/2008-LIGA FORTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME-Areia (construção civil)-Itapagipe/MG

831.812/2015-CGM COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA-Granito-Santa Rita de Caldas/MG

832.286/2016-IRMÃOS MOTA MINERAÇÃO LTDA-Areia e Argila-Piranguinho/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 10/2020

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

830.406/2018-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME- Alvará n°6666/2018 - Cessionario:832.336/2018-REMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.612.117/0001-78

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

830.268/2001-EDUARDO MARIANELLI- Cessionário:F2 EXTRAÇÃO E TRANSPORTES LTDA- CPF ou CNPJ 07.812.916/0001-95- Alvará n°3308/2001

832.776/2006-CENTAURUS PESQUISA MINERAL LTDA- Cessionário:R3M MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.543.700/0001-16- Alvará n°12.932/2011

833.185/2006-CENTAURUS PESQUISA MINERAL LTDA- Cessionário:R3M MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.543.700/0001-16- Alvará n°3474/2013

833.358/2006-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA- Cessionário:AKAIA MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 02.180.306/0001-00- Alvará n°6086/2009

831.772/2012-FLÁVIO GRISI- Cessionário:MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA- CPF ou CNPJ 15.792.276/0001-27- Alvará n°418/2014

832.688/2012-AMORIM AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA- Cessionário:GRANITOS ROCHA BRANCA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 17.556.702/0001-59- Alvará n°8250/2012

833.341/2013-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:R3M MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.543.700/0001-16- Alvará n°6936/2018

832.183/2014-CENTAURUS PESQUISA MINERAL LTDA- Cessionário:R3M MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.543.700/0001-16- Alvará n°11950/2014

832.286/2016-IRMÃOS MOTA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:CONSTRU EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIAS LTDA- CPF ou CNPJ 34.610.662/0001-03- Alvará n°12235/2016

832.381/2018-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA- Cessionário:AKAIA MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 02.180.306/0001-00- Alvará n°3441/2019

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.238/2004-BARREIRO E TRANSPORTADORA R & K LTDA ME-OF. N°30/2019-SECOR-MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
833.380/2011-RICARDO DA SILVA DIAS- n° 693/2012 - Cessionário: TERRA MINAS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA EPP- CNPJ 07.836.127/0001-94
831.229/2012-ROBERTO MOREIRA DE CARVALHO- n° 6692/2012 - Cessionário: ROBERTO MOREIRA DE CARVALHO ME- CNPJ 20.792.115/0001-73
833.634/2013-RAFAEL CORDEIRO DE MELO- n° 16253/2010 - Cessionário: JOÃO CELESTINO DE MELO ME- CNPJ 03.265.230/0001-70

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do direito de requerer a lavra(2261)
831.796/1984-VALE FERTILIZANTES SA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 11/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.427/2014-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°45/2020/DIREM-MG/GER-MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.479/2014-R & M MINERACAO LTDA-OF. N°3504/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
832.881/2014-TERRA MINAS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA EPP-AI N°102/2020/GER-MG/UAPC-MG

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.296/1996-JMN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°27/2020/DFMIM - MG/GER-MG
831.492/1999-MINERAÇÃO MORRINHOS LTDA-OF. N°32/2020- DFMNM - MG-GER-MG
832.747/2003-PRATINHA TRANSPORTES, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA .-OF. N°26/2020/DFMIM-MG/GER-MG
831.898/2014-CAVI MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°5/2020/UAPC-MG/GER-MG

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
005.839/1949-IRMÃOS RAFFAELLI MINERADORA LTDA. ME-Arrendatária:Mineradora Serrana Ltda - Fonte :São Clemente - Marca:Jacutinga Saúde - Volumetria:510 mL e 1,5L( sem gás);510 mL (com gás) - Marca:Cristalina - Volumetria:510 mL (com gás) - Marca:Atlântica - Volumetria:510 mL (com gás) - Marca:Minaura - Volumetria:510 mL ( com gás)- JACUTINGA/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.691/1971-EMICON MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.- AI N° 105,106 e 107/2020/GER-MG/DISBM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
043.306/1956-CSN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°28/2020/DFMIM-MG/GER-MG
830.300/1983-FRUTTY REFRIGERANTES LTDA.-OF. N°34/2020- DFMNM - MG/GER-MG
831.394/1987-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°4/2020/UAPC-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS AÇÃO EMERGENCIAL(2072)
043.306/1956-CSN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°53/2020/DISBM-MG/GER-MG- No prazo de 30 dias
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
930.021/2004-VALE S A-OF. N°12/2020/DISBM-MG/GER-MG

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.358/2008-CERÂMICA FORTE LTDA-OF. N°33/2020- DFMNM - MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação(920)
832.156/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO- Registro de Extração N°1/2020 de 16/01/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.971/2018-HENRIQUE CARDOSO DE CARVALHO ME-OF. N°234/2019-DFMNM - MG/GER-MG
830.572/2019-MOACIR MOREIRA JÚNIOR ME-OF. N°230/2019/DFMNM-MG/GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 12/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.634/2017-EBER LAUDARES DE OLIVEIRA -Alvará N°1522/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.895/2017-USIBRITA PEDREIRA&COMERCIO EIRELI ME
830.892/2018-TELHAS SALINAS PRODUTOS CERÂMICOS LTDA.
830.976/2018-DRAGA CRIS LTDA
830.531/2019-EXTRAÇÃO DE AREIA CAPARAÓ LTDA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 13/2020

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.269/2005-ADÃO JOSÉ FERREIRA-OF. N°35/2020/DFMNM - MG/GER-MG
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.269/2005-ADÃO JOSÉ FERREIRA-PERDIGÃO/MG, ARAÚJOS/MG - Guia n° 254/DIREM-MG/2019-49.500 t/ano-Areia- Validade:36 MES(ES)

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
830.302/2009-GMB MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°16/2020-DIREM-MG/GER-MG
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
830.302/2009-GMB MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-ALVINÓPOLIS/MG, SANTA BÁRBARA/MG - Guia n° 22/DIREM-MG/2020-20.000 t/ano-Areia- Validade:36 MES(ES)
830.685/2014-AREAL PEIXOTO LTDA ME-CARATINGA/MG, SANTANA DO PARAÍSO/MG - Guia n° 24/DIREM-MG/2020-33.240 t/ano-Areia- Validade:36 MES(ES)

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 14/2020

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
832.358/2008-CERÂMICA FORTE LTDA- Registro de Licença N° 3538/2010-Onde se lê:'' com validade até 02/10/2017...'' Leia-se:'' com validade até 02/10/2013..''

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Retificação de despacho(2250)
830.302/2009-GMB MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA - Publicado DOU de 10/09/2019, Relação n° 263/2019, Seção 1, pág. - Onde se lê:''...Aprova o relatório de pesquisa com redução de área - 830.302/2009 - GMB MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - Área de 834,47 ha para 48,33 ha - Areia - Alvinópolis e Santa Bárbara/MG - Leia-se:''...Aprova o relatório de pesquisa co mredução de área - 830.302/2009 - Gmb Mineração e Comércio Ltda - Área de 834,47 ha para 599,44 ha - Areia/Esteatito - Alvinópolis e Santa Bárbara/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 15/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.446/2012-VDL PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°470/2019/DIREM - MG/GER - MG
831.493/2012-RUBY RED DO BRASIL MINERAÇÃO, COM. E IND. LTDA-OF. N°471/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.048/2012-PLEIADES MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°469/2019/DIREM - MG/GER - MG
834.181/2012-MELQUIZEDEQUE GALINARI-OF. N°458/2019/DIREM - MG/GER - MG
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.252/2018-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(2194)
832.458/2014-XTZ MINERIUM LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.390/2010-RIBEIRÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°501/2019/DIREM - MG/GER - MG
Despacho publicado(256)
830.074/2005-MINERAÇÃO DE FELDSPATO ANDRADENSE LTDA.-Indefere Relatório Final de Pesquisa tempestivo, por não cumprimento de exigência.
830.102/2005-VANDER LUCIO SILVA-Indefere Relatório Final de Pesquisa tempestivo, por não cumprimento de exigência.
831.569/2018-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 494/2019/DIREM - MG/GER - MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.268/2007-LEMOS SOARES MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 322,7 ha para 49,74 ha-AREIA-Carmo do Cajuru/Cáudio/MG
832.880/2015-MARIA APARECIDA VILELA VALIAS DE PAIVA- Área de 868,59 ha para 475,38 ha-Calcário (uso industrial, construção civil, corretivo de solos)-Buritis/MG
832.882/2015-MARIA APARECIDA VILELA VALIAS DE PAIVA- Área de 942,77 ha para 758,45 ha-Calcário (uso industrial, construção civil, corretivo de solos).-Buritis/MG
830.106/2017-GERMANO BATISTA ME- Área de 71,44 ha para 36,81 ha-Argila (uso industrial e cerâmica vermelha)-Campos Altos/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
834.699/2007-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.
833.106/2015-ROGÉRIO MOREIRA VIEIRA
830.567/2016-HELENA MARIA CARVALHO VIANNA DA COSTA
830.568/2016-HELENA MARIA CARVALHO VIANNA DA COSTA
830.569/2016-HELENA MARIA CARVALHO VIANNA DA COSTA
830.584/2016-DUNA MINERAÇÃO LTDA
831.120/2016-FALCON METAIS LTDA
832.143/2016-PATRÍCIA DE CARVALHO ABREU FRANCO
832.520/2016-MARCA INTERMEDIAÇÕES EM NEGOCIOS LTDA ME
830.391/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.519/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.520/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.521/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.522/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.523/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.524/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.525/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.526/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.527/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.528/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.529/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.530/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.531/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.532/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.533/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.534/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.883/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.
830.885/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
832.219/2001-COOPERATIVA DOS MINERADORES AMBIENTALISTAS DE MINAS GERAIS COOPERMAMG-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.844/1998-VALE S A-OF. N°93/2019/DFMIM - MG/GER - MG

834.676/2007-ALASKA COMERCIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1/2020/DFMIM - MG/GER - MG
830.480/2009-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-OF. N°94/2019/DFMIM - MG/GER - MG
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)
832.013/1997-MINERAÇÃO CHAVES LTDA - ME -AI N°1272/2018

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
002.700/1936-FERRO + MINERAÇÃO S.A.- AI N° 873, 876, 877, 878 e 887/2019/GER - MG/DISBM - MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
811.903/1971-MINAR MINERAÇÃO AREDES LTDA.- AI Nº 1267 e 1268/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.237/1974-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°117/2019/UAPC - MG/GER - MG
805.552/1977-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°103/2019/UAPC - MG/GER - MG
830.609/1980-INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL SANTA ROSA LTDA-OF. N°125 e 126/2019/UAGV - MG/GER - MG
831.224/1983-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°115/2019/UAPC - MG/GER - MG
832.629/1987-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°292/2019/DFMNM - MG/GER - MG
Nega provimento a defesa apresentada(476)
811.903/1971-MINAR MINERAÇÃO AREDES LTDA.
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
002.132/1952-VALE S A-OF. N°122/2019/DISBM - MG/GER - MG

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.768/2016-JURACI FREIRE MARTINS EI-OF. N°300/2019/DFMNM - MG/GER - MG
831.094/2017-EDELIO DOS SANTOS-OF. N°301/2019/DFMNM - MG/GER - MG
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.614/2017-ALÍRIO RAMOS DA SILVA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 17/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
831.965/2014-W B S MINERAÇÃO EIRELI
831.485/2017-RUBY RED DO BRASIL MINERAÇÃO, COM. E IND. LTDA
830.449/2019-FERLIG FERRO LIGA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.042/2007-ESPOLIO DE JAIR DE PAULA-OF. N°46/2019/SECOR - MG/GER - MG
831.180/2014-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-OF. N°451/2019/DIREM - MG/GER - MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
831.732/2003-MINERAÇÃO RETIRO LTDA- AI N°860/2019/GER - MG/DIREM - MG
833.976/2013-SIMBEL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA- AI N°871/2019/GER - MG/DIREM - MG
830.888/2016-JUVELCI DOS SANTOS MENESES- AI N°886/2019/GER - MG/DIREM - MG
831.259/2016-DJ GRANITOS EIRELI ME- AI N°864/2019/GER - MG/DIREM - MG
831.277/2016-MINERAÇÃO ESTRELA LTDA. ME- AI N°859/2019/GER - MG/DIREM - MG
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
832.358/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP-OF. N° 50/2019/SECOR - MG/GER - MG
831.628/2016-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA- OF. N° 49/2019/SECOR - MG/GER - MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.157/2003-ANTONIO CARLOS ALVES VILAS BOAS ME-OF. N°45/2019/SECOR - MG/GER - MG
832.156/2005-MINERAÇÃO E DRAGAGEM BOA VISTA LTDA ME-OF. N°475/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.616/2006-AB MARTYN CONSTRUTORA LTDA-OF. N°482 (RFP) e 484 (GU)/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.168/2009-EVERSON LUCIO RODRIGUES-OF. N°502/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.855/2013-MUNDIAL COMÉRCIO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-OF. N°500/2019/DIREM - MG/GER - MG
831.277/2016-MINERAÇÃO ESTRELA LTDA. ME-OF. N°488/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.481/2016-RODOTER PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°526/2019/DIREM - MG/GER - MG
Despacho publicado(256)
831.732/2003-MINERAÇÃO RETIRO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 137/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.156/2005-MINERAÇÃO E DRAGAGEM BOA VISTA LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 476/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.616/2006-AB MARTYN CONSTRUTORA LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 483/2019/DIREM - MG/GER - MG - Guia de Utilização -
832.108/2008-ITINGA MINERAÇÃO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 477/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.855/2013-MUNDIAL COMÉRCIO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 499/2019/DIREM - MG/GER - MG
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
832.010/1998-CANTO DOS PEQUÍS AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.732/2003-MINERAÇÃO RETIRO LTDA- Área de 12,00 ha para 8,70 ha-Ardósia (ornamental)-Curvelo/MG
832.108/2008-ITINGA MINERAÇÃO LTDA- Área de 177,61 ha para 133,24 ha-GRANITO-Taiobeiras/MG
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
834.469/2011-PEREIRA BRANDÃO BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO LTDA -Alvará N°11548/2015
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
832.156/2005-MINERAÇÃO E DRAGAGEM BOA VISTA LTDA ME-MINÉRIO DE FERRO-Belo Horizonte/Nova Lima/Sabará/MG
830.615/2008-JM DRAGAGEM E COMÉRCIO LTDA ME-AREIA-Betim/São Joaquim de Bicas/MG
833.855/2013-MUNDIAL COMÉRCIO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-AREIA e ARGILA-Fortuna de Minas/Maravilhas/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.277/2007-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
834.694/2007-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.
834.696/2007-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.
834.698/2007-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
833.164/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.259/2016-DJ GRANITOS EIRELI ME-ALVARÁ N°13736/2017
832.491/2016-ANDREY MONTEIRO DE ANDRADE-ALVARÁ N°8906/2017
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
833.976/2013-SIMBEL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-ALVARÁ N°15026/2015
833.099/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°586/2017
833.181/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°13721/2017
833.184/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°13670/2017
830.888/2016-JUVELCI DOS SANTOS MENESES-ALVARÁ N°324/2017
831.177/2016-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°539/2017
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
832.510/2006-ESPÓLIO DE LINCOLN FERREIRA-AI N°1321/2016 E 1/2017
832.764/2015-ELZA CHIARADIA DA SILVA-AI N°1202/2019
832.326/2016-WM TRANSPORTES, LOCAÇÃO E COMERCIO LTDA EPP-AI N°1153/2019
830.398/2017-MOACIR CHAPINOTTI-AI N°52/2019
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.102/2011-COAME EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DE PROJETOS LTDA. - AI N°431/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
831.360/1999-SUPER CLÁSSICO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 529/2019/DIREM - MG/GER - MG - GUIA DE UTILIZAÇÃO
830.836/2000-BRITADORA QUILOMBO LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 480/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.053/2002-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-Ofício nº 12/2020/DFMNM - MG/GER - MG - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º.
830.211/2010-MBL MINERAÇÃO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 531/2019/DIREM - MG/GER - MG - GUIA DE UTILIZAÇÃO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.360/1999-SUPER CLÁSSICO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°530/2019/DIREM - MG/GER - MG
830.836/2000-BRITADORA QUILOMBO LTDA ME-OF. N°481/2019/DIREM - MG/GER - MG
830.718/2006-MINERAÇÃO MERCEDES LTDA ME-OF. N°120 e 121/2019/UAPC - MG/GER - MG
831.260/2008-GRAMIC GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°119/2019/UAPC - MG/GER - MG
830.329/2009-ANTONIO MARCIO PEREIRA DE CASTRO-OF. N°527/2019/DIREM - MG/GER - MG

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.648/1964-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO AMPARO LTDA-OF. N°19/2020/DFMNM - MG/GER - MG

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
834.454/2008-DELMO E SANTOS MINERAÇÃO LTDA. EPP-OF. N°510/2019/DIREM - MG/GER - MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 20/2020

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
809.536/1976-MSM MINERAÇÃO SERRA DA MOEDA LTDA.- Publicado DOU de 15/05/2019

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
830.510/2006-BW MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.- AI N°1321/2016 e 1/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
830.398/2017-MOACIR CHAPINOTTI- AI N°52/2019

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 22/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.105/2002-CEBRIL CENTRAL DE BRITAGEM LTDA-OF. N°17/2020/DIREM-MG/GER-MG
Despacho publicado(256)
830.087/2013-ARENA MINERAÇÃO LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 7/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.182/2013-ASAMAR SA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 498/2019-DIREM-MG/GER-MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.105/2002-CEBRIL CENTRAL DE BRITAGEM LTDA- Área de 270,00 ha para 49,60 ha-Gnaisse (Brita para construção civil)-Pará de Minas/Igaratinga/MG
835.028/2011-JOSÉ CARLOS FERREIRA GOMES- Área de 604,27 ha para 49,98 ha-Minério de Ouro/Areia-Barbacena/MG
830.178/2013-ASAMAR SA- Área de 602,89 ha para 436,29 ha-Areia ( uso industrial/construção civil) /Quartzito (uso revestimento)-Bocaiúva/Olhos D'Água/MG
830.182/2013-ASAMAR SA- Área de 999,15 ha para 453,23 ha-Areia e Quartzito-Olhos D' Água/MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.723/1998-HILDENI LUIZA DE VASCONCELOS-Areia (Uso imediato na Construção Civil) e Argila (Uso Industrial)-Leandro Ferreira/Martinho Campos/Pitangui/MG
831.218/2003-UBIRAJARA PEREIRA-Granito-Conselheiro Pena/MG
833.624/2008-AREAL LOBO LTDA - ME-Areia, Cascalho e Ouro (Minério de)-Congonhas, Jeceaba, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco/MG
830.586/2012-RIVIENE DINIZ LEROY-Areia e Argila-Esmeraldas/MG
830.087/2013-ARENA MINERAÇÃO LTDA.-Areia-Esmeraldas/MG
830.096/2013-MINERADORA VMS&RR LTDA-Areia (Uso imediato na Construção Civil)-Arcos/MG
830.203/2013-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA-Areia-Santo Hipólito/MG
830.204/2013-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA-Areia-Santo Hipólito/MG
830.202/2014-GUSTAVO VINICIUS SILVA CAMPOS-Areia-Santana do Pirapama/Gouveia/MG
830.167/2015-POLIMAK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME-Areia-Chiador/Santana do Deserto/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 23/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
833.194/1989-BRASIL INSPEÇÃO DE BLOCOS DE GRANITOS LTDA EPP-Cessionário:MINERAÇÃO LESTE DE MINAS EIRELI EPP- CPF ou CNPJ 08.829.496/0001-12-Alvará n°3476/2003
831.307/2004-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-Cessionário:GALVANI DO NORDESTE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 22.517.257/0001-58-Alvará n°5706/2004
833.134/2010-MINERAÇÃO PONTES LTDA- Cessionário:VITOR DARKOUBI INVESTIMENTOS LTDA- CPF ou CNPJ 32.946.969/0001-46- Alvará n°12887/2010
833.709/2013-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-Cessionário:GALVANI DO NORDESTE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 22.517.257/0001-58-Alvará n°1222/2016
830.486/2016-PEDREIRA E BRITADORA CANTIERI LTDA.- Cessionário:PORTO DE AREIA SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA- CPF ou CNPJ 10.198.878/0001-37- Alvará n°296/2017
831.961/2017-VULCANO MINERADORA S A- Cessionário:BASSARI MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 31.732.059/0001-06- Alvará n°1772/2018

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
831.056/2011-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA- Alvará n°418/2012 - Cessionario:830.195/2019-MINERAÇÃO ARARAT EIRELI ME- CNPJ 28.848.009/0001-76

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 24/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.139/2012-ANTONIO LUIZ DE VASCONCELOS-OF. N°8 e 10/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.843/2014-AMANDA MONTAGENS LTDA.-OF. N°20/2020-DIREM-MG/GER-MG
Despacho publicado(156)
830.139/2012-ANTONIO LUIZ DE VASCONCELOS-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 9/2020-DIREM-MG/GER-MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
833.879/2012-CERÂMICA SAFRA
830.321/2016-GRANJAS GOIANAS LTDA
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
830.719/2011-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.719/2011-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES- AI N°861/2019-GER-MG/DIREM-MG
832.969/2011-MARCOS AURÉLIO MELO DE PAULA- AI N°885/2019-GER-MG/DIREM-MG
833.387/2014-BARREIRO OLIVEIRA LTDA- AI N°884/2019-GER-MG/DIREM-MG
Determina arquivamento Auto de infração(230)
830.688/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-AI N°1265/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.577/2008-ARETRANS LTDA-OF. N°3/2020-DIREM-MG/GER-MG
832.678/2009-HEMERJ EXTRAÇÃOTRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°533 e 535/2019-DIREM-MG/GER-MG
831.530/2010-DALCIGRAN GRANITOS LTDA ME-OF. N°515 e 517/2019-DIREM-MG/GER-MG
832.774/2010-GRANJAS GOIANAS LTDA-OF. N°511 e 513/2019-DIREM-MG/GER-MG
830.251/2011-AREIAL TAPERA LTDA-OF. N°14/2020-DIREM-MG/GER-MG
832.563/2011-CAMPOS COSTA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME-OF. N°518 e 519/2019-DIREM-MG/GER-MG
832.969/2011-MARCOS AURÉLIO MELO DE PAULA-OF. N°507/2019-DIREM-MG/GER-MG
833.151/2012-CARLOS HENRIQUE VIDIGAL MAIA-OF. N°504/2019-DIREM-MG/GER-MG
833.171/2012-Q PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°514/2019-DIREM-MG/GER-MG
832.597/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°522 e 524/2019-DIREM-MG/GER-MG
832.598/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°521/2019-DIREM-MG/GER-MG
832.599/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°520/2019-DIREM-MG/GER-MG
833.387/2014-BARREIRO OLIVEIRA LTDA-OF. N°505/2019-DIREM-MG/GER-MG
830.133/2015-FABIANO ALMEIDA DE SOUZA-OF. N°19/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.748/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°212/2019-DIREM/ANM/MG
Despacho publicado(256)
832.678/2009-HEMERJ EXTRAÇÃOTRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 534/2019-DIREM-MG/GER-MG
831.530/2010-DALCIGRAN GRANITOS LTDA ME-516/2019-DIREM-MG/GER-MG
832.774/2010-GRANJAS GOIANAS LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 512/2019-DIREM-MG/GER-MG
830.093/2012-JOSÉ RICARDO DE MORAES-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 6/2020-DIREM-MG/GER-MG
832.597/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 523/2019-DIREM-MG/GER-MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.748/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO-ALVARÁ N°10769/2015
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
835.007/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-AI N°638/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.172/2011-RL AGROPECUÁRIA LTDA. - AI N°435/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.174/2011-MARDEN ANTONIO MAGALHAES - AI N°436/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.669/2011-RODRIGO CORREIA BARBOSA - AI N°445/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.720/2011-EDILSON CORRÊA MARIANI - AI N°447/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
832.524/2001-BENJAMIN SEBASTIÃO DE OLIVEIRA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício - GUIA DE UTILIZAÇÃO - Ofício nº11/2020-DIREM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.524/2001-BENJAMIN SEBASTIÃO DE OLIVEIRA-OF. N°12/2020-DIREM-MG/GER-MG
831.520/2007-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-OF. N°1/2020-DIREM-MG/GER-MG
832.748/2007-MINERAÇÃO COQUEIRINHO LTDA. ME-OF. N°281/2019-DIREM/ANM/MG
831.247/2011-AREAL H G LTDA ME-OF. N°536/2019-DIREM-MG/GER-MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
930.096/2000-TOPAZIO IMPERIAL MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-AI N° 723/2019-GER-MG/DISBM-MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
930.096/2000-TOPAZIO IMPERIAL MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-AI Nº 133/2019
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
930.096/2000-TOPAZIO IMPERIAL MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-AI N° 113/2019
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
830.000/1989-MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.-OF. N°60/2020

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
830.813/2017-JARBAS FERNANDES SOARES FILHO-OF. N°4/2020/DFMNM-MG/GER-MG

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
833.159/2004-PEDREIRA CENTRAL EIRELI-OF. N°2/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.717/2017-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
832.222/2000-LAGOA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-OF. N°128/2019/UAPC-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
832.222/2000-LAGOA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-OF. N°127/2019/UAPC-MG/GER-MG
833.286/2004-AREIAS PORTO VELHO LTDA ME-OF. N°124/2019/UAPC-MG/GER-MG
834.504/2008-AREAL TUMIRITINGA LTDA ME-OF. N°126/2019/UAPC-MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(845)
830.885/2018-MUNICÍPIO DE CANDEIAS-OF. N°3/2020/DFMNM-MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.220/2019-AREEIRA PEDRA ROSA-OF. N°9/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.723/2019-CASSIO ALESSANDRO MENDES-OF. N°11/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
831.642/2018-EDILSON JOSÉ REIS GUEDES FI

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
832.809/2011-AREAL LINHARES LTDA ME-OF. N°479/2019-DIREM-MG/GER-MG
Despacho publicado(2234)
832.809/2011-AREAL LINHARES LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 478/2019-DIREM-MG/GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 25/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
831.060/2019-FERLIG FERRO LIGA LTDA
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(2194)
832.397/2014-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.786/2013-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°2/2020/UAPC-MG/GER-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.786/2013-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°76/2019-UAPC-MG/GER-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
830.808/1983-MINERAÇÃO DULCE VALADARES LTDA-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31,§4º.Ofício nº26/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.827/1999-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31,§4º.Ofício nº30/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.743/2000-PORTO ROCHAS LIMI SLATE LTDA ME-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31,§4º.Ofício nº20/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.826/2005-QUARTZEN DO BRASIL MINERADORA LTDA. ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício 260/2019-DIREM/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.621/1997-L & L DRAGAGEM LTDA. ME-OF. N°27/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.826/2005-QUARTZEN DO BRASIL MINERADORA LTDA. ME-OF. N°259/2019-DIREM/ANM/MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
002.700/1936-FERRO + MINERAÇÃO S.A.- AI N° 873,876,877,878 e 887/2019 - GER - MG/DISBM-MG
809.536/1976-MSM MINERAÇÃO SERRA DA MOEDA LTDA.- AI N° 47,48,49,50,51 e 52/2020
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
002.700/1936-FERRO + MINERAÇÃO S.A.-OF. N°24/2020
809.536/1976-MSM MINERAÇÃO SERRA DA MOEDA LTDA.-OF. N°54/2020

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
830.795/2017-JARBAS FERNANDES SOARES FILHO-OF. N°5/2020/DFMNM-MG/GER-MG

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
833.001/2010-JOSE CARDOSO PEREIRA ME-OF. N°21/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.767/2013-CERÂMICA SÃO JOSÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°28/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.852/2000-MINERAÇÃO OLIVEIRA LTDA. ME- Registro de Licença N° 1456/2007 - Vencimento em 13/08/2024

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
833.812/2012-GRANJAS GOIANAS LTDA-OF. N°6/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.635/2016-TRIBO DA AREIA LTDA-OF. N°22/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.248/2016-SOARES & RIBEIRO LTDA ME-OF. N°23/2020/DFMNM-MG/GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 26/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.723/1998;HILDENI LUIZA DE VASCONCELOS;LEANDRO FERREIRA/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, PITANGUI/MG ; Guia n° 3/DIREM - MG/2020;19.600 t/ano;AREIA; Validade da Guia:36 MES(ES) ; Licença Ambiental: 13453717/2018 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 13/06/2028
833.624/2008;AREAL LOBO LTDA - ME;CONGONHAS/MG, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG, JECEABA/MG, OURO BRANCO/MG ; Guia n° 1/DIREM - MG/2020;16.830 t/ano;AREIA; Validade da Guia:36 MES(ES) ; Licença Ambiental: 63195432/2019 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 31/05/2029

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.748/2007-MINERAÇÃO COQUEIRINHO LTDA. ME-FRANCISCO SÁ/MG - Guia n° 2/DIREM - MG/2020-4.000 t/ano-QUARTZO- Validade:36 MES(ES)
834.326/2008-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS/MG, DIAMANTINA/MG - Guia n° 258/DIREM - MG/2019-8.000 t/ano-QUARTZITO- Validade:36 MES(ES)
830.767/2013-PEREIRA E TEIXEIRA COMERCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-ESMERALDAS/MG, FLORESTAL/MG - Guia n° 261/DIREM - MG/2019-14.850 t/ano-AREIA-Validade:36 MES(ES)

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 28/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
833.167/2006-GERALDO BARROS MIRANDA -Alvará N°12692/2008
831.086/2007-GERALDO DE QUEIROZ CANÇADO SOBRINHO -Alvará N°5193/2009
831.567/2007-JOSÉ PEREIRA CARVALHAL NETO -Alvará N°13070/2010
833.833/2008-TEREZINHA GÉO QUICK -Alvará N°13600/2009
834.243/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA -Alvará N°13536/2009
834.262/2008-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA -Alvará N°13174/2010
832.309/2009-EVAL GALAZI -Alvará N°8372/2010
831.268/2011-AREIAS DO VALE COMERCIO E TRANSPORTE LTDA ME -Alvará N°13255/2011
832.662/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE -Alvará N°11341/2015
833.252/2011-MIGUEL HENRIQUE VALADARES -Alvará N°7906/2015
833.254/2011-POLIMENTOS MONTE CRISTO LTDA. ME. -Alvará N°5596/2012
834.110/2011-JULIANO DE OLIVEIRA -Alvará N°11594/2015
834.173/2011-ANDRE LUIZ SANTANA DE MATTOS -Alvará N°11519/2015
834.223/2011-PEREIRA BRANDÃO BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO LTDA -Alvará N°11370/2015
833.193/2012-SERRA DA PRATA MINERADORA S A -Alvará N°7934/2015
834.194/2012-MIDAS MINERAIS LTDA ME -Alvará N°11377/2015
834.278/2012-SERRA DA PRATA MINERADORA S A -Alvará N°11640/2015
834.415/2012-SERRA DA PRATA MINERADORA S A -Alvará N°11561/2015
831.571/2013-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA -Alvará N°10413/2014
831.572/2013-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA -Alvará N°10414/2014

Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
831.508/1999-ALLYSSON PEREIRA EUGÊNIO ME

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
834.097/2012-LUIZ ANTONIO DE MELO
830.228/2015-CERÂMICA SAFRA
831.850/2015-ALEXANDRE DE AGUIAR ROCHA
830.903/2017-LAFAIETE CORDEIRO DA FONSECA ME
831.254/2017-JOSE ADRIANO DE CARVALHO
831.490/2017-GRANJAS GOIANAS LTDA
831.530/2017-JOSÉ MOREIRA CAMPOS
831.588/2017-CERÂMICA PAPAGAIO EIRELE ME
831.707/2017-LLT PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME
831.816/2017-CERÂMICA VISCONDE LTDA
831.507/2018-CERAMICA SANTISSIMA TRINDADE LTDA
831.718/2018-CARLA VIANA DOS REIS POVOA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 29/2020

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
834.502/2008-MAGNITOS MAGNAGO GRANITOS LTDA.

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 30/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.276/2007-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
832.618/2014-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
832.796/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA
831.547/2016-GRANITOS ITAGUAÇU LTDA. ME
831.801/2017-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 31/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.861/2015-GETÚLIO DO ROSÁRIO SANTANA- AI N°856/2019-GER-MG/DIREM-MG
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
833.171/2013-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°12896/2015
832.539/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9310/2016
833.023/2015-CLAUDIMAR DE CASTRO BARBOSA-ALVARÁ N°12996/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.533/2015-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°10924/2016
830.861/2015-GETÚLIO DO ROSÁRIO SANTANA-ALVARÁ N°8165/2016
831.457/2015-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°6482/2016
831.729/2016-RZZ ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°3811/2017

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 33/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.378/2012-JOSÉ MOREIRA FILHO-OF. N°53/2020/DIREM - MG/GER - MG
833.910/2012-GABRIEL BARBOSA FRADE.-OF. N°51/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.697/2013-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A-OF. N°47/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.760/2013-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°23/2020/DIREM - MG/GER - MG
833.352/2013-MARAMBÁR MINERAÇÃO LTDA-OF. N°50/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.960/2014-HELVÉCIO MANSUR MARTINS DA COSTA-OF. N°48/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.015/2014-JAIME FIGUEIREDO-OF. N°44/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.841/2014-CIDEF DO BRASIL SA-OF. N°22/2020/DIREM - MG/GER - MG
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
830.933/2019-ITAMAR SEBASTIÃO MARTINS ME
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
830.933/2019-ITAMAR SEBASTIÃO MARTINS ME

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.961/2014-JOÃO BOSCO FONSECA BARTOLOMEU-OF. N°275/2019/DIREM - MG/GER - MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.115/2011-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI - AI N°433/2019
830.179/2011-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA - AI N°491/2019
830.217/2011-ARENA MINERAÇÃO LTDA. - AI N°439/2019
830.621/2011-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - AI N°440/2019
830.718/2011-SEBASTIÃO DA COSTA PEREIRA NETO. - AI N°446/2019
830.755/2011-INDÚSTRIA E MINERAÇÃO QUARTZOLINE LTDA - AI N°448/2019

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
831.466/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DESPACHO**
Relação nº 5/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.488/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-OF. N°10/2020/DIREM - SC/GER - SC
815.489/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-OF. N°16/2020/DIREM - SC/GER - SC
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.347/2017-BENETERRA TERRAPLENAGEM LTDA-Granito e Saibro-Brusque/Santa Catarina
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.551/2014-EXTRAÇÃO E TERRAPLENAGEM DAZHAREIA LTDA
815.281/2016-ADEMAR NIENKOETTER CARPES
815.396/2016-KERBERMIX MINERAÇÃO LTDA
815.584/2016-MINERADORA YESHUA CATARINENSE DE CORINDON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
815.264/2017-MINERADORA PORTO UNIÃO LTDA EPP

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.167/1997-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°47/2020/DIFAM - SC/GER - SC
815.237/1998-ANDRÉ REIS EPP-OF. N°49/2020/DIFAM - SC/GER - SC
815.072/2001-CEMAN COMÉRCIO DE AREIA EIRELI-OF. N°50/2020/DIFAM - SC/GER - SC
815.446/2009-MINERAÇÃO RIO DO VALE LTDA. ME-OF. N°55/2020/DIFAM - SC/GER - SC
815.071/2011-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-OF. N°45/2020/DIFAM - SC/GER - SC
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.658/2002-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-POUSO REDONDO/SC - Guia n° 35/DIREM - SC/2020-83.368toneladas/ano-Areia-Validade:19/09/2021

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
008.694/1943-MINERAÇÃO CASTELO BRANCO LTDA- AI Nº 787/2016-DNPM/SC
815.075/1990-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.- AI Nº 8/2015

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.279/2013-FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°53/2020/DIFAM - SC/GER - SC

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.139/2012-PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA-OF. N°51/2020/DIFAM - SC/GER - SC

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.428/2018-BALDO COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°9/2020/DIREM - SC/GER - SC
815.513/2018-RENATO TOMELIN EIRELI-OF. N°12/2020/DIREM - SC/GER - SC

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

**DESPACHO**
Relação nº 4/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.588/2005-EXTRATORA DO BOLA LTDA ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
820.889/2002-JOÃO BATISTA RAMOS
820.572/2017-HERCULANO FRANCISCO GIANESELLA LISBOA

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
820.732/2015-SIQUEIRA BARROS PARTICIPAÇÕES LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.312/2005-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-OF. N°5/2020/CAREAS-SP/DIREM-SP/GER-SP
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
820.076/1999-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-Alvará N°10776/2000
820.732/2015-SIQUEIRA BARROS PARTICIPAÇÕES LTDA.-Alvará N°12871/2015

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.692/1990-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-OF. N°55/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 21.01.2020
820.918/1999-OLARIA BARRO BRANCO DE JACUPIRANGA LTDA ME-OF. N°58, 59 e 63/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 24.01.2020
820.668/2009-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-OF. N°52/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 21.01.2020
820.028/2010-MINERADORA TAMOIOS LTDA.-OF. N°Ofício nº 71/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.292/2018-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.-OF. N°43/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 20.01.2020
820.292/2018-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.-OF. N°43/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 20.01.2020
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.221/2001-O N ENGARRAFAMENTO DE ÀGUA MINERAL LTDA-OF. N°65/2020/DIFAM - SP/GER - SP-60 (sessenta) IMPRORROGÁVEL dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
820.806/1995-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA-OF. N°56/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 23.01.2020
820.029/1998-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°45/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.918/1999-OLARIA BARRO BRANCO DE JACUPIRANGA LTDA ME-OF. N°64/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 24.01.2020
820.866/2000-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°57/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 23.01.2020
820.416/2001-CERAMICA MANIEZZO LTDA - EPP-OF. N°66/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 24.01.2020
820.417/2001-CERAMICA MANIEZZO LTDA - EPP-OF. N°67/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 24.01.2020
821.050/2002-MINERAÇÃO SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°68/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 24.01.2020
820.525/2004-MINERAÇÃO BEIRA RIO LTDA ME-OF. N°69/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 24.01.2020
820.668/2009-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-OF. N°53/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 21.01.2020
820.794/2016-IRMAOS MORETTO OLARIA LTDA ME-OF. N°70/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 24.01.2020

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
817.502/1969-SANTUÁRIO DE APARECIDA ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte Maria (Poço) , Marca: "Aparecida Gold": Recipientes de 330 ml e 510 ml, sem gás. Fonte Maria (Poço)" - Marca: "Aparecida Premium - Recipientes de 510 ml, sem gás. "Fonte Maria (Poço)" - Marca: "Aparecida Gold": - Recipientes de 510 ml, sem gás.- TAUBATÉ/SP
810.314/1974-MINERAÇÃO FONTANA DE SERRA NEGRA LTDA. EPP.- "Fonte Elaine" (Poço), marca "Fontana Serra Negra": - Recipientes de 10L e 20L, sem gás., Fonte Enzo" (Poço), marca "Fontana Serra Negra": - Recipientes de 10L e 20L, sem gás., Fonte Karen" (Poço), marca "Fontana Serra Negra": - Recipientes de 10L e 20L, sem gás., "Fonte São Francisco" (Surgência), marca "Fontana Serra Negra": - Recipientes de 10L e 20L, sem gás.- SERRA NEGRA/SP
820.029/1982-EMPRESA MINERADORA ESTÂNCIA DE ÁGUAS SANTA BARBARÁ LTDA ME- "Fonte Santa Bárbara" (Poço) - Marca: "Cristal": Recipientes de 200 ml, 305 ml, 1,5L, 5L, 6L, 10L (retornáveis e descartáveis) e 20L, sem gás. Recipientes de 510 ml, sem gás e gaseificada artificialmente. Recipientes de 510 ml, sem gás, produzidos para "Grupo Bizungão". Recipientes de 510 ml, sem gás, produzidos para "Nissan Proeste". Recipientes de 510 ml, sem gás, produzidos para "Pedra do Índio".- ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA/SP
820.056/1993-CERTEZA BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.- Fonte Saint Germain II (Poço)" - Marca: "Phura, Recipientes de 510 ml, sem gás e gaseificada artificialmente.- LAGOINHA/SP
821.098/1997-MINERADORA VASSOURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- Fonte Marcela (Poço), marca "Mais Amor" - Recipientes de 330 ml, sem gás- JUNDIAÍ/SP, LOUVEIRA/SP
820.209/1998-MINERADORA TANABI INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP- Fonte Ana Paula (Poço) " - Marca: "Talismã": Recipientes de 200 ml, 1,5L, 10L e 20L, sem gás., Recipientes de 510 ml, sem gás e gaseificada artificialmente. "Fonte Ana Paula (Poço)" - Marca: "Arco Íris" :Recipientes de 200 ml e 1,5L, sem gás., Recipientes de 510 ml, sem gás e gaseificada artificialmente.- TANABI/SP
821.342/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA- "Fonte Atibaia (Poço)" - Marca: "Vieira Rossi": Recipientes de 510 ml, gaseificada artificialmente, Recipientes de 510 ml e 1,5L sem gás.- ATIBAIA/SP
820.133/2002-BFB PARTICIPAÇÕES S.A- Fonte São José (Poço)" - Marca: "Carrefour": Recipientes de 1,5L, sem gás e gaseificada artificialmente; - Recipientes de 5L, sem gás.Fonte São Francisco" (Poço), - Marca "Carrefour": - Recipientes de 510 ml, sem gás e gaseificada artificialmente.- EMBU DAS ARTES/SP, COTIA/SP
820.293/2002-MINERADORA SERENA COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA - EPP- Fonte Abadia (Poço) - Marca: Acqua Bio Vital, Recipientes de 510 ml, sem gás e gaseificada artificialmente,Recipientes de 1,5L, sem gás.- SÃO PAULO/SP
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
820.089/2007-MINERAÇÃO E AGROPECUÁRIA RIO DO BRAÇO LTDA.- AI N° 116/2020/GER - SP/DIFAM - SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.959/1972-COINBAL COMERCIO E INDUSTRIA DE BAUXITA LTDA.-OF. N°49/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.542/1980-MINERAÇÃO REAL SÃO LUIZ LTDA-OF. N°39/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.143/1989-MINERADORA SANTA ANA LTDA-OF. N°44/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.649/1993-VILA MAR EMPRESA DAS ÁGUAS MINERAIS E NATURAIS LTDA-OF. N°48/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.935/1999-ENERGIA DA SERRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. EPP-OF. N°13/2020/DIREM - SP/GER - SP
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA-OF. N°40 e 41/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 20.01.2020
820.575/2000-MINERADORA GALVÃO LTDA-OF. N°51/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.222/2001-EMPRESA DE MINERAÇÃO SERRA DO CRISTAL LTDA ME-OF. N°14/2020/DIREM - SP/GER - SP
820.452/2001-MINERAÇÃO MONTEIRO LOBATO LTDA-OF. N°38/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 15.01.2020
820.592/2003-MINERAÇÃO PRIMOS LTDA ME-OF. N°62/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.718/2003-MINERADORA MONTE MOR LTDA-OF. N°54/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.089/2007-MINERAÇÃO E AGROPECUÁRIA RIO DO BRAÇO LTDA.-OF. N°47/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.593/2007-AGROPECUARIA SAO LUCAS LTDA-OF. N°60/2020/DIFAM - SP/GER - SP
820.343/2010-PINGADOR AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°61/2020/DIFAM - SP/GER - SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
821.868/1998-MINERAÇÃO DO VALE LTDA-OF. N°37/2020/DIFAM - SP/GER - SP

Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
820.316/1994-CONTERPA, CONSERVAÇÃO E TERRAPLAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°Ofício nº 74/2020/DIFAM - SP/GER - SP

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
820.973/2010-EXTRATORA DO BOLA LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.909/2011-ANTONIO CESAR ANDREAZI ME-OF. N°76/2020/DIFAM - SP/GER - SP
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
820.929/1999-CÉSAR RODRIGO ZUMSTEIN MARCHI TRANSPORTE ME

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
820.719/2005-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-OF. N°42/2020/DIFAM - SP/GER - SP - 20.01.2020

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ
## UNIDADE AVANÇADA ITAITUBA-PA

**DESPACHO**
Relação nº 2/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.650/1994-PAULO ALVES DA SILVA-OF. N°22/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
650.519/1999-RAIMUNDO ASSUNCAO E SILVA-OF. N°18/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.277/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA-OF. N°39/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.330/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019
851.331/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.332/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.333/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.334/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.335/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.336/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.337/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.338/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.339/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.340/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.341/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.342/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.345/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.348/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°43/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.352/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.357/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.361/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.364/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.367/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.370/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.380/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.391/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.393/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.394/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.395/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.396/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.397/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.398/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.399/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.400/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.401/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA

851.402/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.403/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.404/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.405/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.406/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.407/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.408/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.409/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.410/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.411/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.412/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.413/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.415/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.416/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.417/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.418/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.419/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.420/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.422/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.423/2011-JOSÉ INÁCIO DE MEDEIROS-OF. N°11/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.324/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO-OF. N°32/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.147/2013-URIAS MARQUES GREGÓRIO-OF. N°44/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.213/2013-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO-OF. N°34/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.215/2013-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO-OF. N°33/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
851.359/2013-ANDRÉ DOS SANTOS-OF. N°21/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Agente Administrativo

**DESPACHO**
Relação nº 4/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
852.521/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
852.533/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
852.536/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
852.540/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
852.545/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
852.549/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
852.554/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.502/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.535/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.536/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.537/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.538/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.539/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.540/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.541/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.542/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.543/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.544/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.545/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.546/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.547/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.548/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.549/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.550/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.551/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.552/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.553/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.554/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.556/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.557/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.558/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.559/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.560/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
857.561/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°14/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.469/1996-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES-OF. N°16/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.762/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.763/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.764/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.765/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.766/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.767/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.770/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.775/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.777/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.780/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.796/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.797/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.798/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.799/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.801/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.802/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.803/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.804/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.805/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.806/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
850.807/1996-CARMOZA BESERRA SANTIAGO-OF. N°29/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
650.520/1999-RAIMUNDO ASSUNCAO E SILVA-OF. N°18/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
650.521/1999-RAIMUNDO ASSUNCAO E SILVA-OF. N°18/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
650.522/1999-RAIMUNDO ASSUNCAO E SILVA-OF. N°18/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA
650.523/1999-RAIMUNDO ASSUNCAO E SILVA-OF. N°18/2019 - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Agente Administrativo

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

### DIRETORIA IV

### SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

**AUTORIZAÇÃO Nº 39, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06/03/2007, e o que consta do processo n.º 48610.221778/2019-17, autoriza a empresa TRR TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA VALADARES LTDA, CNPJ n.º 32.266.118/0001-52, a exercer a atividade de transportador revendedor retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 40, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.221778/2019-17, autoriza a empresa TRR TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA VALADARES LTDA, CNPJ n.º 32.266.118/0001-52, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada a Rua Ranulfo Álvares 315 A, Vila Isa, Governador Valadares/MG CEP: 35.044-220 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -18:53:0,040; -41:56:44,140 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 60,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 41, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18, de 19/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.215484/2019-56, autoriza a empresa LUBJA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ n.º 13.028.919/0001-35, a exercer a atividade de produtor de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais, com a produção terceirizada tendo como empresa contratada a POLY PETRO LUBRIFICANTES EIRELI CNPJ n.º 11.378.430/0001-68, Autorização ANP n.º 461/2012. Fica revogada a Autorização ANP n.º 502, de 03/10/2016.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 42, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.206008/2018-63, autoriza a empresa DICOL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ n.º 02.101.923/0003-27, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada na Vicinal Tharcilio Baroni 1001, Conquista, São Manuel/SP, CEP 18.650-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:43:43.000; -48:35:01.900 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 160,00 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP n.º 157, de 04/04/2011, e n.º 596, de 15/09/2017.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 43, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.222994/2019-80, autoriza a empresa SAINT MARIE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 05.289.245/0001-02, a exercer a atividade de agente de comércio exterior. Fica revogada a Autorização ANP n.º 452 de 11/10/2011.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 44, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.223071/2019-45, autoriza a empresa INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA, CNPJ n.º 83.286.500/0001-69, a exercer a atividade de agente de comércio exterior.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 45, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.221404/2019-00, autoriza a empresa MAITY BIOENERGIA S/A, CNPJ n.º 07.007.398/0001-37, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 46, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.200725/2020-04, autoriza a empresa EPIROC BRASIL COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n.º 28.763.819/0001-20, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP n.º 547, de 03/07/2018.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO Nº 47, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.200801/2020-73, autoriza a empresa CONFIDENCE TRADING COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS EIRELI, CNPJ n.º 30.235.607/0001-11, a exercer a atividade de agente de comércio exterior. Ficam revogadas as autorizações ANP n.º 535, de 25/06/2018, n.º 536, de 25/06/2018, n.º 537, de 25/06/2018, e n.º 592, de 13/07/2018.

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO Nº 63, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06/03/2007, e o que consta do processo n.º 48610.221778/2019-17, declara habilitada a empresa TRR TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA VALADARES LTDA, CNPJ n.º 32.266.118/0001-52, como transportador revendedor retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO Nº 65, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

| Nº de Registro | Razão Social | CNPJ | Processo |
|---|---|---|---|
| GLPSE0351413 | BRUNO VIEIRA DA SILVA | 14.473.665/0002-08 | 48610.000343/2020-74 |
| GLPSP0351479 | CASSIA RUFATO & CIA LTDA | 14.835.437/0001-50 | 48610.000283/2020-90 |
| GLPRO0351498 | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ACAI LTDA | 12.810.101/0001-07 | 48610.007826/2019-66 |
| GLPES0351431 | COMERCIO DE GAS PAIXAO LTDA | 35.653.795/0001-11 | 48610.000371/2020-91 |
| GLPRS0351510 | COMERCIO DE GAS SANTO ANTONIO LTDA | 11.296.567/0003-35 | 48610.007956/2019-07 |
| GLPMG0351494 | DANIEL VERISSIMO PEREIRA | 35.370.734/0001-47 | 48610.008915/2019-20 |
| GLPSP0351512 | DENISE APARECIDA BARRETO | 16.482.442/0001-51 | 48610.000184/2020-16 |
| GLPSC0351422 | DISK GAS BOONE COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA | 35.557.595/0001-65 | 48610.000373/2020-81 |
| GLPSP0351529 | DISTRIBUIDORA DE GAS PINHALZINHO LTDA | 27.038.105/0003-58 | 48610.008601/2019-27 |
| GLPSP0351531 | DULCEANA VERAS XIMENES ORSOLINI COMERCIAL DE GAS | 28.710.905/0001-74 | 48610.008943/2019-47 |
| GLPCE0351487 | E M A DE BRITO OLIVEIRA | 30.567.745/0001-06 | 48610.008961/2019-29 |
| GLPCE0351459 | ELISETE BATISTA BARROSO | 35.142.386/0001-50 | 48610.000288/2020-12 |
| GLPMT0351523 | GAS VILA RICA EIRELI | 31.119.972/0001-23 | 48610.008824/2019-94 |
| GLPRN0351461 | HELIA MARIA DE QUEIROGA | 31.491.181/0001-20 | 48610.013240/2018-50 |
| GLPAC0351525 | I. PEREIRA DA SILVA | 30.166.614/0001-09 | 48610.007304/2019-64 |
| GLPMA0351472 | I. S. MENDES EIRELI | 09.649.647/0001-13 | 48610.009169/2019-91 |
| GLPRS0351466 | JOICE COSTA DE ARAUJO | 33.400.170/0001-12 | 48610.000347/2020-52 |
| GLPSP0351441 | JOSENI BARBOSA DE MELO | 35.661.416/0001-35 | 48610.000350/2020-76 |
| GLPSP0351491 | JOSIANE BECARI VILA VERDE PEREIRA | 23.834.126/0002-48 | 48610.008449/2019-82 |
| GLPGO0351500 | L A COSTA COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI | 34.789.866/0001-45 | 48610.009219/2019-31 |
| GLPPA0351520 | L MATOS COMERCIO DE GAS EIRELI | 35.311.722/0001-41 | 48610.000160/2020-59 |
| GLPSP0351485 | LUIZ SERGIO FONSATE | 35.578.261/0001-78 | 48610.000284/2020-34 |
| GLPSP0351517 | MARIA DE FATIMA JOANITA CARDOSO | 05.590.421/0001-33 | 48610.001745/2019-52 |
| GLPBA0351533 | MAURICIO SILVA REIS | 33.358.390/0001-25 | 48610.008265/2019-12 |
| GLPPR0351415 | MERCADO L.D. SANTOS LTDA | 75.173.641/0002-28 | 48610.000292/2020-81 |
| GLPPR0351439 | MERCADO L.D. SANTOS LTDA | 75.173.641/0004-90 | 48610.000290/2020-91 |
| GLPPR0351464 | P C COLLACO COMERCIO DE GAS | 33.417.822/0001-21 | 48610.000287/2020-78 |
| GLPRJ0351527 | PAGE DE MESQUITA DEPOSITO DE GAS LTDA | 27.730.165/0001-75 | 48610.008495/2019-81 |
| GLPMG0351515 | QUIM GAS LTDA | 34.380.111/0001-92 | 48610.006274/2019-79 |
| GLPBA0351508 | R. GOMES VIEIRA EIRELI | 34.466.338/0001-55 | 48610.008698/2019-78 |
| GLPDF0351496 | TEMA COMERCIO DE GLP LTDA | 32.062.694/0001-88 | 48610.000125/2020-30 |
| GLPPR0351502 | VALDICK DANTAS PINHEIRO - DISTRIBUIDORA DE GAS | 31.603.981/0001-95 | 48610.008686/2019-43 |
| GLPSP0351445 | XALIFA SUPERMERCADO EIRELI | 27.994.877/0002-82 | 48610.000349/2020-41 |

CEZAR CARAM ISSA

**RETIFICAÇÃO**

Na Autorização ANP n.º 939, de 10 de dezembro de 2019, publicada no D.O.U. em 11/12/5019, edição 239, seção 1, página 164:

onde se lê :

"(...) fica a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ nº 46.395.687/0055-03, a exercer a atividade de distribuidor de gás liquefeito de petróleo (GLP)"

leia-se:

"(...) autoriza a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ nº 46.395.687/0055-03, a exercer a atividade de distribuidor de gás liquefeito de petróleo (GLP)"

# Ministério das Relações Exteriores

## SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
## SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

**PORTARIA Nº 29, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Fixa a taxa de câmbio aplicada à Retribuição no Exterior para fins de verificação do limite remuneratório constitucional.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores nº 693, de 22 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Para fins de verificação do limite remuneratório de que trata o artigo 37, inciso XI, da Constituição, o valor da Retribuição no Exterior paga ao servidor do Ministério das Relações Exteriores em missão transitória ou permanente no exterior, excluídas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei, será convertido em moeda nacional ao câmbio de US$/R$ 3,9455.

Parágrafo único. Para a fixação do valor do câmbio de conversão em moeda nacional foi aplicado o valor da média aritmética das cotações de fechamento Ptax para compra de dólar dos EUA, registradas pelo Banco Central do Brasil, entre o período de 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º Serão adotadas as providências necessárias para a implementação desta Portaria a partir do pagamento da retribuição no exterior dos servidores em missão permanente ou transitória, relativa ao mês de janeiro de 2020, inclusive.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 16, de 4 de janeiro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA FONSECA BUZZI

# Ministério da Saúde

## SECRETARIA EXECUTIVA

**PORTARIA Nº 68, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Dá publicidade a resultados de análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica publicado os seguintes resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE São Lourenço/MG.

CNPJ: 17.942.111/0001-10.

Município/UF: São Lourenço/MG.

Título do projeto: Projeto Multiplicar: Garantindo a Atenção Integral às Pessoas com Deficiência Intelectual de São Lourenço/MG.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: execução física.
Período analisado: exercícios de 2016 e de 2017.
Processo NUP: 25000.079134/2015-79.
Embasamento: Parecer Técnico nº 5-/2018-CGSPD/DAPES/SAS/MS (SEI 2059313) e Parecer de Mérito nº 486/2018-CGSPD/DAPES/SAS/MS (SEI 5563098).
Resultado: APROVADO COM RESSALVAS NO EXERCÍCIO DE 2016 E APROVADO NO EXERCÍCIO DE 2017.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

**PORTARIA Nº 69, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Dá publicidade a resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 69, § 3º, do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:
Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):
DADOS DA INSTITUIÇÃO
Instituição: ANDA - Associação Norte Mineira de Apoio ao Autista
CNPJ: 10.905.455/0001-00
Município/UF: Montes Claros/MG
DADOS DO PROJETO
Nome do projeto: "Autismo: Conhecer para Entender".
Resumo do projeto: Promover atividades socioeducativas gratuitas de apoio a crianças, adolescentes, jovens e adultos com idade entre 02 e 31 anos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou em fase de descoberta do transtorno do autismo, visando promover a inclusão social e familiar, tendo como área de abrangência a cidade de Montes Claros, todo o Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e algumas cidades do sul da Bahia, carentes de políticas públicas e orientação para inclusão social de pessoas com (TEA-Transtorno do Espectro Autista).
Prazo de execução do projeto: 10 (dez) meses.
Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 195.600,00 (cento e noventa e cinco mil e seiscentos reais).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).
Novo prazo de execução solicitado: 10 (dez) meses.
Fundamento legal: Art. 69 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: mérito.
Processo NUP: 25000.016136/2018-08
Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 502/2019-CGSPD/DAET/SAES/MS (SEI 0012356100).
Resultado: APROVADO.
Valor aprovado da readequação: R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).
Novo prazo aprovado da readequação: 10 (dez) meses.
Art. 2º Fica revogado o inciso XLVII do art. 1º da Portaria nº 1.319/SE/MS, de 4 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 233, de 5 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 51.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

**PORTARIA Nº 70, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Dá publicidade a resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 69, § 3º, do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:
Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):
DADOS DA INSTITUIÇÃO
Instituição: Instituto de Pesquisa PENSI
CNPJ: 17.375.447/0001-48
Município/UF: São Paulo/SP
DADOS DO PROJETO
Nome do projeto: "Detecção e Intervenção Precoce de Transtorno do Espectro Autista - TEA em Crianças de 0 a 4 Anos em Situação de Vulnerabilidade Social, Através de Rastreio Ocular ('Eye Tracking') e Método da Análise Aplicada do Comportamento - ABA".
Resumo do projeto: Objetiva utilizar a técnica Eye Tracking associada a escala CARS para detectar precocemente sinais de TEA e, a seguir, intervir precocemente nas crianças com confirmação do diagnóstico, por meio do método de Análise Aplicada do Comportamento (ABA) com enfoque no treino de atenção visual e atenção compartilhada.
Prazo de execução do projeto: 12 (doze) meses.
Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 576.529,00 (quinhentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e nove reais).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 686.529,00 (seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e nove reais).
Novo prazo de execução solicitado: 24 (vinte e quatro) meses.
Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: mérito.
Processo NUP: 25000.014429/2018-42
Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 8/2019-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (SEI 9834761).
Resultado: APROVADO.
Valor aprovado da readequação: R$ 605.529,00 (seiscentos e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais).
Novo prazo aprovado da readequação: 18 (dezoito) meses.
Art. 2º Fica revogado o inciso IV do art. 3º da Portaria nº 1.319/SE/MS, de 4 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 233, de 5 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 51.
Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PORTARIA Nº 74, DE 27 DE JANEIRO DE 2020 (*)**

Dispõe sobre a criação de Grupo de Emergência em Saúde Pública para condução das ações referentes ao Novo Coronavírus (NCoV).

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 54, III, § 3º, aliado ao art. 52, IV do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n°255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:
Art. 1° Constituir Grupo de Emergência em Saúde Pública para monitorar, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, as ações referentes ao Novo Coronavírus (NCoV).
Art. 2° O Grupo de Emergência será composto por representantes de cada área abaixo:
I - Gabinete do Diretor Presidente da Anvisa;
II - Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados;
III- Gerência- Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde;
IV - Assessoria de Comunicação; e
V - Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
Art. 3° Caso necessário, poderão ser convocados, a qualquer momento, representantes das demais áreas de atuação da Anvisa.
Art. 4° O Grupo de Emergência terá prazo de duração indeterminado, com suas atividades se iniciando a partir da data de publicação desta Portaria.
Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

(*) Republicado por ter saído com incorreção no original publicado no DOU nº 19 de 28 de janeiro de 2020, seção 1, página 67.

## DIRETORIA COLEGIADA

**DESPACHO Nº 14, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) previstas, respectivamente, no art. 12 § 2º do art. 29 da Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2018, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de janeiro de 2020, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Processo nº: 25351.900933/2020-00
Assunto: Proposta de estabelecimento do risco para concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) e Autorização Especial(AE) para empresas submetidas à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 9 de abril de 2019, e à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 16, de 31 de março de 2014, em obediência ao que determina o Decreto n° 10.178, de 18 de dezembro de 2019.
Área responsável: Coordenação de Autorização de Funcionamento de Empresas - COAFE
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 1.5. Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) e Autorização Especial (AE)
Excepcionalidade: Dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) por alto grau de urgência e gravidade e por simplificação administrativa e de Consulta Pública (CP) por alto grau de urgência e gravidade.
Relatoria: Fernando Mendes Garcia Neto

## 2ª DIRETORIA
## GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

**RESOLUÇÃO-RE Nº 258, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:
Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE/DOCUMENTO PARA IMPORTAÇÃO
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO
---
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLINICA LTDA 00.251.699/0001-62
Metil bardoxolona
7/2017
25351.129746/2016-52 1955156/19-8
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
---
ALEXION FARMACEUTICA BRASIL IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS E SERVICOS DE ADMINISTRACAO 10.284.284/0001-49
ALXN1210
40/2017
25351.458496/2016-08 2442412/19-9
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução - RE nº 208, de 23 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 18, de 27 de janeiro de 2020, Seção 1, pág. 61, referente aos processos 25351.538830/2011-83, 25351.123982/2017-12, 25351.510846/2016-70, 25351.784027/2015-86.

Onde se lê:

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 05.161.069/0001-10

dipirona sódica 25351538830201183 3039959199 1558403250039; 1558403250047; 1558403250055; 1558403250063; 1558403250071; 1558403250081; 1558403250098; 1558403250101; 1558403250111; 1558403250128; 1558403250136; 1558403250144; 1558403250152

Termopirona 25351784027201586 0011153208 1558405210034; 1558405210042; 1558405210050; 1558405210069; 1558405210077; 1558405210085; 1558405210093; 1558405210107; 1558405210115; 1558405210123; 1558405210131; 1558405210141; 1558405210158

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61.082.426/0002-07

Atroveran Dip 25351123982201712 0011011206 1781708580031; 1781708580048; 1781708580056; 1781708580064; 1781708580072; 1781708580080; 1781708580099; 1781708580102; 1781708580110; 1781708580129; 1781708580137; 1781708580145; 1781708580153

Lisador Dip 25351510846201670 0011142202 1781708420032; 1781708420040; 1781708420059; 1781708420067; 1781708420075; 1781708420083; 1781708420091; 1781708420105; 1781708420113; 1781708420121; 1781708420131; 1781708420148; 1781708420156

Leia-se:

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 05.161.069/0001-10

dipirona sódica 25351538830201183 3039959199 1558403250012

Termopirona 25351784027201586 0011153208 1558405210018

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61.082.426/0002-07

Atroveran Dip 25351123982201712 0011011206 1781708580013

Lisador Dip 25351510846201670 0011142202 1781708420016

## 1ª DIRETORIA

## GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

## GERÊNCIA DE GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

**DESPACHO Nº 13, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

O Gerente de Gestão da Arrecadação, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 104 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 315, de 11 de outubro de 2019, publicada na seção 1, do DOU nº. 199, de 14 de outubro de 2019, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BIOLIFE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPICOS LTDA ME CNPJ/CPF: 12.026.562/0001-93
25351.950972/2016-11 - AIS:1400055/16-5 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO C. MARTOS CREPES - ME CNPJ/CPF: 07.613.951/0002-66
25759.055387/2016-81 - AIS:1724631/16-8 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO

AUTUADO CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 02.814.497/0001-07
25351.859327/2016-23 - AIS:1253831/16-1 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

AUTUADO CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA CNPJ/CPF: 01.640.262/0001-83
25351.415556/2015-11 - AIS:0602062/15-3 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

AUTUADO CRHON DO BRASIL COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 07.284.537/0001-70
25351.238614/2016-84 - AIS:2119137/16-9 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO EQUALIV PHARMA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 11.989.815/0001-61
25351.724563/2015-96 - AIS:1029388/15-4 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A CNPJ/CPF: 56.994.502/0001-30
25351.288993/2016-83 - AIS:2189258/16-0 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO SBM INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA ME CNPJ/CPF: 10.251.091/0001-91
25351.950974/2016-70 - AIS:1400072/16-5 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO ANIS RAZUK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 53.558.342/0003-50
25351.526191/2015-94 - AIS:0764835/15-9 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO BBC BRASIL COSMETICOS E SUPLEMENTOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 09.588.313/0001-87
25351.100641/2016-08 - AIS:1854856/16-3 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS )

AUTUADO BIOENCORE PHARMACEUTICAL LTDA - EPP CNPJ/CPF: 18.336.929/0001-51
25351.933096/2016-09 - AIS:1364048/16-8 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO BIONATUS LABORATÓRIO BOTÂNICO LTDA CNPJ/CPF: 68.032.192/0001-51
25351.022764/2016-29 - AIS:1630400/16-4 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS )

AUTUADO BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A CNPJ/CPF: 05.161.069/0001-10
25351.177068/2015-44 - AIS:0255099/15-7 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A CNPJ/CPF: 05.161.069/0001-10
25351.922092/2016-05 - AIS:1347376/16-0 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS )

AUTUADO DOCTOR PISO INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP CNPJ/CPF: 18.558.275/0001-00
25351.180503/2017-66 - AIS:0535051/17-4 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

AUTUADO FITOWAY LABORATORIO NUTRICIONAL LTDA - ME CNPJ/CPF: 10.848.178/0001-40
25351.178013/2016-85 - AIS:2008337/16-8 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)

AUTUADO LABORATÓRIO BRASILEIRO DE BIOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 33.524.950/0001-74
25351.348978/2016-04 - AIS:2277842/16-0 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS )

AUTUADO: MC SURGICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA. ME CNPJ/CPF: 03.648.990/0001-67
25351.008645/2016-23 - AIS:1582696/16-1 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 92.265.552/0001-40
25351.814916/2016-73 - AIS:1167837/16-2 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS )

AUTUADO UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A CNPJ/CPF: 60.665.981/0001-18
25351.817562/2016-10 - AIS:1173269/16-5 - GGFIS.D/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO TECER - TERMINAIS PORTUÁRIOS DO CEARÁ LTDA CNPJ/CPF: 08.247.312/0001-06
25763.150599/2012-29 - AIS:0216997/12-5 - GGPAF.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS )

AUTUADO PETROLEO BRASILEIRO SA CNPJ/CPF: 33.000.167/0001-01
25752.322376/2016-04 - AIS:2237468/16-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

FREDERICO AUGUSTO DE ABREU FERNANDES

**RETIFICAÇÃO**

No Despacho do Gerente nº 163, de 18 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União n° 246, de 20 de dezembro de 2019, Seção 1 pág. 271:

Onde se lê:

AUTUADO: OMNITRANS LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA CNPJ/CPF: 62.299.771/0001-89

25759.577549/2017-11 - AIS:2102338/17-7 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA

Leia-se:

AUTUADO: OMNITRANS LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA CNPJ/CPF: 62.299.771/0001-89

25759.577549/2017-11 - AIS:2102338/17-7 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

## SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

**PORTARIA Nº 1.217, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019 (*)**

Altera atributos de medicamentos pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especialidade à Saúde no uso de suas atribuições

Considerando a Portaria Conjunta nº 13/SCTIE/MS de 11 de setembro de 2019, a qual aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT de Uveites não infecciosas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria Conjunta nº 14/SCTIE/SAES/MS de 11 setembro de 2019, a qual aprova o PCDT de Hidradenite Supurativa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.485/GM/MS de 18 de dezembro de 2017 que estabelece o processo de aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde dos medicamentos SILDENAFILA 20 mg comprimidos, SILDENAFILA 25 mg comprimidos, SILDENAFILA 50 mg comprimidos; e

Considerando as informações da Nota técnica nº 655/2019-CGEAF/DAF/SCTIE/MS, de que o medicamento ETANERCEPTE 50 MG/ML injetável biossimilar não possui indicação para uso em crianças (menores de 18 anos) e a necessidade de racionalizar o uso do medicamento ETANERCEPTE 25 MG para a população menores de 18 anos resolve:

Art.1º- Ficam alterados os atributos para medicamentos pertencentes ao CEAF conforme se seguem:

| Medicamento | Alterações |
|---|---|
| 06.04.35.001-5-SILDENAFILA 20 MG (POR COMPRIMIDO) | Valor SA: R$0,00 - Val. total ambulatorial: R$0,00 |
| 06.04.28.010-6 METILPREDNISOLONA 500 MG INJETÁVEL (POR AMPOLA) | CID: H15.0, H20.1, H30.1, H30.2, H30.8 (inclusão) |
| 06.04.34.001-0 CICLOSPORINA 10 MG (POR CÁPSULA) | CID: H15.0, H20.1 (inclusão) |
| 06.04.34.002-8 CICLOSPORINA 25 MG (POR CÁPSULA) | CID: H15.0, H20.1 (inclusão) |
| 06.04.34.003-6 CICLOSPORINA 50 MG ( POR CÁPSULA) | CID; H15.0, H20.1 (inclusão) |
| 06.04.34.004-4 CICLOSPORINA 100 MG (POR CÁPSULA) | CID: H15.0, H20.1 (inclusão) |
| 06.04.34.005-2 CICLOSPORINA 100 MG/ML SOLUÇÃO ORAL (POR FRASCO DE 50 ML) | CID: H15.0, H20.1 (inclusão) |
| 06.04.38.006-2 ADALIMUMABE 40 MG INJETÁVEL (POR SERINGA PREENCHIDA) | CID; H15.0, H20.1, H30.1, H30.2, H30.8, L73.2 (inclusão) QUANTIDADE MÁXIMA: 7 |
| 06.04.38.002-0 ETANERCEPTE 25 MG (POR FRASCO AMPOLA) | IDADE MÁXIMA: 18 ANOS |
| 06.04.53.001-3 AZATIOPRINA 50 MG (POR COMPRIMIDO) | CID: H15.0, H20.1 (inclusão) |

Art. 2º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão dos Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (CGSI/DRAC/SAES) a adoção de providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) e o Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS) com vistas a implantar as alterações dispostas nesta Portaria

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos operacionais a partir da competência novembro de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

(*) Republicados por terem saído, no DOU nº 211, de 31 de outubro de 2019, seção 1, página 72, com incorreções no original.

# Ministério do Turismo

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
### SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO
### COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

**DESPACHO Nº 1-E, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do artigo indicado.

18-0848 EM BUSCA DO LOOK PERFEITO
Processo: 01416.012188/2018-57
Proponente INFFINITO ENTRETENIMENTO E COMUNICAÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.188.290/0001-90
Valor total aprovado: R$ 2.998.193,34
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.848.283,67 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 39 da Lei nº. 8.685/93: de 0,00 para R$ 2.848.283,67
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 25395-2
Prazo de captação: até 31/12/2022.

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ELISA FARIAS SAUWEN DE ALMEIDA

# Poder Legislativo

## SENADO FEDERAL
### COMISSÃO DIRETORA
### PRESIDÊNCIA

**ATO Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2020**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e Parágrafo Único, e, 55, inciso I, alínea "a", e III, alíneas "a" e "b", e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2019, compreendendo a consolidação dos dados de janeiro a dezembro de 2019, na forma dos Anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DAVI ALCOLUMBRE

ANEXOS

Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - União
GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| | jan/19 | fev/19 | mar/19 | abr/19 | mai/19 | jun/19 | jul/19 | ago/19 | set/19 | out/19 | nov/19 | dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 322.003.762,62 | 301.736.823,64 | 290.724.336,57 | 286.414.215,55 | 412.365.557,17 | 288.545.062,99 | 290.423.969,08 | 288.422.364,81 | 288.091.109,77 | 288.123.458,79 | 435.496.252,37 | 286.411.430,84 | 3.778.758.344,20 | 4.316.239,14 |
| Pessoal Ativo | 157.723.588,87 | 134.683.484,29 | 123.256.455,40 | 120.813.622,20 | 168.726.369,94 | 124.882.347,37 | 121.335.104,46 | 121.011.694,33 | 120.161.891,43 | 118.514.622,62 | 186.742.686,40 | 118.317.931,07 | 1.616.169.798,38 | 34.981,18 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 136.703.624,01 | 116.315.820,86 | 104.539.770,09 | 102.865.569,96 | 150.052.900,30 | 103.224.134,67 | 102.601.265,34 | 102.355.802,28 | 101.677.897,34 | 101.494.748,91 | 151.104.480,21 | 101.587.343,74 | 1.374.523.357,71 | 34.981,18 |
| Obrigações Patronais | 21.019.964,86 | 18.367.663,43 | 18.716.685,31 | 17.948.052,24 | 18.673.469,64 | 21.658.212,70 | 18.733.839,12 | 18.655.892,05 | 18.483.994,09 | 17.019.873,71 | 35.624.876,43 | 16.730.587,33 | 241.633.110,91 | 0,00 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.329,76 | 0,00 | 13.329,76 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 164.280.173,75 | 163.745.603,07 | 162.496.844,83 | 162.222.709,78 | 239.434.835,97 | 161.931.367,15 | 162.069.782,15 | 163.174.969,11 | 165.054.135,42 | 164.221.075,66 | 244.663.901,67 | 163.888.801,69 | 2.117.184.200,25 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 132.027.427,79 | 131.382.974,39 | 130.113.114,98 | 129.801.460,47 | 191.282.629,85 | 129.507.551,08 | 129.240.356,36 | 129.392.509,30 | 132.849.295,61 | 131.193.620,34 | 195.608.388,21 | 130.868.310,77 | 1.693.267.639,15 | 0,00 |
| Pensões | 32.252.745,96 | 32.362.628,68 | 32.383.729,85 | 32.421.249,31 | 48.152.206,12 | 32.423.816,07 | 32.829.425,79 | 33.782.459,81 | 32.204.839,81 | 33.027.455,32 | 49.055.513,46 | 33.020.490,92 | 423.916.561,10 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 3.307.736,28 | 4.971.036,34 | 3.377.883,57 | 4.204.351,26 | 1.731.348,47 | 7.019.082,47 | 4.235.701,37 | 2.875.082,92 | 5.387.760,51 | 4.089.664,30 | 4.204.698,08 | 45.404.345,57 | 4.281.257,96 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 3.739.148,40 | 18.816.171,76 | 130.593.295,55 | 129.790.256,57 | 62.133.315,85 | 4.227.421,54 | 1.700.194,71 | 1.757.891,36 | 1.070.906,22 | 877.204,26 | 995.110,99 | 1.098.359,10 | 356.799.276,31 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 743.157,36 | 17.461.527,05 | 3.400.210,74 | 2.820.299,64 | 1.212.645,55 | 479.993,21 | 579.375,10 | 439.655,27 | 429.669,64 | 251.178,89 | 424.589,05 | 376.631,78 | 28.618.933,28 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 2.995.991,04 | 1.354.644,71 | 1.094.911,67 | 844.703,45 | 862.794,18 | 3.375.128,12 | 1.120.819,61 | 1.318.236,09 | 641.236,58 | 626.025,37 | 570.521,94 | 721.727,32 | 15.526.740,08 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 126.098.173,14 | 126.125.253,48 | 60.057.876,12 | 372.300,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 312.653.602,95 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 318.264.614,22 | 282.920.651,88 | 160.131.041,02 | 156.623.958,98 | 350.232.241,32 | 284.317.641,45 | 288.723.774,37 | 286.664.473,45 | 287.020.203,55 | 287.246.254,53 | 434.501.141,38 | 285.313.071,74 | 3.421.959.067,89 | 4.316.239,14 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.590.000,00 | 0,3783% |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 3.426.275.307,03 | |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 7.788.663.874,00 | 0,86% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 7.399.230.680,30 | 0,817% |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 7.009.797.486,60 | 0,774% |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: CONTAB, Data da emissão 09/Jan/2020 e hora de emissão 12h30min

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON
Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ANDRÉ LUIS SOARES DA PAIXÃO
Auditor-Geral

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

Tabela 5.2 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Outros Poderes e Órgãos
GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2019
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigaçãoes Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 231.587.079,16 | 7.347.681,83 | 637.309,75 | 5.265.538,37 | 6.979.050,73 | 211.357.498,48 | 61.185.416,24 | - | 150.172.082,24 |
| Fonte 00 - Recursos Ordinários | 231.587.079,16 | 7.347.681,83 | 637.309,75 | 5.265.538,37 | 6.979.050,73 | 211.357.498,48 | 61.185.416,24 | - | 150.172.082,24 |
| Outros Recursos não Vinculados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 148.413.211,85 | 20.693,45 | - | - | 4.917.414,82 | 143.475.103,58 | 710.254,51 | - | 142.764.849,07 |
| Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados | 138.498.357,82 | 20.693,45 | - | - | - | 138.477.664,37 | 710.254,51 | - | 137.767.409,86 |
| Fonte 51 - Contrib.Social s/Lucro das Pessoas Jurídicas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Fonte 53 - Contrib.p/ Financiamento da Seguridade Social | 3.402.998,71 | - | - | - | - | 3.402.998,71 | - | - | 3.402.998,71 |
| Fonte 56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | 24.114,56 | - | - | - | 24.114,56 | - | - | - | - |
| Fonte 63 - Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Patr. Pub. | 1.592.890,00 | - | - | - | - | 1.592.890,00 | - | - | 1.592.890,00 |
| Fonte 69 - Contrib. Patronal p/Plano de Segurid.Soc.Serv. | 31.564,70 | - | - | - | 30.014,20 | 1.550,50 | - | - | 1.550,50 |
| Fonte 90 - Recursos Diversos | 4.863.286,06 | - | - | - | 4.863.286,06 | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 380.000.291,01 | - | 637.309,75 | 5.265.538,37 | 11.896.465,55 | 354.832.602,06 | 61.895.670,75 | - | 292.936.931,31 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: CONTAB, Data da emissão 09/Jan/2020 e hora de emissão 12h30min

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON
Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ANDRÉ LUIS SOARES DA PAIXÃO
Auditor-Geral

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

Tabela 6.2 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - OUTROS PODERES E ÓRGÃOS
GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente líquida | 905.658.590.000,00 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 3.426.275.307,03 | 0,3783% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 7.788.663.874,00 | 0,86% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 7.399.230.680,30 | 0,82% |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 7.009.797.486,60 | 0,77% |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 61.895.670,75 | 292.936.931,31 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: CONTAB, Data da emissão 09/Jan/2020 e hora de emissão 12h30min

FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON
Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ANDRÉ LUIS SOARES DA PAIXÃO
Auditor-Geral

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

## Poder Judiciário

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno, e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Publica, na forma do anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2019, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publica, na forma do anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 29 de março de 2017.

Art. 3º Publica, na forma do anexo III, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, em atendimento ao art. 55, inciso III, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| **DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)** | 121.519.798,27 | 90.713.776,94 | 91.245.100,07 | 91.111.195,71 | 90.658.522,38 | 92.831.249,27 | 91.095.128,81 | 90.556.460,45 | 90.678.982,52 | 90.884.405,94 | 139.725.176,67 | 110.890.427,89 | 1.191.910.224,92 | 8.081.735,52 | 1.199.991.960,44 |
| **Pessoal Ativo** | 75.617.639,99 | 59.884.788,56 | 60.286.474,27 | 59.865.331,63 | 59.555.938,47 | 61.499.394,44 | 59.385.290,48 | 59.215.816,35 | 58.924.902,15 | 58.999.488,42 | 92.205.028,58 | 79.074.364,86 | 784.514.458,20 | 7.738.235,52 | 792.252.693,72 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 67.153.775,40 | 51.461.703,47 | 51.919.214,56 | 51.654.098,54 | 51.211.318,47 | 53.328.919,53 | 51.243.162,26 | 51.005.180,71 | 50.844.354,58 | 50.952.758,32 | 76.024.887,23 | 71.067.057,35 | 677.866.430,42 | 7.638.235,52 | 685.504.665,94 |
| Obrigações Patronais | 8.463.864,59 | 8.423.085,09 | 8.367.259,71 | 8.211.233,09 | 8.344.620,00 | 8.170.474,91 | 8.142.128,22 | 8.210.635,64 | 8.080.547,57 | 8.046.730,10 | 16.180.141,35 | 8.007.307,51 | 106.648.027,78 | 100.000,00 | 106.748.027,78 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Pessoal Inativo e Pensionistas** | 45.902.158,28 | 30.828.988,38 | 30.958.625,80 | 31.245.864,08 | 31.102.583,91 | 31.331.854,83 | 31.709.838,33 | 31.340.644,10 | 31.754.080,37 | 31.884.917,52 | 47.520.148,09 | 31.816.063,03 | 407.395.766,72 | 343.500,00 | 407.739.266,72 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 39.236.866,61 | 26.341.761,74 | 26.513.610,61 | 26.778.633,06 | 26.504.122,35 | 26.850.902,46 | 27.214.158,76 | 26.778.151,10 | 27.191.783,97 | 27.266.155,02 | 40.516.820,47 | 27.204.741,99 | 348.397.708,14 | 343.500,00 | 348.741.208,14 |
| Pensões | 6.665.291,67 | 4.487.226,64 | 4.445.015,19 | 4.467.231,02 | 4.598.461,56 | 4.480.952,37 | 4.495.679,57 | 4.562.493,00 | 4.562.296,40 | 4.618.762,50 | 7.003.327,62 | 4.611.321,04 | 58.998.058,58 | 0,00 | 58.998.058,58 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)** | 46.003.973,64 | 30.892.249,34 | 31.004.360,07 | 31.343.069,28 | 31.140.701,49 | 31.360.805,36 | 31.810.219,63 | 30.523.427,82 | 178.637,27 | 74.985,75 | 183.617,44 | 71.086,27 | 264.587.133,36 | 1.300,00 | 264.588.433,36 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 24.748,75 | 18.150,79 | 20.704,60 | 17.827,46 | 17.214,57 | 17.254,38 | 17.235,38 | 17.139,02 | 69.158,50 | 68.989,49 | 141.901,47 | 69.676,62 | 500.001,03 | 1.300,00 | 501.301,03 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 77.066,61 | 45.110,17 | 25.029,67 | 79.377,74 | 20.903,01 | 11.696,15 | 83.145,92 | 11.238,04 | 86.251,14 | 5.996,26 | 41.715,97 | 1.409,65 | 488.940,33 | 0,00 | 488.940,33 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 45.902.158,28 | 30.828.988,38 | 30.958.625,80 | 31.245.864,08 | 31.102.583,91 | 31.331.854,83 | 31.709.838,33 | 30.495.050,76 | 23.227,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 263.598.192,00 | 0,00 | 263.598.192,00 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)** | 75.515.824,63 | 59.821.527,60 | 60.240.740,00 | 59.768.126,43 | 59.517.820,89 | 61.470.443,91 | 59.284.909,18 | 60.033.032,63 | 90.500.345,25 | 90.809.420,19 | 139.541.559,23 | 110.819.341,62 | 927.323.091,56 | 8.080.435,52 | 935.403.527,08 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 935.403.527,08 | 0,103284% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 2.026.945.432,79 | 0,223809% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.925.598.161,15 | 0,212619% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.824.250.889,51 | 0,201428% |

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, 09/jan/2020, 13hs 09 min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

.a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

.b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocesio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO**

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019**

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.199.991.960,44 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 264.588.433,36 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)** | **935.403.527,08** |

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)** | | | | **905.658.589.594,29** | |
| **% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100** | | | | **0,103284%** | |
| | | | | **% DA RCL** | **VALOR** |
| LIMITE MÁXIMO \1 | **LRF, art. 20, incisos I, II e III** | | | **0,224450%** | **2.032.750.704,34** |
| | **Resol CNJ 5/2005** | Ato decorrente \2: | Resol CNJ 5/2005 | **0,224276%** | **2.031.174.858,40** |
| | **Resol CNJ 26/2006** | Ato decorrente \2: | Resol CNJ 26/2006 | **0,224226%** | **2.030.722.029,10** |
| | **Resol CNJ 177/2013** | Ato decorrente \2: | Resol CNJ 177/2013 | **0,223809%** | **2.026.945.432,79** |
| | **Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3** | | | | - |

**\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso**

**\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça**

**\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho**

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocesio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019**

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| 0127000000 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 1.829.696,68 | 0,00 | 0,00 | 7.629,89 | 0,00 | 1.822.066,79 | 0,00 | 0,00 | 1.822.066,79 |
| 0175111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Remessa/Retorno Autos | 4.757.222,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.757.222,15 | 743.312,00 | 0,00 | 4.013.910,15 |
| 0375111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Remessa/Retorno Autos | 1.138.330,20 | 103.484,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.034.845,64 | 0,00 | 0,00 | 1.034.845,64 |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)** | **7.725.249,03** | **103.484,56** | **0,00** | **7.629,89** | **0,00** | **7.614.134,58** | **743.312,00** | **0,00** | **6.870.822,58** |
| 0100000000 - Recursos Ordinários | 193.650.318,05 | 2.761.303,94 | 1.742.067,34 | 4.295.578,42 | 0,00 | 184.851.368,35 | 55.730.916,73 | 0,00 | 129.120.451,62 |
| 0150000000 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | 247.334,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 247.334,93 | 0,00 | 0,00 | 247.334,93 |
| 0150111010 - Receita Arrecadadas Diretamente - STJ | 5.096.995,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.096.995,65 | 0,00 | 0,00 | 5.096.995,65 |
| 0190000000 - Recursos Diversos | 104.317,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 104.317,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0350111010 - Receitas Arrecadadas Diretamente - STJ | 740.800,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 740.800,90 | 0,00 | 0,00 | 740.800,90 |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)** | **199.839.767,45** | **2.761.303,94** | **1.742.067,34** | **4.295.578,42** | **104.317,92** | **190.936.499,83** | **55.730.916,73** | **0,00** | **135.205.583,10** |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **207.565.016,48** | **2.864.788,50** | **1.742.067,34** | **4.303.208,31** | **104.317,92** | **198.550.634,41** | **56.474.228,73** | **0,00** | **142.076.405,68** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, 09/jan/2020, 13hs 09 min.

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

1. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta", além dos saldos apurados nas contas do subgrupo 1.1.1.0.0.00.00 (Caixa e Equivalentes de Caixa), foi acrescido o saldo positivo das equações 8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar Recursos a Receber Autorizado Inscrição) e 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição), que representa o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar;

2. Foram acrescidos os valores de R$ 19.153.594,98, na fonte 0100000000, de R$ 892.768,51, na fonte 0127000000, e de R$ 1.034.845,63, na fonte 0375111010, referente à disponibilidade de valores líquidos de recursos a receber para pagamento de restos a pagar; e

3. Recursos vinculados conforme CF 88, art. 98, paragrafo 2º; Lei nº 9.289, de 04 de julho de 1996 e Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocesio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 35, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e no item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário, bem como considerando o que consta no Processo nº TRF2-ADM-2019/00167, resolve:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2019, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

REIS FRIEDE

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 182.209.160,44 | 130.321.442,94 | 129.615.557,09 | 128.476.204,65 | 129.826.204,40 | 132.283.845,19 | 130.890.770,79 | 129.210.783,36 | 132.037.876,46 | 130.892.953,51 | 202.899.270,02 | 132.352.059,09 | 1.691.016.127,94 | 9.704.451,86 | 1.700.720.579,80 |
| Pessoal Ativo | 145.033.561,02 | 104.976.082,59 | 103.914.383,75 | 102.699.216,99 | 103.156.986,79 | 104.999.488,26 | 104.366.434,47 | 102.357.256,91 | 104.641.603,36 | 103.381.058,26 | 161.616.034,64 | 103.841.628,09 | 1.344.983.735,13 | 9.343.188,40 | 1.354.326.923,53 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 129.064.026,09 | 89.013.502,51 | 87.990.811,63 | 86.971.001,51 | 87.580.237,24 | 89.435.314,68 | 88.595.561,51 | 86.895.387,11 | 89.040.720,29 | 87.830.846,75 | 130.549.091,60 | 88.404.354,70 | 1.141.370.855,62 | 9.256.625,44 | 1.150.627.481,06 |
| Obrigações Patronais | 15.969.534,93 | 15.962.580,08 | 15.923.572,12 | 15.728.215,48 | 15.576.749,55 | 15.564.173,58 | 15.770.872,96 | 15.461.869,80 | 15.600.883,07 | 15.550.211,51 | 31.066.943,04 | 15.437.273,39 | 203.612.879,51 | 86.562,96 | 203.699.442,47 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 37.175.599,42 | 25.345.360,35 | 25.701.173,34 | 25.776.987,66 | 26.669.217,61 | 27.284.356,93 | 26.524.336,32 | 26.853.526,45 | 27.396.273,10 | 27.511.895,25 | 41.283.235,38 | 28.510.431,00 | 346.032.392,81 | 361.263,46 | 346.393.656,27 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 30.076.694,71 | 20.436.378,69 | 20.885.842,65 | 20.965.398,60 | 21.824.526,95 | 22.274.461,75 | 21.478.889,52 | 22.006.788,49 | 22.241.379,91 | 22.515.892,64 | 33.686.984,41 | 23.558.871,66 | 281.952.109,98 | 257.921,79 | 282.210.031,77 |
| Pensões | 7.098.904,71 | 4.908.981,66 | 4.815.330,69 | 4.811.589,06 | 4.844.690,66 | 5.009.895,18 | 5.045.446,80 | 4.846.737,96 | 5.154.893,19 | 4.996.002,61 | 7.596.250,97 | 4.951.559,34 | 64.080.282,83 | 103.341,67 | 64.183.624,50 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 37.587.428,13 | 25.500.366,85 | 25.845.180,17 | 25.861.845,61 | 26.720.595,52 | 27.333.891,10 | 26.605.375,02 | 26.914.701,09 | 27.454.852,64 | 27.440.078,59 | 11.784.608,53 | 203.427,50 | 289.252.350,75 | 0,00 | 289.252.350,75 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | 1.939,89 | 840,61 | 0,00 | 0,00 | 9.510,29 | 0,00 | 0,00 | 19.906,64 | 165.519,38 | 18.817,27 | 216.534,08 | 0,00 | 216.534,08 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 78.754,71 | 54.341,91 | 53.670,02 | 53.978,36 | 31.427,78 | 31.495,28 | 31.495,28 | 31.495,28 | 31.495,28 | 31.495,28 | 207.219,45 | 169.262,71 | 806.131,34 | 0,00 | 806.131,34 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 333.074,00 | 100.664,59 | 88.396,92 | 30.038,98 | 19.950,13 | 18.038,89 | 40.033,13 | 29.679,36 | 27.084,26 | 24.989,36 | 11.626,86 | 6.108,85 | 729.685,33 | 0,00 | 729.685,33 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 37.175.599,42 | 25.345.360,35 | 25.701.173,34 | 25.776.987,66 | 26.669.217,61 | 27.284.356,93 | 26.524.336,32 | 26.853.526,45 | 27.396.273,10 | 27.363.687,31 | 11.400.242,84 | 9.238,67 | 287.500.000,00 | 0,00 | 287.500.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 144.621.732,31 | 104.821.076,09 | 103.770.376,92 | 102.614.359,04 | 103.105.608,88 | 104.949.954,09 | 104.285.395,77 | 102.296.082,27 | 104.583.023,82 | 103.452.874,92 | 191.114.661,49 | 132.148.631,59 | 1.401.763.777,19 | 9.704.451,86 | 1.411.468.229,05 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.590.000,00 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 1.411.468.229,05 | 0,155850% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 2.325.486.731,30 | 0,256773% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 2.209.212.394,74 | 0,243934% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 2.092.938.058,17 | 0,231096% |

FONTE: Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: AJUC/SG; TRF2; Data e hora da emissão: 21/01/2020, as 14:26

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S): Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

*R$ 1,00*

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 1.700.720.579,80 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 289.252.350,75 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 1.411.468.229,05 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.590.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,155850% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,188508% | 1.707.238.894,84 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Proc. Adm SIGED nº 2001160727/7 | 0,188324% | 1.705.572.483,03 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Resol. CJF 184/2012 | 0,257251% | 2.329.815.779,36 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Resol. CJF 250/2013 | 0,256773% | 2.325.486.731,30 |

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| 153 - Rec. Dest. às Atividades Fins - Seguridade Social | 17.844,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.844,27 | 17.844,27 | 0,00 | 0,00 |
| 181 - Recursos de Convênios | 391.787,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 391.787,31 | 391.784,55 | 0,00 | 2,76 |
| 190 - Recursos Diversos | 13.719.901,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.719.901,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 14.129.533,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.719.901,71 | 409.631,58 | 409.628,82 | 0,00 | 2,76 |
| 100 - Recursos Ordinários - exercício corrente | 49.130.200,67 | 36.578,77 | 104.447,36 | 1.945.907,44 | 5.250,00 | 47.038.017,10 | 47.038.017,10 | 0,00 | 0,00 |
| 300 - Recursos Ordinários - exercício anterior | 17.932.108,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.932.108,70 | 17.932.108,70 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 67.062.309,37 | 36.578,77 | 104.447,36 | 1.945.907,44 | 5.250,00 | 64.970.125,80 | 64.970.125,80 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 81.191.842,66 | 36.578,77 | 104.447,36 | 1.945.907,44 | 13.725.151,71 | 65.379.757,38 | 65.379.754,62 | 0,00 | 2,76 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: AJUC/SG; TRF2; Data e hora da emissão: 21/01/2020, as 13:48

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: Fonte de recursos 100 - Disponibilidade para RP a receber: R$ 35.860.738,43

Nota 3: Fonte de recursos 300 - Disponibilidade para RP a receber: R$ 17.932.107,66

Nota 4: Fonte de recursos 153 - Disponibilidade para RP a receber: R$ 0,15

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

| LRF, art. 48 - Anexo 6 | | R$ 1,00 |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | |
| Receita Corrente líquida | 905.658.590.000,00 | |
| | | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.411.468.229,05 | 0,155850% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 2.325.486.731,30 | 0,256773% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 2.209.212.394,74 | 0,243934% |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 2.092.938.058,17 | 0,231096% |
| | | |
| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 65.379.754,62 | 2,76 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: AJUC/SG; TRF2; Data da emissão: 21/01/2020

VÂNIA CRISTINA FERNANDES FREIRE LISBOA
Diretora em exercício da Secretaria de Auditoria Interna

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretora em exercício da Secretaria Geral

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 43, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inc. III, do art. 54, e o § 2º, do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o decidido pelo E. Conselho de Administração deste Tribunal, em Sessão realizada em 26.09.2012 , resolve:

Art. 1º APROVAR, "ad referendum" do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 5ª Região referente ao 3º quadrimestre de 2019, na forma dos anexos, a serem publicados no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VLADIMIR SOUZA CARVALHO

ANEXOS

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5º REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 147.987.733,51 | 99.142.933,02 | 99.633.940,74 | 99.891.413,74 | 100.141.488,42 | 101.487.875,71 | 99.913.877,43 | 100.499.228,48 | 99.936.634,38 | 99.619.878,58 | 156.806.562,85 | 109.811.183,33 | 1.314.872.750,19 | 132.743,99 | 1.315.005.494,18 |
| Pessoal Ativo | 124.482.055,91 | 83.095.295,90 | 83.782.831,61 | 84.111.794,98 | 83.991.374,74 | 85.488.014,51 | 83.450.820,73 | 84.269.264,49 | 83.402.942,09 | 83.189.250,36 | 131.575.301,38 | 92.833.379,93 | 1.103.672.326,63 | 132.743,99 | 1.103.805.070,62 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 112.456.178,41 | 71.089.865,66 | 71.781.655,80 | 72.417.700,00 | 72.318.675,63 | 73.839.631,07 | 71.756.367,14 | 72.573.188,25 | 71.612.947,77 | 71.519.627,08 | 108.423.011,04 | 81.192.355,76 | 950.981.203,61 | 132.743,99 | 951.113.947,60 |
| Obrigações Patronais | 12.025.877,50 | 12.005.430,24 | 12.001.175,81 | 11.694.094,98 | 11.672.699,11 | 11.648.383,44 | 11.694.453,59 | 11.696.076,24 | 11.789.994,32 | 11.669.623,28 | 23.152.290,34 | 11.641.024,17 | 152.691.123,02 | 0,00 | 152.691.123,02 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 23.505.677,60 | 16.047.637,12 | 15.851.109,13 | 15.779.618,76 | 16.150.113,68 | 15.999.861,20 | 16.463.056,70 | 16.229.963,99 | 16.533.692,29 | 16.430.628,22 | 25.231.261,47 | 16.977.803,40 | 211.200.423,56 | 0,00 | 211.200.423,56 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 19.777.194,13 | 13.527.412,16 | 13.304.223,34 | 13.244.022,69 | 13.624.780,44 | 13.471.748,09 | 13.938.513,36 | 13.750.521,19 | 14.006.257,01 | 13.883.332,24 | 21.381.248,93 | 14.268.257,63 | 178.177.511,21 | 0,00 | 178.177.511,21 |
| Pensões | 3.728.483,47 | 2.520.224,96 | 2.546.885,79 | 2.535.596,07 | 2.525.333,24 | 2.528.113,11 | 2.524.543,34 | 2.479.442,80 | 2.527.435,28 | 2.547.295,98 | 3.850.012,54 | 2.709.545,77 | 33.022.912,35 | 0,00 | 33.022.912,35 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 24.499.010,34 | 17.713.362,76 | 16.594.103,57 | 16.669.770,55 | 16.672.126,74 | 16.215.677,83 | 16.599.193,57 | 16.467.874,41 | 16.743.944,21 | 16.519.653,22 | 4.658.998,55 | 6.204.911,70 | 185.558.627,45 | 0,00 | 185.558.627,45 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.739,41 | 41.644,39 | 13.187,20 | 4.932,58 | 68.928,69 | 22.780,20 | 194.212,47 | | 194.212,47 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 74.238,46 | 43.192,30 | 37.027,66 | 21.307,87 | 36.280,80 | 37.028,56 | 22.055,62 | 7.083,58 | 22.235,12 | 6.476,88 | 12.953,76 | 6.476,88 | 326.357,49 | | 326.357,49 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 919.094,28 | 1.622.533,34 | 705.966,78 | 868.843,92 | 485.732,26 | 178.788,07 | 71.341,84 | 189.182,45 | 174.829,60 | 77.615,54 | 671.218,80 | 1.297.856,04 | 7.263.002,92 | | 7.263.002,92 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 23.505.677,60 | 16.047.637,12 | 15.851.109,13 | 15.779.618,76 | 16.150.113,68 | 15.999.861,20 | 16.463.056,70 | 16.229.963,99 | 16.533.692,29 | 16.430.628,22 | 3.905.897,30 | 4.877.798,58 | 177.775.054,57 | | 177.775.054,57 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 123.488.723,17 | 81.429.570,26 | 83.039.837,17 | 83.221.643,19 | 83.469.361,68 | 85.272.197,88 | 83.314.683,86 | 84.031.354,07 | 83.192.690,17 | 83.100.225,36 | 152.147.564,30 | 103.606.271,63 | 1.129.314.122,74 | 132.743,99 | 1.129.446.866,73 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.590.000,00 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 1.129.446.866,73 | 0,124710% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 2.072.409.494,91 | 0,228829% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.968.789.020,17 | 0,217388% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.865.168.545,42 | 0,205946% |

FONTE: TESOURO GERENCIAL > Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Órgão Superiores > 12000 - Justiça Federal > 5ª Região > TRF5 > Setorial Contábil - TRF5 > RGF - Anexo 1, 13/01/2020, 13:24h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1) Limites Legal (Máximo) e Prudencial definidos pela Resolução nº 250/2013 do Conselho da Justiça Federal

2) Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN Nº 21/2020, publicada no DOU de 22/01/2020, Seção 1, pag. 21.

Des VLADIMIR SOUZA CARVALHO
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DAS 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea a")

R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃODOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| 127 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO | 263.714,78 | 3.269,14 | | 178.987,68 | -172,62 | 81.630,58 | | | 81.630,58 |
| 150 - RECURSOS NÃO-FINANC. DIRETAM. ARRECADOS | 205.669,83 | | | | | 205.669,83 | | | 205.669,83 |
| 151 - CONTR. SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOA JURÍDICAS | 0,08 | | | 0,08 | | 0,00 | | | 0,00 |
| 169 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. | 740,79 | | | | | 740,79 | | | 740,79 |
| 181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS | 2.418.571,65 | | 23.820,50 | | | 2.394.751,15 | 354.459,26 | | 2.040.291,89 |
| 188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB. DO TESOURO NAC. | 20.670,78 | | | | | 20.670,78 | | | 20.670,78 |
| 190 - RECURSOS DIVERSOS | 3.930.401,25 | | | | 3.930.401,25 | 0,00 | | | 0,00 |
| 350 - RECURSOS NÃO-FINANC. DIRETAM. ARRECADOS | 2.736.691,18 | | | | | 2.736.691,18 | | | 2.736.691,18 |
| 381 - RECURSOS DE CONVÊNIOS | 1.757.892,30 | | | | | 1.757.892,30 | | | 1.757.892,30 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 11.334.352,64 | 3.269,14 | 23.820,50 | 178.987,76 | 3.930.228,63 | 7.198.046,61 | 354.459,26 | 0,00 | 6.843.587,35 |
| 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS | 74.432.550,30 | 45.614,48 | 1.550.448,64 | 3.441.341,45 | 172,62 | 69.394.973,11 | 69.399.505,39 | | -4.532,28 |
| 300 - RECURSOS ORDINÁRIOS | 15.757.669,36 | | | | | 15.757.669,36 | 15.757.669,36 | | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 90.190.219,66 | 45.614,48 | 1.550.448,64 | 3.441.341,45 | 172,62 | 85.152.642,47 | 85.157.174,75 | 0,00 | -4.532,28 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 101.524.572,30 | 48.883,62 | 1.574.269,14 | 3.620.329,21 | 3.930.401,25 | 92.350.689,08 | 85.511.634,01 | 0,00 | 6.839.055,07 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL > Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Órgão Superiores > 12000 - Justiça Federal > 5ª Região > TRF5 > Setorial Contábil - TRF5 > RGF - Anexo 5 - Disponibilidade de Caixa e Inscrição em RP (2019) 17/01/2020, 15:35h

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

a) No valor total da Disponibilidade de Caixa Bruta, encontram-se incluídos os valores de R$ 59.708.040,26 na fonte 100 , R$ 740,79 na fonte 169 e R$ 15.740.367,52 na fonte 300, em razão da existência de valores líquidos de recursos a receber para restos a pagar.

b) Em relação a fonte 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS, em 23/01/2020 foi cancelada, na UG 090031, a nota de empenho 2019NE000754 , no valor de R$ 14.962,41 referente aos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar do exercício de 2019, a fim de compatibilizar com o saldo da disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição de Restos a Pagar não processados).

Des VLADIMIR SOUZA CARVALHO
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO /2019

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.315.005.494,18 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II | 185.558.627,45 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II | 1.129.446.866,73 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV | 905.658.590.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | 0,124710% |

| | | | | % DA RCL | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,167993% | 1.521.443.035,10 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Proc. Adm SIGED nº 201160727 | 0,167829% | 1.519.957.775,01 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Resolução CJF-res-2012/00184 | 0,229255% | 2.076.267.600,50 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Resolução CJF-res-2013/00250 | 0,228829% | 2.072.409.494,91 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | |

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des VLADIMIR SOUZA CARVALHO
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO /2019

| LRF, art. 48 - Anexo VI | | R$ 1,00 |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
| Receita Corrente líquida | | R$ 905.658.590.000,00 |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.129.446.866,73 | 0,124710% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,228829%> | 2.072.409.494,91 | 0,228829% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,217388%> | 1.968.789.020,17 | 0,217388% |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGARNÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO |
| Valor Total | 85.511.634,01 | 92.350.689,08 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL e Limites Máximo e Prudencial definidos pela Resolução Nº 250/2013 do Conselho da Justiça Federal.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

### PORTARIA Nº 37, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

A DESEMBARGADORA DENISE CASTELO BONFIM, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do artigo 19, incisos LV e LVII do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; artigo 54, caput e inciso III; artigo 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre de 2019 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª. DENISE CASTELO BONFIM

ANEXOS

| RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | | | | | | | | | | | | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 4.361.301,07 | 3.216.612,75 | 3.157.662,59 | 3.155.799,21 | 3.318.277,04 | 3.186.545,79 | 3.136.886,64 | 3.352.745,94 | 3.242.118,19 | 3.187.833,05 | 4.888.033,76 | 3.730.193,29 | 41.934.009,32 | 250.947,24 |
| Pessoal Ativo | 3.751.188,04 | 2.809.870,76 | 2.750.920,61 | 2.749.057,23 | 2.911.535,06 | 2.779.803,81 | 2.730.144,66 | 2.946.003,96 | 2.835.376,21 | 2.781.091,07 | 4.276.457,54 | 3.323.451,31 | 36.644.900,26 | 250.947,24 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 3.359.451,77 | 2.433.163,54 | 2.368.417,69 | 2.364.473,84 | 2.529.779,93 | 2.396.763,31 | 2.350.589,77 | 2.557.238,79 | 2.450.772,25 | 2.394.171,58 | 3.504.917,06 | 2.922.824,35 | 31.632.563,88 | 250.947,24 |
| Obrigações Patronais | 391.736,27 | 376.707,22 | 382.502,92 | 384.583,39 | 381.755,13 | 383.040,50 | 379.554,89 | 388.765,17 | 384.603,96 | 386.919,49 | 771.540,48 | 400.626,96 | 5.012.336,38 | - |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 610.113,03 | 406.741,99 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 611.576,22 | 406.741,98 | 5.289.109,06 | - |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 446.565,71 | 297.710,45 | 297.710,45 | 297.710,45 | 297.710,45 | 297.710,45 | 297.710,45 | 297.710,45 | 297.710,45 | 297.710,45 | 446.565,64 | 297.710,45 | 3.870.235,85 | - |
| Pensões | 163.547,32 | 109.031,54 | 109.031,53 | 109.031,53 | 109.031,53 | 109.031,53 | 109.031,53 | 109.031,53 | 109.031,53 | 109.031,53 | 165.010,58 | 109.031,53 | 1.418.873,21 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de | | | | | | | | | | | | | | |
| terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 610.113,03 | 419.657,71 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 410.598,07 | 409.036,02 | 433.873,77 | 412.374,64 | 268.945,48 | 563.324,02 | 262.758,33 | 5.010.907,01 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | 24.270,75 | 5.632,66 | - | - | - | 29.903,41 | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | 12.915,72 | - | - | - | 3.856,09 | 2.294,04 | 2.861,04 | - | - | 7.215,29 | - | 29.142,18 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 610.113,03 | 406.741,99 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 406.741,98 | 268.945,48 | 556.108,73 | 262.758,33 | 4.951.861,42 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 3.751.188,04 | 2.796.955,04 | 2.750.920,61 | 2.749.057,23 | 2.911.535,06 | 2.775.947,72 | 2.727.850,62 | 2.918.872,17 | 2.829.743,55 | 2.918.887,57 | 4.324.709,74 | 3.467.434,96 | 36.923.102,31 | 250.947,24 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 37.174.049,55 | 0,004105 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 76.419.471,79 | 0,008438 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 72.598.498,20 | 0,008016 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 68.777.524,61 | 0,007594 |

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC. Data da emissão: 22/01/2020 e hora de emissão: 13:30.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

| RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") | R$ 1,00 |
|---|---|

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeira | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e)) | (g) | | (h) = (f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 1.078.725,56 | 33.794,04 | 53.522,52 | 3.403,11 | 1.257,82 | 986.748,07 | 986.748,07 | - | - |
| Recursos Ordinários | 1.078.725,56 | 33.794,04 | 53.522,52 | 3.403,11 | 1.257,82 | 986.748,07 | 986.748,07 | - | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 1.078.725,56 | 33.794,04 | 53.522,52 | 3.403,11 | 1.257,82 | 986.748,07 | 986.748,07 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 24.309,00 | - | - | - | 1.995,01 | 22.313,99 | - | - | 22.313,99 |
| Recursos Vinculados ao RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 24.309,00 | - | - | - | 1.995,01 | 22.313,99 | - | - | 22.313,99 |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 20.578,99 | - | - | - | - | 20.578,99 | - | - | 20.578,99 |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | 1.735,00 | - | - | - | - | 1.735,00 | - | - | 1.735,00 |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 1.995,01 | - | - | - | 1.995,01 | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | 1.103.034,56 | 33.794,04 | 53.522,52 | 3.403,11 | 3.252,83 | 1.009.062,06 | 986.748,07 | - | 22.313,99 |

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC. Data da emissão: 22/01/2020 e hora de emissão: 13:30.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 333.997,74.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

| LRF, art. 48 - Anexo 6 | R$ 1,00 |
|---|---|

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 37.174.049,55 | 0,004105 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 76.419.471,79 | 0,008438 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 72.598.498,20 | 0,008016 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 68.777.524,61 | 0,007594 |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 986.748,07 | 22.313,99 |

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC.
Data da emissão: 22/01/2020 e hora de emissão: 13:30.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 42.184.956,56 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 5.010.907,01 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 37.174.049,55 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | | 905.658.589.594,29 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | | 0,004105% |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,008462% | 76.636.829,85 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,008454% | 76.564.377,16 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,008438% | 76.419.471,79 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | | |

| |
|---|
| \1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça |
| \2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça |
| \3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho |

| |
|---|
| Documento assinado eletronicamente por Denise Castelo Bonfim, Presidente, em 28/01/2020, às 10:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. |
| A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0330355 e o código CRC 15170075. |

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

### PORTARIA Nº 52, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao terceiro quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 1098/2020, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao terceiro quadrimestre de 2019 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 10.518.831,41 | 8.315.073,56 | 7.963.938,41 | 8.176.265,03 | 7.779.524,54 | 8.083.776,30 | 8.039.842,65 | 8.056.003,24 | 7.913.426,57 | 8.094.888,73 | 11.829.461,90 | 11.938.365,56 | 106.709.397,90 | 1.419.267,33 |
| Pessoal Ativo | 9.354.545,94 | 7.544.664,29 | 7.201.237,26 | 7.434.404,36 | 7.039.785,26 | 7.295.666,59 | 7.289.226,34 | 7.262.695,77 | 7.132.748,01 | 7.313.324,52 | 10.652.196,25 | 11.159.834,78 | 96.680.329,37 | 1.419.267,33 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 8.380.463,15 | 6.526.203,12 | 6.227.871,09 | 6.443.728,90 | 6.082.941,61 | 6.305.231,16 | 6.316.113,23 | 6.293.106,85 | 6.163.957,05 | 6.341.064,39 | 8.739.530,75 | 10.612.051,47 | 84.432.262,77 | 1.416.024,61 |
| Obrigações Patronais | 974.082,79 | 1.018.461,17 | 973.366,17 | 990.675,46 | 956.843,65 | 990.435,43 | 973.113,11 | 969.588,92 | 968.790,96 | 972.260,13 | 1.912.665,50 | 547.783,31 | 12.248.066,60 | 3.242,72 |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 1.164.285,47 | 770.409,27 | 762.701,15 | 741.860,67 | 739.739,28 | 788.109,71 | 750.616,31 | 793.307,47 | 780.678,56 | 781.564,21 | 1.177.265,65 | 778.530,78 | 10.029.068,53 | - |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 734.858,15 | 484.124,40 | 501.027,45 | 475.944,19 | 475.944,19 | 488.393,24 | 488.173,71 | 513.640,44 | 516.184,09 | 513.885,29 | 758.941,55 | 514.209,83 | 6.465.326,53 | - |
| Pensões | 429.427,32 | 286.284,87 | 261.673,70 | 265.916,48 | 263.795,09 | 299.716,47 | 262.442,60 | 279.667,03 | 264.494,47 | 267.678,92 | 418.324,10 | 264.320,95 | 3.563.742,00 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta(§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 1.164.285,47 | 964.199,54 | 827.142,70 | 856.472,79 | 750.505,20 | 806.677,72 | 897.940,87 | 794.096,24 | 781.276,96 | 917.394,36 | 1.267.161,93 | 2.326.106,73 | 12.353.260,51 | 286.525,47 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | 22.947,41 | 3.718,73 | 1.129,26 | 231,65 | 3.976,64 | 775,80 | 598,40 | 3.758,22 | 2.560,30 | 4.310,01 | 44.006,42 | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | 193.790,27 | 41.494,14 | 110.893,39 | 9.636,66 | 18.336,36 | 143.347,92 | 12,97 | - | 132.071,93 | 87.335,98 | 1.876.687,47 | 2.613.607,09 | 286.525,47 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 1.164.285,47 | 770.409,27 | 762.701,15 | 741.860,67 | 739.739,28 | 788.109,71 | 750.616,31 | 793.307,47 | 780.678,56 | 781.564,21 | 1.177.265,65 | 445.109,25 | 9.695.647,00 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 9.354.545,94 | 7.350.874,02 | 7.136.795,71 | 7.319.792,24 | 7.029.019,34 | 7.277.098,58 | 7.141.901,78 | 7.261.907,00 | 7.132.149,61 | 7.177.494,37 | 10.562.299,97 | 9.612.258,83 | 94.356.137,39 | 1.132.741,86 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b) | 95.488.879,25 | 0,010544 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 150.928.003,96 | 0,016665 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 143.381.603,76 | 0,015832 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 135.835.203,56 | 0,014999 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/CO, Data da emissão 22/jan/2020 e hora de emissão 9h e 30mim.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 108.128.665,23 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 12.639.785,98 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 95.488.879,25 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | 0,10544% |

| | | | | % DA RCL | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| | LRF, art. 20, incisos I, II E III | | | 0,016713% | 151.362.720,08 |
| LIMITE | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005 | 0,016696% | 151.208.758,12 |
| MÁXIMO | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,016665% | 150.928.003,96 |

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF, Data da emissão 22/jan/2020 e hora de emissão 9h e 30min.
\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | de Exercícios Anteriores | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | (g) | | (h) = (f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 2.758.721,18 | - | - | 45.502,11 | - | 2.713.219,07 | 2.713.219,07 | - | - |
| Recursos Ordinários | 2.758.721,18 | - | - | 45.502,11 | - | 2.713.219,07 | 2.713.219,07 | | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 2.758.721,18 | - | - | 45.502,11 | - | 2.713.219,07 | 2.713.219,07 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos Vinculados ao RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188- Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | | | | | | | | | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | | | | | | | | | - |
| 0190 - Recursos Diversos | | | | | | | | | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | | | | | | | | | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Arrec. - Exercícios Anteriores | | | | | | | | | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 2.758.721,18 | - | - | 45.502,11 | - | 2.713.219,07 | 2.713.219,07 | - | - |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF, Data da emissão 22/jan/2020 e hora de emissão 9h e 30min.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de caixa bruta" foram incluídos os valores de limite de Restos a Pagar autorizados no montante de R$ 2.758.721,18.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 95.488.879,25 | 0,010544 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 150.928.003,96 | 0,016665 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 143.381.603,76 | 0,015832 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 135.835.203,56 | 0,014999 |
| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor apurado nos demonstrativos respectivos | 2.713.219,07 | - |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF, Data da emissão 22/jan/2020 e hora de emissão 9h e 30min.

JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
Presidente do Tribunal

JÚLIO BRIGLIA MARQUES
Diretor Geral

JOSÉ OCICLEIO DE MELO
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças
Em exercício

LEVINDO MIRANDA SOUZA
Coordenador de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### PORTARIA Nº 23, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o constante no Processo Administrativo Digital nº752/2020, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: janeiro a dezembro de 2019, composto dos seguintes demonstrativos: Despesa com Pessoal; Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar; Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal; e dos Limites de Despesa com Pessoal, em atenção ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-PLENÁRIO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JATAHY JÚNIOR

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

| DESPESACOM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 32.124.361,30 | 24.452.265,40 | 24.198.435,47 | 24.122.556,36 | 24.289.072,87 | 24.049.995,41 | 24.165.774,06 | 23.994.578,18 | 23.993.440,32 | 24.428.087,23 | 36.635.673,99 | 36.576.255,36 | 323.030.495,95 | 2.473.977,53 |
| Pessoal Ativo | 25.775.377,87 | 20.133.877,43 | 19.938.028,28 | 19.900.048,86 | 20.065.741,48 | 19.824.161,38 | 19.558.085,05 | 19.712.138,82 | 19.609.164,40 | 20.055.300,99 | 30.069.720,82 | 31.985.503,10 | 266.627.148,48 | 2.381.206,63 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 22.936.746,04 | 17.270.280,20 | 17.088.700,22 | 17.074.600,75 | 17.257.670,90 | 17.007.526,18 | 16.755.394,33 | 16.881.340,45 | 16.816.852,03 | 17.234.209,97 | 24.483.841,38 | 29.095.619,41 | 229.902.781,86 | 2.264.153,09 |
| Obrigações Patronais | 2.838.622,87 | 2.863.588,27 | 2.849.319,10 | 2.825.439,31 | 2.808.061,78 | 2.816.626,40 | 2.802.682,08 | 2.830.789,57 | 2.792.303,57 | 2.821.082,22 | 5.585.870,64 | 2.889.874,89 | 36.724.260,70 | 117.053,54 |
| Benefícios Previdenciários | 8,96 | 8,96 | 8,96 | 8,80 | 8,80 | 8,80 | 8,64 | 8,80 | 8,80 | 8,80 | 8,80 | 8,80 | 105,92 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 6.348.983,43 | 4.318.387,97 | 4.260.407,19 | 4.222.507,50 | 4.223.331,39 | 4.225.834,03 | 4.607.689,01 | 4.282.439,36 | 4.384.275,92 | 4.372.786,24 | 6.565.953,17 | 4.590.752,26 | 56.403.347,47 | 92.770,90 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 4.910.270,07 | 3.335.220,47 | 3.289.222,76 | 3.263.671,33 | 3.264.495,22 | 3.266.997,86 | 3.648.852,68 | 3.323.603,19 | 3.336.388,49 | 3.373.278,98 | 5.034.827.04 | 3.552.226,77 | 43.599.054,86 | 92.770,90 |
| Pensões | 1.438.709,84 | 983.163,98 | 971.180,91 | 958.832,65 | 958.832,65 | 958.832,65 | 958.832,65 | 958.832,65 | 1.047.883,91 | 999.503,74 | 1.531.122,61 | 1.038.522,93 | 12.804.251,17 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | 3,52 | 3,52 | 3,52 | 3,52 | 3,52 | 3,52 | 3,68 | 3,52 | 3,52 | 3,52 | 3,52 | 2,56 | 41,44 | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF) | 6.348.983,43 | 4.318.387,97 | 4.260.407,19 | 4.229.884,11 | 4.236.126,55 | 4.243.605,40 | 4.632.248,64 | 4.282.439,36 | 4.446.096,30 | 4.531.762,13 | 6.001.372,60 | 3.370.591,20 | 54.901.904,88 | 2.373.557,05 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | - | 7.376,61 | 12.795,16 | 17.771,37 | 24.559,63 | - | 61.820,38 | 158.975,89 | 233.921,81 | 3.137.567,34 | 3.654.788,19 | 2.373.557,05 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 6.348.983,43 | 4.318.387,97 | 4.260.407,19 | 4.222.507,50 | 4.223.331,39 | 4.225.834,03 | 4.607.689,01 | 4.282.439,36 | 4.384.275,92 | 4.372.786,24 | 5.767.450,79 | 233.023,86 | 51.247.116,69 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II) | 25.775.377,87 | 20.133.877,43 | 19.938.028,28 | 19.892.672,25 | 20.052.946,32 | 19.806.390,01 | 19.533.525,42 | 19.712.138,82 | 19.547.344,02 | 19.896.325,10 | 30.634.301,39 | 33.205.664,16 | 268.128.591,07 | 100.420,48 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb) | 268.229.011,55 | 0,029617 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 496.337.133,44 | 0,054804 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 471.520.276,77 | 0,052064 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 446.703.420,10 | 0,049324 |

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 23/jan/2020 às 13h e 30min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limite máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | (g) | | (h)=(f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 14.937.909,46 | 1.071.110,09 | 164.570,12 | 2.795.201,32 | - | 10.907.027,93 | 10.907.027,93 | - | - |
| Recursos Ordinários | 14.937.909,46 | 1.071.110,09 | 164.570,12 | 2.795.201,32 | - | 10.907.027,93 | 10.907.027,93 | - | - |
| 0100- Recursos Ordinários | 14.925.292,96 | 1.058.493,59 | 164.570,12 | 2.795.201,32 | - | 10.907.027,93 | 10.907.027,93 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | 12.616,50 | 12.616,50 | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II) | 1.647.658,69 | 62.492,82 | - | - | 172.296,19 | 1.412.869,68 | - | - | 1.412.869,68 |
| Recursos Vinculados ao RPPS | 7.654,56 | - | - | - | - | 7.654,56 | - | - | 7.654,56 |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | 7.618,25 | - | - | - | - | 7618,25 | - | - | 7.618,25 |
| 0169 - Contribuição patronal p/Plano Seg. Social Servidor | 36,31 | - | - | | | 36,31 | - | - | 36,31 |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188- Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculadas | 1.640.004,13 | 62.492,82 | - | - | 172.296,19 | 1.405.215,12 | - | - | 1.405.215,12 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judicário | 301.589,12 | 62.492,82 | - | - | - | 239.096,30 | - | - | 239.096,30 |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | 1.166.118,82 | - | - | - | - | 1.166.118,82 | - | - | 1.166.118,82 |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 172.296,19 | - | - | - | 172.296,19 | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recusos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 16.585.568,15 | 1.133.602,91 | 164.570,12 | 2.795.201,32 | 172.296,19 | 12.319.897,61 | 10.907.027,93 | - | 1.412.869,68 |

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE. Emitido em 24/jan/2020 às 13h e 30min.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 13.674.560,32.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 268.229.011,55 | 0,029617 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 496.337.133,44 | 0,054804 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 471.520.276,77 | 0,052064 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º, do art. 59 da LRF) | 446.703.420,10 | 0,049324 |
| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO |
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 10.907.027,93 | 1.412.869,68 |

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE. Emitido em 24/jan/2020 às 13h e 30min.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 325.504.473,48 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 57.275.461,93 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 268.229.011,55 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,029617% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,054961% | 497.759.017,43 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005 | 0,054906% | 497.260.905,20 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº385, de 22 de agosto de 2013 | 0,054804% | 496.337.133,44 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | - | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça \2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça \3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. EDMILSON JATAHY FONSECA JUNIOR
Presidente do Tribunal

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA
Diretor-Geral

ANDRÉIA MARTINS MACHADO
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade-Substituta

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA
Coordenadora de Auditoria Interna

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

### PORTARIA Nº 14, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, referente ao terceiro quadrimestre de 2019, período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, considerando o item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário e o que consta do Procedimento Administrativo SEI nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal referente ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa de Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9.4, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Desª. CARMELITA BRASIL

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1](b) |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 9.172.379,87 | 6.619.902,09 | 6.803.881,34 | 6.459.497,65 | 6.550.772,91 | 6.663.279,93 | 6.344.451,83 | 6.489.638,57 | 6.403.215,99 | 6.393.773,66 | 9.928.257,81 | 7.084.326,05 | 84.913.377,70 | 175.000,00 |
| Pessoal Ativo | 6.553.143,61 | 4.791.539,84 | 5.012.435,45 | 4.667.912,65 | 4.655.854,47 | 4.731.066,23 | 4.535.949,80 | 4.649.723,99 | 4.563.369,77 | 4.513.598,58 | 7.026.215,26 | 5.169.502,52 | 60.870.312,17 | 170.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 5.883.521,70 | 4.124.782,94 | 4.168.302,17 | 4.031.653,89 | 4.014.098,49 | 4.091.671,97 | 3.906.270,57 | 4.011.244,03 | 3.928.570,75 | 3.888.775,82 | 5.773.096,57 | 4.540.129,80 | 52.362.118,70 | 148.000,00 |
| Obrigações Patronais | 669.621,91 | 666.756,90 | 844.133,28 | 636.258,76 | 641.755,98 | 639.394,26 | 629.679,23 | 638.479,96 | 634.799,02 | 624.822,76 | 1.253.118,69 | 629.372,72 | 8.508.193,47 | 22.000,00 |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 2.619.236,26 | 1.828.362,25 | 1.791.445,89 | 1.791.585,00 | 1.894.918,44 | 1.932.213,70 | 1.808.502,03 | 1.839.914,58 | 1.839.846,22 | 1.880.175,08 | 2.902.042,55 | 1.914.823,53 | 24.043.065,53 | 5.000,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 1.767.380,17 | 1.217.954,47 | 1.205.237,05 | 1.205.376,16 | 1.310.591,00 | 1.347.886,26 | 1.223.225,66 | 1.225.873,04 | 1.244.767,51 | 1.288.526,01 | 1.999.045,55 | 1.323.174,46 | 16.359.037,34 | 5.000,00 |
| Pensões | 851.856,09 | 610.407,78 | 586.208,84 | 586.208,84 | 584.327,44 | 584.327,44 | 585.276,37 | 614.041,54 | 595.078,71 | 591.649,07 | 902.997,00 | 591.649,07 | 7.684.028,19 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 2.619.236,26 | 1.828.362,25 | 2.063.445,03 | 1.791.585,00 | 1.887.805,10 | 1.932.693,29 | 1.804.945,36 | 1.836.357,91 | 1.836.289,55 | 1.300.525,68 | 1.970.240,64 | 1.370,98 | 20.872.857,05 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | 271.999,14 | - | (7.113,34) | 479,59 | (3.556,67) | (3.556,67) | (3.556,67) | (3.556,67) | 10.106,80 | (1.981,46) | 259.264,05 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 2.619.236,26 | 1.828.362,25 | 1.791.445,89 | 1.791.585,00 | 1.894.918,44 | 1.932.213,70 | 1.808.502,03 | 1.839.914,58 | 1.839.846,22 | 1.304.082,35 | 1.960.133,84 | 3.352,44 | 20.613.593,00 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 6.553.143,61 | 4.791.539,84 | 4.740.436,31 | 4.667.912,65 | 4.662.967,81 | 4.730.586,64 | 4.539.506,47 | 4.653.280,66 | 4.566.926,44 | 5.093.247,98 | 7.958.017,17 | 7.082.955,07 | 64.040.520,65 | 175.000,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b) | 64.215.520,65 | 0,007090 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 213.400.333,47 | 0,023563 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 202.730.316,79 | 0,022385 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 192.060.300,12 | 0,021207 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 23/janeiro/2.020, às 16h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 85.088.377,70 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 20.872.857,05 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | | | | 64.215.520,65 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,007090% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,023631% | 214.016.181,31 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005 | 0,023607% | 213.798.823,25 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,023563% | 213.400.333,47 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 23/janeiro/2.020, às 16h.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃOEM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | | (h) = (f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 613.786,38 | - | 10.964,86 | 8.455,03 | - | 594.366,49 | 302.049,06 | - | 292.317,43 |
| Recursos Ordinários | 613.786,38 | - | 10.964,86 | 8.455,03 | - | 594.366,49 | 302.049,06 | - | 292.317,43 |
| 0100 - Recursos Ordinários | 613.786,38 | - | 10.964,86 | 8.455,03 | - | 594.366,49 | 302.049,06 | - | 292.317,43 |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 28.767,44 | - | - | 28.767,34 | - | 0,10 | - | - | 0,10 |
| Recursos Vinculados ao RPPS | 28.767,34 | - | - | 28.767,34 | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | 28.767,34 | - | - | 28.767,34 | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 0,10 | - | - | - | - | 0,10 | - | - | 0,10 |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 0,10 | - | - | - | - | 0,10 | - | - | 0,10 |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 642.553,82 | - | 10.964,86 | 37.222,37 | - | 594.366,59 | 302.049,06 | - | 292.317,53 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 23/janeiro/2.020, às 16h.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 28.767,34.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 64.215.520,65 | 0,007090 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 213.400.333,47 | 0,023563 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 202.730.316,79 | 0,022385 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 192.060.300,12 | 0,021207 |
| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 302.049,06 | 292.317,53 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 23/janeiro/2.020, às 16h.

WESLEY NOGUEIRA AMARAL
Gestor Financeiro

ANTONIO LUIS RODRIGUES ALVES
Coordenador de Controle Interno

EDUARDO DE CASTRO RODRIGUES
Diretor-Geral

Desª. CARMELITA BRASIL
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

### PORTARIA Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao terceiro quadrimestre de 2019.

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao terceiro quadrimestre de 2019, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS SIMÕES FONSECA

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| **DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)** | 171.614.607,58 | 118.296.004,21 | 119.717.197,87 | 118.542.734,36 | 118.611.004,84 | 128.530.637,72 | 117.336.170,52 | 117.681.750,79 | 118.804.640,97 | 118.299.651,74 | 182.104.047,11 | 141.752.911,57 | 1.571.291.359,28 | 3.892.694,59 | 1.575.184.053,87 |
| **Pessoal Ativo** | 116.774.596,30 | 76.348.811,99 | 77.255.778,58 | 76.937.606,28 | 76.263.542,84 | 80.958.226,43 | 74.981.939,12 | 75.279.639,73 | 75.820.610,81 | 73.844.079,02 | 115.462.539,92 | 85.923.325,77 | 1.005.850.696,79 | 3.796.363,08 | 1.009.647.059,87 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 103.692.906,85 | 65.049.027,31 | 65.425.285,10 | 65.410.312,70 | 64.819.613,12 | 69.376.896,92 | 63.683.225,45 | 63.995.870,36 | 64.497.108,87 | 62.715.818,04 | 93.440.085,01 | 74.582.706,24 | 856.688.855,97 | 726.768,02 | 857.415.623,99 |
| Obrigações Patronais | 13.081.689,45 | 11.299.784,68 | 11.830.493,48 | 11.527.293,58 | 11.443.929,72 | 11.581.329,51 | 11.298.713,67 | 11.283.769,37 | 11.323.501,94 | 11.128.260,98 | 22.022.454,91 | 11.340.619,53 | 149.161.840,82 | 3.069.595,06 | 152.231.435,88 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| **Pessoal Inativo e Pensionistas** | 54.840.011,28 | 41.947.192,22 | 42.461.419,29 | 41.605.128,08 | 42.347.462,00 | 47.572.411,29 | 42.354.231,40 | 42.402.111,06 | 42.984.030,16 | 44.455.572,72 | 66.641.507,19 | 55.829.585,80 | 565.440.662,49 | 96.331,51 | 565.536.994,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 46.178.636,00 | 34.208.100,08 | 34.985.645,42 | 34.232.551,51 | 34.946.180,40 | 38.324.830,46 | 35.120.852,18 | 35.238.988,98 | 35.547.688,90 | 36.971.877,14 | 55.674.955,26 | 44.773.111,02 | 466.203.417,35 | 27.000,00 | 466.230.417,35 |
| Pensões | 8.661.375,28 | 7.739.092,14 | 7.475.773,87 | 7.372.576,57 | 7.401.281,60 | 9.247.580,83 | 7.233.379,22 | 7.163.122,08 | 7.436.341,26 | 7.483.695,58 | 10.966.551,93 | 11.056.474,78 | 99.237.245,14 | 69.331,51 | 99.306.576,65 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| **Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| **DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)** | 40.825.179,00 | 40.997.001,46 | 42.098.285,29 | 41.329.844,01 | 42.181.334,33 | 42.559.616,01 | 42.402.582,16 | 42.381.283,67 | 7.418.813,74 | 7.570.271,89 | 7.334.015,87 | 20.651.631,40 | 377.749.858,83 | 0,00 | 377.749.858,83 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 40.682,61 | 43.304,84 | 41.995,54 | 41.445,30 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 42.274,80 | 41.995,54 | 503.671,87 | | 503.671,87 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 97.178,65 | | 166.727,74 | | 21.093,21 | 251.500,74 | 1.215,25 | 16.859,06 | 4.975,05 | 7.792,30 | 17.399,65 | 17.068.298,31 | 17.653.039,96 | | 17.653.039,96 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 40.687.317,74 | 40.953.696,62 | 41.889.562,01 | 41.288.398,71 | 42.118.245,58 | 42.266.119,73 | 42.359.371,37 | 42.322.429,07 | 7.371.843,15 | 7.520.484,05 | 7.274.341,42 | 3.541.337,55 | 359.593.147,00 | | 359.593.147,00 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)** | 130.789.428,58 | 77.299.002,75 | 77.618.912,58 | 77.212.890,35 | 76.429.670,51 | 85.971.021,71 | 74.933.588,36 | 75.300.467,12 | 111.385.827,23 | 110.729.379,85 | 174.770.031,24 | 121.101.280,17 | 1.193.541.500,45 | 3.892.694,59 | 1.197.434.195,04 |

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| **TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)** | **12.277.859,27** | **0,00** | **2.919,72** | **365.653,30** | **0,00** | **11.909.286,25** | **9.259.302,85** | **0,00** | **2.649.983,40** |
| 00 – Recursos Ordinários | 12.277.859,27 | 0,00 | 2.919,72 | 365.653,30 | 0,00 | 11.909.286,25 | 9.259.302,85 | 0,00 | 2.649.983,40 |
| Outros Recursos Não Vinculados | | | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)** | **16.765.350,29** | **0,00** | **4.000,00** | **3.901.377,98** | **42.111,21** | **12.817.861,10** | **8.986.673,01** | **0,00** | **3.831.188,09** |
| Recursos vinculados ao RPPS | | | | | | | | | |
| Recursos de Operação de Crédito | | | | | | | | | |
| Recursos de Alienação e Bens/Ativos | | | | | | | | | |
| Recursos vinculados a Precatórios | | | | | | | | | |
| Recursos vinculados a Depósitos Judiciais | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Vinculados | 16.765.350,29 | 0,00 | 4.000,00 | 3.901.377,98 | 42.111,21 | 12.817.861,10 | 8.986.673,01 | 0,00 | 3.831.188,09 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **29.043.209,56** | **0,00** | **6.919,72** | **4.267.031,28** | **42.111,21** | **24.727.147,35** | **18.245.975,86** | **0,00** | **6.481.171,49** |

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

*R$ 1,00*

| | **DESPESAS EXECUTADAS** |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 110.619.883,57 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 13.475.604,92 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)** | **97.144.278,65** |

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

| | |
|---|---|
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)** | **905.658.589.594,29** |
| **% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100** | **0,010726%** |

| | | | | **% DA RCL** | **VALOR** |
|---|---|---|---|---|---|
| **LIMITE MÁXIMO** | **LRF, art. 20, incisos I, II e III** | | | **0,018106%** | **163.978.544,23** |
| | **Resol CNJ 5/2005** | Ato decorrente: | **Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005** | **0,018088%** | **163.815.525,69** |
| | **Resol CNJ 26/2006** | Ato decorrente: | **-** | - | - |
| | **Resol CNJ 177/2013** | Ato decorrente: | **Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013** | **0,018054%** | **163.507.601,77** |
| | **Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015** | | | - | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | **VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE** |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| **DESPESA COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL** |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 97.144.278,65 | 0,010726 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 163.507.601,77 | 0,018054 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 155.332.221,68 | 0,017151 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 147.156.841,59 | 0,016249 |

| **RESTOS A PAGAR** | **RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
|---|---|---|
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 4.106.326,46 | 7.702,60 |

**FONTE:TESOURO GERENCIAL, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 21/jan/2020 às 15h e 19m.**

MARCOS VENTUROTT FERREIRA
Secretário de Administração e Orçamento em Substituição

WELITON MARIANO NEVES
Coordenador de Controle Interno em Substituição

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
Diretor Geral

CARLOS SIMÕES FONSECA
Vice-Presidente no Exercício da Presidência do TRE/ES

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

### PORTARIA Nº 23, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao terceiro quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao terceiro quadrimestre de 2019 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS ESCHER

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 17.144.621,45 | 13.210.496,58 | 13.337.034,71 | 13.272.109,62 | 13.256.509,82 | 13.601.165,88 | 13.102.689,48 | 13.316.647,07 | 13.146.840,34 | 13.156.510,81 | 20.047.864,89 | 14.930.886,91 | 171.523.377,56 | 268.729,50 |
| Pessoal Ativo | 14.387.184,86 | 11.361.036,93 | 11.489.711,28 | 11.425.132,02 | 11.392.479,75 | 11.737.135,81 | 11.205.731,91 | 11.417.960,10 | 11.162.878,28 | 11.220.246,98 | 17.162.544,75 | 12.998.054,97 | 146.960.097,64 | 268.729,50 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 12.890.048,28 | 9.816.417,01 | 9.949.614,56 | 9.944.752,84 | 9.909.751,38 | 10.256.846,66 | 9.734.304,27 | 9.937.299,63 | 9.696.426,14 | 9.747.209,83 | 14.241.869,21 | 11.489.169,43 | 127.613.709,24 | 232.327,28 |
| Obrigações Patronais | 1.497.134,50 | 1.544.617,84 | 1.540.094,64 | 1.480.377,26 | 1.482.726,45 | 1.480.287,39 | 1.471.425,88 | 1.480.658,71 | 1.466.450,38 | 1.473.035,39 | 2.920.673,94 | 1.508.883,94 | 19.346.366,32 | 36.402,22 |
| Benefícios Previdenciários | 2,08 | 2,08 | 2,08 | 1,92 | 1,92 | 1,76 | 1,76 | 1,76 | 1,76 | 1,76 | 1,60 | 1,60 | 22,08 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 2.757.436,59 | 1.849.459,65 | 1.847.323,43 | 1.846.977,60 | 1.864.030,07 | 1.864.030,07 | 1.896.957,57 | 1.898.686,97 | 1.983.962,06 | 1.936.263,83 | 2.885.320,14 | 1.932.831,94 | 24.563.279,92 | - |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 2.107.771,21 | 1.407.080,12 | 1.406.302,95 | 1.405.957,12 | 1.426.256,06 | 1.426.256,06 | 1.459.186,56 | 1.460.912,96 | 1.546.188,05 | 1.498.489,82 | 2.226.327,59 | 1.522.153,59 | 18.892.882,09 | - |
| Pensões | 649.664,90 | 442.379,05 | 441.020,00 | 441.020,00 | 437.773,53 | 437.773,53 | 437.770.53 | 437.773,53 | 437.773,53 | 437.773,53 | 658.992,07 | 410.677,87 | 5.670.392,07 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 5,76 | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 2.757.436,59 | 1.849.459,65 | 1.860.469,40 | 1.900.815,00 | 1.864.030,07 | 1.958.731,92 | 1.896.957,57 | 1.955.028,58 | 1.983.962,06 | 1.978.311,52 | 1.488.675,70 | 184.244,28 | 21.678.122,34 | 135.169,87 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | 13.145,97 | 53.837,40 | -- | 94.701,85 | - | 56.341,61 | - | 42.047,69 | - | 64.070,33 | 324.144,85 | 135.169,87 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 2.757.436,59 | 1.849.459,65 | 1.847.323,43 | 1.846.977,60 | 1.864.030,07 | 1.864.030,07 | 1.896.957,57 | 1.898.686,97 | 1.983.962,06 | 1.936.263,83 | 1.488.675,70 | 120.173,95 | 21.353.977,49 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 14.387.184,86 | 11.361.036,93 | 11.476.565,31 | 11.371.294,62 | 11.392.479,75 | 11.642.433,96 | 11.205.731,91 | 11.361.618,49 | 11.162.878,28 | 11.178.199,29 | 18.559.189,19 | 14.746.642,63 | 149.845.255,22 | 133.559,63 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b) | 149.978.814,85 | 0,016560 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 211.543.733,36 | 0,023358 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 200.966.546,69 | 0,022190 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 190.389.360,02 | 0,021022 |

FONTE: Sistema SIAFI, COFI/TRE-GO, 24/01/2020

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 171.792.107,06 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 21.813.292,21 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | | | | 149.978.814,85 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,016560% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II E III | | | 0,023424% | 212.141.468,03 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005 | 0,023401% | 211.933.166,55 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,023358% | 211.543.733,36 |

Fonte: Sistema SIAFI, COFI/TRE-GO, 24/jan/2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RPNP DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | (g) | | (h)=(f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 5.245.051,79 | 4.097,84 | 140.908,15 | 1.042.420,79 | - | 4.057.625,51 | 1.582.211,44 | - | 2.475.413,57 |
| Recursos Ordinários | 5.245.051,79 | 4.097,84 | 140.908,15 | 1.042.420,79 | - | 4.057.625,51 | 1.582.211,44 | - | 2.475.413,57 |
| 0100 - Recursos Ordinários | 5.245.051,79 | 4.097,84 | 140.908,15 | 1.042.420,79 | - | 4.057.625,51 | 1.582.211,44 | - | 2.475.413,57 |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos Vinculados ao RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Outras destinações vinculadas de recursos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 5.245.051,79 | 4.097,84 | 140.908,15 | 1.042.420,79 | - | 4.057.625,51 | 1.582.211,44 | - | 2.475.413,57 |

FONTE: Sistema SIAFI/ COFI/TRE-GO, 24/jan/2020.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 149.978.814,85 | 0,016560 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 211.543.733,36 | 0,023358 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 200.966.546,69 | 0,022190 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 190.389.360,02 | 0,021022 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 1.582.211,44 | 2.475.413,57 |

FONTE: Sistema SIAFI, COFI/TRE-GO, 24/jan/2020.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

PEDRO HENRIQUE GOMES PEREIRA DE SOUZA AZZI
Coordenador de Auditoria Interna

WILSON GAMBOGE JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. CARLOS ESCHER
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

### PORTARIA Nº 27, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relativo ao terceiro quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Processo Administrativo Eletrônico 387/2018, resolve:

Art. 1º 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao terceiro quadrimestre de 2019, constituído do Demonstrativo as Despesas com Pessoal, Demonstrativo dos Limites de Despesas com Pessoal, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal e do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, constantes dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GILBERTO GIRALDELLI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 11.070.788,08 | 8.102.872,23 | 8.175.775,89 | 8.158.148,61 | 8.133.859,82 | 8.220.941,87 | 8.039.710,67 | 8.062.623,11 | 8.081.891,50 | 8.104.656,74 | 12.196.765,37 | 8.568.072,28 | 104.916.106,17 | 63.121,96 |
| Pessoal Ativo | 9.272.345,41 | 6.887.738,34 | 6.940.065,88 | 6.892.435,69 | 6.841.741,81 | 6.876.291,05 | 6.746.568,47 | 6.769.480,91 | 6.774.065,46 | 6.796.324,36 | 10.230.036,25 | 7.272.972,50 | 88.300.066,13 | 52.121,96 |



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152020012900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 8.348.124,39 | 5.967.520,70 | 6.015.217,44 | 6.000.937,33 | 5.956.983,42 | 5.994.235,76 | 5.861.910,57 | 5.883.553,29 | 5.888.990,86 | 5.915.813,84 | 8.468.320,18 | 6.394.140,14 | 76.695.747,92 | 48.121,96 |
| Obrigações Patronais | 924.221,02 | 920.217,64 | 924.848,44 | 891.498,36 | 884.758,39 | 882.055,29 | 884.657,90 | 885.927,62 | 885.074,60 | 880.510,52 | 1.761.716,07 | 878.832,36 | 11.604.318,21 | 4.000,00 |
| Benefícios Previdenciários | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 1.798.442,67 | 1.215.133,89 | 1.235.710,01 | 1.265.712,92 | 1.292.118,01 | 1.344.650,82 | 1.293.142,20 | 1.293.142,20 | 1.307.826,04 | 1.308.332,38 | 1.966.729,12 | 1.295.099,78 | 16.616.040,04 | 11.000,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 1.326.720,20 | 899.321,64 | 919.897,76 | 940.787,60 | 976.305,76 | 1.028.838,57 | 977.329,95 | 977.329,95 | 992.013,79 | 992.520,13 | 1.491.014,83 | 979.287,53 | 12.501.367,71 | - |
| Pensões | 471.722,47 | 315.812,25 | 315.812,25 | 324.925,32 | 315.812,25 | 315.812,25 | 315.812,25 | 315.812,25 | 315.812,25 | 315.812,25 | 475.714,29 | 315.812,25 | 4.114.672,33 | 11.000,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 1.798.442,67 | 1.215.133,89 | 1.235.710,01 | 1.297.432,47 | 1.298.462,84 | 1.344.650,82 | 1.298.095,52 | 1.293.142,20 | 1.307.866,39 | 1.310.180,03 | 1.058.481,62 | 98.744,46 | 14.556.342,92 | -- |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | -- | -- | -- | 26.282,52 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 26.282,52 | -- |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | -- | -- | -- | 5.437,03 | 6.344,83 | -- | 4.953,32 | -- | 40,35 | 1.847,65 | 84.272,63 | 4.730,59 | 107.626,40 | -- |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 1.798.442,67 | 1.215.133,89 | 1.235.710,01 | 1.265.712,92 | 1.292.118,01 | 1.344.650,82 | 1.293.142,20 | 1.293.142,20 | 1.307.826,04 | 1.308.332,38 | 974.208,99 | 94.013,87 | 14.422.434,00 | -- |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 9.272.345,41 | 6.887.738,34 | 6.940.065,88 | 6.860.716,14 | 6.835.396,98 | 6.876.291,05 | 6.741.615,15 | 6.769.480,91 | 6.774.025,11 | 6.794.476,71 | 11.138.283,75 | 8.469.327,82 | 90.359.763,25 | 63.121,96 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 90.422.885,21 | 0,009984 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 166.659.293,66 | 0,018402 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 158.326.328,97 | 0,017482 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 149.993.364,29 | 0,016562 |

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 21/janeiro/2020 às 16h e 20m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior

continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019

*R$ 1,00*

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 104.979.228,13 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 14.556.342,92 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 90.422.885,21 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,009984% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,018455% | 167.139.292,71 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,018436% | 166.967.217,58 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,018402% | 166.659.293,66 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | - | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 90.422.885,21 | 0,009984 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 166.659.293,66 | 0,018402 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 158.326.328,97 | 0,017482 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 149.993.364,29 | 0,016562 |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 5.771.860,11 | 5.491,01 |

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 21/janeiro/2020 às 16h e 20m.

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") R$1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LíQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LíQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f-g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | (f)=(a-(b+c+d+e)) | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 7.944.136,57 | 187.992,37 | 88.465,94 | 1.887.913,75 | 7.904,40 | 5.771.860,11 | 5.771.860,11 | - | - |
| Recursos Ordinários | 7.944.136,57 | 187.992,37 | 88.465,94 | 1.887.913,75 | 7.904,40 | 5.771.860,11 | 5.771.860,11 | - | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 7.944.136,57 | 187.992,37 | 88.465,94 | 1.887.913,75 | 7.904,40 | 5.771.860,11 | 5.771.860,11 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 397.578,46 | - | - | - | 392.087,45 | 5.491,01 | - | - | 5.491,01 |
| Recursos Vinculados ao RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 397.578,46 | - | - | - | 392.087,45 | 5.491,01 | - | - | 5.491,01 |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 5.491,01 | - | - | - | - | 5.491,01 | - | - | 5.491,01 |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 392.087,45 | - | - | - | 392.087,45 | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | 8.341.715,03 | 187.992,37 | 88.465,94 | 1.887.913,75 | 399.991,85 | 5.777.351,12 | 5.771.860,11 | - | 5.491,01 |

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 21/janeiro/2020 às 16h e 20m.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 6.403.559,78.

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
Diretor-Geral

TÂNIA YOSHIDA OLIVEIRA
Secretária de Administração e Orçamento
Em substituição

DANIEL RIBEIRO TAURINES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

Des. GILBERTO GIRALDELLI
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

### PORTARIA Nº 17, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O DESEMBARGADOR JOÃO MARIA LÓS, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo da Despesa com Pessoal (item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário) desta Corte, relativo ao terceiro quadrimestre de 2019, constante dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. JOÃO MARIA LÓS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) +(B) |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 10.540.110,96 | 7.171.836,53 | 8.463.703,00 | 7.651.035,98 | 7.610.008,12 | 7.741.535,29 | 7.557.259,47 | 7.472.635,24 | 7.542.963,17 | 7.077.381,89 | 11.983.820,98 | 8.300.899,05 | 99.113.189,68 | 810.737,73 | 99.923.927,41 |
| Pessoal Ativo | 8.493.087,76 | 5.791.656,78 | 7.000.707,99 | 6.257.242,41 | 6.203.040,09 | 6.317.517,18 | 6.132.734,65 | 6.013.912,63 | 6.075.982,17 | 5.494.882,73 | 9.785.211,33 | 6.844.127,67 | 80.410.103,39 | 764.874,90 | 81.174.978,29 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 7.632.094,00 | 4.930.631,48 | 6.140.034,29 | 5.395.044,46 | 5.343.655,36 | 5.491.435,96 | 5.334.469,10 | 5.354.201,95 | 5.376.485,57 | 4.722.197,61 | 8.239.484,03 | 6.085.480,01 | 70.045.213,82 | 764.874,90 | 70.810.088,72 |
| Obrigações Patronais | 860.993,76 | 861.025,30 | 860.673,70 | 862.197,95 | 859.384,73 | 826.081,22 | 798.265,55 | 659.710,68 | 699.496,60 | 772.685,12 | 1.545.727,30 | 758.647,66 | 10.364.889,57 | - | 10.364.889,57 |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 2.047.023,20 | 1.380.179,75 | 1.462.995,01 | 1.393.793,57 | 1.406.968,03 | 1.424.018,11 | 1.424.524,82 | 1.458.722,61 | 1.466.981,00 | 1.582.499,16 | 2.198.609,65 | 1.456.771,38 | 18.703.086,29 | 45.862,83 | 18.748.949,12 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 1.867.433,13 | 1.260.453,04 | 1.303.434,82 | 1.260.453,04 | 1.273.627,50 | 1.276.162,11 | 1.276.668,82 | 1.310.866,61 | 1.319.125,00 | 1.434.643,16 | 1.966.389,88 | 1.308.915,38 | 16.858.172,49 | 45.862,83 | 16.904.035,32 |
| Pensões | 179.590,07 | 119.726,71 | 159.560,19 | 133.340,53 | 133.340,53 | 147.856,00 | 147.856,00 | 147.856,00 | 147.856,00 | 147.856,00 | 232.219,77 | 147.856,00 | 1.844.913,80 | - | 1.844.913,80 |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 2.047.023,20 | 1.380.179,75 | 1.557.231,31 | 1.405.142,10 | 1.406.968,03 | 1.424.018,11 | 1.452.624,73 | 1.476.441,75 | 1.473.824,93 | 1.595.807,53 | 234.530,51 | 411.536,99 | 15.865.328,94 | 777.257,73 | 16.642.586,67 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | 94.236,30 | 11.348,53 | - | - | 28.099,91 | 17.719,14 | 6.843,93 | 13.308,37 | 2.310,74 | 11.450,73 | 185.317,65 | 731.394,90 | 916.712,55 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 2.047.023,20 | 1.380.179,75 | 1.462.995,01 | 1.393.793,57 | 1.406.968,03 | 1.424.018,11 | 1.424.524,82 | 1.458.722,61 | 1.466.981,00 | 1.582.499,16 | 232.219,77 | 400.086,26 | 15.680.011,29 | 45.862,83 | 15.725.874,12 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 8.493.087,76 | 5.791.656,78 | 6.906.471,69 | 6.245.893,88 | 6.203.040,09 | 6.317.517,18 | 6.104.634,74 | 5.996.193,49 | 6.069.138,24 | 5.481.574,36 | 11.749.290,47 | 7.889.362,06 | 83.247.860,74 | 33.480,00 | 83.281.340,74 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV) | 905.658.589.594,26 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (III C) | 83.281.340,74 | 0,009196% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 146.426.880,77 | 0,016168% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 139.105.536,73 | 0,015360% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 131.784.192,69 | 0,014551% |

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 23/jan/2020 e hora de emissão 14h e 27m.

NOTAS: 1)- Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013; 2)- Valor da RCL referente à portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Em substituição

ALESSANDRA FALCÃO GUTIERRES DE SOUZA

Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

HARDY WALDSCHMIDT

Diretor-Geral

Des. JOÃO MARIA LÓS

Presidente da Tribunal

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO V (LRF, Art.55, inciso III, alínea "a" e "b") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a-(b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | |
| TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 3.801.020,96 | - | 2.341,48 | 408.351,97 | - | 3.390.327,51 | 3.390.327,51 | - | - |
| Recursos Ordinários | 3.801.020,96 | - | 2.341,48 | 408.351,97 | - | 3.390.327,51 | 3.390.327,51 | - | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 3.801.020,96 | - | 2.341,48 | 408.351,97 | - | 3.390.327,51 | 3.390.327,51 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 467.617,75 | - | - | 249.744,19 | 172.010,73 | 45.862,83 | 45.862,83 | - | - |
| Recursos Vinculados ao RPPS | 45.862,83 | - | - | - | - | 45.862,83 | 45.862,83 | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | 45.862,83 | - | - | - | - | 45.862,83 | 45.862,83 | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/Plano de Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Recursos de Operações de Créditos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 421.754,92 | - | - | 249.744,19 | 172.010,73 | - | - | - | - |
| 0127 - Custas e Emolumentos Poder Judiciário | 249.744,19 | - | - | 249.744,19 | - | - | - | - | - |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para financiamento da seguridade social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 172.010,73 | - | - | - | 172.010,73 | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III)= (I+II) | 4.268.638,71 | - | 2.341,48 | 658.096,16 | 172.010,73 | 3.436.190,34 | 3.436.190,34 | - | - |

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 23/jan/2020 e hora de emissão 14h e 27m.

NOTAS: 1)- O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos; 2) Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos; 3) Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limites de restos a pagar autorizado no montante de R$ 2.489.294,36.

LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças
Em substituição

ALESSANDRA FALCÃO GUTIERRES DE SOUZA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-Geral

Des. JOÃO MARIA LÓS
Presidente da Tribunal

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 83.281.340,74 | 0,009196 |
| Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 146.426.880,77 | 0,016168 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 139.105.536,73 | 0,015360 |
| Limite de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 131.784.192,69 | 0,014551 |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOSE NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO | DISP.DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor apurado nos Demonstrativos Respectivos | 3.436.190,34 | - |

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 23/jan/2020 e hora de emissão 14h e 27m.

LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças
Em substituição

ALESSANDRA FALCÃO GUTIERRES DE SOUZA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-Geral

Des. JOÃO MARIA LÓS
Presidente da Tribunal

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO - ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 99.923.927,41 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 16.642.586,67 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 83.281.340,74 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,010440% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,016214% | 146.843.483,72 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,016198% | 146.698.578,34 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | - | | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,016168% | 146.426.880,77 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | - |

\1 Limite máximo de despesa com pessoal do Órgão fixado segundo critério da LRF (art.20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças
Em substituição

ALESSANDRA FALCÃO GUTIERRES DE SOUZA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-Geral

Des. JOÃO MARIA LÓS
Presidente da Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### PORTARIA Nº 6, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao terceiro quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III e parágrafo único, e art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, , resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 3º quadrimestre de 2019, constante do Anexo desta Portaria.

Des. ROGÉRIO MEDEIROS

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A |
| | JAN/19 | FEV/19 | MAR/19 | ABR/19 | MAI/19 | JUN/19 | JUL/19 | AGO/19 | SET/19 | OUT/19 | NOV/19 | DEZ/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 58.857.103,69 | 44.193.886,17 | 44.512.491,18 | 43.981.007,55 | 44.030.896,49 | 44.859.774,64 | 43.985.139,10 | 44.207.535,91 | 44.242.186,50 | 44.298.327,75 | 66.822.024,07 | 59.205.057,15 | 583.195.430,20 | 476.315,00 |
| Pessoal Ativo | 45.991.009,50 | 35.601.978,49 | 35.897.053,34 | 35.333.339,63 | 35.343.866,79 | 36.156.419,34 | 35.207.438,02 | 35.418.512,36 | 35.405.278,82 | 35.495.879,01 | 53.754.919,04 | 50.110.429,20 | 469.716.123,54 | 437.131,61 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 40.876.096,76 | 30.485.656,84 | 30.790.854,33 | 30.313.625,44 | 30.311.607,03 | 31.155.399,62 | 30.189.917,37 | 30.419.552,87 | 30.422.612,24 | 30.520.155,86 | 44.066.231,39 | 45.117.535,93 | 404.669.245,68 | 430.948,33 |
| Obrigações Patronais | 5.114.912,74 | 5.116.321,65 | 5.106.199,01 | 5.019.714,19 | 5.032.259,76 | 5.001.019,72 | 5.017.520,65 | 4.998.959,49 | 4.982.666,58 | 4.975.723,15 | 9.688.687,65 | 4.992.893,27 | 65.046.877,86 | 6.183,28 |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 12.866.094,19 | 8.591.907,68 | 8.615.437,84 | 8.647.667,92 | 8.687.029,70 | 8.703.355,30 | 8.777.701,08 | 8.789.023,55 | 8.836.907,68 | 8.802.448,74 | 13.067.105,03 | 9.094.627,95 | 113.479.306,66 | 39.183,39 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 10.312.980,19 | 6.884.706,55 | 6.908.029,50 | 6.942.536,16 | 6.961.562,69 | 6.992.504,32 | 7.052.020,93 | 7.014.799,45 | 7.014.531,67 | 7.034.801,85 | 10.435.201,08 | 7.342.120,83 | 90.895.795,22 | 24.183,39 |
| Pensões | 2.553.114,00 | 1.707.201,13 | 1.707.408,34 | 1.705.131,76 | 1.725.467,01 | 1.710.850,98 | 1.725.680,15 | 1.774.224,10 | 1.822.376,01 | 1.767.646,89 | 2.631.903,95 | 1.752.507,12 | 22.583.511,44 | 15.000,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 12.866.094,19 | 8.591.907,68 | 8.615.437,84 | 8.647.667,92 | 8.688.228,22 | 8.703.355,30 | 8.784.118,86 | 8.795.413,07 | 8.836.907,68 | 8.793.967,18 | 8.469.568,03 | 18.668,51 | 99.811.334,48 | 8.397,45 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | 1.198,52 | - | 6.417,78 | 6.389,52 | - | - | - | 3.595,66 | 17.601,48 | 8.397,45 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 12.866.094,19 | 8.591.907,68 | 8.615.437,84 | 8.647.667,92 | 8.687.029,70 | 8.703.355,30 | 8.777.701,08 | 8.789.023,55 | 8.836.907,68 | 8.793.967,18 | 8.469.568,03 | 15.072,85 | 99.793.733,00 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 45.991.009,50 | 35.601.978,49 | 35.897.053,34 | 35.333.339,63 | 35.342.668,27 | 36.156.419,34 | 35.201.020,24 | 35.412.122,84 | 35.405.278,82 | 35.504.360,57 | 58.352.456,04 | 59.186.388,64 | 483.384.095,72 | 467.917,55 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b) | 483.852.013,27 | 0,053425 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 688.074.113,44 | 0,075975 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 653.670.407,77 | 0,072176 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 619.266.702,10 | 0,068378 |

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 14/01/2020, 14h46min.
1 Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 583.671.745,20 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 99.819.731,93 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | | | | 483.852.013,27 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,053425% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II E III | | | 0,076192% | 690.039.392,58 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005 | 0,076116% | 689.351.092,06 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,075975% | 688.074.113,44 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015/ \3 | | | | - |

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 14/01/2020, 14h46min.
Nota:
1) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇAÕ EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR | DISPONIBILIDADE DE CAUXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercício Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | (a) | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e)) | (g) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | NÁO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (h)=(f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 6.044.297,71 | 104.601,54 | 68.134,41 | 44.030,45 | - | 5.827.531,31 | 5.827.531,31 | - | - |
| Recursos Ordinários | 6.044.297,71 | 104.601,54 | 68.134,41 | 44.030,45 | - | 5.827.531,31 | 5.827.531,31 | - | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 6.044.297,71 | 104.601,54 | 68.134.41 | 44.030,45 | - | 5.827.531,31 | 5.827.531,31 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 3.323.310,10 | 4.785,43 | - | 780,00 | 52.608,09 | 3.265.136,58 | - | | 3.265.136,58 |
| Recursos destinados ao RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras destinações vinculadas de recursos | 3.323.310,10 | 4.785,43 | - | 780,00 | 52.608,09 | 3.265.136,58 | - | - | 3.265.136,58 |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 5.565,43 | 4.785,43 | - | 780,00 | - | - | - | - | - |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | 3.265.136,58 | - | - | - | - | 3.265.136,58 | - | - | 3.265.136,58 |
| 0153 - Contribuições para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 52.608,09 | - | - | - | 52.608,09 | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I)+(II) | 9.367.607,81 | 109.386,97 | 68.134,41 | 44.810,45 | 52.608,09 | 9.092.667,89 | 5.827.531,31 | - | 3.265.136,68 |

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 21/01/2020, 17h37min.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 2.866.705,09.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 483.852.013,27 | 0,053425 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 688.074.113,44 | 0,075975 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 653.670.407,77 | 0,072176 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 619.266.702,10 | 0,068378 |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 5.827.531,31 | 3.265.136,58 |

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 21/01/2020, 17h37min.

RENATA COUTO LESSA LIMA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

MARIA REGINA PEQUENO ANDRADE JANUZZI
Secretária de Orçamento e Finanças
Substituta

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. ROGÉRIO MEDEIROS
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### PORTARIA Nº 66, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 844/2020, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GILBERTO FERREIRA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃOPROCESSADOS[1](b) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 29.891.807,57 | 20.592.267,84 | 24.021.176,77 | 22.144.718,16 | 22.475.931,30 | 22.584.043,46 | 22.238.172,62 | 22.371.948,48 | 22.334.657,94 | 22.426.763,48 | 33.793.902,07 | 27.157.807,84 | 292.033.197,53 | 527.689,62 |
| Pessoal Ativo | 23.989.971,14 | 16.619.555,09 | 20.065.283,71 | 18.168.070,38 | 18.341.058,94 | 18.539.308,43 | 18.145.081,84 | 18.262.646,80 | 18.236.774,94 | 18.152.907,40 | 27.629.440,07 | 23.083.278,57 | 239.233.377,31 | 468.715,14 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 21.567.324,79 | 14.131.745,20 | 17.578.229,75 | 15.769.798,70 | 15.902.077,62 | 16.082.782,81 | 15.726.525,88 | 15.831.428,10 | 15.801.865,24 | 15.724.754,03 | 22.548.831,08 | 20.524.617,75 | 207.189.980,95 | 468.715,14 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Obrigações Patronais | 2.422.646,35 | 2.487.809,89 | 2.487.053,96 | 2.398.271,68 | 2.438.981,32 | 2.456.525,62 | 2.418.555,96 | 2.431.218,70 | 2.434.909,70 | 2.428.153,37 | 5.080.608,99 | 2.558.660,82 | 32.043.396,36 | - |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 5.901.836,43 | 3.972.712,75 | 3.955.893,06 | 3.976.647,78 | 4.134.872,36 | 4.044.735,03 | 4.093.090,78 | 4.109.301,68 | 4.097.883,00 | 4.273.856,08 | 6.164.462,00 | 4.074.529,27 | 52.799.820,22 | 58.974,48 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 4.750.528,45 | 3.188.216,54 | 3.179.875,56 | 3.200.630,28 | 3.358.854,86 | 3.259.711,32 | 3.307.756,51 | 3.323.967,41 | 3.316.195,84 | 3.440.216,12 | 4.984.300,82 | 3.294.512,53 | 42.604.766,24 | 38.042,04 |
| Pensões | 1.151.307,98 | 784.496,21 | 776.017,50 | 776.017,50 | 776.017,50 | 785.023,71 | 785.334,27 | 785.334,27 | 781.687,16 | 833.639,96 | 1.180.161,18 | 780.016,74 | 10.195.053,98 | 20.932,44 |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 5.901.836,43 | 4.118.319,29 | 3.966.586,37 | 3.976.647,78 | 4.149,310,30 | 4.044.735,03 | 4.093.090,78 | 4.146.015,91 | 4.097.883,00 | 4.275.580,67 | 4.116.082,33 | 4.520.597,59 | 51.406.685,48 | 358.974,48 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | 145.606,54 | 10.693,31 | - | 14.437,94 | - | - | 36.714,23 | - | 77.965,75 | 5.722,73 | 3.369.049,10 | 3.660.189,60 | 338.042,04 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 5.901.836,43 | 3.972.712,75 | 3.955.893,06 | 3.976.647,78 | 4.134.872,36 | 4.044.735,03 | 4.093.090,78 | 4.109.301,68 | 4.097.883,00 | 4.197.614,92 | 4.110.359,60 | 1.151.548,49 | 47.746.495,88 | 20.932,44 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 23.989.971,14 | 16.473.948,55 | 20.054.590,40 | 18.168.070,38 | 18.326.621,00 | 18.539.308,43 | 18.145.081,84 | 18.225.932,57 | 18.236.774,94 | 18.151.182,81 | 29.677.819,74 | 22.637.210,25 | 240.626.512,05 | 168.715,14 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b) | 240.795.227,19 | 0,026588 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 379.706.420,27 | 0,041926 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 360.721.099,26 | 0,039830 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 341.735.778,25 | 0,037733 |

FONTE: Tesouro Gerencial - Sof/TSE - Cfic/Sof/TRE-PR

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, publicada no DOU 15 de 22/01/2020, pg 21, sç 01.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 292.560.887,15 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 51.765.659,96 | |
| DESPESA LÍQUIDA § COM PESSOAL (III) = (I-II) | | | | 240.795.227,19 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,026588% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II E III | | | 0,042046% | 380.793.210,58 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005 | 0,042004% | 380.412.833,97 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,041926% | 379.706.420,27 |

Fonte: Tesouro Gerencial - Sof/TSE - Cfic/Sof/TRE/PR

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIOD DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | |
| | | |
| DESPESAS COM PESSOAL- | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesas Total com Pessoal - DTP | 240.795.227,19 | 0,026588 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF | 379.706.420,27 | 0,041926 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF | 360.721.099,26 | 0,039830 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF | 341.735.778,25 | 0,037733 |
| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 2.349.479,82 | - |

Fonte: Tesouro Gerencial - Sof/TSE - Cfic/Sof/TRE/PR

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGRGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição RP NP Exercício)[1] (f)=(a-(b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não inscritos insuficiência financeira) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após Inscrição RP NP Exercício (H) = (F-G) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercício Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 2.833.154,49 | - | 131.425,21 | 373.181,90 | - | 2.328.547,38 | 2.328.547,38 | - | - |
| Recursos Ordinários | 2.833.154,49 | - | 131.425,21 | 373.181,90 | - | 2.328.547,38 | 2.328.547,38 | - | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 2.833.154,49 | - | 131.425,21 | 373.181,90 | - | 2.328.547,38 | 2.328.547,38 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 50.288,37 | - | - | 6.085,44 | 23.270,49 | 20.932,44 | 20.932,44 | - | - |
| Recursos Vinculados ao RPPS | 20.932,44 | - | - | - | - | 20.932,44 | 20.932,44 | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | 20.932,44 | - | - | - | - | 20.932,44 | 20.932,44 | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados) | 29.355,93 | - | - | 6.085,44 | 23.270,49 | - | - | - | - |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 6.085,44 | - | - | 6.085,44 | - | - | - | - | - |
| 0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 23.270,49 | - | - | - | 23.270,49 | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | 2.883.442,86 | - | 131.425,21 | 379.267,34 | 23.270,49 | 2.349.479,82 | 2.349.479,82 | - | - |

FONTE: Tesouro Gerencial - COFIC/SOF/TSE e CFIC/SECOFC/TRE/PR

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9º Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. 2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual Siafi, apresentado os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limites de restos a pagar autorizado no montante de R$ 2.385.081,98.

VALCIR MOMBACH
Diretor-Geral

HELTON JOSE SANCHEZ
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
Controle Interno

Des. GILBERTO FERREIRA
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

### PORTARIA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único; do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como, das informações contidas no Procedimento Administrativo SEI nº 0001313-70.2019.6.22.80000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2019 (0497372), contendo os seguintes demonstrativos: Demonstrativo de Despesa com Pessoal, Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos à Pagar, bem como, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - todos com referência ao período de janeiro a dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

| RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | | | | | | | | | | | | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA COM PESSOAL | DESPE SAS EXECUTADAS | | | | | | | | | | | | | |
| | (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 6.843.588,40 | 5.211.902,49 | 5.309.231,41 | 5.262.931,41 | 5.213.064,14 | 5.336.101,24 | 5.218.729,05 | 5.348.207,67 | 5.309.523,61 | 5.426.876,70 | 8.055.606,88 | 6.055.786,90 | 68.591.549,90 | 1.778.857,79 |
| Pessoal Ativo | 6.009.804,78 | 4.639.030,11 | 4.733.286,33 | 4.667.650,05 | 4.608.114,61 | 4.731.151,71 | 4.613.779,52 | 4.743.258,14 | 4.704.574,08 | 4.813.022,96 | 7.125.987,35 | 5.397.171,64 | 60.786.831,28 | 1.778.857,79 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 5.409.579,42 | 4.024.416,58 | 4.117.775,10 | 4.075.263,89 | 4.014.671,50 | 4.133.038,38 | 4.017.699,28 | 4.146.820,80 | 4.107.962,84 | 4.206.014,96 | 5.947.826,56 | 4.797.290,27 | 52.998.359,58 | 1.639.796,83 |
| Obrigações Patronais | 600.225,36 | 614.613,53 | 615.511,23 | 592.386,16 | 593.443,11 | 598.113,33 | 596.080,24 | 596.437,34 | 596.611,24 | 607.008,00 | 1.178.160,79 | 599.881,37 | 7.788.471,70 | 139.060,96 |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 833.783,62 | 572.872,38 | 575.945,08 | 595.281,36 | 604.949,53 | 604.949,53 | 604.949,53 | 604.949,53 | 604.949,53 | 613.853,74 | 929.619,53 | 658.615,26 | 7.804.718,62 | - |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 690.272,86 | 474.944,01 | 479.114,93 | 498.451,21 | 508.119,38 | 508.119,38 | 508.119,38 | 508.119,38 | 508.119,38 | 517.023,59 | 783.796,16 | 561.785,11 | 6.545.984,77 | - |
| Pensões | 143.510,76 | 97.928,37 | 96.830,15 | 96.830,15 | 96.830,15 | 96.830,15 | 96.830,15 | 96.830,15 | 96.830,15 | 96.830,15 | 145.823,37 | 96.830,15 | 1.258.733,85 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 833.783,62 | 572.872,38 | 575.945,08 | 595.281,36 | 604.949,53 | 643.397,24 | 604.949,53 | 605.274,53 | 604.949,53 | 622.822,30 | 567.655,76 | 96.830,15 | 6.928.711,01 | 1.413.280,55 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | 38.447,71 | - | 325,00 | - | 8.968,56 | 95.359,78 | - | 143.101,05 | 1.413.280,55 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 833.783,62 | 572.872,38 | 575.945,08 | 595.281,36 | 604.949,53 | 604.949,53 | 604.949,53 | 604.949,53 | 604.949,53 | 613.853,74 | 472.295,98 | 96.830,15 | 6.785.609,96 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 6.009.804,78 | 4.639.030,11 | 4.733.286,33 | 4.667.650,05 | 4.608.114,61 | 4.692.704,00 | 4.613.779,52 | 4.742.933,14 | 4.704.574,08 | 4.804.054,40 | 7.487.951,12 | 5.958.956,75 | 61.662.838,89 | 365.577,24 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 62.028.416,13 | 0,006849 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 113.017.135,40 | 0,012479 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 107.366.278,63 | 0,011855 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 101.715.421,86 | 0,011231 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 22/JAN/2020, às 10h e 15min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | R$ 1,00 |
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 70.370.407,69 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 8.341.991,56 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 62.028.416,13 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,006849% | |
| LIMITES MÁXIMOS | | | | % DA RCL | VALOR |
| | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,012515% | 113.343.172,49 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,012502% | 113.225.436,87 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,012479% | 113.017.135,40 |
| | "Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | - | - |

Notas: 1. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28 de 21/01/2020.
2. Demonstrativo apresentado nos termos do item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU- Plenário.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

| RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") | | | | | | | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidadosde Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e)) | (g) | | (h) = (f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 8.046.871,99 | 3.610.739,21 | 209.656,63 | 127.720,50 | 3.673,56 | 4.095.082,09 | 4.095.082,09 | - | - |
| Recursos Ordinários | 8.046.871,99 | 3.610.739,21 | 209.656,63 | 127.720,50 | 3.673,56 | 4.095.082,09 | 4.095.082,09 | - | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 8.046.871,99 | 3.610.739,21 | 209.656,63 | 127.720,50 | 3.673,56 | 4.095.082,09 | 4.095.082,09 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 1.740.014,10 | - | - | 1.664.000,00 | - | 76.014,10 | - | - | 76.014,10 |
| Recursos Vinculados ao RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | 1.664.000,00 | - | - | 1.664.000,00 | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.664.000,00 | - | - | 1.664.000,00 | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 76.014,10 | - | - | - | - | 76.014,10 | - | - | 76.014,10 |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 5.804,10 | - | - | - | - | 5.804,10 | - | - | 5.804,10 |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | 70.210,00 | - | - | - | - | 70.210,00 | - | - | 70.210,00 |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | 9.786.886,09 | 3.610.739,21 | 209.656,63 | 1.791.720,50 | 3.673,56 | 4.171.096,19 | 4.095.082,09 | - | 76.014,10 |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão: 22/JAN/2020, às 10h e 15min.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 4.834.748,74.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

| LRF, art. 48 - Anexo 6 | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | | |
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | | |
| | | | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL | |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 62.028.416,13 | 0,006849 | |
| Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 113.017.135,40 | 0,012479 | |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 107.366.278,63 | 0,011855 | |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 101.715.421,86 | 0,011231 | |
| | | | |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | |
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 4.095.082,09 | 76.014,10 | |

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão: 22/JAN/2020, às 10h e 15min.
Notas: 1.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28 de 21/01/2020.

Documento assinado eletronicamente por IRLÊDA MARIA SOARES DA SILVA, Secretário(a) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - Em Substituição, em 27/01/2020, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Documento assinado eletronicamente por PAULO ANDRÉ VIANA COTTA, Coordenador(a) Substituto, em 27/01/2020, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Documento assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral, em 27/01/2020, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente, em 28/01/2020, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

### PORTARIA Nº 23, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

O Presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições regulamentares,
resolve:
Aprovar, nos termos do art. 54, III da Lei Complementar n° 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2019, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2019, bem como o Demonstrativo de Limites, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão TCU n° 553/2017-Plenário, na forma dos documentos anexos.

Des. JEFFERSON FERNANDES

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a dezembro de 2019
RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b) |
| | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 4.441.425,64 | 3.301.705,41 | 3.359.143,19 | 3.240.225,69 | 3.330.241,55 | 3.283.172,39 | 3.376.780,23 | 3.224.200,00 | 3.311.974,26 | 3.340.943,19 | 4.958.060,25 | 4.642.517,30 | 43.810.389,10 | 7.191.107,03 |
| Pessoal Ativo | 3.971.553,75 | 2.985.267,85 | 3.046.168,08 | 2.886.242,71 | 3.002.502,34 | 2.912.047,29 | 3.010.225,17 | 2.799.405,98 | 2.853.238,57 | 2.890.081,08 | 4.308.278,09 | 4.178.983,83 | 38.843.994,74 | 6.949.535,05 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 3.580.683,46 | 2.592.350,41 | 2.653.614,34 | 2.502.945,52 | 2.609.249,57 | 2.526.940,95 | 2.623.178,54 | 2.430.553,58 | 2.485.235,69 | 2.521.861,61 | 3.537.802,75 | 3.604.817,10 | 33.669.233,52 | 5.694.612,98 |
| Obrigações Patronais | 390.870,29 | 392.917,44 | 392.553,74 | 383.297,19 | 393.252,77 | 385.106,34 | 387.046,63 | 368.852,40 | 368.002,88 | 368.219,47 | 770.475,34 | 574.166,73 | 5.174.761,22 | 1.254.922,07 |
| Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 469.871,89 | 316.437,56 | 312.975,11 | 353.982,98 | 327.739,21 | 371.125,10 | 366.555,06 | 424.794,02 | 458.735,69 | 450.862,11 | 649.782,16 | 463.533,47 | 4.966.394,36 | 241.571,98 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 381.054,22 | 256.358,77 | 252.896,32 | 259.130,16 | 254.454,78 | 297.840,67 | 293.270,63 | 351.509,59 | 385.451,26 | 377.577,68 | 540.999,66 | 390.249,04 | 4.040.792,78 | 241.571,98 |
| Pensões | 88.817,67 | 60.078,79 | 60.078,79 | 94.852,82 | 73.284,43 | 73.284,43 | 73.284,43 | 73.284,43 | 73.284,43 | 73.284,43 | 108.782,50 | 73.284,43 | 925.601,58 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 469.871,89 | 316.437,56 | 312.975,11 | 353.982,98 | 343.673,20 | 405.735,76 | 393.826,46 | 424.794,02 | 516.853,14 | 401.765,68 | 40.345,28 | 716.791,99 | 4.697.053,07 | 6.968.607,03 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - | - | 15.933,99 | - | - | - | - | 48.645,27 | - | 54.886,88 | 119.466,14 | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | 34.610,66 | 27.271,40 | - | 58.117,45 | - | 40.345,28 | 661.849,80 | 822.194,59 | 6.968.607,03 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 469.871,89 | 316.437,56 | 312.975,11 | 353.982,98 | 327.739,21 | 371.125,10 | 366.555,06 | 424.794,02 | 458.735,69 | 353.120,41 | - | 55,31 | 3.755.392,34 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 3.971.553,75 | 2.985.267,85 | 3.046.168,08 | 2.886.242,71 | 2.986.568,35 | 2.877.436,63 | 2.982.953,77 | 2.799.405,98 | 2.795.121,12 | 2.939.177,51 | 4.917.714,97 | 3.925.725,31 | 39.113.336,03 | 222.500,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III) | 39.335.836,03 | 0,004343 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 66.901.000,01 | 0,007387 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 63.555.950,01 | 0,007018 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 60.210.900,01 | 0,006648 |

FONTE: SIAFI, SCPF/COF/TRE-RR. Emitido em 24/jan/2020, 09:00hs.
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n.º 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a dezembro de 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÒS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÌCIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | (g) | | (h) = (f-g) |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 25.250.240,07 | 16.836.441,55 | 209.100,35 | 23.781,88 | 153.221,64 | 8.027.694,65 | 8.027.694,65 | - | - |
| Recursos Ordinários | 25.250.240,07 | 16.836.441,55 | 209.100,35 | 23.781,88 | 153.221,64 | 8.027.694,65 | 8.027.694,65 | - | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 25.250.240,07 | 16.836.441,55 | 209.100,35 | 23.781,88 | 153.221,64 | 8.027.694,65 | 8.027.694,65 | - | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 103.307,53 | 64.003,00 | - | - | 23.622,29 | 15.682,24 | - | - | 15.682,24 |
| Recursos vinculados ao RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Créditos | 64.003,00 | 64.003,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 64.003,00 | 64.003,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 39.304,53 | - | - | - | 23.622,29 | 15.682,24 | - | - | 15.682,24 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 15.682,24 | - | - | - | - | 15.682,24 | - | - | 15.682,24 |
| 0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | | | | - | - | - | | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 23.622,29 | - | - | - | 23.622,29 | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 25.353.547,60 | 16.900.444,55 | 209.100,35 | 23.781,88 | 176.843,93 | 8.043.376,89 | 8.027.694,65 | - | 15.682,24 |

FONTE: SIAFI, SCPF/COF/TRE-RR. Emitido em 24/jan/2020, 09:00hs.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 13.340.438,09.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a dezembro de 2019

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 39.335.836,03 | 0,004343 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 66.901.000,01 | 0,007387 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 63.555.950,01 | 0,007018 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) | 60.210.900,01 | 0,006648 |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Apurado nos demonstrativos Respectivos | 8.027.694,65 | 15.682,24 |

FONTE: SIAFI, SCPF/COF/TRE-RR. Emitido em 24/jan/2020, 09:00hs.

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL
Item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a dezembro de 2019

R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 51.001.496,13 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 11.665.660,10 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 39.335.836,03 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,004343% | |
| LIMITE MÁXIMO <%> | | | | % da RCL | Valor |
| | LRF, art. 20, incisos I, II e II | | | 0,007408% | 67.091.188,32 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE n°478, de 26.09.2005 | 0,007401% | 67.027.792,22 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE nº 385, de 22.08.2013 | 0,007387% | 66.901.000,01 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | - | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

PEDRO JOSÉ MATOS DE MENDONÇA
Gestor Financeiro
Substituto

RAIMUNDO MARQUES JÚNIOR
Coordenador de Controle Interno

ALEX CAON FIN
Diretor-Geral

Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

### PORTARIA Nº 12, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

O O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa de Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2019, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. CID JOSÉ GOULART JÚNIOR

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 19.879.874,96 | 12.891.271,83 | 14.214.602,07 | 13.922.850,73 | 13.530.434,02 | 13.964.081,24 | 13.620.639,58 | 13.834.167,65 | 13.645.150,11 | 13.770.068,73 | 20.661.110,00 | 15.924.145,52 | 179.858.396,44 | 600.000,00 |
| Pessoal Ativo | 15.456.238,57 | 9.773.518,68 | 10.836.675,15 | 10.554.511,69 | 10.357.891,62 | 10.779.423,25 | 10.243.916,61 | 10.483.122,41 | 10.378.420,43 | 10.451.905,37 | 15.696.057,77 | 12.698.866,46 | 137.710.548,01 | 400.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 14.104.942,51 | 8.387.208,91 | 9.442.072,28 | 9.223.462,22 | 9.025.185,86 | 9.420.765,43 | 8.934.441,40 | 9.148.261,30 | 9.049.212,86 | 9.111.389,61 | 13.017.533,53 | 11.243.933,04 | 120.108.408,95 | 350.000,00 |
| Obrigações Patronais | 1.351.296,06 | 1.386.309,77 | 1.394.602,87 | 1.331.049,47 | 1.332.705,76 | 1.358.657,82 | 1.309.475,21 | 1.334.861,11 | 1.329.207,57 | 1.340.515,76 | 2.678.524,24 | 1.454.933,42 | 17.602.139,06 | 50.000,00 |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | - | - | - | - | - | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 4.423.636,39 | 3.117.753,15 | 3.377.926,92 | 3.368.339,04 | 3.172.542,40 | 3.184.657,99 | 3.376.722,97 | 3.351.045,24 | 3.266.729,68 | 3.318.163,36 | 4.965.052,23 | 3.225.279,06 | 42.147.848,43 | 200.000,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 3.279.440,78 | 2.284.007,93 | 2.578.174,79 | 2.568.586,91 | 2.372.790,27 | 2.384.905,86 | 2.576.970,84 | 2.551.293,11 | 2.466.977,55 | 2.518.411,23 | 3.746.946,58 | 2.425.526,93 | 31.754.032,78 | 150.000,00 |
| Pensões | 1.144.195,61 | 833.745,22 | 799.752,13 | 799.752,13 | 799.752,13 | 799.752,13 | 799.752,13 | 799.752,13 | 799.752,13 | 799.752,13 | 1.218.105,65 | 799.752,13 | 10.393.815,65 | 50.000,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | | | | - | | | | - | - | - | - | - | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | | | | - | | | | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF) | 4.423.636,39 | 3.117.753,15 | 3.377.926,92 | 3.368.339,04 | 3.172.542,40 | 3.186.380,79 | 3.377.486,39 | 3.351.622,56 | 3.266.729,68 | 3.318.163,36 | 1.081.343,86 | 114.867,98 | 35.156.792,52 | 600.000,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | | | | - | | | | - | - | - | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | | | | - | | | | | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | | | | - | 1.722,80 | 763,42 | 577,32 | 577,32 | - | - | 114.867,98 | 117.931,52 | 600.000,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 4.423.636,39 | 3.117.753,15 | 3.377.926,92 | 3.368.339,04 | 3.172.542,40 | 3.184.657,99 | 3.376.722,97 | 3.351.045,24 | 3.266.729,68 | 3.318.163,36 | 1.081.343,86 | - | 35.038.861,00 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II) | 15.456.238,57 | 9.773.518,68 | 10.836.675,15 | 10.554.511,69 | 10.357.891,62 | 10.777.700,45 | 10.243.153,19 | 10.482.545,09 | 10.378.420,43 | 10.451.905,37 | 19.579.766,14 | 15.809.277,54 | 144.701.603,92 | " |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb) | 144.701.603,92 | 0,015978 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 315.431.830,17 | 0,034829 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 299.660.238,66 | 0,033088 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 283.888.647,15 | 0,031346 |

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRESC, Data de emissão: 23/JAN/2020, hora da emissão: 14h e 39m.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013

2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 22 de janeiro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

R$ 1,00

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | | 180.458.396,44 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | 35.756.792,52 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | | 144.701.603,92 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -RCL (IV) | | | | | 905.658.589.594,29 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100 | | | | | 0,015978% |
| | | | | %DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO<%> \1 | LRF, art. 20, inciso I,II e III | | | 0,034929% | 316.337.488,76 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente\2: | Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005. | 0,034894% | 316.020.508,25 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente\2: | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente\2: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013. | 0,034829% | 315.431.830,17 |
| | Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | - | |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MARCOS DAVID FERMINO

Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Substituto

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO

Secretário de Administração e Orçamento

Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN

Secretária de Controle Interno e Auditoria

MAXIMINIANO SIMÕES SOBRAL

Diretor-Geral

Substituto

Des. CID JOSÉ GOULART JÚNIOR

Presidente do Tribunal

Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - ( b + c + d + e) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de exercícios anteriores ( d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 2.850,00 | | | | 2.850,00 | | | |
| Recursos destinados ao RPPS<br>0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor<br>0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | | | | | | | | |
| Recursos de Operações de Crédito(exceto destinados à Educação e à Saúde)<br>0144 - Títulos de Respons. Tesouro Outras Aplicações<br>0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | | | | | | | | |
| Outras destinações vinculadas de recursos<br>0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário<br>0150 - Recursos Não-financeiros Diret.Arrecadados<br>0153 - Contrib. Para Financ. Seguridadade Social<br>0190 - Recursos Diversos<br>0174 - Taxas p/exerc. Poder de Polícia<br>0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Ex. Anterior<br>0350 - Recursos Não-fin. Diret.Arrecadados - Ex Ant | 2.850,00<br><br><br>2.850,00 | | | -<br>-<br> | 2.850,00<br>-<br>2.850,00 | | | -<br>- |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 1.846.850,11 | - | 232.674,86 | - | 6.747,24 | 1.607.428,01 | 1.607.428,01 | - |
| Recursos Ordinários<br>0100 - Recursos Ordinários<br>0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | 1.846.850,11<br>1.846.850,11 | - | 232.674,86<br>232.674,86 | - | 6.747,24<br>6.747,24 | 1.607.428,01<br>1.607.428,01 | 1.607.428,01<br>1.607.428,01 | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 1.849.700,11 | - | 232.674,86 | - | 9.597,24 | 1.607.428,01 | 1.607.428,01 | - |

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE, consulta em 23/01/2020 às 14:39 hs.
[1] O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
[2] Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
[3] . Na coluna " Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 1.598.142,62.

MARCOS DAVID FERMINO
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituto

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO
Secretário de Administração e Orçamento
Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Secretária de Controle Interno e Auditoria

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

MAXIMINIANO SIMÕES SOBRAL
Diretor-Geral
Substituto

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

Des. CID JOSÉ GOULART JÚNIOR
Presidente do Tribunal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL*
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
LRF, art. 48 - Anexo VI R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA | | 905.658.589.594,29 |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 144.701.603,92 | 0,015978 |
| Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 315.431.830,17 | 0,034829 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 299.660.238,66 | 0,033088 |
| Limite de Alerta(inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 283.888.647,15 | 0.031346 |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| | 1.607.428,01 | - |

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE, consulta em 23/01/2020 às 14:39 hs.

MARCOS DAVID FERMINO
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituto

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO
Secretário de Administração e Orçamento
Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Secretária de Controle Interno e Auditoria

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

MAXIMINIANO SIMÕES SOBRAL
Diretor-Geral
Substituto

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. CID JOSÉ GOULART JÚNIOR
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 296, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL e, em atendimento ao Acórdão do TCU Plenário de nº 553/2017, de 29 de março de 2017, o relatório denominado DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4, ambos constantes no Processo Administrativo TRT 4ª nº 0001023-18.2018.5.04.0000.

Desª CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| **DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)** | 171.614.607,58 | 118.296.004,21 | 119.717.197,87 | 118.542.734,36 | 118.611.004,84 | 128.530.637,72 | 117.336.170,52 | 117.681.750,79 | 118.804.640,97 | 118.299.651,74 | 182.104.047,11 | 141.752.911,57 | 1.571.291.359,28 | 3.892.694,59 | 1.575.184.053,87 |
| **Pessoal Ativo** | 116.774.596,30 | 76.348.811,99 | 77.255.778,58 | 76.937.606,28 | 76.263.542,84 | 80.958.226,43 | 74.981.939,12 | 75.279.639,73 | 75.820.610,81 | 73.844.079,02 | 115.462.539,92 | 85.923.325,77 | 1.005.850.696,79 | 3.796.363,08 | 1.009.647.059,87 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 103.692.906,85 | 65.049.027,31 | 65.425.285,10 | 65.410.312,70 | 64.819.613,12 | 69.376.896,92 | 63.683.225,45 | 63.995.870,36 | 64.497.108,87 | 62.715.818,04 | 93.440.085,01 | 74.582.706,24 | 856.688.855,97 | 726.768,02 | 857.415.623,99 |
| Obrigações Patronais | 13.081.689,45 | 11.299.784,68 | 11.830.493,48 | 11.527.293,58 | 11.443.929,72 | 11.581.329,51 | 11.298.713,67 | 11.283.769,37 | 11.323.501,94 | 11.128.260,98 | 22.022.454,91 | 11.340.619,53 | 149.161.840,82 | 3.069.595,06 | 152.231.435,88 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| **Pessoal Inativo e Pensionistas** | 54.840.011,28 | 41.947.192,22 | 42.461.419,29 | 41.605.128,08 | 42.347.462,00 | 47.572.411,29 | 42.354.231,40 | 42.402.111,06 | 42.984.030,16 | 44.455.572,72 | 66.641.507,19 | 55.829.585,80 | 565.440.662,49 | 96.331,51 | 565.536.994,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 46.178.636,00 | 34.208.100,08 | 34.985.645,42 | 34.232.551,51 | 34.946.180,40 | 38.324.830,46 | 35.120.852,18 | 35.238.988,98 | 35.547.688,90 | 36.971.877,14 | 55.674.955,26 | 44.773.111,02 | 466.203.417,35 | 27.000,00 | 466.230.417,35 |
| Pensões | 8.661.375,28 | 7.739.092,14 | 7.475.773,87 | 7.372.576,57 | 7.401.281,60 | 9.247.580,83 | 7.233.379,22 | 7.163.122,08 | 7.436.341,26 | 7.483.695,58 | 10.966.551,93 | 11.056.474,78 | 99.237.245,14 | 69.331,51 | 99.306.576,65 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| **Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| **DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)** | 40.825.179,00 | 40.997.001,46 | 42.098.285,29 | 41.329.844,01 | 42.181.334,33 | 42.559.616,01 | 42.402.582,16 | 42.381.283,67 | 7.418.813,74 | 7.570.271,89 | 7.334.015,87 | 20.651.631,40 | 377.749.858,83 | 0,00 | 377.749.858,83 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 40.682,61 | 43.304,84 | 41.995,54 | 41.445,30 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 41.995,54 | 42.274,80 | 41.995,54 | 503.671,87 | | 503.671,87 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 97.178,65 | | 166.727,74 | | 21.093,21 | 251.500,74 | 1.215,25 | 16.859,06 | 4.975,05 | 7.792,30 | 17.399,65 | 17.068.298,31 | 17.653.039,96 | | 17.653.039,96 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 40.687.317,74 | 40.953.696,62 | 41.889.562,01 | 41.288.398,71 | 42.118.245,58 | 42.266.119,73 | 42.359.371,37 | 42.322.429,07 | 7.371.843,15 | 7.520.484,05 | 7.274.341,42 | 3.541.337,55 | 359.593.147,00 | | 359.593.147,00 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)** | 130.789.428,58 | 77.299.002,75 | 77.618.912,58 | 77.212.890,35 | 76.429.670,51 | 85.971.021,71 | 74.933.588,36 | 75.300.467,12 | 111.385.827,23 | 110.729.379,85 | 174.770.031,24 | 121.101.280,17 | 1.193.541.500,45 | 3.892.694,59 | 1.197.434.195,04 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 1.197.434.195,04 | 0,132217% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 2.002.094.161,09 | 0,221065% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.901.989.453,03 | 0,210012% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.801.884.744,98 | 0,198959% |

FONTE: Siafi, Cofin/Secof/TRT 4ª Região, 22/01/2020 - 17h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a.1) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

a.2) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

b) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 82.971.901,90.

c) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada R$ 12.289.874,35.

d) Despesa com precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 2.893.695,55.

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019
R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.575.184.053,87 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 377.749.858,83 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II) | 1.197.434.195,04 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)=(III/IV)*100 | | | | 0,132217% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO\1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,271745% | 2.461.081.934,29 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,271666% | 2.460.366.464,01 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,239136% | 2.165.755.724,81 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,238692% | 2.161.734.600,67 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015\3 | | | 0,221065% | 2.002.094.161,09 |

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional da Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f – g) |
| **TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)** | **12.277.859,27** | **0,00** | **2.919,72** | **365.653,30** | **0,00** | **11.909.286,25** | **9.259.302,85** | **0,00** | **2.649.983,40** |
| 00 – Recursos Ordinários | 12.277.859,27 | 0,00 | 2.919,72 | 365.653,30 | 0,00 | 11.909.286,25 | 9.259.302,85 | 0,00 | 2.649.983,40 |
| Outros Recursos Não Vinculados | | | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)** | **16.765.350,29** | **0,00** | **4.000,00** | **3.901.377,98** | **42.111,21** | **12.817.861,10** | **8.986.673,01** | **0,00** | **3.831.188,09** |
| Recursos vinculados ao RPPS | | | | | | | | | |
| Recursos de Operação de Crédito | | | | | | | | | |
| Recursos de Alienação e Bens/Ativos | | | | | | | | | |
| Recursos vinculados a Precatórios | | | | | | | | | |
| Recursos vinculados a Depósitos Judiciais | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Vinculados | 16.765.350,29 | 0,00 | 4.000,00 | 3.901.377,98 | 42.111,21 | 12.817.861,10 | 8.986.673,01 | 0,00 | 3.831.188,09 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **29.043.209,56** | **0,00** | **6.919,72** | **4.267.031,28** | **42.111,21** | **24.727.147,35** | **18.245.975,86** | **0,00** | **6.481.171,49** |

FONTE: Siafi, CCon/SA/TRT 4ª Região, 24/01/2020 - 17h.

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: [2]Em Disponibilidade de Caixa Bruta e em Obrigações Financeiras há o valor de R$ 42.111,21, na fonte 0190, sendo R$ 41.297,20 referente à caução em dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal (garantia nas contratações) e R$ 814,01 referente às ordens bancárias canceladas (pagamentos a peritos por RPHP no mês de dezembro/2019).

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 6 (LRF, art.48) *R$ 1,00*

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | |
| | | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | %SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.197.434.195,04 | 0,132217 |
| Limite Máximo (incisos I, II, e III, art.20 da LRF) - <%> | 2.002.094.161,09 | 0,221065 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - <%> | 1.901.989.453,03 | 0,210012 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 1.801.884.744,98 | 0,198959 |
| | | |
| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 18.245.975,86 | 6.481.171,49 |

FONTE: Siafi, Cofin/Secof/TRT 4ª Região, 24/01/2020 - 14h.

Desª CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLÁUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN
Diretora da Secretaria de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 14, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

A EXMA. VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2019, na forma constante dos anexos.

Publique-se e dê-se ciência.

Desª. DIONE NUNES FURTADO DA SILVA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 014/2020
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Em R$ 1,00

| Despesa com Pessoal | Despesas Executadas | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro a dezembro de 2019 | | | | | | | | | | | | | | |
| | Liquidadas | | | | | | | | | | | | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados | Total Executado |
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total | | |
| | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | (Últimos 12 meses) | | |
| | | | | | | | | | | | | | (a) | (b) | C=(a)+(b) |
| Despesa Bruta com Pessoal (I) | 89.506.231,05 | 57.844.172,23 | 58.226.390,31 | 57.863.112,07 | 57.128.437,40 | 58.594.944,57 | 57.357.642,84 | 58.751.683,13 | 58.050.512,95 | 58.326.386,33 | 90.504.132,55 | 67.730.321,47 | 769.883.966,90 | 316.955,46 | 770.200.922,36 |
| Pessoal Ativo | 64.611.359,61 | 41.114.435,36 | 41.311.818,98 | 40.900.488,59 | 40.360.630,18 | 41.614.132,90 | 40.169.617,18 | 41.074.531,38 | 40.907.178,11 | 40.574.321,82 | 63.476.701,19 | 47.290.481,60 | 543.405.696,90 | 316.955,46 | 543.722.652,36 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesa Variáveis | 58.224.772,00 | 34.741.884,28 | 34.965.602,82 | 34.809.687,83 | 34.262.038,35 | 35.539.581,34 | 34.119.926,73 | 35.026.763,51 | 34.866.372,12 | 35.158.568,95 | 51.517.557,16 | 41.154.152,87 | 464.386.907,96 | 309.954,96 | 464.696.862,92 |
| Obrigações Patronais | 6.386.587,61 | 6.372.551,08 | 6.346.216,16 | 6.084.638,84 | 6.084.287,37 | 6.068.389,64 | 6.043.528,53 | 6.041.605,95 | 6.034.644,07 | 5.409.590,95 | 11.952.982,11 | 6.136.328,73 | 78.961.351,04 | 7.000,50 | 78.968.351,54 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.161,92 | 14.304,46 | 6.161,92 | 6.161,92 | 6.161,92 | 6.161,92 | 6.161,92 | 6.161,92 | 0,00 | 57.437,90 | 0,00 | 57.437,90 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 24.894.871,44 | 16.729.736,87 | 16.914.571,33 | 16.962.623,48 | 16.767.807,22 | 16.980.811,67 | 17.188.025,66 | 17.677.151,75 | 17.143.334,84 | 17.752.064,51 | 27.027.431,36 | 20.439.839,87 | 226.478.270,00 | 0,00 | 226.478.270,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 19.792.710,30 | 13.194.340,67 | 13.370.918,07 | 13.506.498,70 | 13.325.173,32 | 13.548.257,80 | 13.729.769,39 | 14.231.025,21 | 13.699.512,50 | 14.267.587,00 | 21.771.432,63 | 16.082.788,72 | 180.520.014,31 | 0,00 | 180.520.014,31 |
| Pensões | 5.102.161,14 | 3.535.396,20 | 3.543.653,26 | 3.456.124,78 | 3.442.633,90 | 3.432.553,87 | 3.458.256,27 | 3.446.126,54 | 3.443.822,34 | 3.484.477,51 | 5.255.998,73 | 4.357.051,15 | 45.958.255,69 | 0,00 | 45.958.255,69 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de | | | | | | | | | | | | | | | |
| terceirização ou de Contratação de forma indireta(§ 1º art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 21.894.836,21 | 15.095.686,50 | 15.245.606,50 | 14.288.307,54 | 15.135.609,66 | 14.794.675,31 | 13.732.539,95 | 14.796.845,98 | 11.585.742,74 | 8.807.736,59 | 8.152.563,38 | 7.746.807,87 | 161.276.958,23 | 0,00 | 161.276.958,23 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 22.232,24 | 26.210,48 | 22.272,88 | 22.552,31 | 22.552,31 | 23.237,82 | 23.085,72 | 22.750,41 | 24.147,54 | 28.512,33 | 29.852,76 | 31.564,77 | 298.971,57 | 0,00 | 298.971,57 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 332.683,39 | 56.767,01 | 132.903,61 | 94.374,46 | 0,00 | 13.557,75 | 0,00 | 10.232,33 | 13.463,25 | 0,00 | 117.196,50 | 5.138.814,36 | 5.909.992,66 | 0,00 | 5.909.992,66 |
| Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados | 21.539.920,58 | 15.012.709,01 | 15.090.430,01 | 14.171.380,77 | 15.113.057,35 | 14.757.879,74 | 13.709.454,23 | 14.763.863,24 | 11.548.131,95 | 8.779.224,26 | 8.005.514,12 | 2.576.428,74 | 155.067.994,00 | 0,00 | 155.067.994,00 |
| Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II) | 67.611.394,84 | 42.748.485,73 | 42.980.783,81 | 43.574.804,53 | 41.992.827,74 | 43.800.269,26 | 43.625.102,89 | 43.954.837,15 | 46.464.770,21 | 49.518.649,74 | 82.351.569,17 | 59.983.513,60 | 608.607.008,67 | 316.955,46 | 608.923.964,13 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida - RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| Despesa Total com Pessoal - DTP (V)= ( IIIa +IIIb ) | 608.923.964,13 | 0,067235%<br>0,136461%<br>0,129638%<br>0,122815% |
| Limite Máximo (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.235.870.767,95 | |
| Limite Prudencial (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.174.077.229,55 | |
| Limite de Alerta (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.112.283.691,15 | |

Fonte: Tesouro Gerencial, Seção de Análise Contábil/DIVCONTA/SOF/TRT da 6ª Região - 23.01.2020, 10h e 50m.
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computados no Anexo I:
a)Despesas com Precatório executados por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 1.221.529,77.
b)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por intermédio da descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 4.843.837,27.
3)Não Houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados referente a Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.
4)Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.

DESª. DIONE NUNES FURTADO DA SILVA
Vice-Presidente do Tribunal no exercício da Presidência

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

CLODOMIRO GONÇALVES GUERRA JÚNIOR
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento e Finanças

AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI
Coordenadora Substituta de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 014/2020
RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") Em R$ 1,00

| Identificação dos Recursos | Disponibilidade de Caixa Bruta | Obrigações Financeiras | | | | Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício | Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira) | Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (g )=(a-(b+c+d+e)) | (h) | | (i) = ( g - h) |
| Total dos Recursos não Vinculados (I) | 84.079.731,75 | 93,01 | 80.015.393,14 | 32.754,86 | 0,00 | 4.031.490,74 | 1.718.141,93 | 0,00 | 2.313.348,81 |
| 00- Recursos Ordinários | 84.079.731,75 | 93,01 | 80.015.393,14 | 32.754,86 | 0,00 | 4.031.490,74 | 1.718.141,93 | 0,00 | 2.313.348,81 |
| Total dos Recursos Vinculados (II) | 61.774.827,77 | 7.911,75 | 12.668,65 | 300.616,44 | 30.170,20 | 61.423.460,73 | 143.898,13 | 0,00 | 61.279.562,60 |
| 50 - Recursos Não-financeiros diretamente arrecadados | 5.556.831,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.556.831,69 | 0,00 | 0,00 | 5.556.831,69 |
| 56 - Contribuição PSSS (1) | 621,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 621,21 | 0,00 | 0,00 | 621,21 |
| 81 - Recursos de Convênios | 56.187.204,67 | 7.911,75 | 12.668,65 | 300.616,44 | 0,00 | 55.866.007,83 | 143.898,13 | 0,00 | 55.722.109,70 |
| 90 - Recursos Diversos (2) | 30.170,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.170,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total (III) = (I + II) | 145.854.559,52 | 8.004,76 | 80.028.061,79 | 333.371,30 | 30.170,20 | 65.454.951,47 | 1.862.040,06 | 0,00 | 63.592.911,41 |

Fonte: Tesouro Gerencial, Seção de Análise Contábil/DIVCONTA/SOF/TRT da 6ª Região - 23.01.2020, 10h e 50m.
Nota:
(1) Recurso a receber referente a Restos a Pagar.
(2) Depósitos e Cauções.

DIONE NUNES FURTADO DA SILVA
Desembargadora Vice-Presidente do TRT da 6ª Região, no exercício da Presidência

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

CLODOMIRO GONÇALVES GUERRA JÚNIOR
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento e Finanças

AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI
Coordenadora Substituta de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 014/2020
LRF, art. 48 - Anexo VI Em R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 608.923.964,13 | 0,067235% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,136461%> | 1.235.870.767,95 | 0,136461% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,129638%> | 1.174.077.229,55 | 0,129638% |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 1.862.040,06 | 65.454.951,47 |

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Seção de Análise Contábil/DIVCONTA/SOF/TRT da 6ª Região - 23.01.2020, 10h e 50m.

DIONE NUNES FURTADO DA SILVA
Desembargadora Vice-Presidente do TRT da 6ª Região, no exercício da Presidência

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

CLODOMIRO GONÇALVES GUERRA JÚNIOR
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento e Finanças

AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI
Coordenadora Substituta de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 014/2020

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | | 770.200.922,36 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | 161.276.958,23 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | | 608.923.964,13 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | | 905.658.589.594,29 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP SOBRE A RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | | 0,067235% |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| Limite Máximo | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,173432% | 1.570.701.805,11 |
| | Resolução CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,173382% | 1.570.248.975,81 |
| | Resolução CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,152620% | 1.382.216.139,44 |
| | Resolução CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,152336% | 1.379.644.069,04 |
| | Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015 | | | 0,136461% | 1.235.870.767,95 |

DIONE NUNES FURTADO DA SILVA
Desembargadora Vice-Presidente do TRT da 6ª Região, no exercício da Presidência

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

CLODOMIRO GONÇALVES GUERRA JÚNIOR
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento e Finanças

AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI
Coordenadora Substituta de Auditoria e Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

### DIRETORIA-GERAL

**PORTARIA Nº 25, DE 27 DE JANEIRO DE 2020**

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2019.

O DIRETOR-GERAL E ORDENADOR DA DESPESA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Ildefonso Rocha de Souza, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao art. 1º, incisos I e II da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e o determinado no inciso III e parágrafo único do art. 54, e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e em atendimento ao Acórdão nº 553/2017- TCU - Plenário, item 9.4, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 3º quadrimestre de 2019, na forma constante de seus anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR / ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | ( a ) | De Exercícios Anteriores ( b ) | Do Exercício ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| 50 - RECURSOS NAO-FINANC.DIRETAM. ARRECADADOS | 3.442.827,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.442.827,92 | 0,00 | 0,00 | 3.442.827,92 |
| 81 - RECURSOS DE CONVENIOS | 1.892.907,17 | 0,00 | 0,00 | 3.411,79 | 5,83 | 1.889.489,55 | 1.690,00 | 0,00 | 1.887.799,55 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 5.335.735,09 | 0,00 | 0,00 | 3.411,79 | 5,83 | 5.332.317,47 | 1.690,00 | 0,00 | 5.330.627,47 |
| 00 - RECURSOS ORDIN[ARIOS | 2.316.273,88 | 0,00 | 5.605,77 | 267.059,51 | 29,35 | 2.043.579,25 | 282.170,48 | 0,00 | 1.761.408,77 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| ... | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 2.316.273,88 | 0,00 | 5.605,77 | 267.059,51 | 29,35 | 2.043.579,25 | 282.170,48 | 0,00 | 1.761.408,77 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 7.652.008,97 | 0,00 | 5.605,77 | 270.471,30 | 35,18 | 7.375.896,72 | 283.860,48 | 0,00 | 7.092.036,24 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - Núcleo de Contabilidade TRT 11ª Região, 23 jan 2020, às 11h
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LAIRTO JOSÉ VELOSO
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

LUANA JOIA FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle interno

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 40.184.797,32 | 33.065.332,17 | 33.289.405,26 | 33.010.379,85 | 33.505.975,76 | 43.304.697,51 | 32.377.466,30 | 33.689.553,90 | 33.435.623,47 | 33.339.903,77 | 50.513.929,57 | 40.872.998,23 | 440.590.063,11 | 114.779,72 | 440.704.842,83 |
| Pessoal Ativo | 28.613.345,07 | 21.467.417,72 | 21.472.841,21 | 21.282.906,75 | 21.679.017,71 | 25.498.954,64 | 20.078.398,91 | 21.010.384,16 | 20.192.067,23 | 20.086.394,41 | 31.637.026,77 | 25.897.018,87 | 278.915.773,45 | 98.612,77 | 279.014.386,22 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 25.498.015,06 | 18.353.607,04 | 18.361.082,68 | 18.206.088,99 | 18.567.254,11 | 22.429.356,05 | 17.777.583,52 | 17.962.394,79 | 17.241.838,45 | 17.173.543,22 | 25.732.898,45 | 22.822.352,40 | 240.126.014,76 | 97.506,41 | 240.223.521,17 |
| Obrigações Patronais | 3.115.330,01 | 3.113.810,68 | 3.111.758,53 | 3.076.817,76 | 3.111.763,60 | 3.069.598,59 | 2.300.815,39 | 3.047.989,37 | 2.950.228,78 | 2.912.851,19 | 5.904.128,32 | 3.074.666,47 | 38.789.758,69 | 1.106,36 | 38.790.865,05 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 11.571.452,25 | 11.597.914,45 | 11.816.564,05 | 11.727.473,10 | 11.826.958,05 | 17.805.742,87 | 12.299.067,39 | 12.679.169,74 | 13.243.556,24 | 13.253.509,36 | 18.876.902,80 | 14.975.979,36 | 161.674.289,66 | 16.166,95 | 161.690.456,61 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 10.161.739,68 | 10.193.559,00 | 10.360.906,98 | 10.241.975,27 | 10.399.823,39 | 15.639.133,11 | 10.860.129,17 | 11.142.763,23 | 11.805.571,00 | 11.721.622,05 | 16.640.699,47 | 13.290.102,80 | 142.458.025,15 | | 142.458.025,15 |
| Pensões | 1.409.712,57 | 1.404.355,45 | 1.455.657,07 | 1.485.497,83 | 1.427.134,66 | 2.166.609,76 | 1.438.938,22 | 1.536.406,51 | 1.437.985,24 | 1.531.887,31 | 2.236.203,33 | 1.685.876,56 | 19.216.264,51 | 16.166,95 | 19.232.431,46 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 11.903.825,25 | 11.638.606,07 | 11.830.515,88 | 11.735.913,94 | 12.062.349,84 | 12.781.412,88 | 6.041.515,21 | 6.318.124,42 | 1.887.230,16 | 2.582.051,98 | 9.720.959,82 | 5.898.419,72 | 104.400.925,17 | 29.911,00 | 104.430.836,17 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 341.316,82 | 42.456,92 | 34.019,85 | 8.440,84 | 237.748,59 | 39.632,25 | 25.009,75 | 13.426,48 | 7.117,52 | 177,98 | 0,00 | 4.436.503,40 | 5.185.850,40 | 0,00 | 5.185.850,40 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 11.562.508,43 | 11.596.149,15 | 11.796.496,03 | 11.727.473,10 | 11.824.601,25 | 12.741.780,63 | 6.016.505,46 | 6.304.697,94 | 1.880.112,64 | 2.581.874,00 | 9.720.959,82 | 1.461.916,32 | 99.215.074,77 | 29.911,00 | 99.244.985,77 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 28.280.972,07 | 21.426.726,10 | 21.458.889,38 | 21.274.465,91 | 21.443.625,92 | 30.523.284,63 | 26.335.951,09 | 27.371.429,48 | 31.548.393,31 | 30.757.851,79 | 40.792.969,75 | 34.974.578,51 | 336.189.137,94 | 84.868,72 | 336.274.006,66 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 336.274.006,66 | 0,037130% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 597.924.857,44 | 0,066021% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 568.028.614,56 | 0,062720% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 538.132.371,69 | 0,059419% |

FONTE: TG - NÚCLEO DE CONTABILIDADE - 22/JAN/2020 às 10h 15m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 0625, foi consolidado no valor de R$ 3.841.319,44
2. Os gastos com Precatórios na Ação 0005 Administração Indireta, foram executados no valor de R$ 1.434.822,00

LAIRTO JOSÉ VELOSO
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

ANEXOS

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 40.184.797,32 | 33.065.332,17 | 33.289.405,26 | 33.010.379,85 | 33.505.975,76 | 43.304.697,51 | 32.377.466,30 | 33.689.553,90 | 33.435.623,47 | 33.339.903,77 | 50.513.929,57 | 40.872.998,23 | 440.590.063,11 | 114.779,72 | 440.704.842,83 |
| Pessoal Ativo | 28.613.345,07 | 21.467.417,72 | 21.472.841,21 | 21.282.906,75 | 21.679.017,71 | 25.498.954,64 | 20.078.398,91 | 21.010.384,16 | 20.192.067,23 | 20.086.394,41 | 31.637.026,77 | 25.897.018,87 | 278.915.773,45 | 98.612,77 | 279.014.386,22 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 25.498.015,06 | 18.353.607,04 | 18.361.082,68 | 18.206.088,99 | 18.567.254,11 | 22.429.356,05 | 17.777.583,52 | 17.962.394,79 | 17.241.838,45 | 17.173.543,22 | 25.732.898,45 | 22.822.352,40 | 240.126.014,76 | 97.506,41 | 240.223.521,17 |
| Obrigações Patronais | 3.115.330,01 | 3.113.810,68 | 3.111.758,53 | 3.076.817,76 | 3.111.763,60 | 3.069.598,59 | 2.300.815,39 | 3.047.989,37 | 2.950.228,78 | 2.912.851,19 | 5.904.128,32 | 3.074.666,47 | 38.789.758,69 | 1.106,36 | 38.790.865,05 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 11.571.452,25 | 11.597.914,45 | 11.816.564,05 | 11.727.473,10 | 11.826.958,05 | 17.805.742,87 | 12.299.067,39 | 12.679.169,74 | 13.243.556,24 | 13.253.509,36 | 18.876.902,80 | 14.975.979,36 | 161.674.289,66 | 16.166,95 | 161.690.456,61 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 10.161.739,68 | 10.193.559,00 | 10.360.906,98 | 10.241.975,27 | 10.399.823,39 | 15.639.133,11 | 10.860.129,17 | 11.142.763,23 | 11.805.571,00 | 11.721.622,05 | 16.640.699,47 | 13.290.102,80 | 142.458.025,15 | | 142.458.025,15 |
| Pensões | 1.409.712,57 | 1.404.355,45 | 1.455.657,07 | 1.485.497,83 | 1.427.134,66 | 2.166.609,76 | 1.438.938,22 | 1.536.406,51 | 1.437.985,24 | 1.531.887,31 | 2.236.203,33 | 1.685.876,56 | 19.216.264,51 | 16.166,95 | 19.232.431,46 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 11.903.825,25 | 11.638.606,07 | 11.830.515,88 | 11.735.913,94 | 12.062.349,84 | 12.781.412,88 | 6.041.515,21 | 6.318.124,42 | 1.887.230,16 | 2.582.051,98 | 9.720.959,82 | 5.898.419,72 | 104.400.925,17 | 29.911,00 | 104.430.836,17 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 341.316,82 | 42.456,92 | 34.019,85 | 8.440,84 | 237.748,59 | 39.632,25 | 25.009,75 | 13.426,48 | 7.117,52 | 177,98 | 0,00 | 4.436.503,40 | 5.185.850,40 | 0,00 | 5.185.850,40 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 11.562.508,43 | 11.596.149,15 | 11.796.496,03 | 11.727.473,10 | 11.824.601,25 | 12.741.780,63 | 6.016.505,46 | 6.304.697,94 | 1.880.112,64 | 2.581.874,00 | 9.720.959,82 | 1.461.916,32 | 99.215.074,77 | 29.911,00 | 99.244.985,77 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 28.280.972,07 | 21.426.726,10 | 21.458.889,38 | 21.274.465,91 | 21.443.625,92 | 30.523.284,63 | 26.335.951,09 | 27.371.429,48 | 31.548.393,31 | 30.757.851,79 | 40.792.969,75 | 34.974.578,51 | 336.189.137,94 | 84.868,72 | 336.274.006,66 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 336.274.006,66 | 0,037130% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 597.924.857,44 | 0,066021% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 568.028.614,56 | 0,062720% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 538.132.371,69 | 0,059419% |

FONTE: TG - NÚCLEO DE CONTABILIDADE - 22/JAN/2020 às 10h 15m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 0625, foi consolidado no valor de R$ 3.841.319,44
2. Os gastos com Precatórios na Ação 0005 Administração Indireta, foram executados no valor de R$ 1.434.822,00

LAIRTO JOSÉ VELOSO
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da DespesaS

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 36, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, resolve:

Art. 1º. Emitir o Relatório de Gestão Fiscal, com o demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, bem como o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário-Item 9.4, demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar e o demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019.

Art. 2º. O Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, será publicado na forma do disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

MARIA DE LOURDES LEIRIA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| **DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)** | 85.326.463,95 | 52.398.175,07 | 54.593.758,89 | 53.545.067,46 | 53.473.358,39 | 54.228.115,95 | 53.831.773,85 | 54.331.125,60 | 53.384.663,39 | 54.216.072,86 | 82.813.082,76 | 62.934.273,45 | 715.075.931,62 | 0,00 | 715.075.931,62 |
| **Pessoal Ativo** | 58.381.468,03 | 34.009.237,15 | 36.314.184,46 | 35.155.895,13 | 35.164.916,36 | 35.474.727,72 | 34.643.549,49 | 35.180.867,19 | 34.553.613,58 | 34.450.479,90 | 53.474.635,51 | 40.524.914,61 | 467.328.489,13 | 0,00 | 467.328.489,13 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 52.984.889,54 | 28.625.389,90 | 31.016.371,43 | 30.194.216,22 | 30.182.682,02 | 30.505.170,28 | 29.731.910,53 | 30.267.667,73 | 29.668.183,87 | 29.620.897,80 | 43.926.306,55 | 35.570.708,30 | 402.294.394,17 | 0,00 | 402.294.394,17 |
| Obrigações Patronais | 5.396.578,49 | 5.383.847,25 | 5.297.813,03 | 4.961.678,91 | 4.982.234,34 | 4.969.557,44 | 4.911.638,96 | 4.913.199,46 | 4.885.429,71 | 4.829.582,10 | 9.548.328,96 | 4.954.206,31 | 65.034.094,96 | 0,00 | 65.034.094,96 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Pessoal Inativo e Pensionistas** | 26.944.995,92 | 18.388.937,92 | 18.279.574,43 | 18.389.172,33 | 18.308.442,03 | 18.753.388,23 | 19.188.224,36 | 19.150.258,41 | 18.831.049,81 | 19.765.592,96 | 29.338.447,25 | 22.409.358,84 | 247.747.442,49 | 0,00 | 247.747.442,49 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 24.508.989,58 | 16.753.275,22 | 16.643.911,73 | 16.679.487,16 | 16.617.086,51 | 17.061.393,05 | 17.442.273,20 | 17.451.884,72 | 17.075.792,97 | 18.025.848,31 | 26.768.376,16 | 20.513.787,10 | 225.542.105,71 | 0,00 | 225.542.105,71 |
| Pensões | 2.436.006,34 | 1.635.662,70 | 1.635.662,70 | 1.709.685,17 | 1.691.355,52 | 1.691.995,18 | 1.745.951,16 | 1.698.373,69 | 1.755.256,84 | 1.739.744,65 | 2.570.071,09 | 1.895.571,74 | 22.205.336,78 | 0,00 | 22.205.336,78 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)** | 17.999.178,44 | 18.664.920,58 | 18.460.885,06 | 18.407.016,13 | 18.352.472,31 | 18.768.747,26 | 19.211.676,65 | 19.171.846,08 | 16.891.561,85 | 191.094,58 | 209.456,28 | 5.125.963,76 | 171.454.818,98 | 0,00 | 171.454.818,98 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 2.436,89 | 2.436,89 | 2.436,89 | 2.436,89 | 2.436,89 | 2.436,89 | 2.436,89 | 2.436,89 | 2.436,89 | 94.781,87 | 197.719,03 | 82.752,57 | 397.185,48 | 0,00 | 397.185,48 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 14.896,56 | 470.141,30 | 181.218,38 | 15.406,91 | 41.782,76 | 12.922,14 | 23.717,17 | 11.905,81 | 11.487,32 | 96.312,71 | 11.737,25 | 5.043.211,19 | 5.934.739,50 | 0,00 | 5.934.739,50 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 17.981.844,99 | 18.192.342,39 | 18.277.229,79 | 18.389.172,33 | 18.308.252,66 | 18.753.388,23 | 19.185.522,59 | 19.157.503,38 | 16.877.637,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.122.894,00 | 0,00 | 165.122.894,00 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)** | 67.327.285,51 | 33.733.254,49 | 36.132.873,83 | 35.138.051,33 | 35.120.886,08 | 35.459.368,69 | 34.620.097,20 | 35.159.279,52 | 36.493.101,54 | 54.024.978,28 | 82.603.626,48 | 57.808.309,69 | 543.621.112,64 | 0,00 | 543.621.112,64 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 543.621.112,64 | 0,060025% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.033.610.035,13 | 0,114128% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 981.929.533,38 | 0,108422% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 930.249.031,62 | 0,102715% |

FONTE: Tesouro Gerencial, COF - TRT 12ª Região, 22/01/2020 16:30.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 7.281.883,47;

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 1.590.140,10.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2019

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 715.075.931,62 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 171.454.818,98 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)** | **543.621.112,64** |

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)** | | | | **905.658.589.594,29** | |
| **% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100** | | | | **0,060025%** | |
| | | | | **% DA RCL** | **VALOR** |
| **LIMITE MÁXIMO \1** | **LRF, art. 20, incisos I, II e III** | | | **0,142164%** | **1.287.520.477,31** |
| | **Resol CNJ 5/2005** | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDG-CA.GP Nº 239/2005 | **0,142123%** | **1.287.149.157,29** |
| | **Resol CNJ 26/2006** | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | **0,125105%** | **1.133.024.178,51** |
| | **Resol CNJ 177/2013** | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | **0,124872%** | **1.130.913.994,00** |
| | **Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3** | | | **0,114128%** | **1.033.610.035,13** |

**\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso**

**\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça**

**\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| 50 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados | 1.367.536,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.367.536,52 | 0,00 | 0,00 | 1.367.536,52 |
| 81 - Recursos de Convênios | 172.493,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 172.493,53 | 0,00 | 0,00 | 172.493,53 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)** | **1.540.030,05** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1.540.030,05** | **0,00** | **0,00** | **1.540.030,05** |
| 00 - Recursos Ordinários | 4.924.866,10 | 0,00 | 0,00 | 356.132,43 | 210,44 | 4.568.523,23 | 3.208.675,94 | 0,00 | 1.359.847,29 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| **TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)** | **4.924.866,10** | **0,00** | **0,00** | **356.132,43** | **210,44** | **4.568.523,23** | **3.208.675,94** | **0,00** | **1.359.847,29** |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **6.464.896,15** | **0,00** | **0,00** | **356.132,43** | **210,44** | **6.108.553,28** | **3.208.675,94** | **0,00** | **2.899.877,34** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹** | | | | | | **0,00** | | | **0,00** |

FONTE: Tesouro Gerencial, 23/01/2020, 17:00.

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: ² Demais obrigações - registra o valor pago a título de restituição e devolvido pelo Banco do Brasil devido a dados bancários divergentes, pagamento será regularizado em 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 543.621.112,64 | 0,060025 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 1.033.610.035,13 | 0,114128 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 981.929.533,38 | 0,108422 |
| Limite de Alerta (Inciso II do §1º do art.59 da LRF) - <%> | 930.249.031,62 | 0,102715 |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | **3.208.675,94** | **2.899.877,34** |

FONTE: Tesouro Gerencial - 22/01/2020 às 16:30 h. Coordenadoria de Orçamento e Finanças – TRT 12ª Região - SC .

Desª. MARIA DE LOURDES LEIRIA
Presidente do Trabalho

DILCIONIR JOSÉ FURLAN
Diretor-Geral

ALÉCIO JOSÉ RIFFEL
Coordenador de Orçamento e Finanças

ALEX CRISTIANO GRAMKOW HAMMES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 21, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o Protocolo TRT n.º 000.00572/2020, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2019, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e no Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Dê-se ciência. Publique-se.

Des. WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FICAL
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 a DEZEMBRO/2019

| RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") | | | | | | | | | | | | | | | | R$1,00 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 meses) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2018 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 48.535.873,95 | 32.691.339,33 | 31.862.817,27 | 31.668.902,45 | 31.650.139,90 | 31.553.334,06 | 31.100.147,64 | 30.945.679,94 | 30.904.299,46 | 31.503.897,59 | 49.346.253,70 | 37.419.188,08 | 419.181.873,37 | 0,00 | 419.181.873,37 | |
| Pessoal Ativo | 37.009.525,79 | 24.677.947,68 | 23.656.146,43 | 23.637.115,06 | 23.031.398,55 | 23.225.353,66 | 22.821.481,48 | 22.696.054,04 | 22.539.985,66 | 22.381.832,87 | 34.741.575,43 | 27.074.882,72 | 307.493.299,37 | 0,00 | 307.493.299,37 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 33.398.208,74 | 21.045.223,17 | 20.060.304,66 | 20.179.506,87 | 19.588.878,88 | 19.801.458,92 | 19.398.746,33 | 19.303.637,74 | 19.170.000,05 | 19.034.687,56 | 28.264.865,44 | 23.750.166,61 | 262.995.684,97 | 0,00 | 262.995.684,97 | |
| Obrigações Patronais | 3.611.317,05 | 3.632.724,51 | 3.595.841,77 | 3.457.608,19 | 3.442.519,67 | 3.423.894,74 | 3.422.735,15 | 3.392.416,30 | 3.369.985,61 | 3.347.145,31 | 6.476.709,99 | 3.324.716,11 | 44.497.614,40 | 0,00 | 44.497.614,40 | |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 11.526.348,16 | 8.013.391,65 | 8.206.670,84 | 8.031.787,39 | 8.618.741,35 | 8.327.980,40 | 8.278.666,16 | 8.249.625,90 | 8.364.313,80 | 9.122.064,72 | 14.604.678,27 | 10.344.305,36 | 111.688.574,00 | 0,00 | 111.688.574,00 | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 9.664.767,94 | 6.741.469,85 | 6.938.051,13 | 6.766.149,24 | 7.348.444,42 | 7.049.473,52 | 7.014.569,62 | 6.992.502,70 | 7.089.607,48 | 7.867.984,62 | 12.694.727,89 | 8.717.351,61 | 94.885.100,02 | 0,00 | 94.885.100,02 | |
| Pensões | 1.861.580,22 | 1.271.921,80 | 1.268.619,71 | 1.265.638,15 | 1.270.296,93 | 1.278.506,88 | 1.264.096,54 | 1.257.123,20 | 1.274.706,32 | 1.254.080,10 | 1.909.950,38 | 1.626.953,75 | 16.803.473,98 | 0,00 | 16.803.473,98 | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 12.418.216,31 | 8.981.014,84 | 8.780.929,40 | 8.613.908,91 | 9.106.661,70 | 8.819.273,96 | 8.756.936,76 | 8.724.007,19 | 8.851.700,33 | 611.561,00 | 3.823.559,78 | 3.593.541,44 | 91.081.311,62 | 0,00 | 91.081.311,62 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 816.583,28 | 484.710,76 | 490.234,30 | 485.512,52 | 486.580,09 | 491.293,56 | 478.270,60 | 474.381,29 | 474.023,50 | 619.021,94 | 928.055,41 | 692.287,22 | 6.920.954,47 | 0,00 | 6.920.954,47 | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 75.284,87 | 482.912,43 | 84.024,26 | 96.609,00 | 1.340,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.363,03 | 1.597,17 | 7.383,41 | 2.108.984,72 | 2.871.499,15 | 0,00 | 2.871.499,15 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 11.526.348,16 | 8.013.391,65 | 8.206.670,84 | 8.031.787,39 | 8.618.741,35 | 8.327.980,40 | 8.278.666,16 | 8.249.625,90 | 8.364.313,80 | -9.058,11 | 2.888.120,96 | 792.269,50 | 81.288.858,00 | 0,00 | 81.288.858,00 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 36.117.657,64 | 23.710.324,49 | 23.081.887,87 | 23.054.993,54 | 22.543.478,20 | 22.734.060,10 | 22.343.210,88 | 22.221.672,75 | 22.052.599,13 | 30.892.336,59 | 45.522.693,92 | 33.825.646,64 | 328.100.561,75 | 0,00 | 328.100.561,75 | |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 328.100.561,75 | 0,036228% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 612.025.961,68 | 0,067578% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 581.424.663,59 | 0,064199% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 550.823.365,51 | 0,060820% |

FONTE: Sistema TESOURO GERENCIAL - SPF - NCONT - 21/01/2020 16h e

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S): Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização de créditos (provisão) : R$2.161.151,95

Despesas com Outros Precatórios Judiciais executados por meio de descentralização de créditos (destaque): R$ 2.548.710,65

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

R$1,00

| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 419.181.873,37 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 91.081.311,62 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 328.100.561,75 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,036228% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITEMÁXIMO\1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | | |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | | 0,076936% | 696.777.492,49 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | | 0,076914% | 696.578.247,60 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | | 0,067578% | 612.025.961,68 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | 0,067578% | 612.025.961,68 |

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

| UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO |
|---|
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL |
| DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |
| JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019 |
| RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00 |

| ENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMP. NÃO LIQUIDS. CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a- (b + c +d + e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00 - RECURSOS ORDINÁRIOS | 1.537.069,89 | 4.800,00 | 0,00 | 0,00 | 160,12 | 1.536.909,77 | 290.518,88 | 0,00 | 1.246.390,89 |
| 27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO | 73.320,23 | 0,00 | 0,00 | 13.012,93 | 0,00 | 60.307,30 | 0,00 | 0,00 | 60.307,30 |
| 50 - REC. NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 613.609,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 613.609,60 | 0,00 | 0,00 | 613.609,60 |
| 81 - RECURSOS DE CONVÊNIOS | 1.065.616,33 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 1.065.416,33 | 5.688,93 | 0,00 | 1.059.727,40 |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| | | | | | | 0,00 | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 3.289.616,05 | 0,00 | 0,00 | 13.212,93 | 160,00 | 3.276.243,00 | 296.207,81 | 0,00 | 2.980.035,19 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 3.289.616,05 | 0,00 | 0,00 | 13.212,93 | 160,00 | 3.276.243,00 | 296.207,81 | 0,00 | 2.980.035,19 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | 0,00 | | | |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SPF - NCONT - 21/01/2020
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6

*R$ 1,00*

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 328.100.561,75 | 0,036228 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 612.025.961,68 | 0,067578 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 581.424.663,59 | 0,064199 |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | 0 | 0 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0 | 0 |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | 0 | 0 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0 | 0 |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | 0 | 0 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0 | 0 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 0 | 0 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0 | 0 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 296.207,81 | 3.276.243,00 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SPF - NCONT - 21/JAN/2020 -16h 30m

Des. WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Presidente do Tribunal

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 64, DE 22 DE JANEIRO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000;
CONSIDERANDO o que consta nos autos do PROAD nº 5259/2019, resolve:
TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 3º quadrimestre do exercício 2019.

Des. OSMAR JOÃO BARNEZE

ANEXOS

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO
AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

R$ 1,00

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 316.689.029,53 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 58.739.749,39 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 257.949.280,14 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,028482% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,071770% | 649.991.169,75 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,071749% | 649.800.981,45 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,063158% | 571.995.852,02 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,063041% | 570.936.231,47 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | 0,057479% | 520.563.500,71 |

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso.

DES. OSMAR JOÃO BARNEZE
Presidente do Tribunal

LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR
Diretor-Geral

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

ANEXO I DA PORTARIA Nº 64-2020

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados) (f)=(a-(b+c+d+e) | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (g) | Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos Por Insuficiência Financeira) | Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (h)=(f-g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | |
| | | De exercícios anteriores (b) | Do exercício (c) | | | | | | |
| 27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PJ | 28.112,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.112,50 | 0,00 | 0,00 | 28.112,50 |
| 50-RECURSOS NÃO-FINANC. DIRETAM.ARRECADADOS | 366.827,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 366.827,57 | 0,00 | 0,00 | 366.827,57 |
| 63-REC. PRP DECOR. ALIEN. BENS E DIR. DO PATR. PUB. | 51.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 51.300,00 | 0.00 | 0,00 | 51.300,00 |
| 81 - RECURSOS DE CONVENIOS | 125.380,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.380,59 | 0,00 | 0,00 | 125.380,59 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 571.620,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 571.620,66 | 0,00 | 0,00 | 571.620,66 |
| 00 - RECURSOS ORDINÁRIOS | 1.834.206,50 | 0,00 | 13.426,68 | 73.298,08 | 259,16 | 1.747.222,58 | 1.123.193,54 | 0,00 | 624.029,04 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 1.834.206,50 | 0,00 | 13.426,68 | 73.298,08 | 259,16 | 1.747.222,58 | 1.123.193,54 | 0,00 | 624.029,04 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 2.405.827,16 | 0,00 | 13.426,68 | 73.298,08 | 259,16 | 2.318.843,24 | 1.123.193,54 | 0,00 | 1.195.649,70 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVID. DOS SERV.[1] | | | | | | | | | |

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Seção de Contabilidade Analítica da Secretaria de Orçamento e Finanças, 21-1-2020, 08h43mim
Nota 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DES. OSMAR JOÃO BARNEZE
Presidente do Tribunal

LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR
Diretor-Geral

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

ANEXO II DA PORT GP Nº 64/2020

| | | |
|---|---|---|
| LRF, art. 48 - Anexo VI R$ 1,00 | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | |
| Receita Corrente Líquida | | 905.658.589.594,29 |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 257.951.495,63 | 0,028482% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -<%> | 520.563.500,71 | 0,057479% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) -<%> | 494.535.325,68 | 0,054605% |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -<%> | 468.507.150,64 | 0,051731% |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |
| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Operações de Crédito por antecipação da Receita | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por antecipação da Receita | | |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISP. CX. LIÍQ. (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERC.) |
| Valor Total | 1.123.193,54 | 2.318.843,24 |

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Seção de Contabilidade Analítica da Secretaria de Orçamento e Finanças, 23-1-2020,08h35mim

DES. OSMAR JOÃO BARNEZE
Presidente do Tribunal

LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR
Diretor-Geral

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

ANEXO III DA PORTARIA GP Nº 64/2020

| RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA COM PESSOAL | JAN/19 | FEV/19 | MAR/19 | ABR/19 | MAI/19 | JUN/19 | JUL/19 | AGO/19 | SET/19 | OUT/19 | NOV/19 | DEZ/19 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 38.392.667,34 | 23.183.191,58 | 23.716.292,25 | 23.620.338,35 | 23.773.870,68 | 24.000.027,12 | 23.610.962,02 | 23.590.364,35 | 23.594.802,03 | 23.632.701,00 | 36.668.403,35 | 28.905.409,46 | 316.689.029,53 | 2.215,49 | 316.691.245,02 |
| Pessoal Ativo | 29.106.516,85 | 16.866.480,96 | 17.363.830,76 | 17.236.639,42 | 17.228.822,33 | 17.539.665,43 | 17.000.159,37 | 16.988.022,60 | 16.994.220,24 | 17.133.454,58 | 26.677.673,33 | 21.037.773,44 | 231.173.259,31 | | 231.173.259,31 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 26.523.664,58 | 14.242.978,06 | 14.733.278,40 | 14.732.758,04 | 14.716.506,21 | 15.024.678,53 | 14.502.692,91 | 14.506.222,85 | 14.506.771,26 | 14.643.475,61 | 21.735.991,62 | 18.446.281,78 | 198.315.299,85 | | 198.315.299,85 |
| Obrigações Patronais | 2.582.852,27 | 2.623.502,90 | 2.630.552,36 | 2.503.881,38 | 2.512.316,12 | 2.514.986,90 | 2.497.466,46 | 2.481.799,75 | 2.487.448,98 | 2.489.978,97 | 4.941.681,71 | 2.591.491,66 | 32.857.959,46 | | 32.857.959,46 |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 9.286.150,49 | 6.316.710,62 | 6.352.461,49 | 6.383.698,93 | 6.545.048,35 | 6.460.361,69 | 6.610.802,65 | 6.602.341,75 | 6.600.581,79 | 6.499.246,42 | 9.990.730,02 | 7.867.636,02 | 85.515.770,22 | 2.215,49 | 85.517.985,71 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 8.235.246,13 | 5.619.954,39 | 5.662.110,45 | 5.675.585,63 | 5.855.779,15 | 5.771.355,13 | 5.855.897,17 | 5.902.267,29 | 5.914.585,57 | 5.818.838,64 | 8.967.538,64 | 6.878.043,69 | 76.157.201,88 | 2.215,49 | 76.159.417,37 |
| Pensões | 1.050.904,36 | 696.756,23 | 690.351,04 | 708.113,30 | 689.269,20 | 689.006,56 | 754.905,48 | 700.074,46 | 685.996,22 | 680.407,78 | 1.023.191,38 | 989.592,33 | 9.358.568,34 | | 9.358.568,34 |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Desp. de Pessoal. decor. de Contr. de Terc. (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | | | |
| DESP. NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 7.695.210,63 | 6.330.850,70 | 6.362.891,50 | 6.387.627,42 | 6.551.696,84 | 6.468.508,23 | 5.883.304,31 | 4.455.812,44 | 4.267.717,68 | 1.253.137,37 | 392.263,65 | 2.690.728,62 | 58.739.749,39 | | 58.739.749,39 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 438.545,88 | 14.140,08 | 10.430,01 | 3.928,49 | 6.648,49 | 8.146,54 | 2.212,45 | | 15.959,83 | | | 2.690.728,62 | 3.190.740,39 | | 3.190.740,39 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 7.256.664,75 | 6.316.710,62 | 6.352.461,49 | 6.383.698,93 | 6.545.048,35 | 6.460.361,69 | 5.881.091,86 | 4.455.812,44 | 4.251.757,85 | 1.253.137,37 | 392.263,65 | | 55.549.009,00 | | 55.549.009,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 30.697.456,71 | 16.852.340,88 | 17.353.400,75 | 17.232.710,93 | 17.222.173,84 | 17.531.518,89 | 17.727.657,71 | 19.134.551,91 | 19.327.084,35 | 22.379.563,63 | 36.276.139,70 | 26.214.680,84 | 257.949.280,14 | 2.215,49 | 257.951.495,63 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 257.951.495,63 | 0,028482% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 520.563.500,71 | 0,057479% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 494.535.325,68 | 0,054605% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 468.507.150,64 | 0,051731% |

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Seção de Contabilidade Analítica da Secretaria de Orçamento e Finanças, 22/01/2020, 08h44mim
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota(S):
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
2) As despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV),executadas por meio de descentralização interna de créditos (provisão), totalizaram R$1.745.106,97.
3)As despesas liquidadas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque), totalizando R$13.114.670,54.

DES. OSMAR JOÃO BARNEZE

Presidente do Tribunal

LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR
Diretor-Geral

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 78, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho o Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, de que trata o artigo 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, de que trata o art. 55, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 o Anexo VI Demonstrativo Simplificado do RGF, de que trata o art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU - Plenário. Item 9.4., partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019. Dê-se ciência. Publique-se no site deste Regional.

AMÉRICO BEDÊ FREIRE

ANEXOS

| |
|---|
| UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL |
| DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |
| JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019 |
| RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00 |

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 20.078.813,05 | 15.994.204,92 | 15.776.777,18 | 15.405.851,84 | 18.249.693,00 | 15.305.532,08 | 15.095.869,64 | 15.320.234,53 | 14.938.287,74 | 15.203.479,22 | 23.550.046,34 | 18.905.975,67 | 203.824.765,21 | 60.942,31 | 203.885.707,52 |
| Pessoal Ativo | 18.167.378,03 | 14.079.358,45 | 13.817.944,88 | 13.367.004,02 | 15.303.230,42 | 13.237.812,72 | 13.118.280,92 | 13.299.114,50 | 12.965.309,92 | 13.236.798,14 | 20.565.289,56 | 16.412.623,59 | 177.570.145,15 | 60.942,31 | 177.631.087,46 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 16.101.830,34 | 12.014.368,39 | 11.767.499,19 | 11.410.082,96 | 13.397.905,89 | 11.333.950,21 | 11.212.761,31 | 11.394.116,99 | 11.058.063,95 | 11.327.777,02 | 16.782.090,83 | 14.364.462,41 | 152.164.909,49 | 60.942,31 | 152.225.851,80 |
| Obrigações Patronais | 2.065.547,69 | 2.064.990,06 | 2.050.445,69 | 1.956.921,06 | 1.905.324,53 | 1.903.862,51 | 1.905.519,61 | 1.904.997,51 | 1.907.245,97 | 1.909.021,12 | 3.783.198,73 | 2.048.161,18 | 25.405.235,66 | 0,00 | 25.405.235,66 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 1.911.435,02 | 1.914.846,47 | 1.958.832,30 | 2.038.847,82 | 2.946.462,58 | 2.067.719,36 | 1.977.588,72 | 2.021.120,03 | 1.972.977,82 | 1.966.681,08 | 2.984.756,78 | 2.493.352,08 | 26.254.620,06 | 0,00 | 26.254.620,06 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 1.654.726,05 | 1.658.432,44 | 1.702.270,80 | 1.751.027,65 | 2.552.529,23 | 1.803.862,27 | 1.713.731,63 | 1.695.152,27 | 1.695.152,27 | 1.695.152,28 | 2.577.902,49 | 1.871.246,26 | 22.371.185,64 | 0,00 | 22.371.185,64 |
| Pensões | 256.708,97 | 256.414,03 | 256.561,50 | 287.820,17 | 393.933,35 | 263.857,09 | 263.857,09 | 325.967,76 | 277.825,55 | 271.528,80 | 406.854,29 | 622.105,82 | 3.883.434,42 | 0,00 | 3.883.434,42 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 2.449.111,94 | 2.021.845,18 | 1.972.820,97 | 2.038.847,82 | 2.945.842,38 | 2.067.719,36 | 1.979.419,57 | 2.021.120,03 | 1.972.977,82 | 1.966.681,08 | 1.034.435,87 | 3.509.222,17 | 25.980.044,19 | 521,83 | 25.980.566,02 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.699,15 | 0,00 | 42.699,15 | 0,00 | 42.699,15 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 537.676,92 | 106.998,71 | 13.988,67 | 0,00 | -620,20 | 0,00 | 1.830,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.464.396,29 | 3.124.271,24 | 0,00 | 3.124.271,24 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 1.911.435,02 | 1.914.846,47 | 1.958.832,30 | 2.038.847,82 | 2.946.462,58 | 2.067.719,36 | 1.977.588,72 | 2.021.120,03 | 1.972.977,82 | 1.966.681,08 | 991.736,72 | 1.044.825,88 | 22.813.073,80 | 521,83 | 22.813.595,63 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 17.629.701,11 | 13.972.359,74 | 13.803.956,21 | 13.367.004,02 | 15.303.850,62 | 13.237.812,72 | 13.116.450,07 | 13.299.114,50 | 12.965.309,92 | 13.236.798,14 | 22.515.610,47 | 15.396.753,50 | 177.844.721,02 | 60.420,48 | 177.905.141,50 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 177.905.141,50 | 0,019644% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 388.364.516,39 | 0,042882% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 368.946.290,57 | 0,040738% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 349.528.064,75 | 0,038594% |

FONTE: Tesouro Gerencial,TRT16, 22/01/2020 10H 34min

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R$ 55.187,76, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Cirular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário;

Nota3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R$ 6.245.889,11, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.

AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Desembargador Presidente

MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO
Diretor Geral

FLÁVIA REGINA REGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

SOCORRO DE MARIA COSTA BEZERRA
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO BARROS
Setor de Contabilidade Analítica

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 203.885.707,52 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 25.980.566,02 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 177.905.141,50 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,019644% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,029946% | 271.208.521,24 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | | 0,029937% | 271.127.011,97 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | | 0,026353% | 238.668.208,12 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | | 0,026304% | 238.224.435,41 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | 0,042882% | 388.364.516,39 |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Desembargador Presidente

MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO
Diretor Geral

FLÁVIA REGINA REGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

SOCORRO DE MARIA COSTA BEZERRA
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO BARROS
Setor de Contabilidade Analítica

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 8.069,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.069,69 | 0,00 | 0,00 | 8.069,69 |
| 50 - Rec. Não-financeiros Diretamente Arrecadados | 184.980,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 184.980,06 | 120,00 | 0,00 | 184.860,06 |
| 63 - Rec. Próprio Decorrente de Alien. Bens e Dir. do Patrim. Pub. | 132.912,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 132.912,34 | 0,00 | 0,00 | 132.912,34 |
| 81 - Recursos de Convênios | 944.710,40 | 0,00 | 6.830,90 | 51.717,85 | 0,00 | 886.161,65 | 200.921,72 | 0,00 | 685.239,93 |
| 90 - Recursos Diversos | 50.024,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.024,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 1.320.697,28 | 0,00 | 6.830,90 | 51.717,85 | 50.024,79 | 1.212.123,74 | 201.041,72 | 0,00 | 1.011.082,02 |
| 00 - Recursos Ordinários | 2.676.423,33 | 0,00 | 40.942,24 | 322.137,50 | 0,00 | 2.313.343,59 | 1.243.392,12 | 0,00 | 1.069.951,47 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 2.676.423,33 | 0,00 | 40.942,24 | 322.137,50 | 0,00 | 2.313.343,59 | 1.243.392,12 | 0,00 | 1.069.951,47 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 3.997.120,61 | 0,00 | 47.773,14 | 373.855,35 | 50.024,79 | 3.525.467,33 | 1.444.433,84 | 0,00 | 2.081.033,49 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |

FONTE:Tesouro Gerencial,TRT16, 22/01/2020 10H 34min
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Desembargador Presidente

MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO
Diretor Geral

FLÁVIA REGINA REGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

SOCORRO DE MARIA COSTA BEZERRA
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO BARROS
Setor de Contabilidade Analítica

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48) R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | %SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 177.905.141,50 | 0,019644% |
| Limite Máximo (incisos I, II, e III, art.20 da LRF) - <%> | 388.364.516,39 | 0,042882% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - <%> | 368.946.290,57 | 0,040738% |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | %SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |
| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | %SOBRE A RCL |
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | |
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Operações de Crédito por Antecipação de Receitas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas | | |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 1.444.433,84 | 3.525.467,33 |

FONTE:Tesouro Gerencial,TRT16, 22/01/2020 10H 34min

AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Desembargador Presidente

MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO
Diretor Geral

FLÁVIA REGINA REGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

SOCORRO DE MARIA COSTA BEZERRA
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO BARROS
Setor de Contabilidade Analítica

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

Desª. ANA PAULA TAUCEDA BRANCO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 26.529.279,49 | 21.002.850,42 | 26.722.289,58 | 20.810.277,92 | 20.359.996,94 | 20.852.251,71 | 20.661.576,41 | 20.836.628,37 | 20.645.407,62 | 20.712.013,94 | 32.144.121,03 | 24.821.753,73 | 276.098.447,16 | 149.254,84 | 276.247.702,00 |
| Pessoal Ativo | 23.397.468,24 | 17.859.906,89 | 22.025.821,07 | 17.610.615,76 | 17.159.821,33 | 17.655.415,30 | 17.459.438,81 | 17.615.101,34 | 17.389.783,24 | 17.431.747,78 | 27.186.713,36 | 21.231.321,54 | 234.023.154,66 | 149.254,84 | 234.172.409,50 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 20.736.901,01 | 15.181.634,13 | 19.300.327,48 | 15.071.846,37 | 14.592.763,30 | 15.087.225,20 | 14.897.131,75 | 14.911.075,44 | 14.831.620,73 | 14.862.365,92 | 22.081.606,91 | 18.641.221,33 | 200.195.719,57 | 149.254,84 | 200.344.974,41 |
| Obrigações Patronais | 2.660.567,23 | 2.678.272,76 | 2.725.493,59 | 2.538.769,39 | 2.567.058,03 | 2.568.190,10 | 2.562.307,06 | 2.704.025,90 | 2.558.162,51 | 2.569.381,86 | 5.105.106,45 | 2.590.100,21 | 33.827.435,09 | | 33.827.435,09 |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 3.131.811,25 | 3.142.943,53 | 4.696.468,51 | 3.199.662,16 | 3.200.175,61 | 3.196.836,41 | 3.202.137,60 | 3.221.527,03 | 3.255.624,38 | 3.280.266,16 | 4.957.407,67 | 3.590.432,19 | 42.075.292,50 | 0,00 | 42.075.292,50 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 2.728.836,48 | 2.728.366,62 | 4.106.239,14 | 2.790.886,32 | 2.791.399,77 | 2.787.819,23 | 2.793.321,47 | 2.793.686,39 | 2.844.985,13 | 2.868.590,84 | 4.334.191,78 | 3.150.375,03 | 36.718.698,20 | | 36.718.698,20 |
| Pensões | 402.974,77 | 414.576,91 | 590.229,37 | 408.775,84 | 408.775,84 | 409.017,18 | 408.816,13 | 427.840,64 | 410.639,25 | 411.675,32 | 623.215,89 | 440.057,16 | 5.356.594,30 | | 5.356.594,30 |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 3.317.276,81 | 3.271.935,47 | 4.741.601,64 | 3.199.662,16 | 3.200.175,61 | 3.244.646,46 | 3.202.137,60 | 3.228.012,51 | 3.255.624,38 | 3.284.729,10 | 2.907.547,36 | 2.027.810,48 | 38.881.159,58 | 0,00 | 38.881.159,58 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 185.465,56 | 128.991,94 | 45.133,13 | | | 47.810,05 | 0,00 | 6.485,48 | 0,00 | 4.462,94 | | 2.027.810,48 | 2.446.159,58 | | 2.446.159,58 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 3.131.811,25 | 3.142.943,53 | 4.696.468,51 | 3.199.662,16 | 3.200.175,61 | 3.196.836,41 | 3.202.137,60 | 3.221.527,03 | 3.255.624,38 | 3.280.266,16 | 2.907.547,36 | | 36.435.000,00 | | 36.435.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 23.212.002,68 | 17.730.914,95 | 21.980.687,94 | 17.610.615,76 | 17.159.821,33 | 17.607.605,25 | 17.459.438,81 | 17.608.615,86 | 17.389.783,24 | 17.427.284,84 | 29.236.573,67 | 22.793.943,25 | 237.217.287,58 | 149.254,84 | 237.366.542,42 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 237.366.542,42 | 0,026209% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 446.643.646,63 | 0,049317% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 424.311.464,30 | 0,046851% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 401.979.281,97 | 0,044385% |

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 21/01/2020, 13H 41MIN

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 14.223.363,00.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 1.403.043,37.

4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 28, de 21/01/2020, publicada em 22/01/2020 no DOU N.º 15, Seção 1, página 21.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| 27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO | 213.973,93 | 3.906,49 | 0,00 | 86.379,68 | 0,00 | 123.687,76 | 0,00 | 0,00 | 123.687,76 |
| 50 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 1.088.655,02 | 0,00 | 0,00 | 33.413,94 | 0,00 | 1.055.241,08 | 4.346,16 | 0,00 | 1.050.894,92 |
| 81 - RECURSOS DE CONVENIOS | 26.998.688,22 | 326.183,21 | 57.964,31 | 249.194,83 | 0,00 | 26.365.345,87 | 11.208.375,78 | 0,00 | 15.156.970,09 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 88 - REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL | 21.404,47 | 21.404,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 90 - RECURSOS DIVERSOS | 931,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 931,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 28.323.653,50 | 351.494,17 | 57.964,31 | 368.988,45 | 931,86 | 27.544.274,71 | 11.212.721,94 | 0,00 | 16.331.552,77 |
| 00 - RECURSOS ORDINARIOS | 12.779.122,44 | 323.984,57 | 129.715,58 | 133.328,54 | 0,00 | 12.192.093,75 | 12.192.093,75 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 12.779.122,44 | 323.984,57 | 129.715,58 | 133.328,54 | 0,00 | 12.192.093,75 | 12.192.093,75 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 41.102.775,94 | 675.478,74 | 187.679,89 | 502.316,99 | 931,86 | 39.736.368,46 | 23.404.815,69 | 0,00 | 16.331.552,77 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 21/01/2020, 13H 41MIN
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

*R$ 1,00*

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 276.247.702,00 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 38.881.159,58 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 237.366.542,42 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,026209% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,042817% | 387.775.838,31 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,042805% | 387.667.159,28 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,037679% | 341.243.099,97 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,037609% | 340.609.138,96 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | 0,049317% | 446.643.646,63 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 21/01/2020, 13H 41MIN

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019
LRF, art. 48 - Anexo 6 R$1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 237.366.542,42 | 0,026209% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,049317%> | 446.643.646,63 | 0,049317% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,046851%> | 424.311.464,30 | 0,046851% |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 23.404.815,69 | 39.736.368,46 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 21/01/2020, 13H 41MIN
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

Desª. ANA PAULA TAUCEDA BRANCO
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

YURI GARCIA PIMENTEL
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças
Substituto

CARLOS MATEUS DIAS BUSS

CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO
Substituto

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

### ATO Nº 3, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e no PROAD nº 43/2020, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2019, constantes do anexos desta portaria.

Art. 2º Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

VILMA LEITE MACHADO AMORIM

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | | |
| | JAN/2019 | FEV/2019 | MAR/2019 | ABR/2019 | MAI/2019 | JUN/2019 | JUL/2019 | AGO/2019 | SET/2019 | OUT/2019 | NOV/2019 | DEZ/2019 | TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B) | TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 19.264.720,99 | 12.114.270,80 | 12.551.466,41 | 12.205.111,11 | 12.454.873,29 | 12.237.019,12 | 12.431.934,74 | 12.431.937,74 | 12.304.981,89 | 12.346.585,68 | 19.200.700,21 | 14.917.787,77 | 164.067.221,00 | 0,00 | 164.067.221,00 |
| Pessoal Ativo | 16.503.126,15 | 10.248.839,23 | 10.506.899,05 | 10.338.114,99 | 10.468.326,11 | 10.352.695,70 | 10.107.033,31 | 10.281.518,28 | 10.301.732,17 | 10.299.447,37 | 15.912.865,30 | 12.641.419,81 | 137.962.017,47 | 0,00 | 137.962.017,47 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 14.870.882,56 | 8.618.324,39 | 8.883.444,02 | 8.724.792,20 | 8.857.752,66 | 8.746.071,70 | 8.496.994,24 | 8.680.780,60 | 8.699.932,53 | 8.701.131,87 | 12.734.812,75 | 10.998.653,02 | 117.013.572,54 | | 117.013.572,54 |
| Obrigações Patronais | 1.632.243,59 | 1.630.514,84 | 1.623.455,03 | 1.613.322,79 | 1.610.573,45 | 1.606.624,00 | 1.610.039,07 | 1.600.737,68 | 1.601.799,64 | 1.598.315,50 | 3.178.052,55 | 1.642.766,79 | 20.948.444,93 | | 20.948.444,93 |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | 0,00 | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 2.761.594,84 | 1.865.431,57 | 2.044.567,36 | 1.866.996,12 | 1.986.547,18 | 1.884.323,42 | 1.930.732,68 | 2.150.419,46 | 2.003.249,72 | 2.047.138,31 | 3.287.834,91 | 2.276.367,96 | 26.105.203,53 | 0,00 | 26.105.203,53 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 2.404.651,80 | 1.620.847,67 | 1.803.294,41 | 1.625.723,17 | 1.628.685,43 | 1.664.803,71 | 1.662.884,34 | 1.882.571,12 | 1.733.903,94 | 1.779.289,97 | 2.887.728,89 | 1.896.525,39 | 22.590.909,84 | | 22.590.909,84 |
| Pensões | 356.943,04 | 244.583,90 | 241.272,95 | 241.272,95 | 357.861,75 | 219.519,71 | 267.848,34 | 267.848,34 | 269.345,78 | 267.848,34 | 400.106,02 | 379.842,57 | 3.514.293,69 | | 3.514.293,69 |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 2.940.802,13 | 1.875.770,71 | 2.044.567,36 | 1.866.996,12 | 1.986.547,18 | 1.884.817,03 | 1.930.732,68 | 2.150.419,46 | 2.003.249,72 | 1.933.972,06 | 964.455,26 | 1.928.195,32 | 23.510.525,03 | 0,00 | 23.510.525,03 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 179.207,29 | 10.339,14 | | | | 493,61 | | | 1.497,44 | | | 1.485.463,55 | 1.677.001,03 | | 1.677.001,03 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 2.761.594,84 | 1.965.431,57 | 2.044.567,36 | 1.866.996,12 | 1.986.547,18 | 1.884.323,42 | 1.930.732,68 | 2.150.419,46 | 2.001.752,28 | 1.933.972,06 | 964.455,26 | 442.731,77 | 21.833.524,00 | | 21.833.524,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 16.323.918,86 | 10.238.500,09 | 10.506.899,05 | 10.338.114,99 | 10.468.326,11 | 10.352.202,09 | 10.107.033,31 | 10.281.518,28 | 10.301.732,17 | 10.412.613,62 | 18.236.244,95 | 12.989.592,45 | 140.556.695,97 | 0,00 | 140.556.695,97 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV) | 905.658.594,29 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C) | 140.556.695,97 | 0,015520% |
| LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 263.528.536,40 | 0,029098% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 250.352.109,58 | 0,027643% |
| LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 237.175.682,76 | 0,026188% |

FONTE: SIAFI - TESOURO GERENCIAL - 17/jan/2020 - 11:58:31

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscrito em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

2) Despesas c/Requisição de Pequeno Valor (RPV) da Adm. Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 1.966.894,60.

3) Despesas c/Precatórios da Adm. Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 428.963,00.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)=(a-(b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (h)=(f-g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a pagar liquidados e não pagos | | Restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiros (e) | | | | |
| | | De Exercícios anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | |
| 27 Recursos de Custos e Emolumentos - Poder Judiciário | 4.239,41 | | | | | 4.239,41 | | | 4.239,41 |
| 50 Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | 622.032,10 | | | | | 622.032,10 | 28.534,47 | | 593.497,63 |
| 81 Recursos de Convênios | 13.761.793,96 | | | | | 13.761.793,96 | 131.667,21 | | 13.630.126,75 |
| 90 Recursos Diversos | 21.208,82 | | | | 21.208,82 | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 14.409.274,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.208,82 | 14.388.065,47 | 160.201,68 | 0,00 | 14.227.863,79 |
| 00 Recursos Ordinários | 1.065.963,56 | | 6.768,82 | | | 1.059.194,74 | 523.065,18 | | 536.129,56 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 1.065.963,56 | 0,00 | 6.768,82 | 0,00 | 0,00 | 1.059.194,74 | 523.065,18 | 0,00 | 536.129,56 |
| TOTAL (III) = (I+II) | 15.475.237,85 | 0,00 | 6.768,82 | 0,00 | 21.208,82 | 15.447.260,21 | 683.266,86 | 0,00 | 14.763.993,35 |
| | | | | | | | | | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1] | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |

FONTE: SIAFI - TESOURO GERENCIAL - 17/janeiro/2020 - 11:58:33

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

LRF, art. 48 - Anexo VI R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 140.556.695,97 | 0,015520% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,029098% | 263.528.536,40 | 0,029098% |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) 0,027643% | 250.352.109,58 | 0,027643% |
| | | 0,027643% |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,026188% | 237.175.682,76 | 0,026188% |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 683.266,86 | 15.447.260,21 |

FONTE: SIAFI - TESOURO GERENCIAL - 17/janeiro/2020 -11:58:31

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU- PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 164.067.221,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II) | 23.510.525,03 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II) | 140.556.695,97 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTA LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,015520% | |
| | | | | % da RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO /1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,030556% | 276.733.038,64 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente\2 | | 0,030547% | 276.651.529,36 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente\2 | | 0,026889% | 243.522.538,16 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente\2 | | 0,026839% | 243.069.708,86 |
| | Justiça do Trabalho/ Ato Conjunto TST.CSJT nº 2015\3 | | | 0,029098% | 263.528.536,40 |

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desª. VILMA LEITE MACHADO AMORIM
Presidente do Tribunal

MÔNICA OLIVEIRA BARRETO
Ordenadora de Despesa por Delegação

MARCUS VINICIUS REIS DE ALCÂNTARA
Secretário de Controle Interno

AÉLIO FÁBIO DE OLIVEIRA AMORIM
Subsecretário de Orçamento e Finanças

FRANCISCO WELLINGTON FERNANDES
Setor de Contabilidade

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 105, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2019, na forma constante dos anexos.

Publique-se e dê-se ciência.

Des. NICANOR FÁVERO FILHO

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 105/2020
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Em R$ 1,00

| Despesa com Pessoal | Despesas Executadas<br>Janeiro a dezembro de 2019<br>Liquidadas<br>Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total | Inscritas em Restos a Pagar não Processados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 | (Últimos 12 meses) | | Executado |
| | | | | | | | | | | | | | (a) | (b) | C=(a)+(b) |
| Despesa Bruta com Pessoal (I) | 34.346.621,08 | 21.473.924,55 | 21.966.176.84 | 21.682.517,04 | 21.294.872,04 | 21.903.175,74 | 21.720.471,73 | 21.526.206,79 | 22.077.165,06 | 21.879.201,90 | 33.393.672,81 | 26.936.288,13 | 290.200.294,11 | 85.344,18 | 290.285.638,29 |
| Pessoal Ativo | 30.666.455,10 | 18.999.327,85 | 19.500.505,63 | 19.207.345,80 | 18.705.557,02 | 19.338.978,24 | 19.116.862,39 | 18.756.370,03 | 18.783.270,51 | 19.099.552,04 | 29.142.773,98 | 22.370.101,52 | 253.687.100,11 | 85.344,18 | 253.772.444,29 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesa Variáveis | 27.898.740,97 | 16.213.089,34 | 16.744.354,76 | 16.574.852,94 | 16.097.743,40 | 16.898.023,61 | 16.487.560,93 | 16.158.352,69 | 16.195.144,39 | 16.504.771,00 | 24.026.855,28 | 19.746.175,86 | 219.345.665,17 | 85.344,18 | 219.431.009,35 |
| Obrigações Patronais | 2.767.714,13 | 2.786.238,51 | 2.756.150,87 | 2.632.492,86 | 2.607.813,62 | 2.640.954,63 | 2.629.301,46 | 2.598.017,34 | 2.588.126,12 | 2.594.781,04 | 5.115.918,70 | 2.623.925,66 | 34.341434,94 | 0,00 | 34.341.434,94 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 3.680.165,98 | 2.474.596,70 | 2.465.671,21 | 2.475.171,64 | 2.589.315,02 | 2.564.197,50 | 2.603.609,34 | 2.769.836,76 | 3.293.894,55 | 2.779.649.86 | 4.250.898,83 | 4.566.186,61 | 36.513.194,00 | 0,00 | 36.513.194,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 3.232.331,34 | 2.163.717,83 | 2.160.953,58 | 2.170.454,01 | 2.284.597,39 | 2.276.551,44 | 2.284.094,10 | 2.466.256,10 | 2.991.614,63 | 2.477.369,94 | 3.795.617,25 | 4.087.847,35 | 32.391404,96 | 0,00 | 32.391.404,96 |
| Pensões | 447.834,64 | 310.878,87 | 304.717,63 | 304.717,63 | 304.717,63 | 287.646,06 | 319.515,24 | 303.580,66 | 302.279,92 | 302.279,92 | 455.281,58 | 478.339,26 | 4.121.789,04 | 0,00 | 4.121.789,04 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de | | | | | | | | | | | | | | | |
| terceirização ou de Contratação de forma indireta(§ 1º art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 4.070.514,19 | 2.490.919,44 | 2.472.768,01 | 2.483.067,21 | 2.590.087,68 | 2.564.197,50 | 2.619.692,62 | 2.769.836,76 | 3.294.708,29 | 2.806.691,75 | 1.588.603,36 | 3.070.534,32 | 32.821.621,13 | 0,00 | 32.821.621,13 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.881,99 | 0,00 | 167.066,63 | 193.948,62 | 0,00 | 193.948,62 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.765,20 | 2.765,20 | 5.530,40 | 0,00 | 5.530,40 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 390.348,21 | 16.322,74 | 7.096,80 | 7.895,57 | 772,66 | 0,00 | 16.083,28 | 0,00 | 813,74 | 159,90 | 5.143,72 | 2.900.702,49 | 3.345.339,11 | 0,00 | 3.345.339,11 |
| Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados | 3.680.165,98 | 2.474.596,70 | 2.465.671,21 | 2.475.171,64 | 2.589.315,02 | 2.564.197,50 | 2.603.609,34 | 2.769.836,76 | 3.293.894,55 | 2.779.649,86 | 1.580.694,44 | 0,00 | 29.276.803,00 | 0,00 | 29.276.803,00 |
| Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II) | 30.276.106,89 | 18.983.005,11 | 19.493.408,83 | 19.199.450,23 | 18.704.784,36 | 19.338.978,24 | 19.100.779,11 | 18.756.370,03 | 18.782.456,77 | 19.072.510,15 | 31.805.069,45 | 23.865.753,81 | 257.378.672,98 | 85.344,18 | 257.464.017,16 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida - 2RCL (IV) | 905.658.589.594,29 | |
| Despesa Total com Pessoal - DTP (V)= ( IIIa +IIIb ) | 257.464.017,16 | 0,028428%<br>0,049215%<br>0,046754%<br>0,044294% |
| Limite Máximo (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF | 445.719.874,87 | |
| Limite Prudencial (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 423.433.881,13 | |
| Limite de Alerta (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 401.147.887,38 | |

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, SOF. 21/01/2020 11H06M

Notas:

1)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) As Sentenças Judiciais, no período a que se refere o Relatório, totalizaram R$ 2.113.253,66, assim compostas: RPV - Sentenças de Pequeno Valor da Administração Direta - 1.321.753,66; e Precatórios da Administração Indireta - R$ 791.500,00.

3. 3) No período analisado não foram efetuados cancelamentos de Restos a Pagar

Des. NICANOR FÁVERO FILHO
Presidente do Tribunal

DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA
Secretária de Orçamento e Finanças

JOÃO BOSCO DE BARROS FREITAS
Secretário de Auditoria e Controle Interno
Em substituição

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 105/2020
RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") Em R$ 1,00

| Identificação dos Recursos | Disponibilidade de Caixa Bruta | Obrigações Financeiras | | | | Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício | Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira) | Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (g )=(a-(b+c+d+e)) | (h) | | (i) = ( g - h) |
| Total dos Recursos não Vinculados (I) | 2.075.112,50 | 18.706,54 | 565.678,51 | 0,00 | 0,00 | 1.490.727,45 | 1.285.441,82 | 0,00 | 205.285,63 |
| 00- Recursos Ordinários | 2.075.112,50 | 18.706,54 | 565.678,51 | 0,00 | 0,00 | 1.490.727,45 | 1.285.441,82 | 0,00 | 205.285,63 |
| Total dos Recursos Vinculados (II) | 3.257.138,67 | 750,10 | 11.644,62 | 0,00 | 70.117,45 | 3.174626,50 | 91.522,76 | 0,00 | 3.083.103,74 |
| 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 |
| 50 - Recursos Não-financeiros diretamente arrecadados | 671.415,62 | 0,00 | 11.644,62 | 0,00 | 0,00 | 659.771,00 | 91.522,76 | 0,00 | 568.248,24 |
| 63 - Rec. Próp. Decorr. Alien. Bens e Dir. Patr. Público | 204.722,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 204.722,82 | 0,00 | 0,00 | 204.722,82 |
| 81 - Recursos de Convênios | 2.310.882,77 | 750,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.310.132,67 | 0,00 | 0,00 | 2.310.132,67 |
| 90 - Recursos Diversos (2) | 70.117,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.117,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total (III) = (I + II) | 5.332.251,17 | 19.456,64 | 577.323,13 | 0,00 | 70.117,45 | 4.665.353,95 | 1.376.964,58 | 0,00 | 3.288.389,37 |

Fonte: TESOURO GERENCIAL, SOF, 21/01/2020 13H40M
Nota:
(1) Recurso a receber referente a Restos a Pagar.
(2) Depósitos e Cauções.

Des. NICANOR FÁVERO FILHO
Presidente do Tribunal

DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA
Secretária de Orçamento e Finanças

JOÃO BOSCO DE BARROS FREITAS
Secretário de Auditoria e Controle Interno
Em substituição

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 105/2020
LRF, art. 48 - Anexo VI Em R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 905.658.589.594,29 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 257.464.017,16 | 0,028428 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,136461%> | 445.719.874,87 | 0,049215 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,129638%> | 423.433.881,13 | 0,046754 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 1.376964,58 | 4.665.353,95 |

FONTE:.SIAFI/TESOUROGERENCIAL

Des. NICANOR FÁVERO FILHO
Presidente do Tribunal

DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA
Secretária de Orçamento e Finanças

JOÃO BOSCO DE BARROS FREITAS
Secretário de Auditoria e Controle Interno
Em substituição

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 105/2020

| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 290.285.638,29 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 32.821.621,13 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 257.464.017,16 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 905.658.589.594,29 | |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP SOBRE A RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,028428% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| Limite Máximo | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,038991% | 353.125.340,67 |
| | Resolução CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,038980% | 353.025.718,22 |
| | Resolução CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,034312% | 310.749.575,26 |
| | Resolução CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,034248% | 310.169.953,76 |
| | Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015 | | | 0,049215% | 445.719.874,87 |

Des. NICANOR FÁVERO FILHO
Presidente do Tribunal

DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA
Secretária de Orçamento e Finanças

JOÃO BOSCO DE BARROS FREITAS
Secretário de Auditoria e Controle Interno
Em substituição

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

### RESOLUÇÃO Nº 934, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a não caracterização de quebra de sigilo o fornecimento - pelos Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social - de CERTIDÃO DISCIPLINAR E/OU ÉTICA de objeto e fase que se encontra a denúncia, processo ou recurso, quando solicitada pelo/a próprio/a denunciado/a ou por autoridade policial ou judicial e REGULAMENTA a sua expedição.

O Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela lei 8662/93;

Considerando que o direito a obtenção de certidão, se encontra previsto no artigo 5º, XXXIII e XXXIV, alínea "b" da Constituição Federal/1988, sendo um dos direitos e garantias fundamentais previstos;

Considerando que o direito à certidão objetiva satisfazer a defesa de direitos e a informação de situações de ordem pessoal;

Considerando que tal certidão de natureza disciplinar e/ou ética só poderá ser requerida e fornecida ao/à interessado/a, que figurou como denunciado/a na denúncia ou no processo, considerando a reserva de sigilo, nesta situação;

Considerando que a "CERTIDÃO DISCIPLINAR e/ou ÉTICA" é o documento mediante do qual o Conselho Regional ou Federal de Serviço Social atesta a situação disciplinar e/ou ético profissional, estando ou não processo em andamento;

Considerando ser de competência, exclusiva, do Conselho Federal de Serviço Social - Cfess a regulamentação da presente matéria, conforme previsão do "caput" e de seu inciso I do artigo 8º da Lei 8662, de 07 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 8 de junho de 1993, Seção 1;

Considerando a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do Cfess, em reunião realizada em de 20 de outubro de 2019; resolve:

Art. 1º Não caracteriza quebra de sigilo o fornecimento de certidão de "objeto" e "fase em que se encontra a denúncia, o processo disciplinar e/ou ético ou o recurso", quando solicitada pelo/a próprio/a denunciado/a ou por autoridade policial ou judicial, assinalando-se o caráter sigiloso do documento.

Art. 2º A certidão poderá ser requerida presencialmente, por escrito, ou por e-mail, dirigido ao Cress, Seccionais ou Cfess, conforme o caso.

Parágrafo primeiro. A certidão será retirada e entregue, presencialmente, ao/a denunciado/a, mediante a apresentação de documento de identificação ou ao/a seu/sua procurador/a, mediante identificação e apresentação de procuração com poderes específicos para pedir e retirar a certidão de natureza disciplinar e/ou ética.

Parágrafo segundo. A entrega certidão será feita mediante a assinatura do recebimento, onde estará assinalado o caráter sigiloso do documento e a responsabilidade civil, administrativa e criminal do/a mesmo/a pela eventual divulgação.

Art. 3º Será INDEFERIDO o pedido de CERTIDÃO DISCIPLINAR E/OU ÉTICA, quando solicitada por pessoas NÃO indicadas no artigo 1º e parágrafo 1º desta resolução, independentemente da aplicação de pena pública, sendo que a decisão deverá ser comunicada por escrito e mediante fundamentação.

Art. 4º Da certidão relativa a expediente/denúncia; processo ou recurso findos, deverá constar, dependendo da fase ou do resultado da decisão, o seguinte :

I. NEGATIVA - Arquivamento liminar da denúncia ética ou disciplinar; ou

II. NEGATIVA - IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DISCIPLINAR E/OU ÉTICA, por ausência de comprovação do fato denunciado, confirmada em segunda instância pelo CFESS, na hipótese de ter sido interposto recurso; ou

III. POSITIVA - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DISCIPLINAR E/OU ÉTICA com a descrição do fato violador bem como os artigos do Código de Ética do Assistente Social relacionados ao enquadramento, que foram julgados comprovados e PROCEDENTES NO JULGAMENTO do processo disciplinar e/ou ético. Penalidade aplicada em primeira instância, na hipótese de PROCEDÊNCIA da ação disciplinar e/ou ética, confirmada em segunda instância pelo CFESS, na hipótese de ter sido interposto recurso e Data da aplicação da pena

IV. A data do trânsito em julgado da decisão, em qualquer das hipóteses.

Art. 5º Da certidão relativa a expediente/denúncia; processo ou recurso em trâmite, deverá constar a fase em que se encontra e um resumo dos atos já praticados.

Art. 6º Constará na CERTIDÃO DISCIPLINAR E/OU ÉTICA, exclusivamente, a informação sobre a inscrição e o número respectivo do/a assistente social, bem como a situação disciplinar e/ou ética.

Parágrafo único - Fica vedado constar na CERTIDÃO DISCIPLINAR E/OU ÉTICA informação sobre débitos, parcelamentos ou qualquer outra, além das previstas no "caput" deste artigo, cuja certidão deverá ser específica.

Art. 7º Os processos que tenham sido encerrados, com trânsito em julgado há mais de 5 (cinco) anos, mesmo que tenha havido aplicação de pena, não deverão constar das certidões.

Art. 8º A certidão poderá ser solicitada perante os CRESS ou CFESS, pelo/a denunciado/a ou procurador constituído, dependendo do local onde for requisitada, sendo que as mesmas terão o mesmo teor, a ser unificado pelo CFESS.

Parágrafo único - Se a decisão da primeira instância administrativa transitar em julgado, sem a interposição de recurso, caberá somente ao CRESS competente fornecer a certidão.

Art. 9º A certidão deverá ser fornecida ao interessado/a (denunciado/a) ou procurador/a pelo Cress ou Cfess, conforme o caso, no prazo de 7 (sete) dias corridos, da data do protocolo do pedido.

Art. 10 As certidões serão fornecidas com validade de 90 (noventa) dias de sua expedição e sem qualquer custo para o/a interessada.

Art. 11 O Cfess e os Cress deverão se incumbir de dar plena e total publicidade a presente norma, por todos os meios disponíveis, de forma que ela seja conhecida pelos/as assistentes sociais, bem como pelas instituições, órgãos ou entidades que prestam serviços sociais.

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente as disposições em contrário.

JOSIANE SOARES SANTOS
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

### PORTARIA Nº 137, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina Para o Exercício de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional de dotações Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2019, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina no valor de R$ 738.500,00 (setecentos e trinta e oito mil e quinhentos reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional serão utilizados recursos provenientes da redução/anulação de igual importância das dotações conforme abaixo.

| CÓDIGO | RUBRICAS | SUPLEMENTA | ANULA |
|---|---|---|---|
| 6.3.2.1.03.01.003 | INSTALAÇÕES | 5.000,00 | |
| 6.3.2.1.03.01.002 | MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 690.000,00 | |
| 6.3.1.1.01.01.005 | FÉRIAS | 4.500,00 | |
| 6.3.1.4.01.02.002 | DESPESAS COM COBRANÇA | 31.000,00 | |
| 6.3.1.6.01.02.001 | COTA PARTE | 6.500,00 | |
| 6.3.1.1.01.01.004 | GRATIFICAÇÃO DE NATAL-13º SALÁRIO | 1.500,00 | |
| 6.3.2.1.01.01.002 | REFORMAS | | 580.000,00 |
| 6.3.1.3.02.01.002 | SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA | | 16.000,00 |
| 6.3.2.1.03.01.006 | EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS | | 85.000,00 |
| 6.3.1.3.02.01.005 | SERVIÇOS DE INFORMÁTICA | | 5.000,00 |
| 6.3.1.3.02.01.011 | SELEÇÃO, TREINAMENTO E ORG/APLICAÇÃO DE EXAMES | | 20.000,00 |
| 6.3.1.3.02.01.030 | MANUTENÇÃO E CONSERV. DOS BENS IMÓVEIS | | 8.000,00 |
| 6.3.1.9.01.01.002 | INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E REPOSIÇÕES | | 6.000,00 |
| 6.3.2.1.03.01.001 | MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS | | 9.000,00 |
| 6.3.1.1.01.01.001 | SALÁRIOS | | 9.500,00 |

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELLO ALEXANDRE SEEMANN

## CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MARANHÃO

### PORTARIA Nº 17, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre os procedimentos para a averiguação da emissão e renovação de certidões de regularidade técnica emitidas pelo sistema virtual de registro (CRF em Casa) e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.820/60 e pelo Regimento Interno do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão - CRF/MA;

CONSIDERANDO, o volume de denúncias de irregularidades em estabelecimentos de assistência plena;

CONSIDERANDO, o vencimento a 31.03.2020 das certidões de assistência plena emitidas na gestão anterior;

CONSIDERANDO, a possibilidade de renovação pelo sistema digital sem a averiguação pormenorizada da situação dos estabelecimentos supostamente irregulares;

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação de alguns estabelecimentos à regulamentação do Conselho Federal de Farmácia e do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão, resolve:

Artigo 1º - Determinar o bloqueio das renovações e emissões de certidões de regularidade técnica em estabelecimentos nas localidades onde resta implantada a assistência farmacêutica plena pelo sistema digital (CRF em Casa), devendo todas serem remetidas ao setor de registro para individualmente ser averiguada a regularidade das escalas de profissional e horário de funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único - Fica determinado ao Setor de Recursos de Tecnologia de Informação que bloqueie, no sistema digital de registro, a possibilidade de renovação virtual da certidão de regularidade técnica, até determinação ulterior da Diretoria.

Artigo 2º - Determinar o bloqueio de inscrições e renovações de certidões de regularidade técnica em estabelecimentos que, mesmo não estando nas localidades onde resta implantada a assistência farmacêutica plena, apresentam irregularidades entre as escalas de profissional e o horário de funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único - Fica determinado ao Setor de Recursos de Tecnologia de Informação que bloqueie, no sistema digital de registro, a possibilidade de renovação virtual da certidão de regularidade técnica, até determinação ulterior da Diretoria.

Artigo 3º - As determinações desta portaria se aplicam tanto aos estabelecimentos da capital quanto do interior do Estado do Maranhão.

Artigo 4º - As certidões emitidas na sede e suas seccionais, ainda que na forma física, deverão atender aos mesmos critérios de averiguação das condições na emissão e renovação das certidões de regularidade técnica dos estabelecimentos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência e cumpra-se.

GIZELLI SANTOS LOURENÇO COUTINHO

## CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2020

Aprova o Regimento Interno temporário do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA).

A Diretoria Executiva (DIREX) do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), no uso das atribuições que lhe confere a lei nº 13.639, de 26 de março 2018,

CONSIDERANDO que presentemente a Diretoria Executiva (DIREX) é o único órgão colegiado eleito e, portanto, com poderes deliberativos no âmbito do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), nos termos do artigo 6º da lei nº 13.639/2018;

CONSIDERANDO que o processo de eleição dos conselheiros federais que integrarão o Plenário Deliberativo do CFTA, conforme prevê o §1º do artigo 5º da lei nº 13.639/2018, sequer foi iniciado, por total ausência de recursos, previstos para serem repassados pelo Sistema CONFEA/CREAs apenas a partir de 17 de janeiro de 2020, conforme dispõe a Nota Técnica nº 0288474/2019 emitida pela Comissão de Transição constituída pelo CONFEA (CTCFTA);

CONSIDERANDO que referida Nota Técnica estabelece que a partir do dia 17 de fevereiro de 2020 os CREAs interromperão absolutamente todas as suas atividades em relação aos técnicos agrícolas de todo o Brasil;

CONSIDERANDO que os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas (CRTAs) ainda não foram instalados, não havendo perspectiva nem orçamento disponível para que estes entrem em funcionamento no curto prazo;

CONSIDERANDO que o CFTA se encontra em situação urgente para estruturar-se e entrar em operação, para atender os técnicos agrícolas que em breve irão migrar-lhe;

CONSIDERANDO que, em respeito ao princípio da legalidade, se faz necessária a redação de um Regimento Interno temporário, com vigência até a conclusão do processo de eleição dos conselheiros federais, para traçar de maneira mais pormenorizada as competências da autarquia e dos órgãos que a compõem;, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), que constitui o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO LIMBERGER
Presidente do Conselho

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CFTA

CAPÍTULO I

DO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

Seção I

Da Natureza e da Finalidade do CFTA

Art. 1º. O Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas - CFTA, pessoa jurídica de direito público sob a forma de autarquia federal, criado pela lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, com sede e foro na cidade de Brasília/DF, tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, zelar pela fiel observância dos princípios éticos e disciplinares, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da profissão dos Técnicos Agrícolas em todo o território nacional.

Seção II

Das Competências

Art. 2º. Além das competências previstas no artigo 8º da lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, o CFTA cumulará também as atribuições dos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas (CRTAs), previstas no artigo 12 de referida lei, até que estes estejam instalados e em plenas condições de operação.

Seção III

Da Organização

Art. 3º. O CFTA terá sua estrutura e funcionamento definidos neste Regimento Interno.

Art. 4º. Para o desempenho de sua finalidade, o CFTA será organizado da seguinte forma:

I - Órgão Deliberativo:

a) Diretoria Executiva

II - Órgãos Consultivos:

a) Comissões ordinárias;

b) Comissões temporárias; e

c) Grupos de Trabalho.

Parágrafo único. Para o desempenho de atividades e funções específicas, o CFTA poderá instituir comissões temporárias e grupos de trabalho, como órgãos consultivos, de acordo com os respectivos planos de ação, orçamento e planejamento estratégico.

Art. 5º. Para a execução de suas ações, o CFTA será estruturado em unidades organizacionais responsáveis pelos serviços administrativos, financeiros, técnicos, jurídicos e de comunicação.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos deverão ser regulamentadas em normativo específico.

CAPÍTULO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Seção I

Da Composição

Art. 6º Até a conclusão do processo de eleição dos conselheiros federais a que se refere §1º do artigo 5º da lei nº 13.639/2018, a Diretoria Executiva exercerá as competências do Plenário Deliberativo.

Art. 7º A Diretoria Executiva é composta pelo:

I - Presidente

II - Vice-Presidente;

III - Diretor Administrativo;

IV - Diretor Financeiro;

V - Diretor de Fiscalização e Normas.

Seção II

Das Competências da Diretoria Executiva

Art. 8º Compete à Diretoria Executiva o exercício das atribuições expressamente previstas nos artigos 8º e 12 da lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, observado o disposto no artigo 2º deste Regimento Interno.

Art. 9º As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples e publicadas no sítio eletrônico do CFTA.

Parágrafo único. Quando a matéria assim o exigir, as decisões da Diretoria Executiva serão publicadas também no Diário Oficial da União.

Subseção I

Das Reuniões da Diretoria Executiva

Art. 10. As reuniões da Diretoria Executiva poderão ocorrer na sede do CFTA, em Brasília/DF, ou em outro local do território nacional, ou virtualmente.

Parágrafo único. As reuniões realizadas virtualmente deverão ser validadas mediante assinatura eletrônica com uso de certificado digital.

Art. 11. As reuniões ordinárias serão realizadas mensalmente.

Parágrafo primeiro. As convocações para reuniões ordinárias e extraordinárias serão encaminhadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de sua realização, podendo ser realizadas em prazo menor, desde que presente motivo para tanto.

Art. 12. As pautas das reuniões serão disponibilizadas aos demais diretores com antecedência mínima de 2 (dois) úteis da data de sua realização.

Art. 13. As atas das reuniões deverão ser assinadas por todos os diretores presentes e disponibilizadas no sítio eletrônico do CFTA em até 10 (dez) dias úteis da data de sua realização.

Subseção II

Da Ordem dos Trabalhos

Art. 14. As reuniões serão dirigidas e conduzidas pelo presidente da Diretoria Executiva.

Art. 15. O quórum para instalação e funcionamento das reuniões corresponde à maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 16. A ordem dos trabalhos, via de regra, obedecerá a seguinte sequência:

I - verificação do quórum;

II - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

IV - apresentação de comunicações;

V - leitura e discussão da pauta da reunião;

VI - assuntos de interesse geral.

Parágrafo único. Poderão integrar a ordem do dia matérias extrapauta, sem prejuízo de outras:

I - pedidos em regime de urgência, pedidos de vista, pedidos de suspensão e recurso em processo ético-disciplinar;

II - pedidos de revisão e outros recursos, planos de ação e orçamento e julgamento de processos ético-disciplinares;

III - deliberação de comissões e propostas da presidência;

IV - desagravo público.

Art. 17. Farão uso da palavra nas reuniões:

I - os membros da Diretoria Executiva;

II - convidados e colaboradores, quando solicitados.

Subseção III

Da Apreciação

Do Pedido em Regime de Urgência

Art. 18. A Diretoria Executiva autorizará, por meio de votação simples, a inclusão de matérias extrapauta propostas pelo Presidente ou outro membro da Diretoria, desde que sejam definidas como urgentes ou emergenciais.

Do Pedido de Vista

Art. 19. Os membros da Diretoria Executiva poderão requerer vista das matérias pendentes de apreciação, desde que o façam na primeira oportunidade, após a leitura da pauta, sob pena de preclusão.

§ 1º. O processo que for objeto de pedido de vista deverá ser devolvido preferencialmente na mesma reunião, sendo obrigatória a sua devolução na reunião seguinte, acompanhada de relatório e do voto fundamentado.

§ 2º. A não devolução do processo em pedido de vista não impedirá a apreciação da matéria.

§ 3º. Tratando-se de matéria que necessariamente demande a sua imediata deliberação, o pedido de vista deverá ser devolvido obrigatoriamente no decorrer da própria reunião.

Da Suspensão de Deliberação da Diretoria Executiva

Art. 20. O Presidente poderá, excepcionalmente, suspender a eficácia de deliberação sobre determinada matéria, desde que o faça de modo fundamentado, ao verificar a presença de ilegalidade, contrariedade ou conflito com atos normativos vigentes, ou por interesse público.

§ 1º. A suspensão terá vigência até a reunião seguinte, quando obrigatoriamente deverá ser analisada pelos demais membros, após a apresentação de parecer técnico pela Assessoria Técnica ou pela Procuradoria Jurídica.

§ 2º. Caso o motivo da suspensão tenha deixado de existir ou não for acolhido, por maioria simples, pelos demais membros, a suspensão perderá a sua eficácia e a matéria deliberada entrará em vigor imediatamente.

Do Pedido de Revisão

Art. 21. Da deliberação que resultar sanção, caberá pedido de revisão, endereçado ao Presidente do CFTA, pela parte legitimamente interessada, sem efeito suspensivo, desde que apresentados fatos novos ou circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação da penalidade aplicada.

Parágrafo primeiro. O pedido de revisão, após análise técnica ou jurídica, será distribuído ao membro da Diretoria designado pelo Presidente.

Art. 22. O relator apresentará relatório e voto fundamentado até a segunda reunião posterior àquela em que foi designado.

§ 1º. O relator poderá solicitar parecer técnico, jurídico, ou a realização de diligências, neste último caso mediante requerimento endereçado ao Presidente.

§ 2º. Julgado procedente o pedido de revisão, a Diretoria Executiva poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão.

§ 3º. Da revisão jamais poderá resultar agravamento da sanção.

Do Recurso

Art. 23. Das decisões proferidas pelos órgãos do CFTA é cabível a interposição de recurso, via de regra recebido com efeito suspensivo, endereçado ao Presidente do CFTA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da sua ciência.

Parágrafo único. O recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reforma, podendo anexar os documentos que julgar pertinentes.

Art. 24. O recurso, após análise técnica ou jurídica, será distribuído ao membro da Diretoria designado pelo Presidente.

§ 1º. O relator poderá solicitar parecer técnico, jurídico, ou a realização de diligências, neste último caso mediante requerimento endereçado ao Presidente.

§ 2º. O relator deverá encaminhar o relatório para ser deliberado pela Diretoria Executiva na reunião imediatamente subsequente à interposição do recurso.

Do Julgamento de Processos Ético-Disciplinares

Art. 25. Os processos ético-disciplinares serão julgados, em primeira instância, por um membro da Diretoria Executiva, designado pelo Presidente, e em grau de recurso pelo Presidente e mais outros dois membros da Diretoria Executiva.

Do Projeto de Deliberação

Art. 26. Os projetos de resolução, alteração de resolução e de decisões da Diretoria Executiva poderão ser apresentados por quaisquer dos seus membros.

Do Desagravo Público

Art. 27. Os procedimentos para a realização de desagravo público serão definidos por atos normativos próprios para este fim.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES

Art. 28. As comissões terão a finalidade de subsidiar o CFTA nas matérias de competência ética e disciplinar, ensino e formação, planejamento, gestão financeira, gestão organizacional e administrativa.

Art. 29. As comissões terão seus planos de ação, orçamento e trabalho deliberados e executados pela Diretoria Executiva.

Art. 30. Quando necessário, serão instituídas, por meio de portaria expedida pelo Presidente do CFTA, as seguintes comissões ordinárias:

I - Comissão de Educação e Exercício Profissional;

II - Comissão de Ética e Disciplina;

III - Comissão de Tomada de Contas;

IV - Comissão de Registro e Fiscalização;

V - Comissão de Licitação.

Art. 31. À Comissão de Educação e Exercício Profissional competirá o planejamento e a execução de ações que visem zelar pelo aperfeiçoamento da formação do Técnico Agrícola e promover a articulação entre o CFTA e o sistema de ensino do Técnico Agrícola.

Art. 32. À Comissão de Ética e Disciplina competirá a verificação quanto ao cumprimento do Código de Ética e Disciplina.

Art. 33. À Comissão de Tomada de Contas competirá, sem prejuízo de outras atividades relacionadas, zelar pelo planejamento e pelo equilíbrio econômico, financeiro e contábil do CFTA, em caráter consultivo e opinativo.

Art. 34. À Comissão de Registro e Fiscalização competirá zelar pela orientação e fiscalização do exercício da profissão de técnico agrícola.

Art. 35. À Comissão de Licitação competirá o processamento e o julgamento das etapas que compõem o processo licitatório, e a análise quanto a possibilidade de sua dispensa e inexigibilidade, nos termos da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Licitação serão nomeados pelo Presidente do CFTA.

Art. 36. O funcionamento das comissões seguirá o procedimento disposto nos artigos 10 a 13 deste Regimento Interno, além de outros aplicáveis, sem prejuízo da possibilidade da sua alteração e adequação para melhor cumprimento dos trabalhos a serem realizados.

Art. 37. Fica temporariamente instituída a Comissão Eleitoral, composta por 3 (três) técnicos agrícolas, os quais serão nomeados por portaria expedida pelo Presidente do CFTA.

§ 1º. À Comissão Eleitoral competirá organizar o processo de eleição dos conselheiros federais que integrarão o Plenário Deliberativo, conforme previsto no §1º do artigo 5º da lei nº 13.639/2018.

§ 2º. As deliberações da Comissão Eleitoral deverão ser submetidas à apreciação da Diretoria Executiva.

§ 3º. Resolução expedida pela Diretoria Executiva definirá o número de conselheiros federais que integrarão o Plenário Deliberativo, nos termos do artigo 7º da lei nº 13.639, de 26 de março 2018.

CAPÍTULO IV

Seção I

Das Competências do Presidente

Art. 38. Compete ao Presidente:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, os atos normativos e as deliberações plenárias, bem com os demais atos baixados pelo CFTA;

II - promover a discussão, em conjunto com parlamentares, entidades e demais profissionais, sobre matérias de caráter legislativo, visando assuntos de interesse da profissão;

III - manifestar o posicionamento do CFTA quanto a matérias de caráter legislativo, normativo ou contencioso em tramitação em quaisquer órgãos dos Poderes do Estado.

IV - presidir reuniões e solenidades do CFTA;

V - autorizar, juntamente com o Diretor Financeiro, o pagamento das despesas orçamentárias ou emergenciais aprovadas pela Diretoria Executiva;

VI - designar pessoas para exercer cargos de livre provimento e demissão relacionados à direção, à chefia e ao assessoramento;

VII - proferir voto exclusivamente em caso de empate em votação;

VIII - interromper ou suspender os trabalhos das reuniões nas quais seja o condutor, mediante justificativa;

IX - submeter proposta de sua iniciativa à Diretoria Executiva, conforme o caso;

X - propor à Diretoria Executiva a criação e a extinção de comissões temporárias e grupos de trabalho;

XI - consultar a Diretoria Executiva sobre a concessão de voz a observadores que desejarem se manifestar ao órgão, se considerar conveniente;

XII - informar a Diretoria Executiva do licenciamento ou da renúncia de qualquer dos seus membros e realizar as devidas publicações;

XIII - designar, por meio de convocação, o membro da Diretoria Executiva, o empregado, o agente autorizado ou o convidado para representar o CFTA em evento de interesse;

XIV - convocar os membros da Diretoria Executiva, empregados e convidados membros de missão, para evento de interesse do CFTA;

XV - designar membro da Diretoria Executiva para analisar processo não deliberado por comissões e relatá-lo;

XVI - determinar a redistribuição de processo a outro membro da Diretoria Executiva;

XVII - movimentar contas bancárias, assinar cheques, ordens de pagamento bancário e emitir recibos, juntamente com o Diretor Financeiro, e no impedimento deste, com o Vice-Presidente;

XVIII - convocar os trabalhos das reuniões da Diretoria Executiva, de comissões e demais órgãos colegiados porventura existentes;

XIX - autorizar a realização e convocar os trabalhos de reuniões extraordinárias da Diretoria Executiva, de comissões e de demais órgãos colegiados;

XX - delegar a empregados as atribuições de gestão e administração previstas neste regimento, quando for o caso;

XXI - encaminhar proposta a comissões e a demais órgãos colegiados;

XXII - encaminhar à Diretoria Executiva as deliberações de comissões, sempre que solicitado;

XXIII - convocar e conduzir os trabalhos das reuniões plenárias;

XXIV - elaborar propostas de pauta de reuniões plenárias;

XXV - propor o calendário anual das reuniões da Diretoria Executiva, das comissões permanentes e dos demais órgãos colegiados;

XXVI - resolver casos de urgência ad referendum da Diretoria Executiva;

XXVII - propor à Diretoria Executiva a instituição de comissão temporária;

XXVIII - propor à Diretoria Executiva a estrutura organizacional e as rotinas administrativas;

XXIX - propor à Diretoria Executiva atos normativos de gestão de pessoas;

XXX - assinar correspondências;

XXXI - instituir grupos de trabalho;

XXXII - resolver incidentes processuais, submetendo-os aos órgãos competentes;

XXXIII - assinar convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos celebrados pelo CFTA;

XXXIV - assinar atestados, certidões e certificados conferidos pelo CFTA;

XXXV - assinar atos, no âmbito de sua competência;

XXXVI - promover a elaboração de relatórios públicos das atividades realizadas pelo CFTA;

XXXVII - propor, executar e acompanhar o Plano de Gestão;

XXXVIII - participar, propor revisões e zelar pelo cumprimento do Planejamento Estratégico

XXXIX - assegurar a gestão da informação, por meio do Portal da Transparência e do Serviço de Informações ao Cidadão, conforme atos normativos;

XL - convocar assessores e empregados, e convidar especialistas para se manifestarem perante a Diretoria Executiva;

XLI - representar o CFTA, no âmbito judicial e administrativo, diretamente ou por meio de mandatário com poderes específicos;

Art. 39. O Presidente manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante atos administrativos das espécies despacho, instrução, circular, ato declaratório, portaria, os quais serão publicados no sítio eletrônico do CFTA, sendo que as portarias deverão ser disponibilizadas em até 5 (cinco) dias úteis da sua assinatura.

Seção II

Das Competências do Vice-Presidente

Art. 40. Compete ao Vice-Presidente:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, os atos normativos e as deliberações plenárias;

II - substituir o Presidente em caso de vacância, em todos os seus impedimentos ou ausência temporária, ou ainda por designação deste;

III - propor à Diretoria Executiva a instauração de comissão temporária;

IV - incumbir-se de todas as funções e atividades legais e regimentais conferidas ao cargo;

V - despachar com o Presidente e executar as atribuições que forem delegadas por ele;

VI - assessorar o Presidente em caráter permanente;

VII - participar, propor revisões e zelar pelo cumprimento do Plano Estratégico.

Seção III

Das Competências do Diretor Financeiro

Art. 41. Compete ao Diretor Financeiro:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, os atos normativos e as deliberações plenárias, bem com os demais atos baixados pelo CFTA;

II - encaminhar proposta às comissões e demais órgãos colegiados;

III - encaminhar à Diretoria Executiva as deliberações de comissões, sempre que solicitado;

IV - efetuar em conjunto com o Presidente, ou, no impedimento deste, com o Vice-Presidente, a movimentação de contas bancárias, as assinaturas de contratos, convênios, cheques, balanços e outros documentos correspondentes;

V - autorizar, juntamente com o Presidente, o pagamento das despesas orçamentárias ou emergenciais aprovadas pela Diretoria Executiva;

VI - propor à Diretoria Executiva a instauração de comissão temporária;

VII - propor à Diretoria Executiva a abertura de créditos e transferência de recursos orçamentários entre rubricas;

VIII - promover a elaboração de relatórios públicos das atividades realizadas;

IX - propor, executar e acompanhar o Plano de Gestão;

X - participar, propor revisões e zelar pelo cumprimento do Planejamento Estratégico;

XI - acompanhar e zelar pelo cumprimento dos planos de ação e orçamento e dos planos de trabalho;

XII - determinar a cobrança administrativa ou judicial dos créditos devidos ao CFTA;

XIII - promover todos os atos administrativos necessários à sua eventual substituição, temporária ou definitiva, para que o seu substituto tenha acesso a senhas e dados bancários e administrativos, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

Seção IV

Das Competências do Diretor Administrativo

Art. 42. Compete ao Diretor Administrativo:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, os atos normativos e as deliberações plenárias, bem com os demais atos baixados pelo CFTA;

II - encaminhar proposta às comissões e demais órgãos colegiados;

III - encaminhar à Diretoria Executiva as deliberações de comissões, sempre que solicitado;

IV - promover a elaboração de relatórios públicos das atividades realizadas;

V - propor, executar e acompanhar o Plano de Gestão;

VI - participar, propor revisões e zelar pelo cumprimento do Planejamento Estratégico;

VII - acompanhar e zelar pelo cumprimento dos planos de ação e orçamento e dos planos de trabalho;

VIII - acompanhar o desenvolvimento das atividades;

IX - aplicar o código de conduta aos empregados.

Seção V

Das Competências do Diretor de Fiscalização e Normas

Art. 43. Compete ao Diretor de Fiscalização e Normas:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, os atos normativos e as deliberações plenárias, bem com os demais atos baixados pelo CFTA;

II - encaminhar proposta às comissões e demais órgãos colegiados;

III - encaminhar à Diretoria Executiva as deliberações de comissões, sempre que solicitado;

IV - promover a elaboração de relatórios públicos das atividades realizadas;

V - propor, executar e acompanhar o Plano de Gestão;

VI - participar, propor revisões e zelar pelo cumprimento do Planejamento Estratégico;

VII - atuar de maneira ativa junto à Comissão de Ética e Disciplina.

Capítulo V

Das Disposições Gerais

Art. 44. O CFTA baixará ato administrativo estabelecendo os valores e critérios de concessão de diárias e de ajuda de custo para ressarcimento de despesas do Presidente, dos demais membros da Diretoria Executiva e de colaboradores eventuais.

Art. 45. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Diretoria Executiva.